



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Sociais  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Rafael Sales Rosa

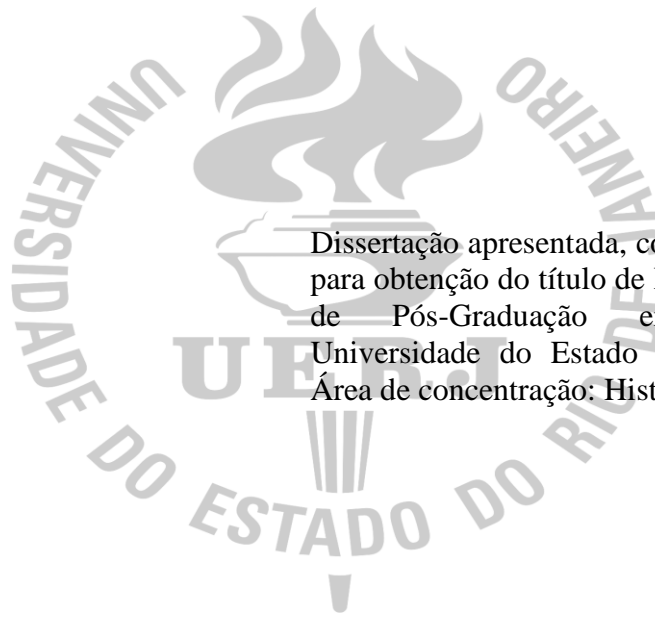
**Diplomacia sob disputa: A Política Externa Independente nas páginas da  
*Tribuna da Imprensa* e d'*O Estado de S. Paulo* (1961-1962)**

Rio de Janeiro

2017

Rafael Sales Rosa

**Diplomacia sob disputa: A Política Externa Independente nas páginas da *Tribuna da Imprensa* e d'*O Estado de S. Paulo* (1961-1962)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Antonio Souza Mendes

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

R788 Rosa, Rafael Sales.  
Diplomacia sob disputa: A Política Externa Independente nas páginas da *Tribuna da Imprensa* e d'*O Estado de S. Paulo* (1961-1962) / Rafael Sales Rosa. – 2017.  
157 f.

Orientador: Ricardo Antonio Souza Mendes.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.  
Bibliografia.

1. Brasil – Relações exteriores – História – Teses. 2. Imprensa e política – Brasil – História – Teses. 3. Cultura política – Brasil – História – Teses. I. Mendes, Ricardo Antonio Souza. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 327(81)(091)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Rafael Sales Rosa

**Diplomacia sob disputa: A Política Externa Independente nas páginas da  
*Tribuna da Imprensa e d'O Estado de S. Paulo (1961-1962)***

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 12 de Julho de 2017.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Ricardo Antonio Souza Mendes (Orientador)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof. Dr. Adriano de Freixo  
Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mônica Leite Lessa  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Rio de Janeiro

2017

## DEDICATÓRIA

À minha família, por tudo.

## AGRADECIMENTOS

À minha família, que sempre colocou a Educação em primeiro lugar e me proporcionou todas as ferramentas para que eu continuasse me qualificando na área da História. Minha mãe Isis, meu pai Vitorino e meu irmão Robinson foram-me verdadeiras fortalezas nos momentos mais angustiantes durante esta travessia da pós-graduação.

Ao Prof. Dr. Ricardo Antonio Souza Mendes, meu orientador do mestrado, que me acompanha desde a graduação em Licenciatura em História na Universidade Veiga de Almeida (UVA/RJ). Seus apontamentos e pedagógicas críticas foram de fundamental importância para cada etapa da escrita desta dissertação.

Ao Prof. Dr. Marcus Ajuruam de Oliveira Dezemone, um agradecimento especial por ter me supervisionado durante o Programa de Estágio Docente (PED) do PPGH-UERJ.

Ao Prof. Dr. Adriano de Freixo e à Prof. Dra. Mônica Leite Lessa, por aceitarem participar da minha banca de defesa e pelas observações pertinentes.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro, através da bolsa de pesquisa, durante os dois anos do mestrado.

À Daniela e ao Marco Antonio, funcionários da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ, sempre simpáticos e dispostos a solucionar com rapidez os deveres burocráticos dos pós-graduandos.

Meu muito obrigado a todos os citados!

Era natural que se levantassem contra essa posição política a incompreensão de alguns, os interesses contrariados de muitos, e o zelo exagerado daqueles que temem, nessas circunstâncias, desgostar amigos poderosos, em geral mais compreensivos do que eles diante das posições brasileiras.

*San Tiago Dantas* \*

---

\* DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Ed. atualizada. Brasília: FUNAG, 2011 [1962], p. 10.

## RESUMO

ROSA, Rafael Sales. **Diplomacia sob disputa:** A Política Externa Independente nas páginas da *Tribuna da Imprensa* e d'*O Estado de S. Paulo* (1961-1962). 2017. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

O objetivo dessa dissertação é analisar as perspectivas sobre a Política Externa Independente (PEI) nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Tribuna da Imprensa*, com foco para os eventos diplomáticos brasileiros dos anos 1961 e 1962. A pesquisa será encaminhada através da análise dos editoriais, das *charges* e das manchetes que divulgaram e interpretaram àquela diplomacia. Partindo da premissa teórica da cultura política do *udenismo* como chave interpretativa para o estudo de caso dos jornais das famílias Mesquita e Lacerda, procura-se investigar as representações e o imaginário político desses dois setores das direitas brasileiras acerca da Política Externa Independente, em uma conjuntura internacional acirrada pela divisão político-ideológica entre capitalismo e comunismo.

Palavras-chave: Política Externa Independente. Imprensa. Cultura política udenista.



## ABSTRACT

ROSA, Rafael Sales. **Diplomacy under dispute:** The Independent Foreign Policy on the pages of *Tribuna da Imprensa* and *O Estado de São Paulo* (1961-1962). 2017. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

The objective of this dissertation is to analyze the perspectives on the Independent Foreign Policy (PEI) in the newspapers *O Estado de S. Paulo* and *Tribuna da Imprensa*, focusing on the Brazilian diplomatic events of 1961 and 1962. The research will be conducted through the analysis of the Editorials, cartoons and headlines that publicized and interpreted that diplomacy. Starting from the theoretical premise of the political culture of Udenismo as an interpretive key to the case study of the newspapers of the Mesquita and Lacerda families, we seek to investigate the representations and the political imaginary of these two sectors of the Brazilian right-wings about the Independent Foreign Policy, in a fierce international conjuncture Political-ideological division between capitalism and communism.

Keywords: Independent Foreign Policy. Press. Udenist political culture.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustrações publicadas na *Tribuna da Imprensa*:

Figura 1 – Charge (Hilde) “Itamarati Bossa Nova” .....	70
Figura 2 – Charge (Hilde) “Berlim” .....	77
Figura 3 – Charge (Hilde) “Pilatos” .....	82
Figura 4 – Charge (Hilde) “1º Prêmio” .....	83
Figura 5 – Charge (Hilde) “Está Entregue” .....	88
Figura 6 – Charge (Hilde) “O Brinquedo Novo” .....	88
Figura 7 – Charge (Hilde) “O ‘Professor de Anticomunismo’” .....	90
Figura 8 – Charge (Hilde) “Nossa Amizade” .....	91
Figura 9 – Charge (Hilde) “Os 3 Reis Magos” .....	91
Figura 10 – Charge (Hilde) Sem título .....	92
Figura 11 – Charge (Hilde) “Ilhados” .....	95
Figura 12 – Charge (Hilde) “‘Twist’ Cubano” .....	95
Figura 13 – Fotojornalismo “Brasil com Cuba à esquerda” .....	98
Figura 14 – Fotojornalismo “San Tiago e Rusk, depois das desculpas” .....	98
Figura 15 – Charge (Hilde) “Salto Mortal – Só Para Um” .....	101
Figura 16 – Fotojornalismo “Bloqueio de Cuba agita o Brasil” .....	104

Ilustrações publicadas n’*O Estado de S. Paulo*:

Figura 17 – Charge (Hilde) – “Moda Hindu” .....	113
Figura 18 – Charge (Biganti) – “Gratidão” .....	117
Figura 19 – Charge (Biganti) – “Condecoromania” .....	117
Figura 20 – Fotojornalismo “Quadros Condecora Che Guevara; Regresso a Cuba” e “Lacerda Entrega a Chave Simbólica do Rio a Varona” .....	118
Figura 21 – Charge (Biganti) – Sem título .....	119
Figura 22 – Charge (Hilde) – Sem título .....	123
Figura 23 – Charge (Hilde) – “Bezerro de Ouro” .....	124
Figura 24 – Charge (Hilde) – “Café Pequeno” .....	124
Figura 25 – Charge (Biganti) – “Animais Domésticos” .....	125

Figura 26 – <i>Charge</i> (Hilde) – “Tapete Vermelho” .....	125
Figura 27 – <i>Charge</i> (Hilde) – “Institucionalização” .....	128
Figura 28 – <i>Charge</i> (Biganti) – “Preparativo” .....	130
Figura 29 – <i>Charge</i> (Hilde) – “Uma Vela à Deus...” .....	130
Figura 30 – <i>Charge</i> (Biganti) – “Naufrágio” .....	131
Figura 31 – <i>Charge</i> (Biganti) – “Ornitologia” .....	131
Figura 32 – <i>Charge</i> (Biganti) – “Diagnóstico” .....	133
Figura 33 – <i>Charge</i> (Biganti) – “Sinal Vermelho” .....	133
Figura 34 – <i>Charge</i> (Hilde) – Sem título .....	137
Figura 35 – <i>Charge</i> (Biganti) – Sem título.....	137
Figura 36 – <i>Charge</i> (Biganti) – “O Solitário” .....	139

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ADP – Ação Democrática Parlamentar
- ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio
- ALPRO – Aliança para o Progresso
- CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia
- CBA – Cruzada Brasileira Anticomunista
- CSN – Conselho de Segurança Nacional
- DSN – Doutrina de Segurança Nacional
- EMFA – Estado-Maior das Forças Armadas
- ESG – Escola Superior de Guerra
- EUA – Estados Unidos da América
- FAB – Força Aérea Brasileira
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FPN – Frente Parlamentar Nacionalista
- FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão
- IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
- IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
- ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
- JID – Junta Interamericana de Defesa
- JK – Juscelino Kubitschek
- MRE – Ministério das Relações Exteriores do Brasil – Itamaraty
- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
- O Estado* – *O Estado de S. Paulo*
- OEA – Organização dos Estados Americanos
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OPA – Operação Pan-Americana
- PCB – Partido Comunista Brasileiro
- PDC – Partido Democrata Cristão
- PEB – Política Externa Brasileira
- PEI – Política Externa Independente
- PIB – Produto Interno Bruto
- PRP – Partido da Representação Popular

PSD – Partido Social Democrático  
PSP – Partido Social Progressista  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PTN – Partido Trabalhista Nacional  
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito  
TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca  
*Tribuna* – *Tribuna da Imprensa*  
UDN – União Democrática Nacional  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
1 <b>BRASIL INQUIETO: DA ELEIÇÃO DE QUADROS À DEPOSIÇÃO DE GOULART</b> .....	17
1.1 <b>Governo Jânio Quadros: da euforia à (des)ilusão udenista</b> .....	17
1.2 <b>Política Externa Independente: breve história</b> .....	22
1.3 <b>Brasil e o sistema interamericano: o caso de Cuba e a renúncia de Quadros</b> .....	28
1.4 <b>Governo(s) João Goulart: aprofundamento e inviabilização da PEI</b> .....	30
2 <b>IMPrensa E POLÍTICA NO BRASIL DOS ANOS 1960</b> .....	40
2.1 <i>O Estado de S. Paulo e Tribuna da Imprensa: percursos históricos</i> .....	41
2.2 <b>O udenismo como cultura política do <i>Estado</i> e da <i>Tribuna</i></b> .....	45
2.3 <b>O jornal enquanto ator político: os casos da <i>Tribuna</i> e do <i>Estado</i></b> .....	61
3 <b>DO APOIO IRRESTRITO À OPOSIÇÃO MILITANTE: A PEI NA TRIBUNA</b> .....	65
3.1 <b>A simpatia inicial e a era da “Bossa Nova” no Itamaraty</b> .....	67
3.2 <b>Pontos nevrálgicos: “infiltração comunista”, Fidel e Berlim</b> .....	74
3.3 <b>A ruptura definitiva: a condecoração do “bandido” Che Guevara</b> .....	77
3.4 <b>Reatamento com a URSS: novo governo, discurso modificado</b> .....	84
3.5 <b>“Salto Mortal”: <i>Tribuna</i>, Brasil, Cuba e a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos</b> .....	93
3.6 <b>Crise dos Mísseis: a “bomba cubana” sobre a PEI</b> .....	101
4 <b>DA SUSPEIÇÃO À OPOSIÇÃO CONSERVADORA: A PEI N’O ESTADO</b> ....	107
4.1 <b>A PEI de Quadros à “moda hindu”</b> .....	108
4.2 <b>“Condecoromania”: a condecoração do “aventureiro” Che Guevara</b> .....	115
4.3 <b>Reatamento com a “Rússia bolchevista”: novo governo, discurso reforçado</b> .....	119
4.4 <b>“Uma Vela à Deus...”: <i>O Estado</i>, Brasil, Cuba e a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos</b> .....	126
4.5 <b>“Sensação de desmoronamento”: <i>O Estado</i> e o Brasil durante a Crise dos Mísseis</b> .....	135
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	143
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	149

## INTRODUÇÃO

Em princípios da década de 60, com os governos Jânio Quadros e Goulart e as gestões de Afonso Arinos, San Tiago Dantas e Araújo Castro, o país logrou, pela primeira vez, formular e implementar uma política externa não condicionada por premissas ideológicas e deliberadamente orientada para otimização dos interesses nacionais, no contexto internacional.<sup>1</sup>

Foram grupos de pressão que desencadearam a campanha contra a política externa própria e independente [...], interpretando, a seu modo, o interesse nacional. E não houve setor da opinião pública, indústria, comércio, igreja, trabalhadores, militares, estudantes, ex-chanceleres, governadores e imprensa que se omitisse. Sobre todos pairava a Imprensa – salvo as raras exceções de sempre – com seu tom indignado, combatendo o abandono da chamada diplomacia clássica ou da nossa tradição diplomática, vetando tudo, julgando-se a intérprete do interesse nacional [...].<sup>2</sup>

Essa dissertação propõe-se a abordar duas questões controversas: a Política Externa Independente (PEI) e o papel político da imprensa. O objetivo principal é analisar como essa diplomacia brasileira foi interpretada e disputada por dois influentes jornais do eixo Rio-São Paulo: *Tribuna da Imprensa* e *O Estado de S. Paulo*.

A Política Externa Independente foi uma política de Estado executada durante os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964). Inspirada no nacionalismo<sup>3</sup> e ultrapassando as experiências anteriores da diplomacia brasileira<sup>4</sup>, a PEI oportuniza uma nova proposta de inserção internacional para o país: “procurava obter uma posição de relativa autonomia dos blocos político-econômicos do período da Guerra Fria, a saber, o capitalista e o socialista”<sup>5</sup>. Como consequência dessa redefinição do Itamaraty e para além dos projetos de política interna executados por Quadros e Goulart, a política externa brasileira torna-se um

<sup>1</sup> JAGUARIBE, Helio. Introdução Geral. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (orgs.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. Volume I. Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2006. p. 31.

<sup>2</sup> RODRIGUES, José Honório. **Interesse nacional e política externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 89.

<sup>3</sup> Clodoaldo Bueno destaca que “a PEI, calcada no nacionalismo, não só ampliou a política de JK [i.e: a Operação Pan-Americana] em termos de geografia, como também enfatizou as relações Norte-Sul”, um esforço complexo em razão do conflito ideológico da Guerra Fria que dividia o mundo entre Leste-Oeste. Cervo & BUENO apud VISENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil II (1930-1964): o nacionalismo, da Era Vargas à Política Externa Independente**. 2 ed. revisada e ampliada. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 132.

<sup>4</sup> José Honório Rodrigues, grande estudioso das relações internacionais brasileiras e “testemunha” da diplomacia da PEI, afirma que “a política externa de 1912 a 1960, sem maiores alterações, consiste em acompanhar os Estados Unidos, nos seus programas de pan-americanismo, de solidariedade e colaboração”. RODRIGUES, José Honório. **Interesse nacional e política externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 36.

<sup>5</sup> DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **Questão de Cuba: a Política Externa Independente e a Crise dos Mísseis**. 379 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. p. 14.

importante catalisador das demandas da sociedade e dos conflitos políticos que ganharam expressão no Brasil da primeira metade dos anos 1960<sup>6</sup>.

A hipótese levantada por este trabalho é a de que a PEI e seus formuladores (presidentes e ministros do Exterior) foram desqualificados e demonizados pela *Tribuna da Imprensa* e pelo *O Estado de S. Paulo*, especialmente a partir da progressiva aproximação do Brasil com a URSS e os demais países do Leste Europeu, além da atuação do Itamaraty frente à questão cubana, na qual *Tribuna* e *O Estado* constantemente acusavam um suposto distanciamento do Ministério das Relações Exteriores à uma “diplomacia clássica” brasileira – por suposto, de alinhamento automático com a política externa dos EUA. De acordo com o presente estudo, aquela desqualificação seria consequência de duas posições político-ideológicas que permeiam a linha editorial dos dois jornais: o pertencimento ou aproximação dos periódicos a setores conservadores das direitas<sup>7</sup> brasileiras; e a recusa e o combate militante ao comunismo<sup>8</sup>.

No Capítulo 1 tratamos do protagonismo da Política Externa Independente durante os governos de Jânio Quadros e de João Goulart. Quando e por que motivo a PEI surgiu, qual seu contexto doméstico e internacional, quais os ministros que estiveram à frente do Itamaraty durante este período e quais os eventos mais singulares de tal diplomacia brasileira, além dos desafios lançados ao Brasil no relacionamento com Cuba e URSS, cujas referências são as obras de Vizontini<sup>9</sup>, Skidmore<sup>10</sup>, Quintaneiro<sup>11</sup>, Dulci<sup>12</sup>, Quadros<sup>13</sup> e Dantas<sup>14</sup>.

No Capítulo 2 aprofundaremos a discussão acerca da *Tribuna* e do *Estado* e a relação intrínseca entre imprensa e política. Não descuidando das características técnicas (tais como fundação, tiragem, formato, circulação e o nível do parque gráfico e da empresa capitalista) e

<sup>6</sup> De acordo com Jean-Baptiste Duroselle, “não há nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política interna”. Duroselle apud MILZA, Pierre, Op. cit., p. 369.

<sup>7</sup> Segundo o cientista político italiano Norberto Bobbio, as direitas não representam necessariamente posições essencialistas, porém, mesmo considerando-se as especificidades de cada conjuntura política, alguns ideais lhe seriam característicos. Para as direitas a liberdade constitui-se como o fim último de toda sua mobilização política, como também a força da tradição, da herança, do liberalismo e a fé de que a desigualdade social seria uma condição natural e, neste sentido, impossível de ser modificada pelo Homem. Cf. BOBBIO, Norberto.

**Direita e esquerda:** razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Ed. UNESP, 1995. pp. 95-110.

<sup>8</sup> Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, “anticomunistas seriam aqueles indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação”. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002. p. XIX.

<sup>9</sup> VISENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil II (1930-1964): o nacionalismo, da Era Vargas à Política Externa Independente**. 2 ed. revisada e ampliada. Petrópolis: Vozes, 2009.

<sup>10</sup> SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

<sup>11</sup> QUINTANEIRO, Tania. **Cuba e Brasil – da revolução ao golpe (1959-1964): uma interpretação sobre a política externa independente**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1988.

<sup>12</sup> DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1986.

<sup>13</sup> QUADROS, Jânio da Silva. A Nova Política Externa do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, ano IV, n. 16, dezembro de 1961, p. 150-156.

<sup>14</sup> DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Brasília: FUNAG, 2011 [1962].



uma vez que compreendemos a imprensa como ator político, a ênfase será dada ao lugar e ao papel exercido por ambos os jornais no campo do jornalismo brasileiro: a linha editorial dos periódicos, os diretores e editorialistas à época da PEI. A partir desse estudo, indicamos as relações ou afinidades de tais profissionais da imprensa com uma dada cultura política<sup>15</sup> conservadora: o chamado *udenismo*, compreendido por Benevides<sup>16</sup> enquanto um conjunto de valores expressados em torno do liberalismo, do elitismo, do moralismo e da mística da ordem.

Como arcabouço teórico, ainda tratando-se do Capítulo 2, nossas principais referências são os autores: Serge Berstein<sup>17</sup>, para refletir sobre essa “cultura política” udenista identificada com os proprietários da *Tribuna* e do *Estado*; Pierre Bourdieu<sup>18</sup> para analisar a pertinência do “poder simbólico” e do “habitus” aplicados às famílias Mesquita e Lacerda; Roger Chartier<sup>19</sup> para analisar o funcionamento das “representações” entre os editorialistas da *Tribuna* e d’*O Estado*; e Claudia Wasserman<sup>20</sup> para a compreensão da “formação discursiva” enquanto análise das ideias-força nas produções dos jornais sobre a Política Externa Independente.

Os Capítulos 3 e 4 possuem praticamente a mesma formatação textual – a única diferença é a existência de um tópico a mais no terceiro capítulo. Com efeito, nestes capítulos procura-se analisar a maneira pela qual a *Tribuna da Imprensa* e *O Estado de S. Paulo* compreenderam e posicionaram-se frente à Política Externa Independente e suas principais diretrizes, quais sejam: a ampliação das relações comerciais brasileiras; a defesa da autodeterminação dos povos e da não-intervenção; e a busca da paz e da coexistência pacífica.

Perseguimos nas páginas impressas os assuntos e eventos que mais receberam atenção dos jornais e através dos quais ambos tentaram ditar a agenda da diplomacia brasileira.

---

<sup>15</sup> Utilizamos aqui o sentido empregado pelo historiador francês Serge Berstein: cultura política é um “sistema de valores, de normas, de crenças que [os humanos] partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade”. Cf. BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean-François Sirinelli. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 363.

<sup>16</sup> BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

<sup>17</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean-François Sirinelli. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363. Utilizamos aqui o sentido empregado pelo historiador francês Serge Berstein: cultura política seria um “[...] sistema de valores, de normas, de crenças que [os humanos] partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade”. Cf. BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean-François Sirinelli. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 363.

<sup>18</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989 e **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

<sup>19</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **À beira da falésia**. A História entre certezas e inquietações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 61-79.

<sup>20</sup> WASSERMAN, Claudia. **Palavra de Presidente**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

Apresenta-se o significado da PEI para a *Tribuna* e para *O Estado*. Identifica-se possíveis transformações nas percepções relativas à PEI. Analisa-se se esta diplomacia foi interpretada de maneira positiva ou negativa pelos periódicos. Concomitante à análise da PEI, procura-se observar também como os dois jornais se posicionaram em relação à atuação dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart e dos chanceleres Afonso Arinos, San Tiago Dantas e Hermes Lima que estiveram à frente do Ministério das Relações Exteriores durante os eventos diplomáticos dos anos de 1961 e 1962.

Para tanto, a pesquisa dará ênfase aos editoriais, às *charges* e às manchetes, posto que reconhecemos nestes três tipos de materiais jornalísticos – dadas as suas diferentes características – os que possuem maior valor simbólico. As *charges* e caricaturas apresentam grande importância analítica para essa pesquisa, posto que elas estão presentes em praticamente todo o período analisado nos jornais, desde as primeiras medidas lançadas pelo governo Quadros em fevereiro de 1961 até a participação da diplomacia brasileira durante a Crise dos Mísseis cubanos em outubro de 1962. Assim, não objetiva-se apresentar esses materiais visuais como meras ilustrações, mas compreendemos os mesmos como fonte e “documento a ser utilizado para a análise do objeto histórico em tela”<sup>21</sup>, no caso: a Política Externa Independente.

Nas Considerações Finais, além da apresentação dos resultados da pesquisa, indicamos a partir do método comparativo as principais aproximações e afastamentos nas produções observadas nos jornais *Tribuna* e *O Estado* acerca da Política Externa Independente.

Importante destacar que toda a pesquisa das fontes primárias dos jornais foi realizada a partir dos sites da “Hemeroteca Digital” da Biblioteca Nacional (para o caso das edições da *Tribuna da Imprensa*) e do “Acervo Estadão” (referente às edições de *O Estado de S. Paulo*). As *charges* e fotografias aqui reproduzidas foram retiradas desses dois endereços eletrônicos<sup>22</sup>.

Este trabalho busca, por fim, oportunizar uma análise que entrelaça Imprensa, História e Relações Internacionais.

---

<sup>21</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002. p. 90.

<sup>22</sup> Pedimos a compreensão dos leitores para com as imagens trabalhadas por essa pesquisa, especialmente as fotografias publicadas pelos dois jornais, posto que em decorrências da deterioração, os arquivos estão escurecidos, o que pode vir a dificultar a identificação dos citados.

# 1 BRASIL INQUIETO: DA ELEIÇÃO DE QUADROS À DEPOSIÇÃO DE GOULART

Houve um tempo, diz-nos Roberto Schwarz, em que o país estava irreconhecivelmente inteligente: “*Política Externa Independente*”, “reformas estruturais”, “libertação nacional”, “combate ao imperialismo e ao latifúndio”: um novo vocabulário – inegavelmente avançado para uma sociedade marcada pelo autoritarismo e pelo fantasma da imaturidade de seu povo – ganhava a cena, expressando um momento de intensa movimentação na vida brasileira.<sup>23</sup>

## 1.1 Governo Jânio Quadros: da euforia à (des)ilusão udenista

“Interlúdio de agonia” e “ilusão udenista”, assim qualificaram Thomas Skidmore<sup>24</sup> e Maria Victoria de Mesquita Benevides<sup>25</sup>, respectivamente, o governo Jânio Quadros. De fato, o mandato janista foi realmente efêmero, um interlúdio: previsto na Constituição se estender ao longo de cinco anos, até janeiro de 1966, durou apenas sete meses incompletos. Além disso, Quadros deu fim ao seu governo de maneira agonizante, pegando de surpresa grande parte da nação que havia lhe confiado o voto: através do dispositivo da renúncia, até então inédito na história do Brasil, apresentado pelo ministro da Justiça Pedroso Horta ao Congresso Nacional, no dia 25 de agosto de 1961.

A definição de Maria Benevides também tem explicação. Fundada em 7 de abril de 1945, a União Democrática Nacional (UDN) passara a congregar em suas fileiras significativas forças políticas, sociais e intelectuais contrárias à ditadura estadonovista de Getúlio Vargas que dava sinais de chegar ao fim. E após ser derrotada sucessivamente nas eleições presidenciais de 1945, 1950 e 1955 para forças perfiladas ao getulismo, apesar de suas diferenças – como Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Dornelles Vargas e Juscelino Kubitschek de Oliveira, respectivamente –, a UDN finalmente conseguiu no sufrágio de 3 de outubro de 1960 se não emplacar um candidato oficial seu (uma vez que Quadros, desentendido durante o processo de escolha do vice da chapa<sup>26</sup>, retira sua filiação da UDN e

<sup>23</sup> HOLLANDA, Heloisa Buarque de & GONÇALVES, Marcos A. **Cultura e participação nos anos 60**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 8. Grifos nossos.

<sup>24</sup> SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. Tradução: Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 227.

<sup>25</sup> BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 113.

<sup>26</sup> Jânio Quadros era entusiasta de lançar Fernando Ferrari (PTB-PR) como vice de sua chapa, enquanto importantes forças udenistas desejavam o nome de Leandro Maciel (UDN-SE). Sem as partes chegarem a um acordo, Quadros decide numa reunião de cúpula de 25 de novembro de 1959 retirar sua candidatura da UDN (candidato eleito desde a Convenção Nacional do partido no dia 8 de novembro do mesmo ano) e concorrer à

ingressa no inexpressivo PTN, Partido Trabalhista Nacional), ao menos ajudar na expressiva vitória de um político que se distanciava da então hegemônica aliança PTB-PSD (Partido Social Democrático). A ilusão está no sentido de que para a UDN o presidente Jânio Quadros colocaria em prática tudo aquilo que representava e custava de mais caro às direitas brasileiras e à cultura política<sup>27</sup> udenista: liberalismo, moralismo, elitismo e ordem<sup>28</sup>.

No tocante à política interna, pode-se dizer que as medidas de Jânio não desapontaram os udenistas, muito pelo contrário: para combater a escalada da inflação (uma de suas principais bandeiras de campanha, se não a principal), o governo promoveu uma severa política de austeridade econômica que demandou o congelamento dos salários, a não emissão monetária e cortes orçamentários. Quadros também decretou a Instrução 204 da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), responsável por desvalorizar o cruzeiro em 100%, postura que ficaria conhecida como “verdade cambial”, e por dar fim aos subsídios federais ao trigo e ao petróleo<sup>29</sup>, o que elevou consideravelmente o custo de vida dos brasileiros e, por outro lado, agradou a elite nacional (da qual a UDN fazia parte) e o capital internacional representado pela figura do Fundo Monetário Internacional (FMI), que desde 1959 estava rompido com o governo JK.

Entretanto, no plano internacional, Jânio Quadros inaugura a Política Externa Independente (PEI) e apesar do seu curto governo, tal diplomacia brasileira representara se não uma ruptura com todo o passado da Política Externa Brasileira (PEB)<sup>30</sup>, ao menos uma

presidência pelo modesto PTN. Entretanto, visando o mal menor, no decorrer da campanha os udenistas apresentariam oficialmente apoio à Quadros, “porque o Jânio ganharia de qualquer maneira – ou ganhava conosco ou ganhava com o PTB – e, se ganhasse com o PTB, representaria de novo a permanência de toda aquela má gente”, segundo lembra Lacerda. LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3 ed. revista e atualizada. Prefácio de Ruy Mesquita e organização de Claudio Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. p. 238 e seguintes.

<sup>27</sup> Utilizamos aqui o sentido empregado pelo historiador francês Serge Berstein: cultura política seria um “[...] sistema de valores, de normas, de crenças que [os humanos] partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade”. Cf. BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean-François Sirinelli. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 363. Discutiremos este conceito no capítulo 2.

<sup>28</sup> BENEVIDES. Op. cit. p. 113.

<sup>29</sup> VISENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil II (1930-1964): o nacionalismo, da Era Vargas à Política Externa Independente**. 2 ed. revisada e ampliada. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 125.

<sup>30</sup> Existe uma discussão na historiografia brasileira acerca de qual teria sido tendência da Política Externa Independente. Enquanto alguns autores, como Paulo Vinentini, enfatizando a questão econômica, defendem que, apesar de algumas inovações, a PEI representou certa continuidade das políticas externas de Getúlio Vargas (1951-1954) e de Juscelino Kubitschek (1956-1961), outros, como Williams Gonçalves, priorizando a análise do político, interpretam que tal diplomacia constituiu-se como uma ruptura perante as experiências pretéritas da Política Externa Brasileira. Para este assunto, ver: BRUM, Thiago Pereira Caldas. **Ruptura e Continuidade: as correntes historiográficas da Política Externa Independente**. 2008. 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

“nova proposta de inserção internacional para o país”<sup>31</sup>. É curioso que a PEI tenha sido lançada precisamente por um governo tido como conservador<sup>32</sup>. De fato,

A eleição do conservador Jânio Quadros pela União Democrática Nacional (UDN) [sic] – com Goulart do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) eleito de forma independente como vice, o que era possível na época – vem provar que não existe relação linear entre política externa e interna. O ministro das Relações Exteriores (da UDN mineira) [sic], era igualmente um conservador.<sup>33</sup>

Importante observar a formação das demais pastas do governo:

A organização do novo ministério obedeceu ao critério do atendimento às correntes partidárias que haviam apoiado o presidente eleito. Couberam à UDN quatro pastas: Fazenda (Clemente Mariani), Exterior (Afonso Arinos), Minas e Energia (João Agripino) e Agricultura (Romero Cabral da Costa, indicado pelo governador Cid Sampaio). Eram ministérios importantes e seus ocupantes – a não ser o último, desconhecido fora de Pernambuco -, figuras de relevo no partido [UDN]. A escolha, no entanto, espelhava a ambivalência já sublinhada. Mariani era um banqueiro de tradição, representante típico das chamadas “classes conservadoras”, ao passo que Arinos e Agripino sintonizavam com os propósitos reformistas de Quadros e nessa medida se distanciavam do ideário populista.<sup>34</sup>

Como vemos, o Ministério da Fazenda foi reservado ao monetarista ortodoxo Clemente Mariani da UDN da Bahia, o Ministério de Minas e Energia ao João Agripino da UDN da Paraíba e o Ministério da Agricultura a Romero Cabral da Costa, empresário agroindustrial pernambucano sem partido, porém próximo ao governador Cid Sampaio (UDN-PE), e, portanto, uma indicação deste. Os ministros militares eram da mesma maneira conservadores:

Os chefes militares, por sua vez, eram de tendência udenista: Marechal Odylo Denys, que já se afastara definitivamente da ala nacionalista do Gen. Lott (rompendo a homogeneidade da cisão 24 de agosto versus 11 de novembro) é mantido no Ministério da Guerra; na Marinha o Almirante Silvio Heck, comandante do Cruzador Tamandaré no episódio de 55, e vinculado aos lacerdistas; Brigadeiro Grum Moss, da ala mais “brigadeirista” [referência ao brigadeiro Eduardo Gomes,

<sup>31</sup> PINHEIRO, Letícia. O Brasil no mundo. In: GOMES, Angela de Castro. **Olhando para dentro, 1930-1964**. Vol. 4. São Paulo: Objetiva e Fundación Mapfre, 2015. p. 170.

<sup>32</sup> Importante frisar aqui que tomamos o sentido de conservadorismo não como uma ideologia reativa e antirracionalista, mas antes um conceito vinculado ao “campo da modernidade”, dotado de um “corpo teórico articulado” para “vias da construção do mundo moderno”. Ver SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Redefinindo a direita. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (orgs.). **Dicionário crítico do pensamento da direita: ideias, instituições e personagens**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000. p. 11-21.

<sup>33</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. 3 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 23. De modo que não exista confusão, é importante sinalizar que o autor passou a assinar seu sobrenome com duas ortografias distintas: “Vizentini”, a original, e “Visentini”. Como já atentamos anteriormente, Jânio Quadros elegeu-se presidente pelo PTN e não pela UDN. Já Afonso Arinos iniciara sua carreira política pela UDN mineira, porém desde 1959 era senador pela UDN da Guanabara, tendo sido, à época, apoiado pelo seu amigo pessoal, o político e jornalista Carlos Lacerda.

<sup>34</sup> DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1986. p. 168.

candidato à presidência pela UDN em 1945 e 1950] da FAB e o General Cordeiro de Farias na chefia do Estado Maior das Forças Armadas.<sup>35</sup>

O ministério do Exterior foi oferecido a Afonso Arinos de Melo Franco da UDN da Guanabara, igualmente um político alinhado às forças conservadoras, “membro de distinta família mineira”, signatário do Manifesto dos Mineiros de 1943 e “veterano antigetulista, que estivera na linha de frente do agressivo ataque a Vargas em 1954, e um dos primeiros a denunciar o golpe de Lott em novembro de 1955”<sup>36</sup>. Afonso Arinos seria assim, aparentemente, a maior contradição para quem teria o dever levar adiante, ou melhor, lançar as bases da nova política externa brasileira que iniciava-se com o mandato de Jânio Quadros. Mas, como aponta Paulo Vinentini, “geralmente um governo conservador tem maior margem de manobra para promover uma alteração desse tipo”<sup>37</sup>. Além dessa acusada margem de manobra, importantes mudanças processavam-se tanto no âmbito interno quanto no externo e, tornavam por ajudar no desafio de renovar as bases da diplomacia brasileira – o que foi conscientemente percebido por Quadros e pelo chanceler Arinos.

No plano doméstico, não se deve menosprezar o rápido crescimento populacional que vinha processando-se no Brasil. Em 1961 a população brasileira alcançara a marca de setenta e dois milhões de habitantes, “quase 20 milhões a mais que uma década antes”. A urbanização avançava-se em ritmo acelerado especialmente desde o decorrer do governo JK e seu programa econômico de desenvolvimentismo-associado. Junto do aumento da população urbana, ocorria forte êxodo rural. Em termos econômicos, a produção industrial em 1961 já havia ultrapassado a produção agrícola, graças aos produtos das indústrias de base, da automobilística e de consumo durável. Em compensação, o país ainda dependia majoritariamente das exportações de produtos primários e de *commodities*, que por sua vez, sofriam com a depreciação progressiva dos termos de troca. Dada a transformação verificada em diversos níveis da sociedade brasileira, “o volume das exportações e o de importações estava muito aquém das necessidades da economia”<sup>38</sup>.

Acerca da dimensão internacional, igualmente ocorriam transformações das mais substanciais. A recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão abria novas frentes de financiamento e comércio para o Brasil, ampliando suas opções para além dos mercados tradicionais como EUA e América Latina. Por outro lado, a consolidação do bloco socialista, e principalmente o estabelecimento da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas)

---

<sup>35</sup> BENEVIDES. Op. cit. p. 115.

<sup>36</sup> SKIDMORE. Op. cit. p. 234 e p. 440.

<sup>37</sup> VIZENTINI. Op. cit. p. 23.

<sup>38</sup> VISENTINI. Op. cit. p. 124. VIZENTINI. Op. cit. p. 30.

como potência mundial, além de constituir-se como um forte trunfo para a barganha brasileira perante Washington, também apresentava-se como outra alternativa de ampliação comercial para o país.

Nos EUA, o término do governo de Eisenhower e a eleição do democrata John F. Kennedy, que já no seu discurso de posse apresentara o projeto da Aliança para o Progresso (ALPRO) – uma clara resposta à proposta da Operação Pan-Americana (OPA) formulada pelo governo JK e ao desafio da Revolução Cubana perante o sistema interamericano – da mesma maneira oportunizava um novo tipo de relacionamento entre Washington e os países latino-americanos.

A descolonização da Ásia e, particularmente da África, que além de ampliar o número de integrantes, fazia com que os novos países perdessem a vantagem artificial de concorrência perante o Brasil e concomitantemente, constituíssem como um mercado para as exportações brasileiras. Por fim, a formação do Movimento dos Países Não-Alinhados apresentava-se como um grupo de nações que não aceitava o quadro bipolar da Guerra Fria<sup>39</sup>.

Todos esses pontos destacados acima motivaram e, principalmente, compeliram as autoridades brasileiras a apresentar soluções viáveis para os desafios da década que se iniciara. Importante frisar que antes mesmo de ser eleito no pleito de 3 de outubro de 1961, Jânio Quadros já demonstrava que, uma vez na presidência e “premido pela situação interna e pelas aceleradas transformações mundiais”, modificaria a então diplomacia brasileira, “superando muitas limitações dos governos Vargas e Kubistchek”<sup>40</sup>. Em abril de 1960, acompanhado do senador udenista e futuro chanceler Afonso Arinos, Quadros visitar a ilha de Cuba, a convite de Fidel Castro, reunindo-se com o líder da Revolução Cubana<sup>41</sup>. Também visita a URSS, conferenciando-se com o líder Nikita Krushev. Da mesma maneira, Jânio ainda em campanha presidencial mostrava-se solidário aos países afro-asiáticos que buscavam a independência das metrópoles europeias<sup>42</sup>. Frequentemente publicavam-se entrevistas e comentários de Quadros nos veículos de imprensa enfatizando que uma de suas principais plataformas de campanha seria o “reatamento com todos os países”<sup>43</sup> e que

Ao Brasil corresponde, em nome das suas mais caras tradições, garantir as liberdades democráticas aos seus filhos e através de uma política exterior independente, autêntica, serena, porém firme e desassomburada, desdobrar-se para

<sup>39</sup> VIZENTINI. *Op. cit.* p. 28.

<sup>40</sup> VIZENTINI. *Op. cit.* p. 23.

<sup>41</sup> Há um curto, porém interessante, registro audiovisual do Arquivo Nacional sobre a visita da comitiva brasileira liderada pelo presidente Jânio Quadros a Cuba em abril de 1960. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hHoXOstJIMQ>>. Acesso em 2 de fevereiro de 2016.

<sup>42</sup> *Tribuna da Imprensa*, 28 de julho de 1960, capa, “Jânio fala de política internacional”.

<sup>43</sup> *Tribuna da Imprensa*, 11 de agosto de 1960, pág. 5. Jânio reitera em mensagem seu apoio aos trabalhadores.

que viva o mundo em paz, liberto das influências imperialistas de qualquer tendência e das manifestações colonialistas e neofascistas. Este o exemplo que o Brasil pode e tem por dever oferecer ao mundo.<sup>44</sup>

Enfim, depreende-se da assertiva acima que a nascente política internacional afigurava-se como um meio fundamental para o governo brasileiro e para o êxito do projeto político de Jânio Quadros.

A seguir será definida em linhas gerais a Política Externa Independente.

## 1.2 Política Externa Independente: breve história

Iniciada no efêmero governo Jânio Quadros e aprofundada durante o governo João Goulart, a PEI fora uma política de Estado que orientou as relações internacionais do Brasil de fevereiro de 1961 a março de 1964, na qual objetivava-se conquistar maiores dividendos políticos, econômicos e tecnológicos para o País. Rejeitando a bipolaridade rígida da Guerra Fria<sup>45</sup>, em que nações tendiam a alinhar-se automaticamente ao bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos da América (EUA) ou ao bloco comunista capitaneado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o Brasil advogava a todos – mas, antes, a si próprio – o direito de autodeterminação em suas decisões de política externa. Não era uma abstenção ou posição neutralista<sup>46</sup>, mas, sobretudo, autônoma e independente: se posicionar de acordo com os seus interesses e dar sua contribuição à solução pacífica de possíveis controvérsias internacionais<sup>47</sup>.

A PEI pode ser considerada “uma resposta da diplomacia brasileira às aceleradas transformações internacionais, em particular o surgimento de novos atores e a modificação do caráter de outros, cujas necessidades e cujos anseios os posicionavam fora da política dos

<sup>44</sup> *Tribuna da Imprensa*, 4 de janeiro de 1960, pág. 3. Mensagem de Jânio fala em tempos ásperos e em fé.

<sup>45</sup> Robert McMahon descreve o período entre 1958 e 1962 como “os anos de ‘perigo máximo’” da Guerra Fria. Ver MCMAHON, Robert. **Guerra Fria**. Porto Alegre: L&PM, 2012. p. 94.

<sup>46</sup> Alguns autores compreendem que a Política Externa Independente (especialmente durante o período do governo Jânio Quadros) pautou-se por uma posição neutralista: uma espécie de “neutralismo isebiano” ou ao menos um “quase neutralismo, apesar de inúmeras vezes o Ministério das Relações Exteriores –Itamaraty ter recusado estes paradigmas, posto que o Brasil, ao invés de ficar neutro entre URSS e EUA, se posicionava perante os eventos mundiais de acordo com seu acumulado histórico, além de possuir interesses conflitantes com o grupo dos Neutralistas e dos Não Alinhados, o que poderia inviabilizar um protagonismo que a diplomacia brasileira almejava obter perante os países subdesenvolvidos do chamado “Terceiro Mundo”. Ver VISENTINI, Op. cit., p. 170-1; CRUZ, José Humberto de Brito. Aspectos da evolução da diplomacia brasileira no período da “Política Externa Independente”. **Cadernos do IPRI**, n.2, 1989, p. 47.

<sup>47</sup> Quintaneiro afirma que com a presidência de Jânio Quadros “a política externa penetrava mais profundamente os diversos níveis da consciência social e mantinha uma articulação viva e direta com os processos internos”. QUINTANEIRO, Tania. **Cuba e Brasil: da revolução ao golpe (1959-64)**. Belo Horizonte: UFMG, 1988. p. 21.



centros dominantes”<sup>48</sup>. Igualmente pode ser compreendida, em termos econômicos, como uma resposta a deterioração dos termos de troca, em especial a progressiva baixa dos preços dos produtos primários em relação aos produtos industrializados. Sendo exportador basicamente dos primeiros e tão dependente dos últimos, o Brasil era compelido constantemente a procurar novos parceiros comerciais, a fim de equilibrar sua balança comercial e manter o ritmo de crescimento apresentado nos últimos anos. Este ponto é essencial, pois a Política Externa Independente se apresentaria para as autoridades governamentais como um “instrumento diplomático do interesse nacional, isto é, como elemento de apoio ao processo de desenvolvimento industrial brasileiro”<sup>49</sup>, posto que o modelo de industrialização por substituição de importação já no final do governo JK sinalizava limitações e a necessidade cada vez mais imperativa de utilizar a diplomacia como um meio para a realização de projetos nacionais.

O presidente Jânio Quadros e o chanceler Afonso Arinos foram os responsáveis pela implementação da nova política externa brasileira a partir de janeiro de 1961, mas tudo indica que ambos não tiveram tempo suficiente para aprofundarem tal experiência diplomática já que Quadros renunciaria após sete meses de governo. É neste sentido que Francisco Clementino de San Tiago Dantas, o primeiro chanceler do governo João Goulart, destacara no prefácio do seu livro que “encontrei iniciada no Itamaraty”<sup>50</sup> a Política Externa Independente, o que o fez decidir pela sua manutenção e, mais, pela sistematização dos princípios gerais de tal projeção internacional através de quatro diretrizes:

[i] contribuição à preservação da paz, através, da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo; [ii] reafirmação e fortalecimento dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos; [iii] ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas; [iv] apoio à emancipação dos territórios não-autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua rejeição à metrópole.<sup>51</sup>

---

<sup>48</sup> VIZENTINI. Op. cit. p. 27. Paulo Vizontini diz ainda que Jânio Quadros “soube tirar proveito do impacto internacional promovido pelo advento da administração John F. Kennedy e da Revolução Cubana, buscando inspiração no nacionalismo do presidente francês Charles de Gaulle, que buscava autonomia para a França dentro da aliança ocidental”. VIZENTINI. p. 23.

<sup>49</sup> VIZENTINI. Op. cit. p. 28.

<sup>50</sup> SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. **Política Externa Independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011 [1962]. p. 9.

<sup>51</sup> SAN TIAGO DANTAS. Op. cit. p. 10. Interpolações nossas. San Tiago Dantas cita ainda um quinto princípio, em fase de implementação no momento da escrita do livro, referente à “política de autoformulação dos planos de desenvolvimento econômico e de prestação e aceitação de ajuda internacional”, talvez melhor representado a partir do lançamento da “Aliança para o Progresso” pelo presidente estadunidense John F. Kennedy em agosto de 1961.

Entretanto, os mais de quatrocentos memorandos de Jânio Quadros para o Ministério das Relações Exteriores, marcados pela “informalidade e estilo direto [...] permitem ao leitor surpreender a política externa independente em seu nascedouro e intuir as mudanças de clima político introduzidas pelo presidente Quadros em seu curto mandato”<sup>52</sup>. As entrevistas à imprensa e audiências de Afonso Arinos na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados da mesma forma são momentos ricos que endossam essa perspectiva.

Nessas ocasiões foram apresentados alguns dos principais preceitos que formariam o novo paradigma diplomático brasileiro: a defesa do primado do Direito Internacional e dos princípios de *não intervenção* e *autodeterminação dos povos* (empregados especialmente na questão de Cuba); a defesa da paz e do desarmamento geral; o restabelecimento de relações diplomáticas e econômicas com todos os países, inclusive os socialistas; a posição favorável de colocar em debate na ONU a questão da República Popular da China; o apoio resolutivo a favor dos processos de independência contra todos os colonialismos, com ênfase para o caso da Angola, entre outros assuntos. Exemplo ímpar é o Capítulo IV da Mensagem Presidencial de Jânio Quadros ao Congresso Nacional de 20 de março de 1961 sobre a “Política Externa do Brasil”, no qual ao final do documento são pontuados os principais pontos da então nascente Política Externa Independente:

1. respeito aos compromissos e à posição tradicional do Brasil no mundo livre;
2. ampliação dos contatos com todos os países, inclusive os do mundo socialista;
3. contribuição constante e objetiva à redução das tensões internacionais, quer no plano regional, quer no mundial;
4. expansão do comércio externo brasileiro;
5. apoio decidido ao anticolonialismo;
6. luta contra o subdesenvolvimento econômico;
7. incremento das relações com a Europa, em todos os planos;
8. reconhecimento e atribuição da devida importância aos interesses e aspirações comuns ao Brasil e às nações da África e da Ásia;
9. estabelecimento e estreitamento de relações com os Estados africanos;
10. fidelidade ao sistema interamericano;
11. continuidade e intensificação da Operação Pan-Americana;
12. apoio constante ao programa de Associação do Livre Comércio Latino-Americano;
13. a mais íntima e completa cooperação com as repúblicas irmãs da América Latina, em todos os planos;
14. relações de sincera colaboração com os Estados Unidos, em defesa do progresso democrático e social das Américas;
15. apoio decidido e ativo à Organização das Nações Unidas para que ela constitua a garantia efetiva e incontestável da paz internacional e da justiça econômica.<sup>53</sup>

<sup>52</sup> FRANCO, Álvaro da Costa (org). Bilhetes do presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores. In: **Cadernos do CHDD**. Ano V, n. 8. Brasília: FUNAG-CHDD, 2006. p. 313-484.

<sup>53</sup> FRANCO, Álvaro da Costa (org.). **Documentos da Política Externa Independente**. Volume I. Brasília: FUNAG-CHDD, 2007. p. 58-59.

Após ser empossado no último dia de janeiro, a imprensa passaria a dar ainda maior atenção aos gestos de Jânio em relação à política internacional. Existia uma expectativa de que o presidente, por tudo que vinha demonstrando, modificaria e atualizasse a PEB dentro das linhas históricas do Itamaraty, isto é, sem grandes rupturas com o acumulado histórico do MRE.

O primeiro episódio importante pelo qual Jânio se deparou, referindo-se ao “apoio decidido ao anticolonialismo”, foi o do Santa Maria, navio português apressado no mar do Caribe por forças lideradas pelo capitão Henrique Galvão que, perseguido pela marinha norte-americana, aportaria em Recife. Galvão havia se transformado em um ícone da luta contra a ditadura salazarista por apoiar o nascente movimento de independência angolano. Apesar de não ter concedido “estado de guerra” aos revoltosos para lhe proporcionarem garantias de reabastecimento de combustível e víveres – frustrando parte da opinião pública e da imprensa<sup>54</sup> –, Quadros concedeu asilo a Galvão e seus companheiros, não cedendo à exigência de Salazar que desejava a prisão de todos os envolvidos e a devolução imediata do navio<sup>55</sup>.

Ainda em relação à África, em 14 de abril Jânio Quadros lançara o decreto que criaria o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEEA). Apesar do enfoque culturalista, havia o interesse político e econômico declarado no Art. 1º deste decreto: o “centro de altos estudos” seria “destinado a incrementar as relações do Brasil com o mundo afro-asiático”<sup>56</sup>. Dando prosseguimento a sua política africana, Jânio também enviaria duas missões àquele continente durante o mês de agosto. Na primeira, chefiada pelo deputado José Pereira Coelho de Souza, visitou a região do Golfo da Mina, passando por Serra Leoa, Gana, Togo, Daomei (Benin), Nigéria, Camarões, Costa do Marfim e Guiné, através do qual foi possível manter contato político, recolher informações diversas e produzir um “relatório sobre as possibilidades de comércio (inclusive fornecimento de petróleo angolano)”. Ainda neste episódio teve lugar duas reuniões, em Conacri (capital da Guiné), com representantes do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), no qual foi solicitada ao Brasil a concessão de bolsas de estudos a africanos (o que posteriormente será confirmado pelo

---

<sup>54</sup> *O Estado de S. Paulo*, através dos seus editoriais, e especialmente Ruy Mesquita, diretor da seção internacional e filho do diretor do jornal, Julio de Mesquita Filho, esperavam uma posição mais enérgica de Jânio Quadros em favor de Galvão. Ver a coluna *De um dia para o outro* (1º, 3 e 4 de fevereiro de 1961, p. 2), a *Carta aberta ao sr. Janio Quadros* (3 de fevereiro de 1961, p. 4) e o editorial *O sr. Janio Quadros e o caso “Santa Maria”* (4 de fevereiro de 1961, p. 3).

<sup>55</sup> VISENTINI. Op. cit. p. 155.

<sup>56</sup> Ver <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D50465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D50465.htm)>. Acesso em 15 de maio de 2015.

governo<sup>57</sup>) e o “apoio diplomático do Brasil à luta de independência”. Na segunda missão, apesar de chefiada pelo próprio chanceler Afonso Arinos, o resultado foi menos expressivo: um acordo cultural com o Senegal<sup>58</sup>.

Pouco antes de renunciar e com pouquíssima repercussão na imprensa dada a crise estabelecida pela condecoração de Che Guevara, Jânio Quadros condecora com a Ordem do Cruzeiro do Sul três lideranças africanas: o vice-presidente do Chipre, Fazil Kutchuk, o primeiro-ministro de Serra Leoa, Milton Margai; e primeiro-ministro da Nigéria, Abubaka Tefawa Balewa<sup>59</sup>.

A política janista de “ampliação dos contatos com todos os países, inclusive os do mundo socialista”, foi ainda mais dinâmica do que a política africana, se não a mais dinâmica entre todas as diretrizes da Política Externa Independente. Em memorando datado de 3 de fevereiro, o presidente recomenda ao chanceler Arinos que se iniciem “as gestões por Vossa Excelência julgadas convenientes para o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais regulares, preferencialmente no grau de legação, entre o Brasil e a Hungria, Bulgária e Rumânia [sic, i.e. Romênia]”<sup>60</sup>. Tal restabelecimento diplomático com os três países do Leste Europeu foi consumado em 21 de março na categoria de legação<sup>61</sup>.

Outra medida para o acercamento com os países socialistas foi a visita ao Brasil da Missão Soviética de Boa Vontade, integrada por cientistas, empresários, intelectuais e pelo cosmonauta Yuri Gagarin, condecorado por Jânio com a medalha da Ordem do Cruzeiro do Sul, no dia 3 de agosto.

Nitidamente como um dos primeiros e importantes desdobramentos do reatamento com os países do bloco comunista em fins de março, o Brasil envia uma Missão Especial à Europa Oriental, chefiada por João Dantas, empresário, jornalista e dono do jornal *Diário de Notícias*, transformado em embaixador extraordinário. Nesta longa missão, iniciada em abril e finalizada em junho, o país assinará acordos de cooperação cultural, científica e comercial com a Bulgária, a Hungria, a Tchecoslováquia, a Polônia e a Albânia e também passará a

---

<sup>57</sup> A concessão de bolsas de estudos seria confirmada pelo governo Jânio Quadros ainda para o ano de 1961, que ofertaria vinte delas aos estudantes africanos. Em 1962, quarenta bolsas. Em 1963, sessenta. Em 1964, oitenta e para o último ano do governo Quadros, 1965, estavam previstas cem bolsas.

<sup>58</sup> VISENTINI, Op. cit. p. 156-7.

<sup>59</sup> *Tribuna da Imprensa*, 22 de agosto de 1961, p. 4. Diplomáticas – Condecoração. A não problematização, nos jornais *O Estado* e *Tribuna*, das condecorações dessas lideranças mundiais é um sinal importante que não deve ser descartado quando se analisa toda a crítica feita acerca da condecoração de Che Guevara.

<sup>60</sup> FRANCO, Álvaro da Costa (org). Bilhetes do presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores. In: **Cadernos do CHDD**. Ano V, n. 8. Brasília: FUNAG-CHDD, 2006. p. 319.

<sup>61</sup> FRANCO, Álvaro da Costa (org.). **Documentos da Política Externa Independente**. Volume I. Brasília: FUNAG-CHDD, 2007. p. 63.

negociar diretamente com a Áustria, a Itália e a República Democrática Alemã, rompendo o isolamento com a nação comunista existente desde os anos de constituição da Guerra Fria<sup>62</sup>.

Paralelamente à missão do Leste Europeu, o Brasil enviaria em maio uma Delegação Comercial a Moscou, chefiada pelo Ministro Paulo Leão de Moura. A delegação, composta por integrantes dos mais importantes organismos civis e do governo como o Itamaraty, o Banco do Brasil, o Conselho Nacional de Petróleo e o Instituto Brasileiro do Café, obterá a “assinatura de acordos comerciais”, estabelecerão “delegações comerciais permanentes em Moscou e no Rio de Janeiro”<sup>63</sup>. Nesta ocasião Quadros ainda receberia uma Mensagem de Brejnev e Krushev, desejando-lhe um bom início de governo e comemorando a aproximação diplomática e comercial entre os dois países. Segundo dados divulgados pela CACEX (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A), durante o ano de 1961 o Brasil exportou para os países do Leste Europeu US\$ 87,3 milhões, representando 6,3% do total das exportações, ao passo que três anos antes, em 1958, marcava US\$ 45,1 milhões e representava somente 3,3% da totalidade<sup>64</sup>, o que demonstra que a política de incremento comercial já dava resultados – mesmo que ainda modesto.

Ainda no tocante econômico, o Brasil enviaria outra missão comercial, só que desta vez para a República Popular da China, também conhecida como China continental ou China comunista. Tal missão foi chefiada pelo vice-presidente João Goulart e integrada por diversos representantes, como empresários, políticos e diplomatas (entre estes últimos, o diplomata Araújo Castro, então embaixador no Japão). Como resultado foi assinado um acordo comercial<sup>65</sup>.

Com as nações que integravam o Movimento dos Países Não-Alinhados, que intentavam se relacionar para além dos blocos político-militares da Guerra Fria, a Política Externa Independente terá dois momentos. O primeiro foi a visita ao Brasil de Sukarno, presidente da Indonésia, encontrando-se com o presidente Jânio em Brasília no dia 10 de maio<sup>66</sup>. O segundo momento foi a Conferência Neutralista do Cairo, Egito, presidido por Nasser, uma das lideranças mundiais inspiradoras para Quadros, além de De Gaulle e Tito<sup>67</sup>. Nesta conferência, realizada de 5 a 13 de julho, é criado o conceito de “Terceiro Mundo”. Brasil participou só como observador, com o então diplomata Araújo Castro (que viria tornar-se ministro do Exterior em 1963).

---

<sup>62</sup> VISENTINI (2009). Op. cit. p. 144.

<sup>63</sup> Idem. p. 145.

<sup>64</sup> Idem. p. 144.

<sup>65</sup> Idem. p. 146.

<sup>66</sup> VIZENTINI (2008). Op. cit. p. 24.

<sup>67</sup> VISENTINI (2009). Op. cit. p. 131.

### 1.3 Brasil e o sistema interamericano: o caso de Cuba e a renúncia de Quadros

Todavia, “a questão mais imediata que preocupava a PEI [de Jânio Quadros] era a conjuntura latino-americana. A Revolução Cubana criara uma situação política que tanto poderia ser benéfica quanto prejudicial”<sup>68</sup>. A tentativa fracassada de invasão da Baía dos Porcos, em abril, realizada por anticomunistas exilados e apoiada logisticamente pelos EUA, tornou por radicalizar a conjuntura latino-americana. Jânio via com muita apreensão o desfecho que poderia causar tal episódio cubano. Assim, pouco depois, em 21 de abril, ele assinará o Tratado de Uruguai com Arturo Frondizi, presidente da Argentina, obtendo assim “um acordo cultural, uma declaração política e econômica, além de um Convênio de Amizade e Consulta”. Este convênio corporificava uma aproximação com o país vizinho que poderia proporcionar uma expansão do mercado exterior brasileiro e, além disso, constituía-se como uma discreta resposta dos dois presidentes contra a ingerência estrangeira nos assuntos internos de cada país, enfim, como uma defesa do princípio de autodeterminação e não-intervenção na região da América Latina. Na prática, o acordo pretendia oportunizar, segundo Visentini, uma “política de oposição barganhada face aos EUA”<sup>69</sup>.

O último episódio da PEI de Jânio Quadros foi a condecoração, realizada em evento solene pelo próprio presidente Quadros, do ministro da Economia de Cuba, Ernesto Che Guevara, com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, no dia 18 de agosto de 1961. Che Guevara estava de regresso a Cuba ao final da reunião extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social da OEA, mais conhecida como Conferência de Punta del Este. Realizada na primeira metade de agosto, o objetivo principal que oportunizou a reunião das lideranças americanas foi o lançamento da Aliança para o Progresso (ALPRO) do presidente democrata John F. Kennedy, um programa de vinte bilhões de dólares que seria voltado para o financiamento de projetos de infra-estrutura na América Latina. O Brasil foi representado por uma comitiva liderada pelo ministro da Fazenda Clemente Mariani. Já Cuba, pelo próprio ministro Che Guevara, que foi fortemente criticado pela imprensa brasileira.

Este episódio da condecoração desencadeou uma profunda crise política no Brasil. Carlos Lacerda – então governador da Guanabara, udenista da ala de extrema-direita<sup>70</sup> e que

<sup>68</sup> VISENTINI. Op. cit. p. 139.

<sup>69</sup> Idem. p. 150.

<sup>70</sup> O Prof. Dr. Ricardo Mendes possui uma rica produção historiográfica acerca da ala mais conservadora e golpista da União Democrática Nacional, além de Carlos Lacerda e seu jornal *Tribuna da Imprensa*. Cf. MENDES, Ricardo Antonio Souza. **Visões das direitas no Brasil (1961-1965)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2003. Especialmente o capítulo 3, que trata da UDN. p. 186-253. MENDES, Ricardo Antonio Souza. *Direitas, desenvolvimentismo e o movimento*

havia sido o fiador político da candidatura de Jânio Quadros – considera inaceitável o ato de condecoração realizado por presidente, posto que, junto de seu jornal *Tribuna da Imprensa*, o político desde fins de 1959 já havia consolidado uma imagem desfavorável não tanto à Revolução, mas especialmente ao governo do “títere” Fidel Castro.

Como destaca Skidmore, “foi na área de política externa que Jânio revelou com mais clareza uma divergência com seus patrocinadores udenistas”<sup>71</sup>. Seria, assim, o principal ponto para a “ilusão udenista” da qual refere-se o brasilianista. Após um momento de indecisão dentro do partido, uma vez que “a UDN não era governo nem era oposição, constringida a apoiar um governo que não era seu”<sup>72</sup>, Lacerda, através do seu jornal *Tribuna da Imprensa*, deixa pra trás suas críticas mais veladas e inicia uma forte oposição ao governo Jânio e especialmente à Política Externa Independente. Se “no início, os conservadores não gostavam da PEI, mas achavam que o presidente ‘sabia o que estava fazendo’”, em agosto de 1961 o quadro já havia se modificado. Em uma série de três editoriais no decorrer de 21 de agosto, dois dias após a condecoração, a *Tribuna* afirmaria os “erros e perigos” da “política exterior deplorável” de Jânio Quadros. Além de “perigosa”<sup>73</sup>, a PEI seria no entender do jornal carioca uma “política suicida” e “contra a lei e contra os costumes”<sup>74</sup>, uma vez que ela configurava-se como “a linha mais pra lá do que pra cá”<sup>75</sup>, isto é, aproximava-se mais do bloco comunista do que do Ocidente e do “mundo livre”.

A Política Externa Independente de Jânio Quadros “empolgava os segmentos da esquerda e do nacionalismo”<sup>76</sup>. Já as direitas apresentavam apreensão cada vez maior com os encaminhamentos da política externa janista. Afirmavam que a PEI se afastava do acumulado histórico do MRE, enfim, que Jânio não seguia uma suposta tradição do Itamaraty. É bem verdade que a oposição das direitas – incluídos aí desde parte dos udenistas, militares e Igreja Católica – já estava relativamente definida desde fins de julho, quando Jânio enviara um memorando a Arinos recomendando que este tomasse as providências necessárias para o

de 64. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomares (org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006. p. 120-125. MENDES, Ricardo Antonio Souza. Por dentro da notícia: Fidel Castro nas páginas da imprensa carioca. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O Rio de Janeiro nos jornais: ideologia, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. p. 102-121.

<sup>71</sup> SKIDMORE. Op. cit. p. 232.

<sup>72</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 114.

<sup>73</sup> *Tribuna da Imprensa*. 10 de agosto de 1961. capa. Política exterior é perigosa.

<sup>74</sup> *Tribuna da Imprensa*. 21 de agosto de 1961. capa e p. 4. Política exterior: erros e perigos.

<sup>75</sup> *Tribuna da Imprensa*. 22 de agosto de 1961. p. 4. Política exterior: erros e perigos (I).

<sup>76</sup> VISENTINI. Op. cit. p. 125.

reatamento diplomático com a União Soviética<sup>77</sup>. Isso por porque “com o tempo, a diplomacia passou a polarizar a política nacional ainda de forma mais intensa que o nacionalismo dos anos 1950, especialmente porque suas ações ultrapassavam os limites até então vigentes”<sup>78</sup>.

Entretanto, a gota d’água para a ruptura definitiva entre os antigos aliados foi a condecoração de Ernesto “Che” Guevara, uma autoridade de Cuba, país que aquela época já havia aprofundado o encaminhamento da revolução, executando opositores do regime castrista, levando adiante a reforma agrária, nacionalizando diversas empresas estrangeiras e aproximando-se do bloco comunista. Uma posição brasileira condescendente perante a Cuba do “ditador” Fidel Castro afigurava-se de maneira injustificável, e, mais, inaceitável para os setores conservadores brasileiros.

José Honório Rodrigues<sup>79</sup> disse sobre essa disputa em torno do encaminhamento da política externa que:

Desde então cresceu muito a participação dos grupos econômicos e dos grupos de interesses na formulação da política externa. A pressão foi extraordinária: ex-Ministros do Exterior, Governadores, Partidos, o Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro associaram-se na condenação à política externa independente.<sup>80</sup>

#### 1.4 Governo(s) João Goulart: aprofundamento e inviabilização da PEI

Com o término do efêmero governo de Quadros em fins de agosto – que apresentara carta de renúncia ao Congresso Nacional com motivos ainda bastante debatidos pela historiografia<sup>81</sup> – inicia-se um impasse e uma tentativa de quebra constitucional pelos ministros militares, da Marinha (almirante Silvio Heck), da Guerra (marechal Odílio Denys) e da Aeronáutica (brigadeiro Gabriel Grüm Moss), que, por considerarem incompatível com a

<sup>77</sup> FRANCO, Álvaro da Costa (org). Bilhetes do presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores. In: **Cadernos do CHDD**. Ano V, n. 8. Brasília: FUNAG-CHDD, 2006. p. 456. Diz a sucinta nota: “Excelência, Solicito de Vossa Excelência as providências necessárias ao restabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética”.

<sup>78</sup> VIZENTINI, Op. cit. p. 25.

<sup>79</sup> Professor da então Universidade do Estado da Guanabara (UEG), um dos principais historiadores nos anos 1960, autor de uma obra vastíssima sobre os mais diversos temas, além de contemporâneo e testemunha da PEI.

<sup>80</sup> RODRIGUES, José Honório. **Interesse nacional e política externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 44. Sua posição favorável à diplomacia da PEI e suas críticas aos setores conservadores que a condenavam teria lhe rendido, segundo afirma, uma “grosseira carta particular do então Governador Carlos Lacerda, que a seguir lhe negou licença para atender um convite da Universidade do Chile”. RODRIGUES, José Honório. **Interesse nacional e política externa**. p. 65.

<sup>81</sup> Apesar da inexistência de provas documentais, uma das teses mais levantadas pela historiografia brasileira é a de que Jânio Quadros – incomodado com as pressões políticas do Congresso Nacional por ter verdadeiro desprezo aos partidos e às suas alianças naturais para governar com estabilidade e maioria parlamentar – pretendia dar um golpe de Estado para governar com poderes excepcionais. Ver FERREIRA & GOMES. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. pp. 25-30. VISENTINI (2009). Op. cit. p. 162.



democracia liberal a posição político-ideológica de João Goulart, vinculado às esquerdas e ao trabalhismo, não aceitam a legítima posse do então vice-presidente. Outro argumento utilizado pelos conservadores referia-se ao fato de que Goulart não poderia ser empossado como presidente já que não conquistara a maioria absoluta dos votos, apesar desta prática não ser obrigatória na época.

Inconformado com os acontecimentos em andamento e temendo planos golpistas, Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, inicia um ousado movimento de resistência à favor da posse de Goulart, conhecido como “Campanha (ou Cadeia) da Legalidade”, que rapidamente ganha apoio e expressividade nacional, inclusive de setores militares, representados pelo marechal Henrique Teixeira Lott, pelos generais Amaury Kruehl e Machado Lopes e pelo III Exército (sediado em Porto Alegre). A controvérsia só fora resolvida após João Goulart e as principais lideranças envolvidas<sup>82</sup> aceitarem um meio-termo até então inédito na política brasileira: o parlamentarismo<sup>83</sup>.

Não foi fortuita a denominação do presente tópico como “Governo(s) João Goulart. Contenda resolvida, restou a Goulart governar, de setembro de 1961 até janeiro de 1963, com poderes limitados impostos pelo parlamentarismo, uma vez que neste novo regime brasileiro, além do presidente da República, havia a figura do Primeiro-Ministro, presidente do Conselho de Ministros, dividindo-se, assim, o poder entre o Chefe de Estado e o Chefe de Governo, respectivamente.

Além da vigilância do Congresso e especialmente da Câmara dos Deputados – que tornara-se um Poder ainda mais forte com o advento do parlamentarismo, uma vez que tinha poder de veto e a faculdade do voto de desconfiança a muitas das medidas apresentadas pela presidência –, João Goulart tinha que lidar com uma imprensa cada dia mais hostil ao seu governo, sendo constantemente apresentado pelos jornais conservadores como um agente estrangeiro que trabalhava contra o progresso do País. *Tribuna da Imprensa*, ainda na conjuntura da renúncia, afirmava em editorial que Goulart era “um homem que representa tudo o que há de pior, do contrabando à conspiração com os comunistas, da corrupção dos Institutos de Previdência ao conluio com os inimigos da liberdade e do Brasil”<sup>84</sup>.

---

<sup>82</sup> Além de Brizola (PTB-RS), políticos como Tancredo Neves (PSD-MG), Juscelino Kubistchek (PSD-MG), San Tiago Dantas (PTB-Guanabara) e Almino Affonso (PTB-SP) foram fundamentais para a resolução da crise de agosto de 1961.

<sup>83</sup> Há tempos existia, engavetado, um projeto de emenda constitucional referente ao parlamentarismo, que após rápida adaptação, votação e aprovação, serviu de base para o regime parlamentarista brasileiro vigente entre setembro de 1961 e janeiro de 1963. FERREIRA & GOMES, Op. cit., pp. 31-43.

<sup>84</sup> *Tribuna da Imprensa*, 5 de setembro de 1961, capa, editorial, Dias de agonia.

A desilusão com a renúncia de Jânio Quadros, na qual oportunizou conseqüentemente a chegada ao poder de João Goulart, produzirá o “revigoramento do golpismo” por parte da UDN e de outros setores conservadores, golpismo esse ancorado na recusa decidida do nacionalismo, do trabalhismo e do comunismo. Ademais, a renúncia de Quadros “dissolveu inteiramente, não só a possibilidade de experimentação de uma aliança de novo tipo, contando com o apoio ativo das classes médias, como os vestígios de confiança dos setores anti-populistas civis e militares”<sup>85</sup>.

É neste sentido que Lacerda, através de editorial na sua *Tribuna da Imprensa*, evidencia o retorno do seu golpismo, afirmando que “As Forças Armadas, com a sua tradição de democracia e liberdade, e fiéis aos interesses supremos do Brasil e de seu povo, estão decididas a preservar a paz nos lares e nas ruas, e garantir que o Brasil siga o seu caminho e seu destino de país livre”. Não importava ao fundador e principal representante e ideólogo da *Tribuna* que fosse legítima a posse de Goulart quando vaga a presidência, pois “devem todos compreender que essa defesa e essa liberdade não estão nem podem estar ao lado daqueles que a desamam e só a invocam para miná-la e destruí-la”<sup>86</sup>.

O esgotamento do modelo da República de 1946 se aprofunda neste momento da renúncia de Jânio Quadros e a subsequente crise político-partidária tem como fundamento, de acordo com Maria do Carmo Campello de Souza, as seguintes teses:

- a) Os partidos conservadores, especialmente UDN, PSD e PR, estavam fadados a perder terreno para os partidos reformistas/populistas em virtude das mudanças sócio-econômicas, e particularmente dos processos de industrialização e urbanização verificados durante o período.
- b) A perda de hegemonia política por parte das classes conservadoras adquiria caráter crítico e se expressaria como um conflito institucional entre um Congresso conservador e um Executivo reformista, devido, especialmente, ao maior peso dos grandes centros urbanos na eleição deste.
- c) Dispersão da força eleitoral dos partidos, passando de uma situação de controle mais ou menos tranquilo pelos três maiores (PSD, UDN e PTB) a uma situação de evidente incerteza eleitoral.
- d) Aumento do número de alianças e coligações e da proporção de eleitos por alianças sobre o número de eleitos, a medida que a perda de hegemonia dos partidos conservadores tornava a disputa eleitoral mais acirrada e incerta.
- e) Diluição da coesão interna dos partidos, dando início a um realinhamento ideológico que se expressa na formação de agrupamentos (alas, frentes, etc.) intra ou supra-partidários. (Em combinação com o item anterior, do qual em boa parte decorria, essa fragmentação interna teria como consequência, a curto prazo, dificultar a já precária coesão partidária, tornando instável, para não dizer errática, a sustentação política do governo).
- f) Aumento do número de votos brancos e nulos, expressando o desinteresse, senão o protesto, do eleitorado contra o sistema eleitoral-partidário.
- g) Adesão clientelística aos partidos, nas regiões menos desenvolvidas, e personalístico-plebiscitária, refletindo-se numa grande concentração de votos

<sup>85</sup> DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1986. p. 214.

<sup>86</sup> *Tribuna da Imprensa*, 29 de agosto de 1961, p. 4, editorial, A defesa da liberdade.

por alguns candidatos nas regiões mais desenvolvidas, especialmente nas duas maiores capitais.<sup>87</sup>

Apesar da grande resistência e oposição das forças conservadoras, que persistirá até o final do seu governo, João Goulart é empossado presidente no início de setembro e forma seu primeiro ministério. Tal ministério, sustentado até julho de 1962, foi integrado pelo deputado federal Francisco Clementino de San Tiago Dantas (PTB-MG) no Exterior, por Walter Moreira Salles na Fazenda e pelo também deputado federal Tancredo Neves (PSD-MG), alçado ao cargo de Primeiro Ministro e conseqüentemente líder do Conselho<sup>88</sup>.

Como apontamos acima, João Goulart e o Conselho de Ministros deram continuidade a Política Externa Independente, apesar de tal diplomacia neste novo sistema político ter se processado em um ritmo diferente do que o observado durante a curta gestão de Jânio Quadros. É importante frisar que neste momento Jânio Quadros dá lugar a João Goulart como presidente e, na pasta das Relações Exteriores, Francisco Clementino de San Tiago Dantas substitui Afonso Arinos de Melo Franco. Diferentemente de Quadros e Afonso Arinos<sup>89</sup>, Goulart e Dantas não eram políticos conservadores. E ao contrário do período janista, política externa e política interna passaram a caminhar em sintonia: João Goulart e San Tiago Dantas eram duas das principais lideranças das esquerdas vinculadas ao trabalhismo<sup>90</sup> e estavam comprometidos com um projeto nacional-reformista e autônomo nas relações exteriores do Brasil. Por este motivo não é difícil compreender que a Política Externa Independente fosse, não somente mantida pelo novo governo, como também sistematizada e aprofundada pelo ministro do Exterior San Tiago Dantas, que lhe dá corpo – apesar de lembrar e enfatizar que “os fatos precederam as idéias”<sup>91</sup>, valorizando, assim, as medidas implementadas durante a gestão de seu antecessor, como visto acima.

Entretanto, na contingência de debelar a crise política e econômica que se ampliava desde a renúncia, a Política Externa Independente sob gestão de Goulart e Dantas “continua fazendo parte dos planos de governo, mas tem de se acomodar à rápida transformação do quadro interno e externo”. Politizada como nunca antes em decorrência da conjuntura de crise, “a política externa adquire uma dimensão cada vez maior dentro da estratégia do poder,

---

<sup>87</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa Omega, 1976. pp. 141-142.

<sup>88</sup> VISENTINI. Op. cit. p. 163.

<sup>89</sup> Afonso Arinos, apesar de moderado, era uma das principais lideranças da União Democrática Nacional (UDN) – partido opositor aos governos Vargas, Kubitschek e Goulart – que também tinha em suas fileiras políticos igualmente expressivos, tais como: Carlos Lacerda (Guanabara) e Carvalho Pinto (MG).

<sup>90</sup> João Goulart e San Tiago Dantas eram filiados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

<sup>91</sup> DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Brasília: FUNAG, 2011 [1962], p. 9.

constituindo um dos fatores responsáveis pela derrubada do regime”<sup>92</sup> em março de 1964. Se durante a gestão Quadros a execução da PEI, não constituía-se de maneira tão complexa, pelo contrário, ao menos no seu início foi até um trunfo para que o presidente conquistasse o apoio de parte expressiva da população e da classe política, com o mandato de Goulart, tal diplomacia “independente” passa a sofrer muita resistência por setores conservadores da oposição. Um processo que vinha de antes: desde 1953, quando fora ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, Goulart já era identificado como um político “demagogo”, “esquerdizante” e próximo ao comunismo.

Sendo inédita justamente por oportunizar a aplicação de diretrizes como a da não-intervenção e da autodeterminação dos povos, além da aproximação diplomática e do intercâmbio comercial com todas as nações, inclusive das do bloco socialista, a PEI permanece em inércia durante os três primeiros meses do governo parlamentarista. A primeira medida de destaque referente a política internacional somente surgira em 23 de novembro de 1961, quando San Tiago Dantas anuncia o restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética, motivo pelo qual foi convidado a comparecer ao plenário da Câmara dos Deputados para justificar tal ato. Na argumentação apresentada por Dantas, além de deixar claro que tal passo não representava “nem apoio nem adesão”<sup>93</sup> ao regime soviético, nem corresponderia a “qualquer comprometimento da absoluta fidelidade de sua linha ideológica aos princípios da democracia representativa”<sup>94</sup>, mas acima de tudo uma medida de “interesse nacional”, uma vez que o reatamento proporcionaria o aumento do intercâmbio comercial com a potência comunista. San Tiago afirmou, ademais, que foram tomadas medidas de segurança por parte do Brasil<sup>95</sup>, protegendo o País de uma suposta “infiltração comunista” a partir da embaixada soviética que seria aberta do Rio de Janeiro, razão de grande apreensão por parte dos setores conservadores e refratários a qualquer tipo de contato com a URSS. Estes setores anticomunistas movimentaram-se para aprovar uma moção de censura ao ministro San Tiago Dantas, que não foi aplicada por falta de apoio parlamentar, apesar do

---

<sup>92</sup> VISENTINI. Op. cit. p. 161-162. Ricardo Mendes, da mesma maneira, sinaliza que a PEI será uma das ideias polarizadoras a contribuir com o contexto de crise política no Brasil. Cf. MENDES, Ricardo Antonio Souza. **Visões das direitas no Brasil (1961-1965)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2003. p. 12.

<sup>93</sup> *O Estado de S. Paulo*, 24 de novembro de 1961.11.24, p. 55 (2o. clichê). “Nem apoio nem adesão”.

<sup>94</sup> SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. **Política Externa Independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011 [1962]. p. 53.

<sup>95</sup> Segundo Dantas, dentro de um princípio de reciprocidade diplomática, isto é, valendo para ambos os países, fora estabelecido: (i) um número máximo de funcionários; (ii) uma limitação da liberdade de locomoção no território nacional para os agentes diplomáticos e seus funcionários, somente sendo suscetível de alteração mediante novo acordo. SAN TIAGO DANTAS, Francisco Clementino de. **Política Externa Independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011 [1962]. p. 58.

dano impingido ao governo que obtiveram somente com a receptividade dessa condenação do reatamento por parte dos veículos de imprensa, da Igreja, das Forças Armadas e de organizações da sociedade civil.

Essa primeira coalização partidária no inédito regime parlamentarista brasileiro duraria até junho de 1962. O Gabinete Tancredo Neves cairia em decorrência da reforma ministerial que o governo fora impelido a realizar, pois apesar de refletir uma “disposição moderada”, resultava de uma “ampla coalizão” no qual a fórmula do consenso político era difícil de conquistar. Apesar de ter participado deste Gabinete com dois ministros seus, a UDN já havia programaticamente se identificado com as oposições ao governo Goulart. Otávio Dulci diz acerca disso que:

A oposição, tendência natural do partido [UDN], era atenuada pelas exigências da conjuntura. Estabeleceu-se uma aliança com o PSD, pela qual os dois grandes partidos conservadores podiam controlar o Congresso e contornar possíveis ameaças provenientes de uma esquerda em ascensão.<sup>96</sup>

Oposição obstrucionista que ficara visível já na escolha do que seria o segundo Gabinete Ministerial. Goulart, o encarregado legítimo por formar o Gabinete, apresenta o nome do deputado petebista San Tiago Dantas e não tem sucesso, porque:

O Presidente submeteu à Câmara a indicação do deputado San Tiago Dantas, o principal expoente da chamada “esquerda positiva”, do qual se esperava a formação de um Ministério politicamente mais definido. Tal expectativa se confirmava por uma entrevista concedida pelo indicado, no dia seguinte, em que eram criticadas as cúpulas partidárias. Ocorreu que a indicação presidencial tornou-se motivo para um confronto parlamentar entre as diversas facções, em grande parte pela participação ostensiva de San Tiago Dantas na formulação da política externa independente. a aliança tácita entre o PSD e a UDN resultou na rejeição de seu nome por 174 votos a 110 [...].<sup>97</sup>

Esse impasse político durou extensos dez dias. Seguiu-se um período de greves e distúrbios sociais. Parlamentares conservadores chegaram a indicar o nome do presidente do Senado Auro de Moura Andrade, mas também negado. A crise política só teria fim com a aceitação da indicação de Brochado da Rocha. Mas sendo composto eminentemente de personalidades de prestígio, tal Gabinete só teria sustentação até setembro, quando em menos de três meses e após desgastes políticos, o governo sofre nova reforma ministerial. O novo Gabinete seria presidido por Hermes Lima – acumulando a pasta das Relações Exteriores – que “governou provisoriamente até o fim de novembro, quando a Câmara finalmente o aprovou”<sup>98</sup>. Talvez já antevendo o sucesso no plebiscito que se aproximava, Hermes Lima

<sup>96</sup> DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. pp. 176-177.

<sup>97</sup> DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. pp. 178.

<sup>98</sup> DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. pp. 180.

compreendia seu ministério como um “gabinete tampão”, posto que “respirava mais uma atmosfera presidencialista que parlamentarista”<sup>99</sup>.

Com a vitória do plebiscito por maioria absoluta dos votos<sup>100</sup>, e tendo João Goulart adquirido seus plenos poderes enquanto presidente de um regime presidencialista e não mais parlamentarista, ele decide manter Hermes Lima como ministro das Relações Exteriores. Sua presença nessa importante pasta era fundamental, posto que sua vinculação histórica com os liberais de esquerda<sup>101</sup> sinalizava a confiança necessária que Goulart gostaria de contar para a continuidade da Política Externa Independente<sup>102</sup>. O Gabinete ainda teria San Tiago Dantas e Celso Furtado, respectivamente titulares da Fazenda e do Planejamento.

O presidente João Goulart não escondia seu maior interesse: o encaminhamento das Reformas de Base que pretendia introduzir, uma das exigências de suas bases de apoio. Goulart provavelmente queria aproveitar o bom momento do seu partido, o PTB, uma vez que nas eleições legislativas de outubro de 1962 havia conquistado um crescimento considerável de sua bancada no Congresso, ultrapassando a bancada da UDN e só ficando atrás da do PSD. Mas a conjuntura nacional já estava por deveras radicalizada.

A Crise dos Mísseis, irrompida neste mesmo mês de outubro e durante a qual a diplomacia brasileira apresentaria firme e decidido posicionamento<sup>103</sup> – contrária à instalação de ogivas nucleares na ilha de Fidel, apesar de não ser favorável ao uso da força contra Cuba<sup>104</sup> –, seria um acontecimento que ampliaria ainda mais o quadro nacional já radicalizado. Havia embates frequentes entre direitas e esquerdas. No Parlamento, fora criada duas forças antagônicas: a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), de viés esquerdista, e a Ação Democrática Parlamentar (ADP), de viés direitista e conservador. As ações do governo Goulart, nesse sentido, tornavam-se cada vez mais titubeantes e enfraquecidas.

Como consequência da radicalização política, João Goulart mostra dificuldades cada vez mais evidentes para conseguir governar. O ano de 1963, praticamente perdido para os

<sup>99</sup> Hermes Lima apud DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. pp. 180.

<sup>100</sup> Foram 9.457.448 milhões de votos “sim”, favoráveis ao restabelecimento do presidencialismo no Brasil, contra 2.073.582 milhões de “não”, isto é, favoráveis a manutenção do parlamentarismo. Cf. DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. pp. 186.

<sup>101</sup> Hermes Lima foi um dos fundadores do bloco da “Esquerda Democrática” que, inicialmente agregado a UDN, passa a partir de 1947 a integrar o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em 1962 Hermes Lima filia-se ao PTB.

<sup>102</sup> A Política Externa do Brasil adquire uma nova função para o Estado brasileiro durante os governos Quadros e Goulart porque a diplomacia passa a representar um importante instrumento para o desenvolvimento nacional.

<sup>103</sup> A atuação da diplomacia brasileira durante este episódio cubano é analisada minuciosamente pela tese de Charles Domingos. Cf. DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **Questão de Cuba: a Política Externa Independente e a Crise dos Mísseis**. 379 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. VISENTINI (2009). Op. Cit. pp. 177-178.

<sup>104</sup> A proposta brasileira, em consonância com os princípios da PEI de não intervenção e autodeterminação dos povos, defendia somente o bloqueio naval de Cuba. VISENTINI (2009). Op. Cit. pp. 163.

interesses do governo, se arrasta com os lados em disputa. Vale destacar que governadores de importantes estados da federação, como Lacerda na Guanabara, Magalhães Pinto em Minas Gerais e Adhemar de Barros em São Paulo, posicionam-se fortemente contrários ao governo Goulart e a Política Externa Independente. No Ministério das Relações Exteriores Hermes Lima se sustentaria até junho de 1963, quando após uma nova reforma ministerial é substituído pelo advogado e jurista Evandro Lins e Silva<sup>105</sup>. Este permanece no cargo somente até agosto do mesmo ano quando o governo sofre sua quinta e última reforma ministerial.

A pasta do Itamaraty seria ocupada pelo diplomata de carreira João Augusto de Araújo Castro<sup>106</sup>, que permanece no cargo até o final do governo Goulart. Sua gestão seria marcada por uma importante redefinição das diretrizes da Política Externa Independente, apresentada no seu famoso discurso dos “Três Ds”: Desenvolvimento, Descolonização e Desarmamento. A PEI demonstrava certo esgotamento influenciado pela crise política interna e em decorrência disso Araújo Castro, naquele discurso, procura “despolitizar a PEI, concentrando-se nos temas econômicos”<sup>107</sup>. Isto é, deixava-se de lado aquela outrora posição mais decidida em defesa da não intervenção e da autodeterminação dos povos (que marcara o governo Quadros e os primeiros Gabinetes do regime parlamentarista) e procurava-se enfatizar a busca de novos parceiros comerciais para que estas relações econômicas auxiliassem o governo no seu desafio de controlar a galopante inflação e a combater a crescente crise econômica. Paulo Vizontini enfatiza que a PEI influenciada a partir desse momento pelas teses de Araújo Castro sofrerá um “nítido refluxo”<sup>108</sup> – tomando-se como comparação o seu acumulado desde 1961.

Inicia-se o ano de 1964. As esquerdas organizam no dia 13 de março o grande Comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, que contara com a presença de importantes lideranças progressistas, como Leonel Brizola e o próprio presidente João Goulart, e prometia a efetivação das Reformas de Base, com ênfase para a reforma agrária. Apavoradas e sentidas afrontadas, as direitas não deixam por menos: organizam, seis dias depois, a igualmente

---

<sup>105</sup> Evandro Lins e Silva em 1945 foi um dos signatários da fundação da UDN, se aproximando logo em seguida do bloco da Esquerda Democrática. Em 1947 durante algum tempo esteve filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), entretanto, não exerceu nenhum cargo político. Foi procurador-geral da República de 1961 a 1963, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República em 1963, ministro das Relações Exteriores de junho a agosto de 1963 e ministro do STF de 1963 a 1969, quando foi aposentado compulsoriamente pelos militares em razão do AI-5, promulgado em dezembro de 1968. JUNQUEIRA, Eduardo. Evandro Lins e Silva. (verbete). In: ABREU, Alzira (el al.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. CPDOC, FGV. (versão online).

<sup>106</sup> SEM AUTOR. Araújo Castro (2) (verbete). In: ABREU, Alzira (el al.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. CPDOC, FGV. (versão online).

<sup>107</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. 3 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 31.

<sup>108</sup> VIZENTINI (2008). Op. Cit. p. 31.

grandiosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade<sup>109</sup> em São Paulo, sendo seguida por outras homônimas menores nos demais estados brasileiros<sup>110</sup>.

Transigente e imobilizado politicamente, além de não ter podido contar com o seu dispositivo militar quando ver-se-ia mais necessitado, João Goulart seria finalmente derrubado (em razão, também, de sua posição de não resistência) após movimentações golpistas de tropas comandadas pelo general Mourão Filho que desciam do sul de Minas Gerais em direção à Guanabara na madrugada de 31 de março. Goulart ainda tentaria uma breve resistência: se dirige para Brasília para restabelecer a situação, depois transfere-se para Porto Alegre onde acreditava ter maiores chances de reunir uma resistência a partir do comando do III Exército que se mantinha em parte fiel ao governo. Mas já era tarde demais. No dia 2 de abril os líderes militares golpistas – nas figuras dos generais Humberto de Alencar Castelo Branco e Artur da Costa e Silva – declaram o triunfo da autoproclamada “Revolução Gloriosa” *pari passu* ao término do governo democraticamente eleito de João Goulart e de sua Política Externa Independente. Goulart, frustrado e desapontado com os rumos dos acontecimentos, exila-se no Uruguai. Colapsava, também, a experiência democrática da Terceira República brasileira (1946-1964), tendo o país mergulhado a partir daí em um regime de exceção que perduraria durante mais de duas décadas com (auto-)censura<sup>111</sup> à imprensa e com falta de liberdade de expressão, além de perseguições, torturas e mortes de indivíduos que não aceitassem o arbítrio dos ditadores militares<sup>112</sup>.

Com a consumação do golpe civil-militar, a PEI logo seria substituída por uma diplomacia do governo militar de Castello Branco (1964-1967) que teria como tônica o realinhamento automático com os EUA e que evidenciaria indisfarçavelmente as teses da ESG em torno da Doutrina de Segurança Nacional e da “guerra revolucionária”. O diplomata Vasco Leitão da Cunha, que seria o chanceler da Política Externa *Interdependente*, traduz o seu novo significado:

<sup>109</sup> A Marcha da Família com Deus Pela Liberdade se mostraria decisiva para a mobilização golpista no final do mês de março. Cf. MENDES, Ricardo Antonio Souza. Marchando com a Família, com Deus e pela Liberdade: o 13 de Março das Direitas. **Varia História** [online]. 2005, vol. 21, n. 33, pp. 234-249. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v21n33/a12v21n33.pdf>>.

<sup>110</sup> A “Marcha da Família” da Guanabara, por ter sido marcada somente para o dia 2 de abril, recebeu o nome de “Marcha da Vitória” em virtude do movimento civil-militar golpista já vitorioso.

<sup>111</sup> Além dos casos de censura, para alguns estudiosos houve inclusive autocensura. Praticamente não observa-se o fechamento de jornais nem prisão de jornalistas, tal como no caso argentino. O estudo de Beatriz Kushnir é paradigmático quando se analisa a atuação censora não somente de censores, mas de jornalistas dentro das redações de alguns jornais brasileiros, como *O Estado de S. Paulo*. Cf. KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda:** jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. 428 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001. Acesso em 29 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000231037&fd=y>>.

<sup>112</sup> FAUSTO, Boris. A vida política. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Olhando para dentro, 1930-1964**. Vol. 4. São Paulo: Objetiva e Fundación Mapfre, 2015. pp. 138-140.



Um dos primeiros passos do governo da revolução foi verificar o curso sinuoso que, sob rótulos variados, *desgarrava de nossa tradição diplomática e fugia dos princípios básicos de nossa formação histórica*. Essa retificação consistiu em *retomar a opção fundamental em favor do sistema democrático ocidental*. [...]. A política externa da revolução devota especial atenção à integração latino-americana e cuida de aprimorar, em todas as esferas, as relações com os demais países do continente, a que nos vinculam a geografia, herança histórico-cultural, bem como a identidade de aspirações e o sentimento de que temos um destino coletivo a partilhar.<sup>113</sup>

---

<sup>113</sup> Vasco Leitão da Cunha apud VISENTINI (2009). Op. Cit. pp. 194-195. Grifos meus.

## 2 IMPRENSA E POLÍTICA NO BRASIL DOS ANOS 1960

A notícia não é o que aconteceu no passado imediato, e sim o relato de alguém sobre o que aconteceu.

*Robert Darnton*<sup>114</sup>

Os estilos de reportagem variam com o tempo, o lugar e o caráter de cada jornal.

*Robert Darnton*<sup>115</sup>

A História expandiu-se<sup>116</sup>. Não é mais aquela outrora disciplina circunscrita em um pequeno e restrito âmbito, fechada em si própria. Com a renovação historiográfica promovida pela Escola dos *Annales*, em 1929, a História passa a incorporar novas dimensões, novos objetos, novos problemas e novas fontes, além de dialogar com outros campos de saber das Ciências Sociais e Humanas, como a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia, a Economia e a Linguística. É a partir deste processo renovador que a imprensa receberá, além do selo de fonte histórica que já o tinha, o status de objeto da História. Pode-se dizer que este processo se estabelece em meados da década de 1970<sup>117</sup> quando, mais do que a história *na e por meio da* imprensa, surgem cada vez mais pesquisas focadas na escrita da História *da* imprensa<sup>118</sup>.

A relação entre imprensa e política durante a primeira metade da década de 1960 configura-se de maneira intrínseca e não deve-se ser menosprezada ou ignorada. Tal diagnóstico pode ser estabelecido para o período de 1961 a 1964, referente aos governos Jânio Quadros e João Goulart, responsáveis, respectivamente, pelo lançamento e aprofundamento da Política Externa Independente (PEI) – expressão pelo qual ficou conhecida a diplomacia de ambos os presidentes brasileiros. Nesses pouco mais de três anos – da posse de Jânio Quadros à deposição de João Goulart –, jornais de grande circulação (como o matutino paulistano *O Estado de S. Paulo* e o vespertino carioca *Tribuna da Imprensa*, apesar de apresentarem

<sup>114</sup> DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 17.

<sup>115</sup> DARNTON, Robert. **Op. cit.**, p. 109.

<sup>116</sup> Fazemos uso, aqui, da ideia contida no título de uma recente obra do historiador José D'Assunção Barros: **A expansão da História** (Vozes, 2014, p. 238).

<sup>117</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 118. O livro escrito a quatro mãos pelas historiadoras Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo** (Ed. Alfa-Ômega, 1980), é paradigmático neste sentido.

<sup>118</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111.

características diferentes<sup>119</sup>) comportaram-se como verdadeiros e expressivos “atores políticos”, dado seu prestígio e capital simbólico, influenciando na formação de determinada “opinião pública” acerca da política nacional e internacional do Brasil<sup>120</sup>.

## 2.1 *O Estado de S. Paulo e Tribuna da Imprensa: percursos históricos*

Antes de abordarmos esse entrelaçamento entre imprensa e política, é de bom termo que se apresente inicialmente as transformações e características gerais – isto é: fundação, estágio da empresa jornalística, composição da elite dirigente – dos dois jornais que serão utilizados para a análise de suas produções e representações acerca da Política Externa Independente.

*O Estado de S. Paulo* é um jornal centenário e ainda em circulação, fundado no ano de 1875. Sua origem dá-se com a Convenção Republicana de Itu (cidade do interior de São Paulo), datada de 18 de abril de 1873, quando, já no início da conjuntura de crise do Império, a maioria dos participantes daquela convenção “concorda acerca da necessidade de ter um órgão de imprensa na capital para defender os ideais republicanos”. O jornal começa a ganhar forma em outubro de 1874, quando após um trabalho de arregimentação de Manuel Ferraz de Campos Sales e Américo Brasília de Campos é constituída uma sociedade formada por dezenove cotistas com o nome de “Pestana, Campos & Cia“, uma vez que Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos foram os maiores acionistas. O jornal, de tendência republicana, se materializaria no dia 4 de janeiro de 1875<sup>121</sup> com o lançamento de sua primeira edição, à época intitulado *A Província de S. Paulo* – nome que mantém até 1890, quando altera para o atual *O Estado de S. Paulo*<sup>122</sup>.

Para a conjuntura da primeira metade da década de 1960, é importante sinalizar as características principais do jornal e de seus integrantes. *O Estado* tinha como diretor o jornalista Júlio de Mesquita Filho, tendo ocupado o papel de liderança do matutino em

---

<sup>119</sup> “Matutino” e “vespertino” são expressões dadas aos jornais que tem a sua edição diária fechada para comercialização nas manhãs ou nas tardes, respectivamente. Além dessa diferença, outras mais (sobre tiragem, corpo profissional, existência de sucursais, uso de matérias compradas das agências de notícias internacionais e modernização da empresa jornalística) serão tratadas ao longo desse primeiro capítulo.

<sup>120</sup> Conceitos como “ator político”, “poder simbólico”, “opinião pública”, entre outros, serão tratados ao longo dos subtópicos 2.2 e 2.3.

<sup>121</sup> Sua tiragem inicial era de “2.000 exemplares, bastante significativa para a população da cidade, estimada em 31 mil” à época. <<http://www.estadao.com.br/historico/print/cronologia.htm>>. Acesso: 5 de fevereiro de 2016.

<sup>122</sup> MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015. pp. 73-74. Cf. **Cronologia histórica do Grupo Estado**. Acesso: 5 de fevereiro de 2016. <<http://www.estadao.com.br/historico/print/cronologia.htm>>.

1927<sup>123</sup>, após a morte do pai, Julio de Mesquita. Sua sede nesta época localizava-se na rua Major Quedinho, n. 28, centro da cidade de São Paulo, inaugurada em 18 de agosto de 1953 com grande destaque e tendo o edifício recebido a benção do bispo D. Paulo Rolim Loureiro<sup>124</sup>, demonstrando suas ligações com a Igreja Católica e com os valores do cristianismo.

O jornal não circulava as segundas, somente de terça a domingo. Nos dias úteis a edição custava Cr\$ 10 (cruzeiros) e possuía aproximadamente cinquenta páginas enquanto que aos domingos custava Cr\$ 20 e poderia ultrapassar a expressiva marca de cem páginas (daí o diário ser conhecido popularmente como *Estadão*), recheadas com os mais diversos tipos de publicidade, desde bens de consumo duráveis a bens populares. Na composição do jornal, suas edições diárias costumavam ter a seguinte organização: primeira página (capa) reservada ao noticiário internacional; clichê (segunda capa) reservada às notícias do Brasil; página dois com a coexistência de matérias nacionais e internacionais; página três com os prestigiosos editoriais das “Notas e Informações”; e página quatro com as charges assinadas tanto por Hilde Weber quanto por Edmondo Biganti<sup>125</sup>. Além da sede em São Paulo, o “bravo matutino” possuía sucursais em Campinas (SP), Santos (SP), na cidade do Rio de Janeiro (então Guanabara), em Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR) e Brasília. Onde não existia sucursal, *O Estado* possuía o serviço local de correspondentes na maioria das capitais brasileiras, em algumas cidades de médio porte à nível nacional e em praticamente todo o interior do estado de São Paulo<sup>126</sup>.

Já a *Tribuna da Imprensa* foi fundada em 27 de dezembro de 1949 por iniciativa do jornalista e político Carlos Lacerda, que contara com “o apoio do governador de Minas [Gerais], Milton Campos, um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN) para

<sup>123</sup> A partir de 1927, Julio de Mesquita e Francisco Mesquita assumem a liderança do jornal. A diretoria de *O Estado de S. Paulo* também fora constituída por Nestor Rangel Pestana (de 1927 a 1933), Plínio Barreto (de 1927 a 1958), Leo Vaz e Ricardo Figueiredo. E a partir de 1958, com a morte de Barreto, Julio de Mesquita Filho passa a dirigir sozinho o diário.

<sup>124</sup> Ver a edição 18 de agosto de 1953, especialmente na pág. 3 o editorial *O Estado de S. Paulo* e a matéria na pág. 7 “Hoje, às 18 horas, a festa da inauguração”.

<sup>125</sup> Natural da Itália (1918-2000), o chargista e artista plástico Edmond Biganti radicou-se no Brasil no ano de 1954, tendo ingressado dois anos depois n’ *O Estado de S. Paulo*.

<sup>126</sup> Correspondentes do *Estadão* no Nordeste: Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (CE), Natal (RN), São Luís (MA), João Pessoa (PB), Aracaju (SE) e Teresina (PI). No Centro Oeste: Goiânia (GO). No Norte: Belém (PA). No Sul: Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS). No Sudeste: Vitória (ES), Uberaba (MG) e Juiz de Fora (MG). No interior de São Paulo: Itu, São José dos Campos, São José do Rio Preto, Sorocaba, São Caetano do Sul, Bauru, Jundiá, Marília, Louveira, Piracicaba, Botucatu, Taubaté, Apiaí, Santa Barbara D’Oeste, Bragança Paulista, Capivari, Presidente Venceslau, Descalvado, Tambaú, São Roque, Piratininga, Tatuí, Piedade, Amparo, Araras, Lorena, Palmital e Cravinhos.

cobrir as despesas” do jornal<sup>127</sup>. Sua sede sempre esteve localizada na Rua do Lavradio, no centro da cidade Rio de Janeiro. Lacerda contou em depoimento como foi a empreitada:

Aí lancei uma subscrição pública. O Tristão de Athayde saiu com uma lista de acionistas; [...] e fizemos um capital de 12 mil cruzeiros, capital realizado de 6 mil, o resto a prestação. Eu comprei por 700 cruzeiros o prédio onde funciona até hoje a Tribuna. E comprei a prestação, com o resto do dinheiro e mais um empréstimo que fiz no Banco de Crédito Real – onde era diretor o Luis Camilo, nomeado pelo Milton Campos, empréstimo obtido com a garantia do capital a realizar – comprei essa máquina de moer cana em que a gente imprimia o jornal. E, assim, surgiu a Tribuna.<sup>128</sup>

O nome do jornal foi aproveitado de uma coluna que o próprio Carlos Lacerda manteve durante pouco mais de três anos no *Correio da Manhã*, como explica no trecho abaixo:

Depois, eu trabalhei em vários jornais [como o *Diário de Notícias*] e acabei no Correio da Manhã, onde, em 1946, propus ao Paulo Bittencourt, a exemplo das Farpas de Eça de Queiroz, fazer um tipo de crônica da Constituinte que não fosse só uma crônica política, mas também uma reportagem, uma espécie de comentário sobre a vida nacional. Assim se criou aquela seção chamada ‘Na Tribuna da Imprensa’, que era uma espécie de relato da vida brasileira através da crônica da Constituinte.<sup>129</sup>

Igualmente ao periódico paulistano, a *Tribuna* circulava somente de terça a domingo. Todavia, diferente das grossas edições do Estadão, o jornal de Lacerda possuía entre 12 e 16 páginas, apesar de também ter apresentado um espaço reservado à publicidade, aos classificados e demais materiais comerciais, dinheiro este revestido para a manutenção e o financiamento do jornal.

Na composição do jornal, suas edições diárias costumavam ter a seguinte organização: primeira página (capa) para matérias sobre a política nacional, a internacional e a do estado da Guanabara; página dois composta pela coluna “Vozes da Cidade” de José do Rio e por notícias que iam da Guanabara à política nacional; página três com informações sobre o Congresso Nacional referente à atuação dos parlamentares e dos partidos políticos; página quatro, o setor mais opinativo<sup>130</sup> do jornal, era reservada aos violentos editoriais<sup>131</sup>, às sempre

<sup>127</sup> MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 190.

<sup>128</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3 ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. p. 85.

<sup>129</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3 ed. revista e atualizada. Prefácio de Ruy Mesquita e organização de Claudio Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. p. 30.

<sup>130</sup> Onde encontram-se, assim, mais evidenciadas as referências político-ideológicas e visões de mundo dos detentores do jornal, enfim, sua cultura política.

<sup>131</sup> Frequentemente a *Tribuna* publicava somente um único editorial, porém a depender das necessidades do momento, podia-se encontrar até dois editoriais secundários e mais sucintos, intitulados “Opinião” – diferente d’*O Estado de S. Paulo* que contava na sua página opinativa (página 3) sempre com quatro ou mais editoriais (as “Notas e Informações”) em uma única edição.

enérgicas *charges* assinadas por Hilde Weber<sup>132</sup>, às “Cartas dos Leitores”, à coluna de Alberto Deodato, às colunas “Câmara dos Deputados”, “Senado Federal” e “Assembleia Legislativa” e, com uma periodicidade um tanto maior, à coluna “Carta da Alemanha” do conservador alemão Herman Goergen e a um texto de temática aberta de algum articulista do jornal; páginas cinco e seis sobre política nacional e internacional, algumas matérias sendo complemento das publicadas na capa; a partir da sétima página até o final da edição a composição do jornal dava-se de maneira menos sistemática, podendo apresentar desde notícias secundárias, artigos culturais e anúncios publicitários. Ainda contrapondo-se ao *Estadão*, que permanece nos dias atuais como um dos principais diários brasileiros, o periódico carioca deixou de circular em fins de 2008, impossibilitado de manter suas atividades jornalísticas, tendo passado por diversas crises financeiras, aprofundadas principalmente durante a ditadura militar (1964-1985), quando foi alvo de censuras.

Durante a primeira metade da década de 1960 o periódico passou por diversas transformações. Ao longo dos onze primeiros anos de vida institucional da *Tribuna*, Carlos Lacerda, além de fundador, acumulava o cargo de “diretor-presidente”. Seu filho, Sergio Lacerda, era o diretor-superintendente, e Odilon de Lacerda Paiva, o diretor-tesoureiro. Como se vê, a família Lacerda usufruía de total controle do jornal, desde os ativos e passivos até os cargos mais influentes e de liderança, o que permitiu uma vinculação muito forte dessa família com um ideário político específico, que aqui identificamos com o udenismo – que será tratado mais a frente. Tal qual o *Estado*, a *Tribuna* era uma “empresa familiar”.

Porém, após ter sido empossado governador da Guanabara, em 6 de dezembro de 1960, Lacerda passa o comando do jornal para o seu filho Sergio Lacerda, este tornando-se “diretor-superintendente responsável”, para se dedicar integralmente aos trabalhos de sua gestão – já Odilon permanece como tesoureiro. Duas mudanças ainda mais impactantes surgiram logo a frente. Em fins de 1961, a saúde financeira da *Tribuna* apresentava-se insustentável. A solução encontrada pela família Lacerda foi a venda do jornal “segundo consta, por US\$ 10 milhões para Manuel Francisco do Nascimento Brito, do *Jornal do Brasil*”<sup>133</sup>. Nascimento Brito planejava executar alguns projetos de reformas técnica e gráfica, porém, não conseguindo solucionar a curto prazo o grave problema financeiro, acaba por

<sup>132</sup> Natural da Alemanha (1913-1994), radicou-se no Brasil com 17 anos, se estabelecendo em SP e logo trabalhando para O *Estado de S. Paulo*. Na década de 1950 transfere-se para o Rio de Janeiro e ingressa no *Tribuna da Imprensa*. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, Hilde é uma “antiesquerdista militante”, cf. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 46).

<sup>133</sup> LUCA & MARTINS, **História da imprensa no Brasil**, p. 200. Esta transferência foi divulgada através de um informativo de primeira página, assinado por Carlos Lacerda, Nascimento Brito e Sergio Lacerda, na edição 24-25 de fevereiro de 1962 da *Tribuna da Imprensa*.

transferir no final de 1962 o controle da *Tribuna* para o jornalista Hélio Fernandes, seu proprietário até os dias atuais<sup>134</sup>. Apesar dessas mudanças de propriedade, o lacerdismo manteve-se como uma marca indelével da *Tribuna*.

Em 1961 *Tribuna da Imprensa* possuía menos sucursais se comparado com o matutino paulistano: somente em Brasília, São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG). Neste sentido era um jornal mais restrito ao âmbito regional. Apesar disso, era um diário muito atuante no estado da Guanabara, antigo Distrito Federal, e frequentemente conquistava momentânea expressão nacional com suas manchetes e editoriais bombásticos nos contextos de crise. Bem ao estilo verborrágico do seu fundador e da “eterna vigilância”<sup>135</sup> característica dos udenistas, o *Tribuna* tinha como slogan: “um jornal que diz o que pensa porque pensa o que diz”.

Feita essa recuperação das características e do percurso técnico dos jornais, entraremos na discussão acerca da cultura política do *Estado* e da *Tribuna*.

## 2.2 O udenismo como cultura política do *Estado* e da *Tribuna*

As matérias jornalísticas precisam caber em concepções culturais prévias relacionadas com a notícia.

Robert Darnton<sup>136</sup>

Sobre o discurso e o intercâmbio cultural dentro de uma cultura, [...] aquilo que circula não é a “verdade”, mas uma representação.

Edward Said<sup>137</sup>

Um dos objetivos desta pesquisa é sinalizar a presença de uma cultura política udenista, o *udenismo* como trata Maria Victoria Benevides<sup>138</sup>, nas páginas dos dois jornais ora selecionados que, por sua vez, influenciarão nas *representações*<sup>139</sup> acerca da Política Externa Independente. Na definição de Serge Berstein, cultura política faz “referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que [as pessoas] partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que

<sup>134</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. Hélio Fernandes (verbete). In: ABREU, Alzira (el al.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, CPDOC, FGV. Acesso em 2 de fevereiro de 2016.

<sup>135</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

<sup>136</sup> DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 108.

<sup>137</sup> SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 2007. p. 52.

<sup>138</sup> BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

<sup>139</sup> Vide o conceito de Roger Chartier que afirma: “não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e afrontadas, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido a seu mundo”. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **À beira da falésia**. A História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 66.

nele têm e da imagem que têm da felicidade”<sup>140</sup>. Isto é, refere-se a um conjunto de elementos, valores, signos e significantes de base cultural voltado para o comportamento político que um determinado agrupamento social<sup>141</sup> passa a interiorizar, agir e a dar sentido ao seu mundo.

Antes de abordarmos a vinculação dos jornais ao ideário udenista, impõe-se que se apresente o significado histórico da UDN, um desafio um tanto complexo, posto que a legenda fora um “partido repartido”, no qual existiram “várias UDNs”, umas mais fortes e militantes, como a do Rio de Janeiro, e outras mais fracas, porém “históricas”, como a de São Paulo<sup>142</sup>. Segundo Dulci, a UDN “foi formada por variados setores contrários ao Estado Novo e ao seu desdobramento, incluía desde parte da ‘intelligentsia’ democrática até oligarquias locais excluídas do poder, passando por áreas militares e frações liberais da burguesia”<sup>143</sup>. Essas múltiplas UDNs seriam reconhecidas, de acordo com Benevides, da seguinte maneira:

- as UDNs estaduais num pacto nacional (questão vinculada à problemática do poder local);
- o lastro udenista na agregação dos partidos ancilares ou satélites (PR, PL, PDC, MTR);
- os grupos políticos dentro da UDN, que chegaram a divergir radicalmente quanto às políticas do partido, e também em termos de “estilo”;
- as alianças externas com setores militares e da *imprensa*, extrapolando os limites institucionais do partido e configurando-se o “udenismo”<sup>144</sup>.

No primeiro ponto, evidencia-se a força político-institucional dos Diretórios municipais e estaduais, em detrimento do Diretório Nacional (exceto, talvez, nos períodos eleitorais). No segundo, a presença do “lastro udenista” em partidos que professavam o mesmo ideal liberal-conservador<sup>145</sup>. No terceiro, há dois destaques: que existiram, segundo Dulci, três fases<sup>146</sup> históricas da UDN (a dos “bacharéis”<sup>147</sup>, a “realista”<sup>148</sup> e a “lacerdista”<sup>149</sup>)

<sup>140</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean-François Sirinelli. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 363.

<sup>141</sup> No nosso caso tal conceito será utilizado ao longo do capítulo para refletir acerca das famílias Mesquita e Lacerda, proprietárias, respectivamente, do *Estado de S. Paulo* e da *Tribuna da Imprensa*.

<sup>142</sup> BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 223.

<sup>143</sup> DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1986. p. 32.

<sup>144</sup> BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 224. Grifo meu.

<sup>145</sup> Segundo Benevides, as várias UDNs, para além da legenda oficial, configurariam o “paraudenismo”. Assim, pode-se dizer que ‘o PL era udenista, o MTR era a UDN trabalhista’, o PDC ‘a UDN confessional’ e o PR ‘a UDN do conservadorismo’”. BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. p. 228.

<sup>146</sup> De acordo com Dulci, a fase dos “bacharéis” vigorou de sua fundação, em 1945, até 1957, tendo sido a mais longeva; ao passo que a fase “realista” vigorou de 1957 até 1960; e a fase “lacerdista”, de 1960 até 1965, quando a UDN e todos os demais partidos foram dissolvidos em decorrência do Ato Institucional n. II da Ditadura Militar. Cf. DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1986. pp. 36-38.

<sup>147</sup> Os bacharéis “eram profissionais liberais, tipicamente juristas e advogados, relativamente desvinculados de interesses sociais imediatos e independentes de clientelas específicas. Sua atuação era muito mais nacional que local. Os ‘bacharéis’ não eram, em princípio, intransigentes em face de táticas de conciliação, mas atuavam de



e ao longo dessas fases, a criação de grupos, alas e frentes muitas vezes conflitantes entre si<sup>150</sup>. No quarto, a sinalização da relação com setores da imprensa. Este último item é fundamental na discussão subsequente.

Importante a colocação de Berstein quando afirma que, dada a complexidade do fenômeno da cultura política, “seu nascimento não poderia ser fortuito ou acidental, mas que corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história”<sup>151</sup>. Ora, o nascimento da UDN e de sua cultura política, o udenismo, estão ancorados justamente em uma conjuntura de crise sistêmica, marcada, internamente, pela fragilidade da ditadura estadonovista de Getúlio Vargas e, externamente, pela derrota do nazismo alemão e do fascismo italiano, em consequência da vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. É justamente a partir do momento quando diversos segmentos da sociedade brasileira desgostosa dos rumos do Estado Novo passam a se organizar para derrubar o regime autoritário de Vargas que, *pari passu* ao surgimento da UDN, nasce uma cultura política dita udenista<sup>152</sup>.

E como pode-se afirmar uma aproximação entre a cultura udenista e os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Tribuna da Imprensa*? Neste caso necessitamos realizar uma breve “prosopografia dos jornalistas e dos dirigentes da imprensa”, no sentido de “um estudo da ‘socialização’ dos homens, da formação de suas opiniões ao longo de seu itinerário particular. Ela [a história política dos meios de comunicação] deve dedicar especial atenção às gerações

preferência em termos competitivos, pois defendiam vigorosamente uma identidade partidária própria, definida pelo ‘ethos’ e pelo compromisso liberal, que eles mesmos encarnavam”. DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1986. p. 36.

<sup>148</sup> Os realistas “partiam do pressuposto da legitimidade do regime e defendiam um desarmamento da UDN em relação às demais forças, como condição para o crescimento do partido. Aceitavam diferentes possibilidades de aliança, mas sua preferência recaía na aliança conservadora PSD-UDN que havia funcionado sob Dutra. Eram tendencialmente conservadores, mas não ao ponto de rejeitar fórmulas de composição em torno de políticas de reforma. Os realistas sofreram inicialmente restrições dos ‘bacharéis’, mas foram especialmente combatidos por áreas ‘ortodoxas’ mais jovens, cuja expressão máxima foi Carlos Lacerda”. DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1986. p. 37.

<sup>149</sup> A linha lacerdista “defendia a competição e era ao mesmo tempo profundamente conservador. Teve como precursora a ‘banda de música’, mas em conjuntura distinta e em tom menos extremista. [...] Nos anos 60, esta última corrente tornou-se hegemônica dentro do partido, emprestando à UDN sua imagem final, direitista [...]”. O lacerdismo também seria “agressivamente anti-reformista”. DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1986. p. 37-38.

<sup>150</sup> Como a “Banda de Música” e os legalistas na década de 1950 e a “Bossa Nova” e os golpistas nos anos 1960.

<sup>151</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean-François Sirinelli. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 355.

<sup>152</sup> Importante frisar o “caráter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país”. BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean-François Sirinelli. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 350 e 354. Como resultado dessa pluralidade, no tocante à realidade brasileira de 1945 a 1964, poder-se-ia identificar ao menos três dessas culturas: a udenista (UDN), a comunista (PCB) e a integralista (PSP). Outras duas, menos evidentes, foram a social-cristã (PDC) e a socialista (Esquerda Democrática, depois PSB), apesar dessas duas últimas se confundirem em determinadas conjunturas, respectivamente, com a udenista e a comunista.

unidas pelas mesmas lembranças, que acarretam (frequentemente, mas nem sempre...) solidariedades instintivas”<sup>153</sup>.

Para tanto, importa analisar o caso das elites dirigentes e das famílias Mesquita e Lacerda, proprietárias, respectivamente, de *O Estado* e do *Tribuna*. Julio de Mesquita Filho e Carlos Lacerda são as duas grandes e emblemáticas referências quando se aborda a produção e a atuação política d’*O Estado de S. Paulo* e da *Tribuna da Imprensa*, respectivamente, e ambos os jornalistas tiveram um importante papel na organização e fundação do que viria a se tornar a UDN. Apesar de apresentarem, como visto anteriormente, considerável desproporcionalidade no quesito da formação e constituição da empresa jornalística, os jornais se aproximavam, todavia, no que se referia a influências políticas e ideológicas, exercendo, até mesmo, influências mútuas.

No que se refere à família Lacerda, proprietária da *Tribuna da Imprensa*, essa ligação com a UDN é bastante nítida, senão “carnal” e institucional. Como nos referimos anteriormente, o jornal carioca fora fundado por Carlos Lacerda, jornalista desde 1945 filiado à UDN<sup>154</sup>. Desta época, Lacerda se recorda da “grande influência” exercida pelo udenista mineiro radicado no Rio, Virgílio de Melo Franco<sup>155</sup>, tendo sido secretário-geral<sup>156</sup> do partido: “Nós íamos para o escritório dele e lá surgiu a UDN. Surgiu como uma conspiração [à ditadura estadonovista de Getúlio Vargas]. No começo ela era uma conspiração, não era um partido”<sup>157</sup>.

Ainda neste ano, na conjuntura das eleições de 1945, Carlos Lacerda apoiou enfaticamente a campanha do brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da UDN à presidência da República, que então seria derrotado pelo candidato governista, Eurico Dutra. A partir da redemocratização, a presença e as articulações de Lacerda na UDN tornar-se-iam paulatinamente mais fortes, inclusive sendo eleito em janeiro de 1947 pela UDN para o cargo de deputado federal pelo Distrito Federal. Nas eleições legislativas de 1950, Lacerda não se candidatou a nenhum posto político, mas novamente faria campanha para o candidato

<sup>153</sup> JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, Réne (org.). **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 223.

<sup>154</sup> KELLER, Vilma. Carlos Lacerda (verbete). In: ABREU, Alzira (el al.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. CPDOC, FGV. Acessado em 2 de fevereiro de 2016.

<sup>155</sup> Udenista, um dos signatários do Manifesto dos Mineiros de 1943 e pai do político, também udenista, Afonso Arinos de Melo Franco, que em duas ocasiões seria o ministro do Exterior durante o período da Política Externa Independente.

<sup>156</sup> MALIN, Mauro. Virgílio de Melo Franco (verbete). In: ABREU, Alzira (el al.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. CPDOC, FGV. (versão online). Acesso em 12 de julho de 2016.

<sup>157</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3 ed. revista e atualizada. Prefácio de Ruy Mesquita e organização de Claudio Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. pp. 30-31.

udenista, Eduardo Gomes, e tendo sido novamente derrotado, moveria grande oposição durante todo o governo Vargas.

No caso da família Mesquita, proprietária do *Estado de S. Paulo*, a relação com a UDN também estaria presente. É bem verdade que não havia nenhum Mesquita que ao longo da “experiência democrática” de 1946 a 1964 tivesse exercido efetivamente qualquer cargo político à nível do Executivo ou Legislativo pela legenda da UDN, como ocorreria com Lacerda especialmente a partir de 1947. Entretanto, acerca do grupo paulista dos liberais, Benevides sinaliza que desde o momento inicial: “irão militar na UDN [...] jornalistas ligados ao *O Estado de S. Paulo*, como Júlio de Mesquita Filho e Plínio Barreto”<sup>158</sup>.

Plínio Barreto e Julio de Mesquita Filho, por suposto, não eram somente jornalistas, mas dois dos principais diretores d’*O Estado de S. Paulo*. Plínio Barreto, advogado que primeiro presidiria a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), desde o início do século XX exercia funções de liderança n’*O Estado de S. Paulo*, quando em 1927, após a morte de seu amigo e empregador Julio Mesquita, é empossado como redator-chefe do *Estado*. E desde 1927, junto de Plínio Barreto, Mesquita Filho marcara firme posicionamento nos episódios da Revolução de 1930, da Revolução Constitucionalista de 1932, da candidatura oposicionista à presidência de Armando de Sales Oliveira em 1937, da fracassada candidatura de Eduardo Gomes nas eleições de 1945 e 1950, da eleição de Vargas em 1951 e posterior crise política em 1954, além da eleição de Juscelino Kubistchek em 1955. Mesquita Filho, após a morte de Barreto em 1958, continuaria tendo um papel importante na política brasileira, traduzido nas eleições de outubro de 1960, no qual foram escolhidos Jânio Quadros e João Goulart para os cargos de presidente e vice-presidente da República e no apoio ao golpe civil-militar de 1964.

Julio de Mesquita Filho, por sua vez, citado por Lacerda em suas memórias como um dos organizadores da legenda udenista em São Paulo:

Depois [de ser fundado no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, o partido UDN] começou a ser articulado em São Paulo, através das ligações com o Julinho [como era carinhosamente conhecido Julio de Mesquita Filho, então diretor d’*O Estado de S. Paulo*] e com o pessoal de lá.<sup>159</sup>

Todavia, para além das superficiais aparências, altamente sedutoras, não se defende aqui o argumento de que *O Estado de S. Paulo* e *Tribuna da Imprensa* foram jornais oficiais

<sup>158</sup> BENEVIDES. **A UDN e o udenismo**, p. 30.

<sup>159</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3 ed. revista e atualizada. Prefácio de Ruy Mesquita e organização de Claudio Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. pp. 30-31.

da UDN<sup>160</sup>. Esta tese é descartada. De modo que as possíveis – e, como mostramos, concretas – relações ou aproximações que determinados profissionais do *Estado* e da *Tribuna* possuíam com aquele partido não interferiram no fato de que ambos os jornais gozavam de plena autonomia editorial. O depoimento de Carlos Lacerda é paradigmático nesta questão, quando refere-se às especificidades e à independência da *Tribuna da Imprensa* em relação à UDN:

Eu queria evitar muito que a *Tribuna* fosse um órgão da UDN até porque isso era impossível; a UDN não podia ter um órgão – a UDN era uma maçaroca de tendências, as mais diversas, impossíveis de exprimir num só jornal. Sobretudo porque esse jornal exprimia muito mais as minhas tendências do que as tendências da UDN. Quer dizer, sempre me senti na UDN [...], mas sempre me senti meio como uma excrescência na UDN [...].<sup>161</sup>

No comentário acima, Lacerda enfatiza que a *Tribuna* exprimia muito mais os *seus* valores e *suas* visões de mundo do que qualquer outra tendência, posição esta consubstanciada no *lacerdismo*, uma das mais expressivas tendências udenistas nos anos 1960, período este em que Lacerda exercera o mandato de governador da Guanabara. Sobre essa liberdade editorial da qual desfrutava, Lacerda cita uma crítica que não se furtara de publicar contra Afonso Arinos, um quadro histórico da UDN:

Por exemplo: Afonso Arinos era o líder do partido na Câmara. Se ele fazia um mau discurso, eu escrevia um editorial contra o mau discurso do Afonso Arinos e no dia seguinte havia uma crise na UDN. Eu me lembro de um artigo que fiz uma vez chamado “A Bomba de Creme da Confeitaria Afonso Arinos”. Durante dias ele ficou anunciando o discurso que iria fazer, e os jornais falando no discurso. E no dia não era nada, era uma perfumaria. E eu escrevi “A Bomba de Creme da Confeitaria Afonso Arinos...”. Foi um horror dentro da UDN. Crise dos diabos!<sup>162</sup>

Enfim, seria impensável um jornal oficial preservar um posicionamento autônomo e crítico frente às ações – ora erradas, ora vacilantes que inevitavelmente teriam lugar – da legenda que representasse, de modo que Lacerda assevera: “era difícilimo e revelou-se ser impossível fazer um jornal partidário”<sup>163</sup>.

Paradigmático também é o relato dos proprietários d’*O Estado de S. Paulo* acerca da independência do jornal. Na edição especial sobre a morte de Julio de Mesquita Neto, em 1996, o *Estado* destaca que o jornalista “nunca se afastou de sua missão de *definidor* da linha

<sup>160</sup> Como fora o caso, por exemplo, do periódico partidário *Novos Rumos*, cuja propriedade era do PCB. Cf. FERREIRA, Jorge. *Novos Rumos: o jornal do Partido Comunista Brasileiro*. **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, v.19, n.02, p. 205-224, 2013.

<sup>161</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3 ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. p. 128.

<sup>162</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. p. 128.

<sup>163</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. p. 128. Carlos Lacerda também rememora que nas eleições de 1950 sua *Tribuna* não apresentava “posição simpática à segunda candidatura do Brigadeiro” [Eduardo Gomes]. Outro fato narrado por Lacerda: “O Senador [João] Vilas Boas [UDN-MT] dava um passo em direção ao Getúlio, por exemplo, e levava um pau no dia seguinte que não tinha tamanho! Então era realmente incompatível”. LACERDA, Carlos. **Depoimento**, p. 127 e 128.

editorial de um dos mais tradicionais jornais do mundo”<sup>164</sup>. Julio César Ferreira de Mesquita, filho de Mesquita Neto que a partir de 1985 ocuparia o cargo de diretor do Estado<sup>165</sup>, conta, nesta mesma edição especial, que no tempo do seu avô, Julio de Mesquita Filho, “o noticiário do jornal espelhava o que mais agradava ao seu dono”<sup>166</sup>, muito mais do que a um partido específico. Herbert Levy, que seria o presidente nacional da legenda da “eterna vigilância” de 1961 a 1963, divergindo de seus correligionários, chegou a sustentar que “*O Estado* é que tem um partido, a UDN”, não o inverso<sup>167</sup>.

Destarte, a relação que se propõe aqui da *Tribuna da Imprensa* e do *Estado de S. Paulo* é muito mais com o *udenismo* do que com a UDN, que, como já visto, inclusive não conseguira conter essa cultura política dentro dos seus próprios muros, uma vez que o sistema de símbolos e valores do *udenismo* apresentava-se fortemente representativo para uma parcela da sociedade, acabando por oportunizar o citado “lastro udenista” presente em setores da imprensa e na configuração de outros partidos liberais-conservadores. Isto é, não se defende que *O Estado* e *Tribuna* se caracterizaram como meros instrumentos classistas e orgânicos da UDN – despossuídos de qualquer autonomia editorial – para, como consequência, disputar a hegemonia do Estado brasileiro, tal como seria discutido através do paradigma gramscista<sup>168</sup>.

Compreende-se, sim, que a aproximação destes jornais com o “partido da eterna vigilância” e dos “lenços brancos” se dá mais pelo compartilhamento de um conjunto simbólico, do qual o *udenismo* é representativo, do que por um projeto de poder almejado pela UDN dentro do sistema político brasileiro. Para um veículo de comunicação como *O Estado* ou *Tribuna*, importava menos a busca da hegemonia *per se* do Poder e mais a busca de outro tipo de hegemonia: a do poder simbólico, que a partir dele daria – além de tiragem e lucratividade crescentes, posto que enquanto empresas capitalistas de fato não se descuidavam

<sup>164</sup> *O Estado de S. Paulo*, 6 de junho de 1996, capa. Morre Julio de Mesquita Neto. Grifo nosso.

<sup>165</sup> Cf. <<http://www.estadao.com.br/historico/print/cronologia.htm>>. Acesso em 15 jul. 2016.

<sup>166</sup> *O Estado de S. Paulo*, 6 de junho de 1996, capa. Acompanhou a revolução no jornalismo – Julio César Mesquita.

<sup>167</sup> BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 229. Interessante observar nesta frase de Levy a ideia de um pertencimento a um mundo cultural e simbólico por parte d’*O Estado de S. Paulo*, independente de qualquer partido político (neste caso a UDN) que o dissesse representar no plano institucional.

<sup>168</sup> Apesar, diga-se, da análise de Antonio Gramsci sobre o papel político dos jornais se configurarem de extrema importância para a nossa pesquisa, como será discutido no tópico 2.3. GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. O Jornalismo. volume 2. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

dessa imperiosidade inerente àquele sistema econômico – uma maior margem de legitimação do seu discurso no campo<sup>169</sup> da imprensa brasileira:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary force” mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.<sup>170</sup>

“Poder simbólico” estreitamente relacionado com a ideia de posse de um bem usualmente identificado às elites e classes dominantes: o prestígio<sup>171</sup>, a distinção social. Ainda que seja um capital simbólico bastante valioso na composição da sociedade, o prestígio não se constitui como um recurso aleatório e independente, pelo contrário: está interligado aos outros capitais que, juntos, “formam as classes sociais ou o espaço multidimensional das formas de poder”<sup>172</sup>.

Os demais capitais, por sua vez, são: o capital econômico, referindo-se além do dinheiro e de ações financeiras, à posse de propriedades diversas (terras, imóveis, empresas, automóveis); o capital cultural ou capital informacional (consumos refinados, isto é, da “alta cultura”<sup>173</sup> e reconhecimentos universitários obtidos através de diplomas e titulações); e o

<sup>169</sup> “Campo” compreendido aqui de acordo com o sentido empregado por Bourdieu, isto é, como um lugar dinâmico e por excelência das relações sociais. Assim como o campo jornalístico, existe o campo político, o campo militar, o campo artístico, etc. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. p. 28.

<sup>170</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. pp. 14-15.

<sup>171</sup> Consequência direta desse prestígio é o fato de que *O Estado de S. Paulo* alcançara, sob direção de Julio de Mesquita Filho, em 1969, a expressiva marca de 180 mil exemplares diários. PONTES, José Alfredo Vidigal. **Julio de Mesquita Filho**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2010. p. 58. Aliás, desde o início da década de 1960 já era o jornal de maior tiragem em São Paulo e no Brasil. FIDELIS, Thiago. “A crise impressa: política e sociedade nos jornais *O Estado de São Paulo* e *A Última Hora* (1961-1963)”. In: XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA UNESPAR, 2014. **Anais Eletrônicos do XIV Encontro Regional de História**. Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná. p. 1207-1219. Disponível em: <<http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/20.pdf>> Acesso em: 16 jul. 2016. Ademais, essa busca constante das empresas jornalísticas pelo aumento de tiragem (sem esquecer da própria autopromoção dessa expansão feita pelos proprietários) pode revelar os meandros desse poder “quase mágico”, como qualifica Pierre Bourdieu.

<sup>172</sup> SILVA, Gilda Olinto do Valle. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **Informare: Cad. Prog. Pós-Grado Cio Inf.**, v.1, n.2, p.24-36, jul. ldez. 1995. p. 24.

<sup>173</sup> A expressão “alta cultura” em si já evidencia a violência simbólica que as classes dominantes, enquanto detentoras do prestígio, podem exercer – seja consciente ou mesmo inconscientemente – nas ditas “classes inferiores” frequentemente identificadas como possuidoras da “baixa cultura” ou da “cultura popular”. Como mostra Gilda Silva, “As classes sociais também divergem com relação a padrões estéticos em outras áreas como artes plásticas, literatura e teatro. E para exemplificar, Bourdieu mostra, em seus levantamentos empíricos, como as classes ou setores de classe reagem diferentemente a estímulos estéticos. Cada grupo social tenderia a formar um padrão específico de preferências que [...] promove a aproximação dentro de um mesmo grupo e dificulta o

capital social (isto é, os contatos estabelecidos ao longo da vida, seja de conhecidos, de amigos, de correligionários de partido, de colegas de trabalho, ou mesmo dos familiares e demais parentes)<sup>174</sup>.

Capital cultural que os proprietários do *Estado de S. Paulo* e da *Tribuna da Imprensa*, apesar dos diferentes percursos familiares que trilharam, tiveram acesso sem maiores dificuldades graças a posição social distinta de suas famílias, como foi o caso de Júlio de Mesquita Filho: “O ambiente familiar já propiciava boa formação intelectual e política: seu pai, Julio Mesquita<sup>175</sup>, era um dos mais destacados jornalistas brasileiros de seu tempo, e seu avô, José de Cerqueira César, um ilustre advogado e político republicano”<sup>176</sup>. A formação intelectual de Carlos Lacerda também foi privilegiada:

Fui criado num meio político. Ouvi falar de política em casa desde que me entendo por gente. Meu pai [Maurício de Lacerda] foi político a vida inteira, sempre de oposição e meu avô [Sebastião Lacerda] nessa época era um político em recesso, era ministro do Supremo [Tribunal Federal, nomeado em 1912], mas nem assim deixava de acompanhar pelo menos a política municipal de Vassouras. De sorte que a política era um assunto de todo dia. Talvez fosse um dos assuntos mais comuns, quer pela frequência de políticos lá em casa, quer pelos comentários dos jornais que muito cedo comecei a ler.<sup>177</sup>

Estes capitais culturais combinam-se e associam-se – através de um fluxo que tende a ser constante e natural – com os capitais sociais, isto é, com os “contatos”, que por sua vez se reforçam mutua e estrategicamente. Essa associação tende a se perpetuar automaticamente durante toda a vida, gerando novos contatos e novas informações, posto que é da essência humana formar redes de sociabilidades e vínculos afetivos. Entretanto, também é um mecanismo estratégico porque o capital cultural, tal qual o econômico, é um bem escasso,

---

trânsito, a mobilidade social, entre os grupos”. SILVA, Gilda Olinto do Valle. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **Informare**: Cad. Prog. Pós-Grado Cio Inf., v.1, n.2, p.24-36, jul. Idez. 1995. pp. 26-27.

<sup>174</sup> Como aponta Bourdieu, “o mundo social pode ser concebido como um espaço multi-dimensional construído empiricamente pela identificação dos principais fatores de diferenciação que são responsáveis por diferenças observadas num dado universo social ou, em outras palavras, pela descoberta dos poderes ou formas de capital que podem vir a atuar, como azes num jogo de cartas neste universo específico que é a luta (ou competição) pela apropriação de bens escassos [...] os poderes sociais fundamentais são: em primeiro lugar o capital econômico, em suas diversas formas; em segundo lugar o capital cultural, ou melhor, o capital informacional também em suas diversas formas; em terceiro lugar, duas formas de capital que estão altamente correlacionadas: o capital social, que consiste de recursos baseados em contatos e participação em grupos e o capital simbólico que é a forma que os diferentes tipos de capital toma uma vez percebidos e reconhecidos como legítimos”. Pierre Bourdieu apud SILVA, Gilda Olinto do Valle. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **Informare**: Cad. Prog. Pós-Grado Cio Inf., v.1, n.2, p.24-36, jul. Idez. 1995. p. 25.

<sup>175</sup> Não somente capital cultural, mas também capital econômico, como fica evidente no depoimento de Ruy Mesquita: “O Mesquita mais rico individualmente foi meu avô [Julio Mesquita, 1862-1927], que tinha fortuna pessoal quando morreu”. **Roda Viva – Ruy Mesquita, 05/04/2004**. Acesso em 27 de julho de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EOavCpKcKGc>>. Tempo da citação: 58min57s.

<sup>176</sup> PONTES, José Alfredo Vidigal. **Julio de Mesquita Filho**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2010. p. 19.

<sup>177</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3 ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. p. 27.

senão raro e, portanto, precioso e valioso<sup>178</sup>. Sendo um bem limitado, o capital cultural será disputado pelos diferentes estratos da sociedade – uma disputa que se dá frequentemente de maneira inconsciente em decorrência das particularidades do *habitus*.

Esta noção operatória formulada por Pierre Bourdieu é de fundamental importância para esta pesquisa. Enquanto um "sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações"<sup>179</sup>, o *habitus* influenciará na compreensão dos eventos políticos, sociais, culturais, econômicos e diplomáticos das pessoas – daí o interesse em investigar o funcionamento, no presente caso, do *habitus* dos representantes e proprietários<sup>180</sup> do *Estado de S. Paulo* e da *Tribuna da Imprensa* nas suas maneiras de sentir, pensar e agir a partir dos acontecimentos referentes à Política Externa Independente. Isso porque o *habitus*, enquanto incorporação natural das estruturas sociais, “produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem uma determinação mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação”<sup>181</sup>, por ser uma “cumplicidade ontológica” ou um tipo de “conhecimento sem consciência”<sup>182</sup>. Daí os

[...] os dominantes só aparecem como distintos porque, tendo de alguma forma nascido numa posição positivamente distinta, seu *habitus*, natureza socialmente constituída, ajusta-se de imediato às exigências imanentes do jogo, e que eles podem assim afirmar sua diferença sem necessidade de querer fazê-lo, ou seja, com a naturalidade que é a marca da chamada distinção “natural”.<sup>183</sup>

O que proporciona o seguinte quadro em decorrência da desigual disputa pelos capitais sociais e culturais:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções.<sup>184</sup>

<sup>178</sup> BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (et alii). **Enciclopédia Einaudi: Anthropolos - Homem**. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 298-299.

<sup>179</sup> Pierre Bourdieu apud SILVA, Gilda Olinto do Valle. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu.

**Informare**: Cad. Prog. Pós-Grado Cio Inf., v.1, n.2, p.24-36, jul. dez. 1995. p. 25.

<sup>180</sup> Julio de Mesquita Filho, pelo *Estado*, e Carlos Lacerda, pela *Tribuna*, são quem efetivamente promovem a linha editorial de seus jornais. Sobre isso, além da já citada frase de Lacerda sobre a *Tribuna* representar muito mais as suas tendências, é paradigmática a confissão de Ruy Mesquita: “O *Estado de S. Paulo* era meu pai”. Cf. MATÍAS, Molina M. Ruy Mesquita destacou-se em momento de renovação nos anos 60, com “JT”. **Valor Econômico**, 21 de maio de 2013, <<http://www.valor.com.br/empresas/3133806/ruy-mesquita-destacou-se-em-momento-de-renovacao-nos-anos-60-com-jt>>. Acesso em 16 de julho de 2016.

<sup>181</sup> BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 23.

<sup>182</sup> BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. p. 24.

<sup>183</sup> BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. pp. 24-25.

<sup>184</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. p. 10.



Daí, então, o udenismo ser incorporado pelos proprietários do *Estado* e da *Tribuna* porque de fato eles compreendiam tal cultura política udenista como o conjunto doutrinário que melhor se adequava “na busca do sucesso na luta travada no campo simbólico em que o[s] próprio[s] jornal[is] estava[m] inserido[s]. Um campo de embates políticos, obviamente, mas que estão relacionados muito mais a fatores que envolvem a busca pelo *prestígio*, pelo lugar privilegiado de formadores de opinião”<sup>185</sup>.

Maria Victória Benevides no clássico livro *A UDN e o udenismo* mostra que os principais pontos dessa cultura política eram: o liberalismo, o moralismo, o elitismo e a ordem<sup>186</sup>. A fim de verificarmos em que bases se processavam essa identificação com a *Tribuna* e *O Estado*, analisaremos exemplos retirados dos representantes dos dois jornais.

O liberalismo<sup>187</sup> é a grande ideologia dos proprietários dos jornais e apresenta-se como um verdadeiro guia para pautar seus comportamentos, tendências e inclinações. De tão expressivo e onipresente, acaba por entrecruzar-se com os outros três princípios do udenismo. Na vertente antiestatista do liberalismo, Júlio de Mesquita Filho afirma que o liberal “aceitará a intervenção do estado, neste ou naquele setor das atividades humanas segundo as circunstâncias e sempre que o determinismo dos fatos o aconselhe, sabendo, contudo, da falta de aptidão do poder público para gerir qualquer espécie de negócio”<sup>188</sup>. “Irremediavelmente liberal” como se autointitulava e favorável declarado ao sistema capitalista, Mesquita Filho não esconde sua não identificação com a ideologia fundada por Marx e Engels: “O socialismo não me convenceu. [...] Se me convencesse, eu me tornaria socialista ou comunista”<sup>189</sup>. Plínio

---

<sup>185</sup> FERRAZ, Raphael Moreira. **O Fausto das Antilhas: a Revolução Cubana no Jornal *O Estado de São Paulo* (1958-1961)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015. p. 33.

<sup>186</sup> BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 241-275.

<sup>187</sup> Liberalismo é, como destaca Nicola Matteucci, de difícil conceituação, dado que a sua história “acha-se intimamente ligada à história da democracia”, sendo, desse modo, “difícil chegar a um consenso [entre os estudiosos] acerca do que existe de liberal e do que existe de democrático nas atuais democracias liberais”, mas o liberal tende a ser aquele que aceita como natural a existência da propriedade privada, apresenta uma postura conservadora no tocante aos valores, é favorável a descentralização do poder, consequência direta do seu combate, pela palavra e/ou pela ação, à toda tentativa de fortalecimento do Estado e do Poder Executivo. MATTEUCCI, Nicola. Liberalismo. In: BOBBIO, Norberto (et. al., org.). **Dicionário de política**. Vol. 1. 11 ed. Brasília: Ed. UNB, 1998. p. 686.

<sup>188</sup> MESQUITA FILHO, Julio. **JMF: um esboço de autobiografia**. In: *O Estado de S. Paulo*, edição de 13 de julho de 1969. p. 9.

<sup>189</sup> PONTES, José Alfredo Vidigal. **Julio de Mesquita Filho**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2010. p. 66. Em editorial de 15 de julho de 1927, *O Estado de S. Paulo* já enfatizava que: “Somos conservadores. [...] Nem a organização social, nem a doutrina política dos comunistas nos seduzem. Os processos de ação que eles têm posto em prática, esses então nos provocam horror... Dito isto, está dito que não recusaremos a nossa solidariedade aos que lutam contra o comunismo. Tê-la-á o governo do Brasil quando o comunismo constituir, na verdade, um perigo para o Estado”. *O Estado de S. Paulo apud CAPELATO & PRADO. O bravo matutino*. p. 105.

Barreto, então redator-chefe, em artigo datado de 1932, ao mesmo tempo em que apresentara sua filiação cristã, deixara ainda em maior evidência sua pregação anticomunista<sup>190</sup>:

Se temos de nos decidir por um dos judeus que disputam a direção da humanidade, decidamo-nos pelo que pereceu na cruz. Entre Marx e Jesus não hesitemos; fiquemos com este. Este nos dá tudo o de que necessitamos: paz de alma, pureza de consciência, fraternidade humana... O outro, o judeu da Alemanha, que é que nos dá? O que na Rússia estamos vendo: fome, a escravidão, a miséria moral nas suas expressões mais horrendas, a luta, o sangue, o desespero... Entre o evangelho do amor, o do galileu, e o evangelho do ódio, o do teutônico; entre o evangelho da solidariedade humana, o do Sermão da Montanha, e o evangelho da guerra de classes, o do Manifesto do Partido Comunista... escolhamos sem demora.<sup>191</sup>

Carlos Lacerda, para além dos representantes do *Estado*, no momento de seu discurso de posse como o primeiro governador eleito da Guanabara, em 5 de dezembro de 1960, evidencia seu anticomunismo militante e virulento:

De nossa parte, dizemos que o estado da Guanabara *não tolerará* em seu território o comunismo [...], nem sob a forma aberta e franca de outrora, que chega ao assassinato e ao terror, nem sob a forma atual, que se disfarça de nacionalista e populista, como de anticolonialista e pacifista para conspirar contra o Brasil, deixando-o sem alianças e sem objetivos nacionais e definidos à mercê da surpresa e do acaso. Os comunistas são, na expressão do futuro presidente [aqui Lacerda cita o recém-eleito Jânio Quadros], “irrecuperáveis para a Democracia” [...]. Tem, pois, o democrata o *dever de lhes tolher o passo por medidas que a lei faculta*, a *democracia admite e o interesse nacional exige*.<sup>192</sup>

Essa tendência anticomunista do liberalismo dos representantes do *Estado de S. Paulo* também é expressada por Ruy Mesquita, no livro de depoimento que prefaciou do seu amigo<sup>193</sup> Carlos Lacerda. Apesar de referir-se mais exatamente ao proprietário da *Tribuna*,

<sup>190</sup> Ver a definição de anticomunista na nota de rodapé n. 8 na p. 57. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 368 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000. p. 4.

<sup>191</sup> Plínio Barreto *apud* CAPELATO & PRADO, 1980, p. 106.

<sup>192</sup> Carlos Lacerda *apud* *Tribuna da Imprensa*. 6 de dezembro de 1960. Editorial. Os rumos do Estado. p. 4. Grifos nossos.

<sup>193</sup> Ruy ter tido a incumbência de escrever o prefácio de uma publicação sobre Carlos Lacerda por si só evidencia a aproximação entre os dois jornalistas. Acerca da amizade com Lacerda, Ruy Mesquita diz que: “Conheci o Carlos Lacerda e a [sua esposa] Letícia em 1943, se não me falha a memória, na ‘minha’ casa do meu avô, a fazenda Conceição do Barreiro, em Louveira, São Paulo, onde, a convite do meu tio, Alfredo Mesquita, o casal passou uma temporada. Ai nasceu uma amizade que só sofreria uma interrupção, provocada por uma atitude intempestiva, minha, diante de uma crítica mais violenta que ele fez no seu jornal – *Tribuna da Imprensa* – ao Brigadeiro Eduardo Gomes, por ter este aceitado o apoio dos integralistas, quando pela segunda vez, disputava a Presidência da República. Irritado com os termos veementes da crítica, devolvi-lhe a *ação que havia comprado quando lançou a subscrição pública para criar o seu jornal*, acompanhada de um bilhete malcriado. Desmentindo, já então, sua alegada agressividade, Carlos respondeu-me com um telegrama em tom irônico e paternal, no qual dizia que perdoava minha atitude como um gesto próprio da imaturidade de um jovem de vinte e poucos anos. O perdão, no entanto, não impediu que desde então deixasse de me procurar quando vinha a São Paulo, como costumava fazer antes do acidente. Fui eu que o fui procurar, quatro anos depois, em 1954, quando me encontrava no Rio, como repórter do *Estado de S. Paulo*, ‘cobrindo’ os acontecimentos desencadeados pelo atentado da Rua Toneleros, que culminaram com o suicídio de Getúlio Vargas. [...] Nosso encontro não foi uma reconciliação, porque, na realidade, *nunca deixáramos de ser amigos*”. MESQUITA, Ruy. Prefácio. In: LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3 ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. pp. 12-13.

seu relato é exemplar posto que enquanto adolescente chegou a distanciar-se do conservadorismo do pai, a ponto de sua mãe relatar em carta a Julio de Mesquita Filho, no período em que esteve exilado em Buenos Aires, que Ruy “parece um aristocrata. Quanto às ideias, é francamente de esquerda”<sup>194</sup>:

Como todo jovem inteligente e generoso de sua geração, Carlos Lacerda acreditou na imaturidade da adolescência, na *redenção comunista do homem*. Como Malraux, como Koestler, como Silone e como todos *nós* que, tendo a liberdade como valor supremo, sofremos, no entanto, com as injustiças que se pode praticar em seu seio e em seu nome, também. Sua inteligência superior, no entanto, permitiu que se libertasse dessa *ilusão de ótica ideológica* muito mais rapidamente do que costuma acontecer com tantos jovens que até hoje se deixam inocentemente *intoxicar*, antes de aprenderem a raciocinar, pelo *barbitúrico* da *sloganização ideológica*.<sup>195</sup>

Outra relevante característica do udenismo dos representantes dos jornais ora analisados diz respeito ao elitismo. Este elitismo estava irremediavelmente ligado a ideia da “presciência das elites”<sup>196</sup>. Esta crença inabalável na superioridade de uma parcela privilegiada da sociedade informava que as elites intelectuais<sup>197</sup> tinham a missão de “dirigir, representar e organizar as massas, de modo que estas, disciplinadas e controladas, não oferecessem nenhum risco ao domínio político e econômico reservado àquelas”<sup>198</sup>, o que fica demonstrado no seguinte discurso de Julio de Mesquita Filho:

A democracia no seu conceito mais moderno reside no fato da totalidade dos seus membros haver alcançado um tal grau de cultura que o povo, isto é, a totalidade de sua população (proletária e de classes rurais, média e superior) compreenda perfeitamente que, diante da extrema complexidade dos problemas com que luta hoje uma nação, não lhe cabe, a ele, o povo, tratá-las diretamente, mas *delegar poderes aos mais capazes* para desempenhar funções em que se subdividem as atividades do estado [...]. Trata-se portanto de um sistema essencialmente diferenciado e fundamentalmente hierarquizado.<sup>199</sup>

<sup>194</sup> MATÍAS, Molina M. Ruy Mesquita destacou-se em momento de renovação nos anos 60, com “JT”. *Valor Econômico*, 21 de maio de 2013, <<http://www.valor.com.br/empresas/3133806/ruy-mesquita-destacou-se-em-momento-de-renovacao-nos-anos-60-com-jt>>. Acesso em 16 de julho de 2016.

<sup>195</sup> MESQUITA, Ruy. Prefácio. In: LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3 ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. p. 17. Grifos nossos. Interessante atentar para o contundente significado de “barbitúrico”: um grupo de ácidos transformado em droga, cuja principal ação incide no sistema nervoso central. Caso seja mal medicado, o barbitúrico pode ocasionar sérios problemas na pessoa: desde uma depressão profunda ou mesmo levá-la a morte – daí a ligação do termo com o ato de se “intoxicar” do qual Ruy Mesquita se refere pouco antes.

<sup>196</sup> BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 252.

<sup>197</sup> Elite intelectual compreendida aqui de maneira ampla, como “homens de cultura”, isto é, que reúne “tanto os criadores como os ‘mediadores’ culturais”. Além do mais, vale frisar que “as elites culturais [...] não existem como entidade autônomas, em posição de extraterritorialidade. Estão, pelo contrário, ligadas à sociedade que as rodeia e são precisamente esses laços, especialmente políticos, que lhes conferem uma identidade”. SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: BERSTEIN, Serge & RIOUX, Jean-Pierre (org.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 261, p. 264.

<sup>198</sup> BRAVO, Guilherme Pigozzi. O Brasil paulista: a identidade nacional no pensamento político e social de Júlio de Mesquita Filho. *Rev. Aurora*. Marília, SP, v.7, n.1, p. 59-82, jul./dez. 2013. Disponível em <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/viewFile/3397/2719>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

<sup>199</sup> Julio de Mesquita Filho (conferência “A Democracia e o Fenômeno Brasileiro”, em 1963) apud *O Estado de S. Paulo*, edição de 15 de julho de 1969, p. 3.

Um elitismo que, manifestando um sentimento de desilusão com as escolhas políticas da população e das “massas trabalhadoras”, apresentará cada vez mais uma postura conservadora ou mesmo autoritária. Conservadorismo que se retratava nas relações próximas que Carlos Lacerda<sup>200</sup> e Julio de Mesquita<sup>201</sup> mantinham com a alta oficialidade das Forças Armadas do Brasil, como fica patente – além da amizade de ambos, desde a fundação da UDN, com o brigadeiro Eduardo Gomes – no próprio depoimento que Lacerda faz da conjuntura pós-golpe de 1964, quando o general Castelo Branco anunciar-lhes-ia o primeiro ministério da ditadura militar, em razão do apoio oferecido por ambos os jornalistas à deposição de João Goulart:

Castelo extremamente cortês, extremamente amável, mandou-nos sentar num canto da sala – o Julinho [Mesquita Filho] e eu – e disse: “Bom, tenho agora que tratar da eleição pelo Congresso, mas, antes, queria prestar uma homenagem aos senhores pelos serviços prestados... “Aí fez as maiores referências ao Julinho e ao jornal *O Estado de S. Paulo*... “E a governador Carlos Lacerda, a quem presto homenagem porque não me canso de dizer que, durante todo o tempo em que o Exército não estava em condições de tomar decisões, ele lutou quase sozinho contra esse estado de coisas. Por isso merece o maior apreço. Então, não quis deixar de anunciar aos senhores em primeira mão [...] o ministério”.<sup>202</sup>

Importante destacar que esse *ethos* elitista também manifesta-se na “função institucional” e prestigiosa da imprensa, ao menos no caso do *Estado de S. Paulo*, que já na década de 1960 possuía a maior tiragem do estado de São Paulo e do Brasil. Molina Matías afirma que “Ruy Mesquita tinha uma visão elitista da imprensa. Dizia que os jornais tradicionais [o qual compreendia *O Estado* como tal] devem ser a leitura necessária de certos grupos minoritários que decidem, tanto no plano público como no privado”<sup>203</sup>. Algo

<sup>200</sup> No momento do golpe civil-militar de 1964, Lacerda – a maior liderança civil desse movimento golpista – entrincheirado no Palácio Guanabara, receberia, ainda no dia 31 de março, a visita e o apoio moral do brigadeiro Eduardo Gomes, quando este soube das ameaças de invasão do Palácio por tropas de fuzileiros navais fiéis ao dispositivo militar do governo Goulart. Há uma foto dos dois sentados, dessa ocasião. LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3 ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. p. 338-339.

<sup>201</sup> Na edição especial de morte de Julio de Mesquita Filho, foi publicada na capa a manchete “FAB, presente”, com depoimento de militares da Aeronáutica, que segundo a matéria, o jornalista “sempre esteve ligado nas suas lutas cívicas e da qual recebeu duas condecorações”. *O Estado de S. Paulo*, 13 de julho de 1969.

<sup>202</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3 ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. p. 355. Grifos nossos. É importante destacar aqui que Mesquita Filho e Lacerda a partir de 1965, na esteira dos Atos Institucionais (o primeiro, AI-1 em 1964, e o último, AI-5 em 1968), se afastam progressivamente do governo militar, cada um ao seu estilo, chegando ao ponto de romperem politicamente com a ditadura, o qual teve como consequência a censura prévia sofrida pelo *Estado* e a prisão expedida contra Lacerda. Entretanto, durante todo o período da experiência democrática (1946-1964) ambos os jornalistas mantinham relações próximas com as Forças Armadas.

<sup>203</sup> Daí Ruy considerar também que “os Mesquitas nunca tiveram mentalidade de empresário, nem os Mesquitas empresários; eles sempre puseram, acima de tudo, a função institucional do jornal”. MATÍAS, Molina M. Ruy Mesquita destacou-se em momento de renovação nos anos 60, com “JT”. **Valor Econômico**, 21 de maio de 2013, <<http://www.valor.com.br/empresas/3133806/ruy-mesquita-destacou-se-em-momento-de-renovacao-nos-anos-60-com-jt>>. Acesso em 16 de julho de 2016.

semelhante também pode ser observado em um anúncio institucional dos 14 anos de fundação da *Tribuna*, em princípios de 1964: “os leitores da TRIBUNA são representados pela elite social, os homens de empresa, os burocratas, os dirigentes. Aqueles leitores que a terminologia de propaganda classifica como classe ‘A’ e ‘B’. Gente de poder aquisitivo”<sup>204</sup>.

Elitismo que da mesma forma pode ser constatado na postura acusatória de que o “povo não sabe votar”, sempre que os nomes apoiados por essas elites intelectuais e tidos como qualificados para a administração pública perdessem as eleições (especialmente para os três níveis do Executivo – municipal, estadual e federal) para candidatos populares, como fica evidente no trecho abaixo do artigo de Plínio Barreto comentado por Benevides, quando nessa fase já exercia o distinto posto de diretor do *Estado de S. Paulo*:

O melhor exemplo do elitismo da UDN, no sentido do desprezo pelo povo, encontra-se no artigo de Plínio Barreto (no *O Estado de S. Paulo*) inconformado com a vitória de Ademar de Barros, em 1947, e a derrota (último lugar) do udenista Almeida Prado. A ideia de que “o povo não sabe votar” é dominante, e o jornalista propõe uma lista de dez preceitos para que os futuros candidatos possam ganhar eleições conquistando a plebe, as massas eleitoras que têm “como aquela personagem de Machado de Assis, uma irresistível tendência para o pulha... A eleição seria, assim, uma espécie de jogo do bicho (...). O ideal será a abolição completa da gramática e esterilidade absoluta de ideias. Procure apenas glosar os ditos populares e as frases em voga. Tudo isso no estilo dos cafés, dos bilhares, e do futebol (...). O candidato que não consiga disfarçar sua distinção estará perdido. A vulgaridade deve ser completa: nas ideias, na linguagem, no vestuário, nas maneiras e até na cara” (*O Estado de S. Paulo*, 26/01/47).<sup>205</sup>

Como resultante desse desprezo pelo povo, depreende-se a posição ambígua acerca do real valor da opinião pública dos proprietários do *Estado* e da *Tribuna*:

“Sabia, também, que a maioria é apenas um critério aritmético, mas *nunca* um juízo de valor. Assim como sabia que nem sempre a maioria tem razão, ou melhor, que num país do nível cultural do Brasil, totalmente vulnerável à propaganda ideológica e à mistificação, *quase nunca a maioria tem razão*”.<sup>206</sup>

Neste enxerto supracitado, Ruy novamente comenta naquele prefácio sobre as qualidades, segundo considerava, pertencentes a Carlos Lacerda. Curioso atentar o juízo de valor implícito nas palavras utilizadas: Lacerda não “achava”, nem “supunha”, ele “sabia”. Se sabia que “*nunca a maioria é um juízo de valor e nem sempre tem razão*”, Ruy deixa

<sup>204</sup> *Tribuna da Imprensa*, Anúncio institucional do jornal. 15-16 de fevereiro de 1964, p. 9.

<sup>205</sup> BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 253.

<sup>206</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3 ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. p. 15. Mostrando certo desprezo pelo povo, um editorial do *Estado* datado de 11 de dezembro de 1957, durante o governo JK, atribuiu aos trabalhadores “a responsabilidade maior na calamitosa situação política, econômica e social a que chegamos. Quem é que constitui a maioria do eleitorado nacional, senão a massa trabalhadora do país? Quem é que relegando ao desprezo a virtude e a inteligência dos verdadeiramente capazes e honestos, tem consagrado nas urnas o peculato, a imoralidade administrativa?”. *O Estado de S. Paulo* apud CAPELATO & PRADO. **O bravo matutino**. p. 253.

transparecer seu elitismo e, implícita e automaticamente, não oferece margem ao debate de ideias, pois era algo que para ele estava dado e estabelecido, que era “verdadeiro” – o que mostra a predisposição do Mesquita em aceitar a argumentação de Lacerda.

Outro ponto do udenismo dos jornais dizia respeito à ordem: ordem política e, especialmente, econômica influenciada pelo “princípio comtiano de que a ordem é condição básica do progresso”<sup>207</sup>. Essa “mística da ordem” – que constitui-se e estabelece-se durante a hegemonia do grupo dos “bacharéis” dentro da UDN de 1945 até 1957 – passara a ditar a tomada de atitude por parte dos jornais das famílias Mesquita e Lacerda seja em relação à conflitos sociais, à movimentos revolucionários de matizes comunistas ou esquerdistas de maneira geral, à atuação política de partidos e jornais comunistas e à defesa da propriedade privada, como é exemplar a linha editorial do *Estado de S. Paulo*, que, é bem verdade, estava dada desde os seus primórdios e se fortalece após a vitória da Revolução Russa de 1917:

Façam-se reformas [...] para estabelecer maior igualdade entre os cidadãos, amparar os fracos contra os fortes, estender ao proletariado todos os benefícios da civilização, para dar aos homens maior justiça e imprimir moralidade aos negócios públicos, mas nada se faça que abale a solidez das instituições familiares ou que se torne incerto e vacilante o direito de propriedade (9-8-1931).<sup>208</sup>

Por fim, outra característica referente à cultura política udenista dos jornais é o moralismo, inspirado “numa ética de ‘vergonha, decência e dignidade’”. Um sentimento que marcara fortemente a linha ideológica do *Estado* e da *Tribuna*, percebidos enquanto veículos que contribuía para a moralização dos costumes políticos. Posição que se mistura com o liberalismo, como afirma Lacerda: “o liberalismo só pode funcionar em uma sociedade dotada de base moral”<sup>209</sup>. Esse moralismo pode ser reconhecido a partir de três ideias-força: “o moralismo individualista, com ênfase na probidade pessoal; o combate à corrupção administrativa, como tema de atuação parlamentar; e o elitismo, na ideia de que ‘o poder corrompe’”<sup>210</sup>. O moralismo prezava pela probidade, integridade e honorabilidade e somente após reformas *reais* empreendidas pelos “melhores homens”<sup>211</sup>, compreendiam seus apologistas, o sistema político tornar-se-ia legítimo, tal como é apresentado pelo fundador do vespertino carioca, Carlos Lacerda:

<sup>207</sup> CAPELATO & PRADO. **O bravo matutino**. p. 96.

<sup>208</sup> *O Estado de S. Paulo* apud CAPELATO & PRADO. **O bravo matutino**. p. 91.

<sup>209</sup> Carlos Lacerda apud SCHÜLER, Fernando. Carlos Lacerda, o político do tudo ou nada. **Revista Época**. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/02/bcarlos-lacerda-o-politico-do-tudo-ou-nada.html>>. Acesso em 25 de Julho de 2017.

<sup>210</sup> BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. pp. 266-267.

<sup>211</sup> Está aí uma nítida relação com o *ethos* elitista, da qual os proprietários dos jornais também eram tributários. DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1986. p. 40.

O país *legal* era esse do PSD, da eleição, do PTB, etc.; e o país *real* era o país que carecia de reformas profundas, inclusive para acabar com o poderio dessa gente; para acabar com as oligarquias; para acabar com o *peleguismo*. Enfim, dar à democracia aqueles instrumentos sem os quais o simples ato de votar não significaria um ato democrático, porque era precedido por uma tal máquina antidemocrática, que o resultado só poderia ser contrário ao interesse legítimo do progresso da democracia.<sup>212</sup>

Moralismo que, dada a necessidade de sanear um sistema político percebido como degenerado e corrompido, “conduziu paradoxal mas compreensivelmente ao postulado da mudança por meio ilegais, fora das regras do jogo. Subjazia a esta tendência, obviamente, a ideia da ilegitimidade do sistema, que conferia ao golpismo dos anti-populistas um conteúdo eticamente irrepreensível, segundo sua auto-imagem política”<sup>213</sup>. Esse moralismo toma o “caminho da reação”<sup>214</sup> através do golpismo – pela palavra ou pela ação –, apresentado explicita e especialmente por Carlos Lacerda, nas grandes crises políticas do país, conduta que ele tenta justificar os fins pelos meios, como a defesa de algo maior que estaria em perigo: a democracia:

Nesse sentido eu era golpista [na eleição de 1955, que elegera Juscelino Kubitschek]. Foi a mesma coisa em 64. Eu era a favor de um golpe que evitasse o golpe por via eleitoral. Porque aquela eleição, na minha opinião, era um golpe, que significaria a volta da máquina, era o uso da máquina existente para coonestar por via eleitoral o golpe que havia contra o país.<sup>215</sup>

### 2.3 O jornal enquanto ator político: os casos da *Tribuna* e do *Estado*

O poder dos meios de comunicação em moldar os fatos ao dar-lhes cobertura foi um fator crucial na Revolução Francesa.

*Robert Darnton*<sup>216</sup>

Porque na área internacional se decide também o progresso nacional é que ela se tornou o nó górdio da decisão sobre o nosso futuro. Por isso disputa-se hoje a direção da política externa como nunca se disputou: os órgãos da imprensa exaltam-se, como nunca se exaltaram.

*José Honório Rodrigues*<sup>217</sup>

A leitura dos jornais de maio a agosto de 1961 mostra, com raríssimas exceções, a exaltação com que foi criticada a política [externa] do ex-Presidente Jânio Quadros.

*José Honório Rodrigues*<sup>218</sup>

<sup>212</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3 ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. p. 191. Grifos nossos.

<sup>213</sup> DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1986. p. 41.

<sup>214</sup> DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. p. 213.

<sup>215</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. p. 191.

<sup>216</sup> DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. p. 15.

<sup>217</sup> RODRIGUES, José Honório. **Interesse nacional e política externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 74. Rodrigues referia-se à disputa em torno dos encaminhamentos da política externa brasileira entre os anos de 1961 e 1964 e, mais exatamente, à questão da Política Externa Independente.

<sup>218</sup> RODRIGUES, José Honório. **Interesse nacional e política externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 144.

A imprensa exercia – e exerce –, efetivamente, um papel de ator político. *O Estado de S. Paulo*, *Tribuna da Imprensa* e tantos outros periódicos não se recolhiam nos grandes momentos da política brasileira. Muito pelo contrário. Apresentavam seus posicionamentos nos editoriais, criticavam o que interpretavam como errado, desmedido ou negativo para a política, a sociedade e a economia nacionais, ofereciam soluções e procuravam influenciar no desenrolar dos *acontecimentos*. Determinados estudos também interpretam a imprensa como um *quarto poder*, dado o prestígio e influência que exerce nas pessoas. Como tal, sendo uma instituição partícipe da sociedade da qual faz parte, a imprensa não seria politicamente neutra. Nesta mesma perspectiva Ana Paula Goulart Ribeiro diz que “nos anos 1950 ainda havia jornais com posições editoriais as mais diversas. O matiz político e ideológico era um fator importante na construção da identidade dos diários e na segmentação do público leitor. Nos anos 1970, os jornais perderam essa característica”<sup>219</sup>.

Tratando-se especificamente sobre *O Estado de S. Paulo*, mas que entendemos que se possa estender tal ideia à *Tribuna da Imprensa*, Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado enfatizam que:

Os representantes do periódico não assistiram passivamente às crises que marcaram o momento convulsionado da história do Brasil [...]. Exerceram papel atuante, participando ativamente do debate que se instaurou colocando-se numa posição de crítica ao estado de coisas vigente, tentando ‘*despertar as consciências*’ e ‘*modelá-las*’ conforme seus valores e interesses, procurando indicar uma direção ao comportamento político do público leitor<sup>220</sup>.

A atuação política do matutino da família Mesquita fundamentava-se em três características singulares e, portanto, constantes e representativas, ainda segundo Capelato & Prado: “defensor dos postulados liberais”; “sua constante autodefinição como ‘órgão de oposição’ aos governos constituídos”; e a apresentação como “órgão modelador da opinião pública”.<sup>221</sup> Apesar de pequenas diferenças, o vespertino da família Lacerda também apresentava essas mesmas características: defendia o liberalismo, apresentava-se como órgão de oposição e compreendia sua função enquanto influenciador ou intérprete da opinião pública. Sobre isso é paradigmática a compreensão de Lacerda sobre sua atuação na imprensa: “o jornalismo me levou, naturalmente, a um tal contato com a política que acabou importando

<sup>219</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In NEVES, Lúcia Maria Bastos & MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone. **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p. 430.

<sup>220</sup> CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Ligia. **O Bravo Matutino**. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. p. 23. Grifos meus, destacando-se aí a ideia de “formadores de opinião”, além de imputarem a imprensa uma missão pedagógica para auxiliar na educação dos cidadãos. Cf. ZANCHETTA JÚNIOR, Juvenal. **Imprensa escrita e telejornal**. São Paulo: UNESP, 2004. p. 45.

<sup>221</sup> CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Ligia. **O Bravo Matutino**. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. p. XIX.



numa espécie de compromisso: à força de dizer todos os dias, num jornal, como é que devem ser feitas as coisas e a *fazer oposição*, acaba-se, de certo modo, comprometido a fazê-las”<sup>222</sup>.

Ainda sobre sua percepção da *Tribuna* enquanto um órgão de oposição, Lacerda enfatiza que:

o jornal para mim era uma coisa muito absorvente, era um jornal muito pobre numa *vanguarda de luta*. Praticamente um jornal sozinho na posição que tinha tomado [...], com uma parte do noticiário muito sacrificada, porque era um jornal *eminentemente político*, e que não podia se dar ao luxo de ter uma parte noticiosa cara, portanto capaz de competir com jornais, vamos dizer jornalisticamente mais equipados. Então a *Tribuna da Imprensa* absorvia muito o meu trabalho.<sup>223</sup>

Esse papel político da imprensa, contudo, tem suas especificidades. Primeiro porque a ação política é exercida por um veículo de comunicação – impresso, nos casos da *Tribuna da Imprensa* e do *Estado de S. Paulo*, mas pode ser ainda compreendido aqui a imprensa radiofônica, televisiva e as mídias digitais da contemporaneidade –, não por uma conduta empreendida por um político profissional, por intelectuais engajados ou pela sociedade civil em torno de bandeiras delimitadas. Segundo, e em decorrência do item anterior, porque esta ação política da imprensa não teria como fim último a conquista dos aparelhos do Estado, enfim, a conquistado do poder *de facto*.

Isto é, não defendemos a ideia de que o papel político desempenhado pelos jornais teria somente um viés classista. Apesar das contribuições valorosas de Antonio Gramsci<sup>224</sup>, entendemos que a atuação política da imprensa – ao menos dos dois jornais analisados, *Estado* e *Tribuna* – estaria mais alinhada à busca de um tipo de poderio e supremacia: ao poder simbólico e a aquisição de prestígio. Um poder mais abstrato do que concreto. Ademais, os jornais possuem autonomia editorial e não se pode desprezar o seu protagonismo enquanto “ator político”.

A imprensa enquanto ator político pode ser mais bem compreendida se analisadas as suas produções jornalísticas e suas “ideias políticas”<sup>225</sup>. Isso porque os discursos políticos – “destinados a legitimar a ordem, orientar condutas, pautar e hierarquizar valores, estabelecer metas e construir mitos” – característicos dos jornais “manifesta a intencionalidade dos enunciadoreis, além de criar significados”<sup>226</sup>. E como bem situa Claudia Wasserman, “criar

<sup>222</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. p. 28. Grifo original do livro.

<sup>223</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. p. 127.

<sup>224</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, volume 2. Os intelectuais. O princípio educativo. O Jornalismo. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>225</sup> WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: RÉMOND, Réne (org.). **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 282.

<sup>226</sup> WASSERMAN, Claudia. **Palavra de Presidente**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p. 35. p. 14. Sobre a importância dos mitos na formação e constituição das sociedades, Bronislaw Baczko afirma que “nas mentalidades, a mitologia que nasce a partir de determinado acontecimento sobleva em importância o próprio acontecimento”. BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (et alii). **Enciclopédia**

significado discursivo [...] quer dizer enunciar e *praticar*<sup>227</sup>. Apesar de se referir mais exatamente ao campo dos partidos e dos políticos profissionais, Antoine Prost conceitua de maneira notável essa intencionalidade de que nos é importante para a compreensão da atuação política dos jornalistas: “Para os atores individuais ou coletivos da história, os textos que eles produzem não são apenas meios de dizer seus atos ou posições; os *textos* são, *neles mesmos, atos e posições*. Dizer é fazer”<sup>228</sup>.

De maneira que esses textos e discursos impressos dos proprietários do *Estado de S. Paulo* e da *Tribuna da Imprensa*, que ganharam corpo nos editoriais, nas *charges* de Hilde Weber e Edmondo Biganti, nas colunas políticas, nos artigos e mesmo nas reportagens, podem ser constituídos como uma “formação discursiva”. O discurso udenista<sup>229</sup> (ou liberal-conservador de uma maneira geral) contido no matutino paulistano e no vespertino carioca, e mais voltado para a reflexão acerca dos encaminhamentos da Política Externa Independente ao longo dos anos de 1961 a 1964, é a “formação discursiva” por excelência deste trabalho. Esse discurso udenista “constitui-se como um conjunto de discursos articulados em torno de certos ‘objetos discursivos’”.

Os objetos discursivos udenistas do *Estado* e da *Tribuna*, voltados à favor ou contra a PEI são, por exemplo: (i) a vinculação ao “Ocidente cristão” ou ao “mundo livre”; (ii) a condenação virulenta do comunismo internacional e a denuncia constante da “infiltração comunista” no Brasil e nos demais países latino-americanos; (iii) a recusa ao nacionalismo econômico; (iv) a apologia à interdependência diplomática com os EUA e, como consequência, um entusiasmo com a posição de alinhamento automático àquela potência capitalista; e, enfim, (v) a defesa intransigente a um suposto tradicionalismo do Itamaraty.

Esses objetos discursivos são identificados ao longo de todo o período analisado por esta pesquisa (anos de 1961 e 1962) e em ambos os jornais selecionados.

**Einaudi**: *Anthropos - Homem*. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296. Se Baczko apoia-se na mitologia em torno do Maio de 1968, no caso desta pesquisa, é importante destacar a mitologia criada a partir da condecoração de Ernesto “Che” Guevara feita pessoalmente por Jânio Quadros, em 19 de agosto de 1961, que toma grandes proporções na sociedade brasileira, tornando-se uma das causas para o aumento da crise política que desembocaria na renúncia do presidente.

<sup>227</sup> WASSERMAN, Cláudia. **Palavra de Presidente**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p. 168. Grifo meu.

<sup>228</sup> PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 317. Grifos meus.

<sup>229</sup> O udenismo compreendido enquanto cultura política – tal como analisamos no tópico anterior – ostentada por Julio de Mesquita Filho e Carlos Lacerda, diretores respectivamente do *Estado de S. Paulo* e da *Tribuna da Imprensa* à época da PEI, torna por influenciar as produções de ambos os jornais, daí utilizarmos o termo “discurso udenista” ou, mais genericamente, “discurso liberal”.

### 3 DO APOIO IRRESTRITO À OPOSIÇÃO MILITANTE: A PEI NA *TRIBUNA*

Neste primeiro momento, que pode ser delimitado desde princípios de janeiro de 1961, ou seja, ainda antes de Jânio Quadros tomar posse do governo (que dar-se-ia somente em 2 de fevereiro), o jornal *Tribuna da Imprensa* estava em total sintonia com o que seria a futura política externa independente. É bom que se diga que este posicionamento do periódico se fundava numa confiança inicialmente inabalável de Carlos Lacerda, fundador e diretor da *Tribuna*, com o futuro governo Quadros, que na visão dos conservadores teria a “tarefa de ser o anti-Kubitschek, reconstruindo o que foi destruído, restaurando o que foi mutilado”.<sup>230</sup> Ser o “anti-JK”, para isso que Jânio fora eleito, diziam, entre outros, os editorialistas da *Tribuna*. Daí o encanto e o entusiasmo dos proprietários do vespertino com a vitória janista. Aliás, a cobertura feita pela *Tribuna* acerca da futura política exterior brasileira data desde o lançamento oficial da candidatura de Jânio Quadros, em janeiro de 1960. Já neste momento pode-se ler nas páginas do vespertino os discursos do presidencialista que tinham na política internacional um de seus principais interesses de campanha.

A adesão de Carlos Lacerda e, por extensão, da *Tribuna da Imprensa* ao projeto oposicionista consubstanciado no fenômeno político Jânio Quadros fica patente já no dia 4 de janeiro de 1960, quando o jornal em manchete estampa “Jânio inicia marcha para a presidência”<sup>231</sup>, seguida da foto intitulada “Jornada triunfal”, com o presidencialista, observado por populares mineiros, ao lado de Magalhães Pinto, então presidente nacional da UDN. Ainda nesta edição, a *Tribuna* publica na íntegra uma espécie de carta de princípios de Jânio Quadros que enfatiza, em certa altura, os seus objetivos para política externa:

Ao Brasil corresponde, em nome das suas mais caras tradições, garantir as liberdades democráticas aos seus filhos e através de uma política exterior independente, autêntica, serena, porém firme e desassombrada, desdobrar-se para que viva o mundo em paz, liberto das influências imperialistas de qualquer tendência e das manifestações colonialistas e neofascistas. Este o exemplo que o Brasil pode e tem por dever oferecer ao mundo.<sup>232</sup>

A campanha janista se aprofunda ao longo dos meses e a *Tribuna*, por sua vez, mantém a cobertura de pontos relativos à política internacional. O engajamento do periódico para com a campanha e eleição de Jânio Quadros novamente manifesta-se em matéria de capa. Na edição de 8 de abril a manchete “Lacerda: ‘estou disposto a todos os sacrifícios para

<sup>230</sup> *Tribuna da Imprensa*, 10 de janeiro de 1961, pág. 4, editorial, “Inquietação e Esperança”.

<sup>231</sup> *Tribuna da Imprensa*, 04 de janeiro de 1960, capa, manchete, “Jânio inicia marcha para a presidência”.

<sup>232</sup> *Tribuna da Imprensa*, 04 de janeiro de 1960, pág. 3, “Mensagem de Jânio fala em tempos áspers e em fê”.

eleger Jânio” é acompanhada logo abaixo da reportagem “Jânio: ‘eu e Lacerda estamos unidos no pensamento e na ação’”, explicitando uma sólida parceria entre o político paulistano e o jornalista e político carioca. E neste mesmo dia, ainda na primeira página, a *Tribuna* repercute algumas declarações de uma entrevista que Jânio dera na televisão para uma cadeia de emissoras do Rio de Janeiro e São Paulo. Os temas publicados pela *Tribuna* referem-se à política africana do Brasil, à reformulação do Itamaraty e à política externa dos EUA. Acerca do primeiro tema, Jânio critica a política externa de JK e duramente afirma: “O Brasil deve ser o campeão da causa dos nossos irmãos negros, combatendo o colonialismo e o imperialismo na África. Já devíamos ter denunciado o genocídio cometido na União Sul-Africana, mas parece que o Itamaraty desconhece que existe aquele país”<sup>233</sup>. Acerca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Quadros sepulta o passado recente e vislumbra uma nova fase:

Aliás, o Itamarati ignora vários problemas de importância vital para as relações de qualquer nação que se preze como tal. É preciso acabar com essa diplomacia vitoriana, que deve ser arquivada e colocada em um museu. O nosso governo ignora, entre outros, o Egito, o Paquistão, a África do Sul, e, principalmente, a China continental, que possui 600 milhões de habitantes.<sup>234</sup>

Por fim, Jânio evidencia sua discordância para com a política externa da potência da América do Norte e principal parceiro econômico do Brasil:

Os Estados Unidos precisam atualizar as relações com os países latino-americanos e compreenderem seus problemas. É preciso acabar com a figura do homem de ‘sombbrero’, bigodudo, de roupas originais, que toca violão, faz a sesta e toma tequila. A América Latina não é isso. Tem economia, problemas sérios que impedem seu desenvolvimento. Precisa de máquinas agrícolas e não de armas e munições.<sup>235</sup>

Curioso o fato de a *Tribuna* repercutir as teses e propostas para a política internacional de Jânio Quadros sem nenhuma crítica ou ponderação, mesmo quando aquelas vão de encontro à linha editorial conservadora do jornal. E o exemplo é da edição de 28 de julho de 1960, quando Jânio se compromete, numa “declaração de cinco mil palavras”, com “problemas ligados à OPA até as relações do Brasil com os países do bloco comunista”, no qual destacavam-se:

- 1) Combate ao subdesenvolvimento dentro das ideias da OPA, racionalizadas.
- 2) Amparo a todos os países subdesenvolvidos do bloco afro-asiático.
- 3) Relações comerciais com todos os países do mundo, inclusive com a China continental, desde que o Brasil encontre nestas relações vantagens de efetivo valor.

<sup>233</sup> *Tribuna da Imprensa*, 08 de abril de 1960, capa, “Na televisão: ‘Sigo com os partidos ou à frente deles’”.

<sup>234</sup> Idem.

<sup>235</sup> Idem.

4) Apoio a Fidel Castro, até o ponto em que este não fira os interesses brasileiros e a integridade continental.<sup>236</sup>

Na edição do dia seguinte o jornal publica uma extensa reportagem – que ocupa praticamente metade da página 5 – sobre a declaração do dia anterior<sup>237</sup>. Em reportagem de 11 de agosto a *Tribuna* publica que Jânio, em mensagem direcionada para os trabalhadores brasileiros, afirma que “os operários hão de partir para novas conquistas, na reafirmação de sua atitude patriótica e generosa”, sendo duas dessas conquistas: “Reatamento de relações com todos os países. Direito dos povos à autodeterminação e apoio à luta das nações colonizadas pela sua independência”<sup>238</sup>. Este foi o último material jornalístico que abordava os indícios da futura política externa do Brasil.

É fato que durante grande parte da disputa presidencial de 1960, não encontramos nenhum editorial, *charge* ou artigo de fundo que tratasse diretamente da futura política exterior de Jânio Quadros – até porque neste momento os assuntos referentes à diplomacia brasileira eram tratados pelos candidatos de maneira razoavelmente superficial, o que acabava por refletir-se na cobertura realizada pelos veículos de comunicação. Entretanto, os exemplos acima – seja as manchetes, as matérias de capa ou as reportagens internas – demonstram o quanto Quadros e Lacerda estavam em completa sincronia, o que se refletirá na simpatia inicial, em relação à PEI, da *Tribuna da Imprensa*, da qual Carlos Lacerda era então fundador e proprietário.

### 3.1 A simpatia inicial e a era da “Bossa Nova” no Itamaraty

Com Jânio Quadros empossado presidente em 2 de fevereiro de 1961, teria início, enfim, a diplomacia conhecida como a Política Externa Independente. Já nestes dias limiares de governo, a *Tribuna* publica uma série de matérias dando conta da PEI, na qual a primeira referência é a destacada manchete “Nova linha do Itamarati: em março o reatamento com URSS”, informando-se que “até fins de março, o Brasil deverá reatar suas relações diplomáticas com a União Soviética”. A manchete ainda especula que o país “deverá reconhecer oficialmente a China continental de Mao-Tsé-Tung” e inclusive se antecipa a

<sup>236</sup> *Tribuna da Imprensa*, 28 de julho de 1960, capa, “Jânio fala de política internacional”. Nesta edição novamente o jornal evidencia a parceria entre os dois políticos na matéria: “Juntos Jânio e Lacerda hoje em Realengo”. Entretanto, é oportuno atentar que os pontos “3” e “4”, apesar de inaugurarem uma nova abordagem com países que implementavam modelos socialistas, traziam em seu bojo uma exceção (“desde que” e “até”), que no futuro seria utilizada pelos proprietários da *Tribuna* contra a política externa independente de Quadros e, especialmente, de Goulart.

<sup>237</sup> *Tribuna da Imprensa*, 29 de julho de 1960, capa, “Definição de Jânio sobre política continental”.

<sup>238</sup> *Tribuna da Imprensa*, 11 de agosto de 1960, p. 5, Jânio reitera em mensagem seu apoio aos trabalhadores.

qualquer declaração oficial do governo para definir a PEI como um “neutralismo interessado” – aqui percebe-se uma referência à atuação empreendida no campo internacional por alguns países afro-asiáticos que não se alinhavam automaticamente aos EUA ou à URSS, mas o detalhe é a adjetivação com conotação positiva: a diplomacia “neutralista” brasileira, diferente das demais, seria “interessada”.<sup>239</sup>

Essa manchete iniciava uma discussão aprofundada pelo editorial publicado na página 4 da mesma edição. Intitulado “Itamarati” – nome pelo qual é conhecido o Ministério das Relações Exteriores do Brasil – isto é, denotando um interesse direto da *Tribuna* pelos desafios do governo janista no plano internacional, os produtores e editorialistas do jornal sustentam que “na raiz desta providência” de aproximação com nações até então distantes de um relacionamento com o Brasil, como URSS, Hungria, Bulgária e Romênia, “está o firme propósito do novo governo de, fiel às nossas tradições, manter relações com todos os povos do mundo, respeitada a estrutura política interna de cada um”.

Também é defendido pelo jornal o interesse do governo Jânio pelas nações da África e da Ásia que lutavam para se libertarem de suas metrópoles e dois dos argumentos apresentados são o passado colonial em comum e o compartilhamento de valores ocidentais:

O apoio às jovens nações afro-asiáticas, que lutam pela emancipação político-econômica e enfrentam a pressão de um colonialismo que não tem justificação para existir, e que mercê nossa franca repulsa, figura, também, em lugar de relevo, no elenco das diretrizes de política exterior traçadas pelo presidente Jânio Quadros. [...] Ligado ao Ocidente pela sua formação político-cultural, pelas suas instituições democráticas, pela língua e processo de desenvolvimento histórico, o Brasil, dada a sua condição de democracia racial, também está vinculado ao mundo afro-asiático, precisamente a esse mundo que hoje aflora, com as suas reivindicações e convulsões, para a vida internacional, pelo seu espírito anticolonial e anti-racista.

Mais à frente desse mesmo editorial, a *Tribuna* demonstra indisfarçável torcida pelo novo governo no que diz respeito aos desafios no plano internacional e alega certo ineditismo da diplomacia nacional, através do qual “todos êsses itens mostram o empenho do govêrno Jânio Quadros de dar ao Brasil, no panorama mundial, um papel muito mais relevante e intenso do que o que lhe foi atribuído pelos governos precedentes”. E, apoiando-se no discurso de posse de 1º de fevereiro, reforça o discurso de que

No planejamento de sua nova política internacional, o Brasil será fiel a três princípios – o de soberania, democracia e paz. Os dois primeiros enfatizam a fidelidade do povo e governo aos postulados democráticos e republicanos que cumpre consolidar e defender sempre, num claro repúdio às fórmulas totalitárias.

<sup>239</sup> *Tribuna da Imprensa*, 07 de fevereiro de 1961, capa, manchete, Nova linha do Itamarati: em março o reatamento com URSS.

Como se vê, o jornal carioca tem a preocupação de destacar a oposição do país à qualquer “fórmula totalitária”, talvez uma necessidade de dar satisfação aos seus leitores em decorrência da proposta governamental de aproximação com nações comunistas como a URSS e a China, que em um primeiro momento poderia receber a repulsa de um periódico conservador como o é a *Tribuna*. Essa preocupação também é percebida em outro ponto do editorial no qual se exalta o pronunciamento do ministro do Exterior e descarta qualquer tipo de hostilidade contra países vinculados ao Ocidente liberal:

Como tão bem sustentou o sr. Afonso Arinos, o restabelecimento da tradição brasileira de relações com todos os países do mundo, visando à expansão e contribuindo, assim, para a causa da paz internacional, não significa atitude de hostilidade contra ninguém. Liquida-se, assim, a esperança dos agitadores totalitários, que procuram contagiar a opinião pública de um sentimento de hostilidade aos Estados Unidos.<sup>240</sup>

O apoio ao presidente Jânio, ao ministro Afonso Arinos e a nascente PEI podem ser observados, ainda que breve, no dia anterior, no editorial “Primeira Semana”, no qual afirma em tom de ironia que “à margem do coro dos decepcionados” que “tentam uma espécie de adaptação da evidência”:

O sr. Jânio Quadros toma medidas práticas visando a abrir os portos do Brasil a todos os países com os quais possamos comerciar. Então, dizem eles, para fazê-lo sem “despertar suspeitas no Ocidente”, escolhe para ministro do Exterior “um homem conservador e partidário do Ocidente”, como o chanceler Afonso Arinos.<sup>241</sup>

Fica patente, assim, a opção discursiva do periódico carioca de apoiar Jânio Quadros ironizando a posição dos políticos que se perfilavam como oposição ao novo governo, porém em termos diplomáticos ao menos se aproximavam.

É interessante observar na *Tribuna da Imprensa* a sintonia – uma efetiva “dobradinha”, complementação ou parceria – entre a *chargista* Hilde Weber<sup>242</sup> e o(s) editorialista(s), independente do teor das opiniões verbalizadas (seja positivo ou negativo) acerca dos mais diversos acontecimentos políticos, diplomáticos, econômicos e/ou sociais. Não era raro, muito pelo contrário, ao lado, acima ou abaixo do editorial e sempre localizado na página 4 do Primeiro Caderno, estar presente uma *charge* assinada por Hilde que muitas vezes dialogava e potencializava a ideia principal contida no editorial. Rodrigo Patto Sá Motta denomina este fenômeno de *caricatura editorial* ou de *cartum*, isto é, uma “representação

<sup>240</sup> *Tribuna da Imprensa*, 07 de fevereiro de 1961, p. 4, editorial, Itamarati.

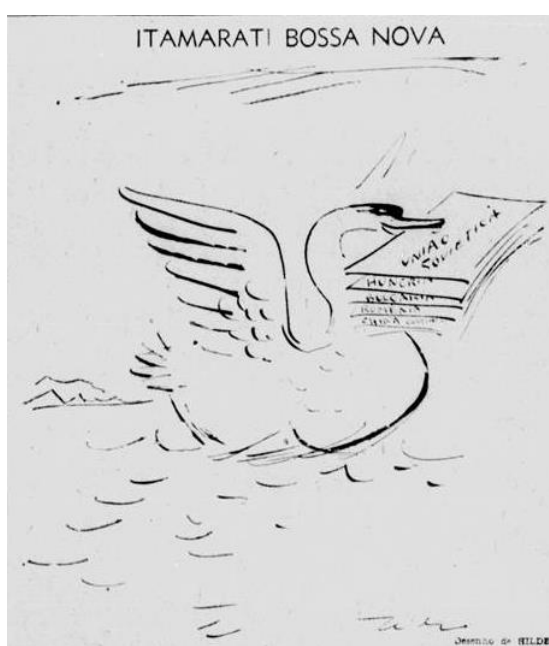
<sup>241</sup> *Tribuna da Imprensa*, 6 de fevereiro de 1961, p. 4, editorial, Primeira Semana.

<sup>242</sup> Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, “uma das melhores *chargistas* do período e antesquerdista militante”, o que evidência a ligação ideológica com a linha editorial conservadora do jornal. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006. p. 48.

figurada do discurso do jornal, transposição para a linguagem do desenho cômico de argumentos verbalizados pelo editorialista”.<sup>243</sup> Essa era uma maneira inteligente de transmitir com maior grau de eficiência e simplicidade a opinião oficial do jornal entre seus leitores e a sociedade em geral.

No dia seguinte ao editorial, uma *charge*<sup>244</sup> desenhada por Hilde Weber foi publicada na *Tribuna*. Tal qual o editorial, a *charge* foi a primeira que fez menção direta a PEI de Jânio Quadros e vale uma análise mais detalhada dada a sua riqueza de percepções.

Figura 1 – *Charge* (Hilde) “Itamarati Bossa Nova” (8 de fevereiro de 1961, p. 4)



Nela está presente o fenômeno da *zoomorfização*, no qual um animal substitui/ocupa o lugar de uma pessoa ou instituição. Neste caso, um cisne representa metaforicamente o Itamarati e o fato de o “cisne Itamarati” estar carregando em seu bico cinco pastas onde se dá pra ler “União Soviética”, “Hungria”, “Bulgária”, “Romênia” e “China Comunista” explica o significado do título da *charge*: “Itamarati Bossa Nova” seria uma alusão à influência e presença no MRE de políticos udenistas integrantes da Bossa Nova, isto é, uma “facção da União Democrática Nacional (UDN) caracterizada pela divergência com a linha tradicional do partido em face das propostas de reformas políticas no início da década de 1960”<sup>245</sup> e que, no

<sup>243</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006. p. 166.

<sup>244</sup> *Tribuna da Imprensa*, 8 de fevereiro de 1961, página 4.

<sup>245</sup> BENEVIDES, Maria Victoria. Bossa Nova da UDN. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** (versão online), Centro de Pesquisa e Documentação em História do Brasil, CPDOC, FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/>>. Acesso: em 14 de julho de 2016.



plano diplomático, aceitava certa aproximação pragmática com todos os países, independente das suas ideologias – contrapondo-se à “Banda de Música” dos anos 1950, ala udenista dona de um inflamado discurso anticomunista e fechada a qualquer diálogo com as nações do Leste Europeu. Enfim, apesar de Hilde Weber não demonstrar um apoio explícito à nascente diplomacia, ela tampouco faz uma crítica à intenção de ampliação das relações exteriores brasileiras, crítica essa bastante presente nos trabalhos da chargista em matéria de combate ao comunismo, podendo-se considerar, assim, um sentido mais positivo do que negativo da *charge* em questão.

No dia 16 de fevereiro, menos de uma semana depois dessas duas primeiras produções jornalísticas, é publicada uma nova manchete. Com um negrito ainda mais chamativo que o das reportagens, o título informa que “Jânio vai à ONU fixar posição independente”, no qual dava conta, no corpo do texto, de que

Na ONU, o presidente da República fixará “a nova política internacional do Brasil”, sendo bastante provável que aborde, diretamente, as questões 1. Cuba, 2. Argélia e 3. Congo. É certo, pelo menos, que caracterizará a “posição de independência” que o país vai adotar, daqui por diante, nos seus votos como membro das Nações Unidas.<sup>246</sup>

Importante atentar a presença das aspas nos dois excertos acima, isto é: ao reproduzir, a partir de uma nota oficial do Itamaraty, a “nova política internacional do Brasil” e a “posição de independência”, o jornal carioca utiliza-se e reforça uma ideia cara ao projeto diplomático que tem início no governo Jânio, sem fazer uma interpretação ou mesmo questionamento do que aquilo possa significar.

Dando prosseguimento à divulgação das medidas empreendidas pelo governo Jânio Quadros, o jornal novamente utiliza-se de sua primeira página para publicar no dia seguinte a manchete “Tudo pronto para reatar com Hungria, Bulgária e Romênia”. Nela, a *Tribuna* informa que o reatamento com essas três nações comunistas do Leste Europeu foi “recomendado em memorando pelo presidente Jânio Quadros ao sr. Afonso Arinos” e que tal ato “poderá ser feito a qualquer momento”<sup>247</sup>.

No dia 20 de fevereiro, um segundo editorial refletia sobre os novos rumos do governo Jânio acerca de sua política internacional. Apesar de tratar majoritariamente sobre o “relatório Mariani” – um estudo “completo e minucioso sobre a situação econômico-financeira do país” realizado pelo ministro da Fazenda Clemente Mariani –, o editorialista da *Tribuna* pontua com entusiasmo que “Em vinte dias de governo, o sr. Jânio Quadros já forneceu à opinião

<sup>246</sup> *Tribuna da Imprensa*, 16 de fevereiro de 1961, capa, manchete, Jânio vai à ONU fixar posição independente.

<sup>247</sup> Oficialmente, o reatamento foi efetivado mais de um mês depois, somente no dia 21 de março de 1961.

pública, em termos da mais absoluta firmeza e devoção cívica, um conjunto de atos e providências que comprovam o seu propósito de restaurar a Nação”, no qual uma dessas providências restauradoras foi confiar “ao ministro Afonso Arinos a missão de reformular a nossa política exterior, expandindo a área de nossa convivência diplomática e comercial através de relações com os países da Cortina de Ferro”<sup>248</sup>, o que corrobora com o que já havia sido defendido igualmente em editorial do dia 7 do mesmo mês.

Algo comum durante a conjuntura de aproximação do Brasil com países do Leste Europeu era que as partes interessadas – seja a sociedade civil, a classe política, o empresariado ou os militares – enfatizarem o teor político-ideológico frente ao econômico-comercial. Não era o caso da *Tribuna*, que na edição do dia 21 de fevereiro dá tratamento privilegiado ao assunto com a manchete “400 mil toneladas de trigo vêm aí com o reatamento”<sup>249</sup>, no qual era previsto “até 1962” a importação dessa quantidade do cereal da URSS. No corpo da matéria o jornal ainda enfatizaria que “entre os mais fortes argumentos pró-reatamento figura o do aspecto econômico”, sem apresentar nenhum argumento contrário ao ato.

“Intriga” é uma palavra bastante presente no vocabulário do político e jornalista Carlos Lacerda, fundador da *Tribuna da Imprensa*, e, talvez por causa dessa influência, também será frequentemente empregada pelos editorialistas para a análise da conjuntura brasileira desse período. No tocante à política externa, ela seria pela primeira vez utilizada pela área opinativa do jornal no dia 6 de março de 1961. Intitulada, justamente, “A intriga”, o editorialista dava conta das progressivas e constantes críticas que tinham como alvo o presidente e o seu modo de governar, especialmente no trato da política externa. Porém, longe de legitimá-la, a intriga era rechaçada e combatida pelo periódico: “as primeiras medidas do presidente Jânio Quadros começam a doer – e doer forte – nos que faziam do governo indústria de rendimento pessoal”. O editorial continua afirmando que “repetem-se velhos chavões, usados, sovados e desacreditados”, no qual se atribui ao Jânio, “em resumo, o objetivo de ‘cubanizar’ o país”, de modo que “aos intrigantes, agora, só importa comprometer o chefe do Governo com os setores da opinião pública que não aceitam Fidel Castro, particularmente com as classes produtivas e as Forças Armadas”. Tudo isso para o editorial arrematar com uma argumentação que, ao cabo, mostra-se favorável à nova diplomacia apresentada pela Política Externa Independente:

---

<sup>248</sup> *Tribuna da Imprensa*, 20 de fevereiro de 1961, p. 4, editorial, O Relatório Mariani.

<sup>249</sup> *Tribuna da Imprensa*, 21 de fevereiro de 1961, manchete, 400 mil toneladas de trigo vêm aí com o reatamento.

Não conseguirão torcer as linhas da nova política internacional do país. Passou definitivamente a época em que o Itamarati se limitava a alternar duas atitudes igualmente vergonhosas – a de boi de presépio e a de pobre abusado que fazia bravatas para exigir um bilhão de dólares (pois a essa exigência limitava-se, na prática, a OPA, o que explica o seu fracasso). Não conseguirão, em suma, que o sr. Jânio Quadros decepcione o povo.<sup>250</sup>

Na edição do dia 9 de março um novo editorial é publicado tratando novamente de Cuba. Nele é discutido “Dois Pronunciamentos”<sup>251</sup> feitos pelo presidente “nas últimas 24 horas”, sendo um deles referente à posição do Brasil em relação à ilha de Fidel. O editorial reproduz alguns dos principais pontos que Jânio apresentou em uma entrevista para a *Prensa Latina*, destacando que tal jornal “se trata de uma agência oficial do governo cubano”. *Tribuna* cita entre aspas que, ao repórter da *Prensa Latina*, Jânio definiu a posição brasileira “contrária a medidas que violem os direitos de autodeterminação do povo cubano” e que “sua atitude, sempre que o assunto for examinado, ‘será decorrência dessa posição’”. O editorialista em seguida aponta que “com isso, corrobora-se uma” das “afirmativas” que Jânio Quadros apresentara “ao sr. Adolfo Berle Jr., coordenador para a América Latina do Departamento de Estado” (quando o mesmo fora recebido para reunião com o presidente), qual seja: “a de que o Brasil considera a crise nas relações entre os Estados Unidos e Cuba como um problema bilateral entre os dois países, no qual o Brasil não pensa em interferir através do apoio – que teria sido solicitado – de sanções de caráter continental ao governo cubano”. Mais adiante, o editorial defende a legitimidade do Brasil em se relacionar com qualquer nação, mesmo que tal país apresente um sistema econômico-social criticado pelo *Tribuna*, de maneira que “seria um erro” interpretar esse pronunciamento

como declaração de apoio e aprovação [...] ao regime autoritário de Fidel Castro. Significam, isto sim, que o Brasil não tem compromissos que o impeçam de procurar a amizade e o comércio de todos os países do mundo, obedecendo aos

<sup>250</sup> *Tribuna da Imprensa*, 6 de março de 1961, p. 4, editorial, “A intriga”. Outro editorial publicado somente quatro dias depois, também dá conta dessas críticas (e as repele) que Jânio Quadros passara a receber com frequência por causa de seu modo de governar. Diz: “Curiosa objeção vem sendo feita ao estilo de governo do sr. Jânio Quadros: a de que o presidente governa à margem do Congresso, o que, segundo os críticos, pode levar a uma ‘perigosa hipertrofia do Executivo’ e até ‘à ditadura’. Mais curioso é que a objeção não parte só dos setores oposicionistas. [...] Quanto aos outros, que não tem os mesmos motivos, talvez suas inquietações se expliquem pelo temor das novidades, o medo ao desconhecido. Pois governo – governo de verdade – neste país é coisa nova, começada há pouco mais de um mês. O presidente da República tem atribuições perfeitamente definidas na Constituição (artigo 87). Antes, não as cumpria, senão ao sabor das conveniências dos grupos aos quais representava e em função dos interesses desses. Isso mudou. [...] Hoje, o presidente da República governa, de fato, exercendo **tôdas** as funções para as quais foi eleito e com **tôda** a autoridade que o mandato lhe confere”. (grifos em negrito do próprio editorial). *Tribuna da Imprensa*, 10 de março de 1961, p. 4, editorial, “Críticas”. Como veremos nos tópicos seguintes desse capítulo, essas críticas e intrigas, que num primeiro momento foram amplamente rechaçadas, serão aceitas e instrumentalizadas pelo jornal para fazer a oposição ao governo a partir de meados do mês de agosto, no qual teve como desfecho a crise política desencadeada entre Quadros e Lacerda em decorrência da condecoração de Ernesto “Che” Guevara no dia 19 de agosto de 1961, que apesar de pragmaticamente sem maiores resultados, fora um dos eventos mais simbólicos da PEI.

<sup>251</sup> *Tribuna da Imprensa*, 9 de março de 1961, p. 4, editorial, “Dois Pronunciamentos”.

mesmos princípios que fizeram o presidente John Kennedy dizer, em relação à política exterior do seu próprio país, que “não devemos jamais negociar sob a pressão do medo; mas também jamais devemos ter medo de negociar”.

Por fim, e demonstrando indisfarçável apoio às medidas executadas por Jânio Quadros, tal pronunciamento reforçaria “uma previsão que já foi feita pela quase totalidade dos observadores políticos: o governo brasileiro, nos próximos cinco anos, será tão renovador na política interna como inovador em suas relações exteriores”<sup>252</sup>.

No dia 13 de março, uma nota opinativa, sem assinatura, intitulada “Política exterior”, na qual repercutia um comentário feito pelo ministro da Indústria e Comércio, a *Tribuna* novamente apresenta sua posição favorável à PEI, nos seguintes termos: “não foi, na verdade, a política internacional do Brasil que mudou. Ela *se mantém*, no que se refere aos seus objetivos a longo prazo, às *suas alianças tradicionais*. Mudaram sim, e radicalmente, os homens e os métodos”<sup>253</sup>.

### 3.2 Pontos nevrálgicos: “infiltração comunista”, Fidel e Berlim

Apesar do apoio e encanto iniciais que perduram até princípios de agosto de 1961, ao longo do efêmero governo Jânio Quadros a *Tribuna da Imprensa* passará a deixar cada vez menos clara sua posição favorável acerca da PEI. Este movimento de contestação começa paralelo ao início do governo Quadros com a publicação de pequenas reportagens que repercutiam – é bem verdade, sem grande destaque neste primeiro momento – a posição de instituições, partidos e movimentos conservadores contrários à nova política internacional brasileira.

Entre os meses de fevereiro e julho de 1961 a desconfiança para com as verdadeiras intenções do governo em matéria de diplomacia ganha uma maior presença nas páginas da *Tribuna*. Entretanto, é importante destacar que a área dos editoriais foi deixada praticamente intocada durante todo esse período, de modo que essa mudança de postura do jornal pode ser observada em sua grande maioria nas matérias de capa e nas reportagens dos cadernos internos.

É neste sentido que na edição do dia 18 de fevereiro a *Tribuna* publica na primeira página que o “Conselho estudará reatamento”, informando que o secretário do Conselho de Segurança Nacional, Golbery do Couto e Silva, fora “incumbido pelo presidente da República” para “estudar o caso do reatamento das relações comerciais e diplomáticas do

<sup>252</sup> *Tribuna da Imprensa*, 9 de março de 1961, p. 4, editorial, “Dois Pronunciamentos”.

<sup>253</sup> *Tribuna da Imprensa*, 13 de março de 1961, p. 4, “Opinião. Política exterior”. Grifo Meu.

Brasil com a URSS”<sup>254</sup>. Logo abaixo, o jornal relata em outra matéria que “A Igreja é contra o reatamento”, no qual diz que o cardeal D. Jaime Câmara “respeitará o direito do Govêrno de fazer a política do Govêrno, mas será ‘delicadamente contra’ o reatamento de relações diplomáticas com a Hungria, Bulgária, Romênia e União Soviética”<sup>255</sup>. No dia 23 de fevereiro a *Tribuna* divulga em matéria de capa que “Não do Cardeal ao reatamento já foi gravado” e na edição de 25 de fevereiro, na primeira página informa-se “Cardeal: reatamento pode trazer espiões”, com publicação do texto completo que evidencia as apreensões de D. Jaime Câmara.

Na edição do dia 9 de março, a coluna “Senado Federal” dá conta da oposição “incisiva” do conservador deputado Padre Benedito Mario Calazans frente as tratativas de reatamento com a URSS, no qual o parlamentar religioso classificou como “mais um golpe comunista”. Já no dia 16 de maio a *Tribuna* publica a pequena nota “UDN carioca apóia o que Lacerda diz”, referindo-se precisamente a aprovação de uma moção de apoio ao governador da Guanabara “pelos seus oportunos e patrióticos pronunciamentos a respeito da política externa do Brasil”.

Três meses depois, Carlos Lacerda faria no dia 6 de junho, “à Guanabara e à Nação”, um longo pronunciamento de “2 horas e 20 minutos”, através de uma cadeia de emissoras de rádio e televisão, referente aos seus “seis meses de governo”. Na edição de 7 de junho, a *Tribuna* publica um resumo detalhado que informava sobre aquele pronunciamento de Lacerda, no qual, entre outros temas, abordaria “sua posição diante do rumo de nossa política exterior e sua propalada ‘renúncia’”. Segundo a transcrição do vespertino, Lacerda compreende que “a política desenvolvida pelo ministro Afonso Arinos [sic]<sup>256</sup>”, já naqueles idos de junho, “estava errada e está errada”, complementando que a seu ver “certos temas devem ser tratados e pensados em voz alta. A diplomacia secreta é trágica, de acordo com seus inúmeros exemplos históricos e não é hora de introduzi-la em nossa pátria”. O governador também acentua em seu discurso que apesar de o Brasil ser “uma nação que nunca apoiou ditaduras, apoia agora uma das mais sangrentas, infames, repulsivas de todas as ditaduras” e para que não existisse dúvida de qual país citava, Lacerda é direto: “O Brasil é o país que agora prestigia Fidel Castro no Continente Sul-Americano [sic]”<sup>257</sup>.

Mas não somente o caso cubano fora tratado por Lacerda: o governador da Guanabara também afirma, em tom de denunciamento e com sua voracidade anticomunista, que “Não

<sup>254</sup> *Tribuna da Imprensa*, 18-9 de fevereiro de 1961, capa, “Conselho estudará reatamento”.

<sup>255</sup> *Tribuna da Imprensa*, 18-9 de fevereiro de 1961, capa, “Igreja é contra o reatamento”.

<sup>256</sup> Aqui, ao que parece, Carlos Lacerda sofre um lapso, posto que no regime presidencialista o responsável pela formulação da política exterior é o chefe do Executivo, isto é, o presidente. Neste caso, Jânio Quadros e não Afonso Arinos. Mas não importa: a crítica de Lacerda à PEI existe independente dos seus executores.

<sup>257</sup> *Tribuna da Imprensa*, 7 de junho de 1961, p. 4, “Seis meses de governo na Guanabara”.

votamos em Jânio para abrir as portas aos russos”<sup>258</sup>, deixando evidente a sua preocupação com a “infiltração comunista”.

No dia seguinte, 8 de junho, a *Tribuna* publica com o título de maior destaque da página 3, dedicada ao noticiário sobre a política nacional, a matéria “Udenistas condenam atuação de Jânio: política externa”.

Agosto de 1961 é o mês no qual se aprofunda a desilusão no discurso do vespertino carioca em relação à PEI e ao governo Quadros. Se até então a *Tribuna* havia se utilizado da crítica de outras instituições civis, políticas e militares, neste momento era o próprio periódico, através dos editoriais (a “voz” oficial dos jornais), quem passara a liderar os duros questionamentos contra o presidente e a sua política exterior independente.

Entretanto, “A crise de Berlim”, publicado no dia 18 de agosto, é o primeiro e único editorial no qual é possível observar a coexistência de um discurso crítico, sem dúvidas, mas que ainda deposita em Jânio Quadros esperança, mesmo que fosse mínima, de que o presidente pudesse se readequar com o que o jornal argumentava ser o correto. O título tem a sua explicação. Desde 13 de agosto o governo soviético decidira construir um muro que dividiria, de norte a sul, Berlim Ocidental de Berlim Oriental, medida esta que vinha recebendo duras críticas da comunidade ocidental, entretanto, de acordo com a *Tribuna*:

Até o momento, o governo brasileiro ainda não se manifestou em relação à crise de Berlim. É um erro – e um erro imperdoável, no momento exato em que, em Punta del Este, o Brasil assume, através do ministro Clemente Mariani [...] a posição de líder incontestado do bloco latino-americano.<sup>259</sup>

No entender do jornal o que estava em jogo eram dois princípios inalienáveis e “sagrados” para a humanidade e para o Brasil: a liberdade, “como uma condição de vida” e a democracia, “como um sistema de viver”, estariam sendo atacados pelo sistema de vida e de viver “inteiramente opostos” ao Ocidente cristão. De maneira que “Quando está em jogo tudo aquilo que é realmente básico em nossa filosofia de vida, é preciso um pronunciamento firme, sem margem para dúvidas e hesitações”<sup>260</sup>.

Talvez o que melhor represente esse período de transição – isto é, inicialmente um apoio irrestrito e, partir de agosto, uma nova postura, a partir daí de oposição ferrenha ao governo Quadros – seja a *charge* assinada por Hilde Weber. Intitulada “Berlim”, sua intenção é, sim, tratar da questão alemã, porém, a partir da problemática da política externa brasileira. Isso pode ser comprovado pela etiqueta enrolada na mala aberta disposta ao chão com os

---

<sup>258</sup> Ibidem.

<sup>259</sup> *Tribuna da Imprensa*, 18 de agosto de 1961, p. 4, editorial, “A Crise de Berlim”.

<sup>260</sup> Ibidem.

dizeres “Carmem Miranda”. Ora, Carmem Miranda, apesar de portuguesa de nascimento, transformara-se num símbolo de brasilidade, obtendo nos anos 1950 projeção internacional, inicialmente na Argentina e posteriormente nos EUA e Europa<sup>261</sup>, de maneira que não era nada fortuita a utilização de sua imagem nesta caricatura.

Figura 2 – Charge (Hilde) “Berlim” (19-20 de agosto de 1961, p. 4)



Se observado com atenção, a chargista desenhou toda a vestimenta “baiana” característica da personalidade brasileira (atentar para o chapéu, tamancos, vestido, colares ao léu e os traços/rabiscos disformes), porém, sem o corpo da Carmem Miranda. É como se Hilde retratasse, através da representatividade da cantora e atriz, o sumiço e o “desaparecimento” do Brasil através de sua PEI no tocante aquele episódio da crise de Berlim, o que se coaduna com o editorial do dia anterior.

### 3.3 A ruptura definitiva: a condecoração do “bandido” Che Guevara

A virada definitiva dá-se em 21 de agosto. Este dia torna-se um divisor de águas nas produções da *Tribuna da Imprensa* e marca a inflexão do periódico entre um posicionamento outrora favorável e a partir de então fortemente contrário não somente ao governo de Jânio

<sup>261</sup> Cf. Site oficial em memória de Carmem Miranda: <http://www.carmemmiranda.com.br/#>.

Quadros, mas especialmente à PEI enquanto esta diplomacia fosse mantida como política oficial do Estado brasileiro, o que perpassaria todo o mandato de João Goulart.

A crise política detonada fora em decorrência da condecoração, três dias antes, do revolucionário e então ministro da Economia de Cuba, Ernesto “Che” Guevara, com a Grã-Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta honraria oferecida pelo Estado brasileiro. Che Guevara foi condecorado pessoalmente pelo presidente Jânio Quadros, em Brasília, na tarde do dia 18 de agosto de 1961, uma sexta-feira. Sabe-se que um procedimento comum na imprensa é a publicação de noticiário referente ao dia anterior. Neste caso, a notícia sobre a condecoração poderia ter sido veiculada já na edição de sábado, porém, no dia 19 o periódico carioca ainda se manteria numa posição ambígua, de crítica com moderação, no qual opta por analisar em editorial o caso de Berlim. Ou seja, há um intervalo de dois dias para que a *Tribuna*, mais do que alterasse sua linha editorial acerca da PEI, repercutisse o ato.

A edição do dia 21 de agosto tem como principal manchete a notícia de que o “Governador não vai renunciar, mas [a] crise não está superada”, de modo que uma das “principais causas da crise” é “o fato de o governo Jânio Quadros, com sua política exterior, estar conduzindo o Brasil para a área do comunismo, permitindo um processo de infiltração que dia a dia enfraquece mais as nossas instituições democráticas”.

Ao lado dessa matéria, um impactante editorial<sup>262</sup> – vale destacar, publicado em primeira página, prática extremamente incomum e que evidencia a preocupação que tal condecoração exerce entre os proprietários do jornal – que retrata o tom agressivo que a *Tribuna* passaria a demonstrar referente a PEI. Disposta dentro de um espaço quadrangular e com o título “Política Exterior: Erros e Perigos” em letras garrafais, o editorial utiliza-se de contundentes argumentos moralistas, de legalidade e mesmo questiona os limites dos poderes do presidente.

No tocante ao moralismo, acusa *Tribuna da Imprensa* que “a revelia de todos, contra a lei e contra os costumes” Jânio Quadros “praticou um ato que não é digno de seus propósitos nem de suas declaradas intenções de moralização”. Contradizendo tudo que havia defendido em vários artigos opinativos no início – e mesmo antes – de 1961, a *Tribuna* agora afirma que a condecoração de Che Guevara por Quadros seria a “continuação lógica de sua política deplorável” e “desastrosa”, optando por “desmoraliza[r] a Nação que lhe conferiu um

---

<sup>262</sup> O espaço liberado na página 4 – originalmente pertencente ao editorial, que nessa edição fora publicado na capa – receberia um extenso discurso do governador Carlos Lacerda durante a sessão de abertura do V Congresso Continental da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores, na qual apresenta duras críticas ao encaminhamento da política externa independente, intitulado “Política Suicida”.



mandato – mas não uma ditadura pessoal<sup>263</sup>”. Referente ao legalismo do ato, defende o editorial que o presidente “desrespeitou a lei<sup>264</sup> que criou a Ordem do Cruzeiro do Sul, conferindo, por súbito e desautorizado capricho pessoal, a grã-cruz dessa Ordem, fora da lei”, ao revolucionário argentino. Já relacionado as prerrogativas do cargo de presidente, diz o jornal que “a política exterior é assunto seu, mas na medida em que a Constituição limita os seus poderes. Não é um monopólio seu, nem muito menos um latifúndio seu”. Erroneamente, Quadros “julga ter consigo a maioria da opinião pública”.

A personalidade condecorada, ao invés de representar um exemplo a ser seguido, seria na verdade “um aventureiro internacional”, “um bandido” e “um pilantra bêbado de poder, ávido de tirania e de violência”. Jânio, por sua vez, estaria “mal cercado, pessimamente assessorado, desinformado”, de maneira que, respondendo negativamente a um questionamento anterior, o jornal reitera: “Não. Nem legalmente nem moralmente o presidente do Brasil podia fazer o que fez. Sem medir as consequências do seu gesto, êle afrontou o país”<sup>265</sup>.

No dia seguinte, 22 de agosto, a *Tribuna da Imprensa* manteria suas atenções voltadas à reflexão das consequências da condecoração para a diplomacia brasileira através de quatro editoriais. O primeiro, intitulado “Política Exterior: Erros e Perigos. (I) A linha mais pra lá do que pra cá”, o editorialista enfatiza que Jânio Quadros estaria supostamente se relacionando mais com o bloco de países comunistas (o “pra lá”) do que com o grupo de nações do “mundo livre” ocidental (o “pra cá”) – o que denota, *per se*, um posicionamento de recusa ao primeiro e de solidariedade e pertencimento ao segundo.

Neste sentido, a “leviana e desastrada” PEI constituir-se-ia em uma “política entreguista do Brasil em relação à Rússia”, pois Jânio demonstrava uma “doçura, ligeiramente indecorosa, com os países comunistas” e, em tom alarmante, o jornal denuncia que “o que é preciso fazer para dar a vitória ao comunismo é exatamente o que está fazendo, em política exterior”. Já a autodeterminação dos povos, uma das principais diretrizes da PEI, é criticada quando a *Tribuna* aborda o posicionamento de Jânio Quadros frente ao regime castrista e os frequentes fuzilamentos nos *paredóns*:

Quando os cubanos invadem Cuba para libertá-la [referência ao episódio da invasão da Baía dos Porcos, em abril de 1961], tão desprovidos de verdadeira ajuda norteamericana que foram rapidamente vencidos, ele faz o Brasil sustentar Fidel Castro,

<sup>263</sup> Essa crítica de um personalismo deletério supostamente presente nas ações de Quadros será retomada nos materiais seguintes com considerável repetição tanto nos editoriais quanto nas *charges* de Hilde Weber.

<sup>264</sup> Em nenhum momento do editorial, entretanto, o jornal informa qual a lei em específico da Constituição Federal que havia sido “desrespeitada” pelo presidente.

<sup>265</sup> *Tribuna da Imprensa*, 21 de agosto de 1961, capa, editorial, “Política Exterior: Erros e Perigos”.

em nome da autodeterminação. Quando Fidel Castro continua a matar, ele manda recados afetuosos pedindo-lhe que não mate tanto para não ficar difícil a sua defesa no Brasil.

Esse movimento errante e mesmo de descolamento a um tradicionalismo da Casa de Rio Branco, no qual “o Itamarati está sendo destruído” e seria resultado de “uma política internacional de amadores, de provincianos metidos a sebo, a afagarem a vaidade do Presidente [...] e a estimularem os seus erros sem lhe mostrar os perigos que ele faz o Brasil correr com sua política exterior contrária aos interesses permanentes do país”.<sup>266</sup>

Na edição de 23 de agosto o editorial analisa o “argumento falso” de que “a maioria do povo está ao lado dessa política [externa independente]”, utilizando-se para isso de paralelos com as experiências da Revolução Cubana e do nazismo alemão personificado em Adolf Hitler:

Desde logo: não basta que a maioria do povo pareça estar ao lado de uma política para que essa política esteja certa. É preciso que o povo tenha ao seu alcance informação necessária, tempo para refletir, líderes capazes de esclarecer, debates realmente esclarecedores, e, assim por diante. Do contrário, chegaremos à monstruosa concepção de Fidel Castro, que imita Hitler em versão comunista ao dizer que é democrata porque governa segundo os uivos da multidão na praça pública. E se mata – desculpa-se o ditador que jurava não ser comunista – é porque o povo, o povo que vai a uma praça treinado para isso, pede “paredón”.<sup>267</sup>

A crítica da PEI passava, ademais, pelo suposto conservadorismo e anticomunismo dos brasileiros: “Ele [Jânio Quadros] não pode ignorar que o povo brasileiro é contra o comunismo. Ele sabe que o povo brasileiro abomina a tirania e a hipocrisia. Logo, não pode aprovar a sua política exterior, que pratica a hipocrisia e adula e corteja as patas dos tiranos”.

Rechaçada enquanto a posição editorial permanecera favorável ao governo, agora a intriga era reinstrumentalizada pelo jornal de modo a criticar severamente Jânio Quadros, inclusive assinalando um “perigo vermelho” que “rondava o país”: “Vê [o povo] que o sr. Jânio Quadros parece dominado pelo complexo provinciano de brilhar na corte. Vê que há um perigo rondando o país. Sente que o sr. Jânio Quadros, encastelado na sua solidão, dá ouvidos aos xeretas, aos *intrigantes*, aos mais superficiais e mais levianos informantes”.

Essa argumentação de que “gritaria não quer dizer maioria” também está presente na manchete dessa mesma edição – pareada com a foto de um imponente Carlos Lacerda discursando para estudantes paulistas –, intitulada “Política externa de Jânio não tem o apoio do povo”, a partir da qual a *Tribuna* busca desconstruir a postura diplomática executada pelo Brasil: “O povo brasileiro, em sua imensa maioria, é contra a política que consiste em quebrar

<sup>266</sup> *Tribuna da Imprensa*, 22 de agosto de 1961, p. 4, editorial, “Política Exterior: Erros e Perigos. (I) A linha mais pra lá do que pra cá”.

<sup>267</sup> *Tribuna da Imprensa*, 23 de agosto de 1961, p. 4, editorial, “Política Exterior: Erros e Perigos. (II) Gritaria não quer dizer maioria”.

e comprometer as alianças do Brasil para lança-lo, em nome de uma suposta ‘independência’, ‘não conformismo’ ou outro eufemismo do gênero na órbita da Rússia”.<sup>268</sup>

A condecoração de Che Guevara voltaria a ser tratada na página 4 através da *charge* de Hilde Weber, disposta exatamente acima do editorial. Nela, aparecem o ministro do Exterior do Brasil Afonso Arinos e Ernesto Che Guevara, então ministro da Indústria de Cuba. Che Guevara, com seus característicos charuto, boina, barba e vestimenta militar, é representado por Hilde com expressão feliz e ar maroto (mãos dentro da calça e sorriso estampado no rosto), tendo acabado de ser condecorado com a reluzente – e superdimensionada – medalha da Grã-Ordem do Cruzeiro do Sul.

O teor crítico da *charge* está contido na imagem do ministro Arinos, que tal qual o governador romano Pôncio Pilatos – que de acordo com a versão oficial da Bíblia Católica pouco fez para reverter a situação de Jesus Cristo, prestes a ser morto à cruz – está literalmente “lavando as mãos” no episódio da condecoração de Guevara. Deste modo, a chargista sustenta que o ministro não teve nenhuma participação ou influência no referido ato diplomático. Daí também o sentido do título: “Pilatos”. E se não tivera a participação do chanceler, o alvo implícito da chargista seria, por suposto, Jânio Quadros, haja vista ser o mandatário o executor da diplomacia de um país de regime presidencialista. Aliás, o fenômeno da *caricatura editorial* novamente está presente nesta *charge*, visto que nos editoriais dos dias 21 e 23 de agosto defende-se, respectivamente, que Jânio Quadros “anulou o seu ministro do Exterior”<sup>269</sup> e que “nomeou um ministro e aposentou-o moralmente logo a seguir. Não sentindo resistência, apossou-se dele e o fêz carimbeiro-mor do seu reino de fantasia e faz-de-conta”<sup>270</sup>, julgamento que dialoga diretamente com o ato de “lavar as mãos” de Afonso Arinos retratado por Hilde.

---

<sup>268</sup> *Tribuna da Imprensa*, 23 de agosto de 1961, capa, manchete, “Política externa de Jânio não tem o apoio do povo”.

<sup>269</sup> *Tribuna da Imprensa*, 21 de agosto de 1961, página 4. Editorial “Política exterior: erros e perigos”.

<sup>270</sup> *Tribuna da Imprensa*, 22 de agosto de 1961, p. 4, editorial, “Política Exterior: Erros e Perigos. (II) Gritaria não quer dizer maioria”.

Figura 3 – Charge (Hilde) “Pilatos” (23 agosto 1961, p. 4)



A crise política a cada dia tornava-se mais forte e a edição do dia 24 de agosto é paradigmática<sup>271</sup>. Já no subtítulo do editorial a *Tribuna* substitui o número em romano (utilizado nos dois últimos editoriais) por “A terceira falsidade e o poder pessoal”. O vespertino assevera explicitamente que estaria ocorrendo uma “deformação da política exterior do Brasil pelo sr. Jânio Quadros”, deixando claro a sua contrariedade para com a postura de governar do presidente no tocante à PEI: “a posição do Brasil, colocada pelo sr. Jânio Quadros, é gravemente prejudicial aos interesses do nosso país” de maneira que ela “não é, como deveria ser, uma política exterior”. Prejudicial porque constituir-se-ia, indisfarçadamente, em uma “política de amor ardente pelas ditaduras totalitárias”, ao ponto de o jornal alegar uma benevolência para com o comunismo soviético: “Com isto, justificaria a progressiva entrega do Brasil à Rússia?”. Inclusive o editorial determinava que o ministro Arinos, “um homem honrado” e de “talento”, “parasse de, com sua imensa boa fé, dar justificação doutrinária e pomposa a uma tática de uso interno”, complementando que:

Esta é, aliás, a primeira vez que um governante no Brasil usa a política exterior para tirar efeitos internos. Em geral, isso tem sido característica das ditaduras. Mas, em

<sup>271</sup> Exemplo é a manchete destacada que denunciava que “Só aos comunistas interessa política exterior de Jânio”. Curiosamente, acima dessa manchete, havia outra informação referente a um suposto plano de sabotagem tramado pelos comunistas contra as adutoras da Guanabara, que à época sofria graves problemas de abastecimento.

matéria de política exterior já não estamos numa ditadura? Que é que se invoca para justificar a política externa do sr. Jânio Quadros? O Poder Pessoal. Nada mais.

Argumenta o editorialista que a PEI seria um meio escuso de Jânio Quadros para implementar outras políticas do âmbito doméstico, ao mesmo tempo que buscava conquistar apoio tanto dos conservadores quanto dos comunistas: “Notem bem. O Poder Pessoal. Pois veremos como se prepara ele no Brasil, no seu movimento pendular entre esquerda e direita. A política exterior, nessa manobra, não passa de um meio de acuar os democratas, para que eles, afinal, concordem em certas ‘reformas institucionais’ [...]”.

Neste dia 24 de agosto, é publicada uma *charge*, assinada por Hilde, em que fica explícita a prática da *caricatura editorial*, pois a mesma trata da temática do “Poder Pessoal” e foi disposta logo abaixo do editorial (Figura 4):

Figura 4 – *Charge* (Hilde) “1º Prêmio” (24 de agosto de 1961, p. 4)



Jânio é retratado como cossaco (atentar para o fardamento militar e chapéu/boina típica). Suas expressões faciais e corporais estão bem destacadas: sobrancelha convexa e bigode protuberante, com as mãos cruzadas, a perna direita dobrada e a esquerda esticada, de maneira que a crítica perspicaz da chargista é a de que, pautando-se pela bravura e destemor peculiares àquele povo nativo das estepes do extremo Leste Europeu, o presidente possuiria características e propósitos similares aos governantes ditadores, um personalismo perigoso especialmente quando o presidente Quadros praticava a sua política externa independente.

No editorial do dia 29 de agosto intitulado “A defesa da liberdade” – quando o presidente Jânio Quadros já havia apresentado há quatro dias sua carta de renúncia ao Congresso Nacional e o país havia mergulhado em uma crise política – era claro o sentimento da *Tribuna da Imprensa* de completa desilusão para com o efêmero governo Quadros. Esse sentimento é reforçado com a preocupação de que não se poderia estimular a “infiltração comunista” no país: “Não há títulos nem pretextos que justifiquem a sovietação do Brasil”<sup>272</sup>.

### 3.4 Reatamento com a URSS: novo governo, discurso modificado

A inesperada renúncia de Jânio Quadros no dia 25 de agosto de 1961 provocaria o aprofundamento da crise política iniciada há menos de uma semana atrás. Com o veto apresentado pelos três ministros militares contra a posse de João Goulart, inaugura-se novo impasse político que somente seria solucionado através da implantação do parlamentarismo via mudança constitucional.

Empossado presidente no simbólico dia 7 de Setembro, marco da independência do Brasil, João Goulart possuiria no seu início de governo pouca força política e muita desconfiança de parcela expressiva dos políticos, empresários e da cúpula da Igreja Católica. Como consequência, alguns dos projetos e programas iniciados, ou mesmo já avançados, durante a gestão de Jânio Quadros, sofrem um estancamento. É o caso da Política Externa Independente que, vulnerável às oscilações de uma conjuntura polarizada, sofria duras críticas dos setores conservadores brasileiros.

Isso talvez ajude a explicar o atraso na finalização do processo que levaria ao reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas que vinha sendo analisado desde os primeiros meses do governo Jânio Quadros. Consumado oficialmente no dia 23 de setembro de 1961, através da troca de notas oficiais entre o ministro San Tiago Dantas e seu homônimo soviético, Andrei Gromyko, este ato diplomático com a potência comunista – o primeiro do governo Goulart e um dos mais emblemáticos de todo o seu mandato – ganharia as páginas da *Tribuna da Imprensa* e dos demais jornais brasileiros<sup>273</sup>.

<sup>272</sup> *Tribuna da Imprensa*, 29 de agosto de 1961, p. 4, editorial, “A defesa da liberdade”.

<sup>273</sup> Desta temática, Charges Sidarta Domingos estudou o impacto do reatamento do Brasil com a URSS no jornal *Correio do Povo* (Porto Alegre, Rio Grande do Sul) e Rafael Sales Rosa analisou a recepção desse mesmo ato nas páginas do *Jornal do Brasil*. Cf. DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **A Política Externa Independente é notícia**: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do jornal *Correio do Povo*

A cobertura sobre o reatamento com a URSS inicia-se no dia seguinte ao anúncio oficial com uma profusão de manchetes, artigos opinativos e charges – ao ponto de quase a totalidade da página seis da edição de 24 de novembro ser reservada a repercussão do ato. Apresentando desde agosto uma posição oficial contrária às diretrizes gerais da PEI, a *Tribuna* publica na primeira página, em letras garrafais e sublinhadas: “Reatamento provoca indignação geral: bofetada na Igreja”, acompanhada de opiniões do governador Carlos Lacerda e do arcebispo gaúcho Dom Vicente Scherer. Acima, a chamada para a página três de que “150 deputados censuram o Gabinete pelo reatamento” e, abaixo, novamente uma referência à Lacerda, que segundo ele a “Homenagem aos mortos de 35” seria “cinismo” da parte do governo Goulart.

Há dois significantes materiais, ainda no tocante à capa, que reforçam o posicionamento censurador do jornal frente ao reatamento: primeiro, a nota “De Vargas a João Goulart a propósito do comunismo”, onde se denuncia que o “herdeiro de Vargas”, legatário da “parte lucrativa da herança”, teria “traído a fundamental lição do seu benfeitor”, lição esta apresentada na sequência através da reprodução de um discurso atribuído à Getúlio – sem que, entretanto, se citasse qualquer fonte e data – na qual o mesmo faz duras críticas à ideologia e ao movimento comunistas, em vigorosa verve anticomunista:

“Pregando ou conspirando, os comunistas jamais confessam o que são, mas ao contrário, desdizem-se ou se declaram, quando mais corajosos, socialistas avançados ou pacíficos simpatizantes das ideias marxistas. A dissimulação, a mentira, a felonía constituem as suas armas, chegando, não raro, à audácia e ao cinismo de se proclamarem nacionalistas, de receberem o dinheiro da traição para entregar a Pátria ao domínio estrangeiro”.<sup>274</sup>

A ideia de traição também está presente no editorial que foi transferido originalmente da página quatro para a capa, evidenciando a importância que tal reatamento exercera no imaginário dos proprietários do vespertino carioca. Intitulado “A solução das soluções” e permeado do início ao final do texto pelo expediente da ironia, afirma *Tribuna* que: “Afinal sabemos porque se falou tanto em legalismo e em posse de João Goulart. Está salva a Pátria. Reatou o Brasil relações diplomáticas com a Rússia”. Após denunciar que “essas relações diplomáticas foram impostas ao Brasil por Kruchev”, o editorial assim se refere ao presidente, ao primeiro-ministro e ao ministro do Exterior: “Docilmente, submissamente e até

---

(novembro de 1961). 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Cf. ROSA, Rafael Sales. **Das Notas aos editoriais:** perspectivas do reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e URSS no *Jornal do Brasil* (1961). 71 f. 2015. Monografia (Especialização em História das Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

<sup>274</sup> *Tribuna da Imprensa*, 24 novembro de 1961, capa, “De Vargas a João Goulart a propósito do comunismo”.

entusiasticamente, o sr. João Goulart reatou relações com a Rússia, acolitado pelo seu secretário, Tancredo Neves, e pelo seu guia espiritual, San Thiago [sic] Dantas”.

A ironia não terminava por aí: todos os males que afligiam os brasileiros foram automaticamente solucionados – a “carestia de vida”, a “honestidade no exercício do governo”, o aumento do “preço dos gêneros” – pois “reatamos relações com a Rússia”. Todavia, a zombaria tinha um limite e voltava-se ao tom de denúncia: o reatamento fora consumado por “pândegos” que “fingem que governam” e “brincam de governar”. A partir daquele ato, “a Rússia se encarregará de completar o que eles [os “pândegos” do governo] começaram”, afinal:

Assim por assim, já estão aqui os russos disfarçados de brasileiros. Se a quinta-coluna já age abertamente, porque não agir diplomaticamente? Breve, veremos muita gente disputar a champanhota na embaixada russa. Estamos, como uma nação de provincianos, embasbacados com a nossa própria audácia.<sup>275</sup>

O discurso da infiltração comunista, do “perigo vermelho” e da entrega do país à URSS torna-se progressivamente mais recorrente nas páginas da *Tribuna*, como é o caso do temor do governador Carlos Lacerda segundo o qual “não se justifica uma festa, no momento em que se procura entregar o Brasil à tirania dos vermelhos”.<sup>276</sup>

No sábado, dia que os jornais possuem um maior número de páginas e dão uma atenção ainda maior às áreas opinativas, o editorial regressa à página quatro com o título “As vítimas e os mortos”. Nele, a ideia da infiltração comunista é a pedra de toque, sendo dado foco especial à memória da “intentona de 1935”. O texto inicia lembrando que no dia 27 de novembro “as vítimas da intentona comunista” receberão “a homenagem tradicional que lhes é prestada pelo povo e pelo governo brasileiro”, porém, denuncia uma mudança de postura que teria clara relação com o reatamento com a URSS: “Em 1935, o comunismo levou brasileiros a se levantarem em armas contra seus próprios irmãos. Hoje, não mais se trata do perigo de uma rebelião sangrenta – pois o comunismo, no Brasil, não mais precisa de sangue para atingir seus objetivos”. O reatamento diplomático, aos olhos dos proprietários da *Tribuna*, representaria um “suicídio” político, uma “chocante provocação”, aumentaria “os motivos de aflição e de perplexidade por parte da grande maioria do povo brasileiro” e não se coadunaria com “os reais interesses” do Brasil:

O sangue se tornou desnecessário – para que matar quem parece ansioso por se suicidar? Veja-se, ante a chocante provocação que foi o reatamento de relações com

<sup>275</sup> *Tribuna da Imprensa*, 24 de novembro de 1961, capa, “A solução das soluções”.

<sup>276</sup> *Tribuna da Imprensa*, 24 de novembro de 1961, p. 12, coluna Governo do Estado, “Querem entregar Brasil à tirania dos vermelhos”.



a União Soviética, a atitude de certas pessoas, algumas merecedoras do maior respeito, que se dispõem aplaudir, ou mesmo a aceitar, como fato normal e necessário, esse reatamento, executado do pé para a mão, sem que tenham sido consultados, de fato, os reais interesses do país.<sup>277</sup>

As consequências do reatamento são refletidas, igualmente, por Hilde Weber. Na Figura 5, observa-se um urso em posição de receptividade (corpo ereto, olhos fechado e patas flexionadas para baixo) que está prestes a conquistar o seu alimento. A *charge* promove, entretanto, uma leitura crítica: ambientado numa apresentação circense (perceba o palco com a inscrição “URSS” e as roupas de João Goulart), o urso soviético (um animal perigoso e instintivo, muito recorrente no imaginário conservador para retratar negativamente o comunismo), se alimenta do “Brasil”, que apesar de desconfiado e apreensivo (braços tencionados e olhos esbugalhados observando a boca aberta do felino), foi oferecido por um risonho e predisposto presidente João Goulart – daí o título “Está entregue”. A opção pela imagem do popular, “vítima” da situação, não é fortuita, pois sinaliza uma pessoa empobrecida e desqualificada, o que se relacionaria, de acordo com a produção nas páginas do jornal, com o estágio de desenvolvimento do Brasil, um país extremamente vulnerável as influências externas.

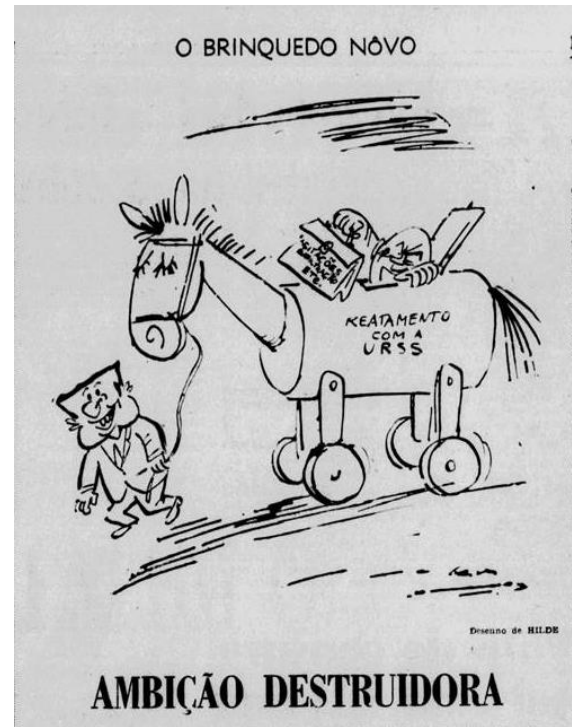
Na Figura 6, nota-se, novamente, um presidente João Goulart feliz e risonho (observe a boca mostrando os dentes) por ter recebido “o brinquedo novo” da União Soviética. Mas a crítica sagaz da *charge* é que tal qual o “cavalo de Troia”, este “cavalo de Moscou” não carrega presentes ou algo positivo para o Brasil (como se poderia esperar após o “reatamento com a URSS”, isto é: trocas comerciais, compra de máquinas, capitais e transferência de tecnologia), mas tão somente “agitações”, como pode-se ler na mala segura por um Kruchev com ar de aproveitador, dentro do “brinquedo”. Ou seja, Goulart, despreocupadamente, estaria facilitando e mesmo promovendo “agitações” e “infiltrações comunistas” que poderiam ocasionar verdadeira convulsão social no país, algo sempre criticado pelos proprietários da *Tribuna da Imprensa* e que encontramos nesta produção da chargista e “militante esquerdista” Hilde Weber.

---

<sup>277</sup> *Tribuna da Imprensa*, 25-6 de novembro de 1961, editorial, p. 4, “As vítimas e os mortos”.

Figura 5 – Charge (Hilde) “Está Entregue” (25-6 de novembro de 1961, p. 4)

Figura 6 – Charge (Hilde) “O Brinquedo Novo” (27 de novembro de 1961, p. 4)



Já no editorial da edição de 27 de novembro, dia que anualmente se rememora as vítimas do movimento de 1935, o foco muda do presidente para o ministro do Exterior. Um dos responsáveis pela consumação do reatamento com a URSS, a estratégia do jornal é descompatibilizar San Tiago Dantas com o regime democrático e com os anseios do povo, mesmo que para tanto se realizasse duras acusações de ordem moral, política e ideológica:

Cúvido e ambicioso, sentencioso mais do que propriamente talentoso, Francisco Clementino San Tiago Dantas fez fortuna como administrativo e agente de negócios nem sempre confessáveis. Mas, sua grande ambição foi sempre o Poder. Pelo Poder fez-se fascista e levou o integralismo, de movimento nacionalista, a movimento totalitário [...]. Pois Francisco Clementino nada quer com a democracia. Tem-lhe horror físico. Nasceu para mentor de príncipes, ou, na falta destes, de gangsters. Não para líder democrático, pois Francisco Clementino San Tiago Dantas nem é líder nem é democrático. Tem pose de patrão e alma de laçai. Detesta o povo, o cheiro do povo, os modos do povo, os sentimentos do povo. Frio como cobra, hipócrita como cobra, ordinário como cobra e traiçoeiro como cobra, ele esperou a vez. Finalmente, chegou-lhe a cobiçada vez. Depois de comprar uma eleição em Minas [Gerais], obteve o posto de mentor de um demagogo sem ideias nem vocação para a oratória. Fez-se babá intelectual de João Goulart, atual proprietário do Brasil.<sup>278</sup>

Após manifestar forte crítica aos dois políticos, o editorialista propõe uma discussão mais conceitual e procura negar um posicionamento contrário do jornal ao ato: “Somos contra o reatamento? Não se trata disso. Ser contra ou a favor é irrelevante. Não se trata de uma tese,

<sup>278</sup> *Tribuna da Imprensa*, 27 de novembro de 1961, p. 4, editorial, “Ambição Destruidora”.

mas de um fato político. Se pode ser compreendido a luz de circunstâncias políticas”. Em seguida, o editorial apresenta algumas questões que julgava fundamentais. De acordo com a posição oficial da *Tribuna*, o “momento foi o menos oportuno” e o reatamento “não resolve nenhum problema do Brasil”. Em seguida, a *Tribuna* disserta sobre a possibilidade de o país ser usado pela URSS como “ponta de lança” do comunismo, visto que o ato “resolve, isto, sim, um problema para a Rússia, que assim conquista nova e importantíssima posição para a tomada da América do Sul”. O texto, mostrando preocupação com as “agitações” e a “infiltração comunista”, defende que “o Brasil não está, como outras nações, preparado para relações diplomáticas com governos que fazem de sua representação um centro de espionagem e de provocação sob a proteção das imunidades diplomáticas”<sup>279</sup>.

Ainda neste último tópico, o editorial contesta a reciprocidade que seria respeitada com o reatamento, isto é, o princípio de igualdade e respeito mútuo entre Brasil e URSS:

Os diplomatas brasileiros não poderão afastar-se de Moscou sem licença. Em compensação, os russos também não poderão afastar-se do Rio sem licença... Em primeiro lugar, isto é falso e não funciona assim. Os diplomatas russos terão de ir a Brasília, por exemplo. Em segundo lugar, os diplomatas brasileiros não poderão, na Rússia, ver senão o que o governo russo deixa.

Ao passo que o jornal afirma que os soviéticos possuiriam total liberdade de locomoção. O jornal inclusive denuncia a colaboração que a URSS teria dos profissionais de alguns jornais (sem citá-los) e da principal organização estudantil brasileira:

Aqui, os russos verão tudo, pois é exatamente no Rio – e no Estado do Rio – que se encontram, hoje, os principais centros de provocação e subversão dos agentes russos mancomunados com brasileiros. Os diplomatas brasileiros não terão a UNE, por exemplo, para ajudá-los na Rússia. Nem agentes dentro do “Pravda”. [i.e: o jornal oficial da URSS].<sup>280</sup>

San Tiago Dantas, analisado com grande destaque neste último editorial, seria retratado por Hilde Weber quatro dias depois. Na edição dia 1º de dezembro, o ministro do Exterior é retratado como um bombeiro, entretanto, o detalhe é que, ironicamente, San Tiago não estaria jogando água na habitação “Brasil”, porém, sim, despejando, despreocupadamente, ainda mais fogo em um país que já estaria sofrendo com incêndios. Metaforicamente, “fogo” é representado como sendo na verdade o comunismo, evidenciado pelos símbolos clássicos da foice e do martelo que saem das labaredas do “Brasil” que ardia em fogo. O que teria viabilizado essa situação incendiária fora, justamente, o ato estabelecido com a URSS, uma vez que lê-se “Reatamento” na circunferência acima do tonel inflamável

<sup>279</sup> Tal qual o episódio da condecoração de Che Guevara que o editorial alega que a lei fora “desrespeitada” sem citar qualquer ponto da Constituição, aqui ele apoia-se em um grupo de países, mas não os cita.

<sup>280</sup> *Tribuna da Imprensa*, 27 de novembro de 1961, p. 4, editorial, “Ambição Destruidora”.

preso à parede. Daí as aspas no título irônico “O ‘professor de anticomunismo’”:<sup>281</sup> San Tiago Dantas, de acordo com a percepção de Hilde, proporcionaria ao Brasil o inverso daquilo que afirmava combater.

Figura 7 – Charge (Hilde) O “Professor de Anticomunismo” (1º de dezembro de 1961, p. 4)



A questão sobre a inevitabilidade de se reatar diplomaticamente para que o Brasil incrementasse o seu intercâmbio econômico com a URSS também é rechaçada pelo jornal: “a famosa desculpa das relações comerciais é uma impostura que serve de cobertura a uma série de negociatas em que estão metidos figurões do novo regime”<sup>281</sup>. Essa “famosa desculpa” foi trabalhada por Hilde Weber em duas *charges*.

Na primeira *charge*, publicada na edição de 5 de agosto, ainda durante o governo Jânio Quadros, outra vez a URSS é representada através da imagem de um imponente urso. A perspicácia da crítica é que enquanto Quadros oferece humildemente uma pequena xícara de café sinalizando a intenção de ampliar as “relações comerciais”, o perigoso animal soviético, para aceitá-la, impõe (como foi denunciado em editorial anterior) o “reatamento diplomático”

<sup>281</sup> *Tribuna da Imprensa*, 25-6 de novembro de 1961, editorial, p. 4, “As vítimas e os mortos”.

(observe a boca e a pata direita do urso envolvendo o presidente com força desproporcional)<sup>282</sup>.

Figura 8 – Charge (Hilde) “Nossa Amizade” (05-6 de agosto de 1961, p. 4)

Figura 9 – Charge (Hilde) “Os 3 Reis Magos” (23-4 de dezembro de 1961, p. 4)



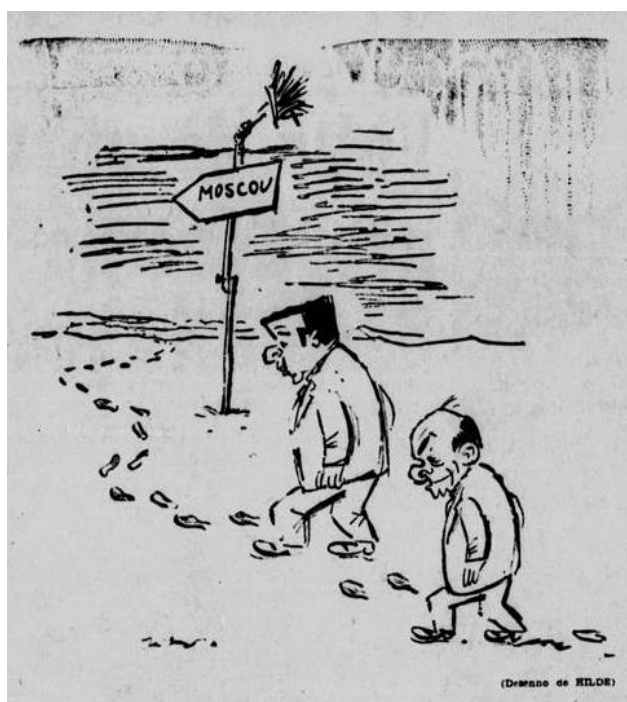
Já a segunda *charge*, publicada durante a conjuntura do reatamento, tem como foco três políticos brasileiros: o primeiro-ministro Tancredo Neves, o ministro do Exterior San Tiago Dantas e o presidente João Goulart. No dia 23 de dezembro, exatamente um mês após o anúncio oficial, vemos Tancredo Neves, San Tiago Dantas e João Goulart segurando uma caixa ornamentada com um bonito laço/flor que seria remetida ao Kruchev, como se depreende das inscrições “Comércio com a Cortina” e “Para Nikita”. Mas a sagaz ironia da *charge* é que os três representantes do governo brasileiro estariam fazendo o papel dos “três reis magos”, expressão dada ao título (perceba-se as coroas para conotar a realeza dos políticos “magos”), versão da Bíblia permeada de misteriosas percepções sobre o nascimento

<sup>282</sup> Abaixo da *charge*, no editorial intitulado “Reforma Agrária”, o jornal denuncia que uma das propostas de reforma agrária, precisamente a dos “agitadores e extremistas, que tem a sua première nas Ligas Camponesas”, na verdade promoveria a “sovietização do país”.

de Cristo, no qual especula-se acerca do fim dos tempos<sup>283</sup>. Observe, igualmente, que dos três representados, Goulart é o mais risonho, enquanto Neves e Dantas apresentam expressões faciais mais moderadas – apesar de no regime parlamentarista brasileiro a prerrogativa da diplomacia ser dos dois últimos políticos em questão.

Mais de um mês antes do reatamento ser anunciado pelo governo parlamentarista, curiosamente, a chargista Hilde Weber já havia optado por abordar na *Tribuna* a temática do relacionamento com a URSS. Na edição do dia 4 de outubro, o presidente João Goulart e o primeiro-ministro Tancredo Neves são retratados como que seguissem pegadas em direção à capital da URSS, como é demonstrado pela placa “Moscou”. O ponto central da *charge*, e onde está presente a crítica perspicaz ao futuro reatamento diplomático com os soviéticos, é que junto à placa existe uma maltrapida vassoura – símbolo da campanha e governo janistas – , de modo que uma das leituras possíveis é a de que os dois chefes do Estado brasileiro estariam seguindo, inadvertidamente, os passos/pegadas de Jânio Quadros que, já no seu tempo, não teria dado bons resultados para a diplomacia nacional<sup>284</sup>.

Figura 10 – *Charge* (Hilde) Sem título (4 de outubro de 1961, p. 4)



<sup>283</sup> Cf. o artigo do teólogo Leonardo Boff, “**Em busca de uma síntese integradora: os três reis magos**”: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2012/01/05/em-busca-de-uma-sintese-integradora-os-tres-reis-magos/>>. Acesso em 28 maio 2017.

<sup>284</sup> Outra curiosidade é que Hilde Weber opta por não retratar na *charge* o ministro San Tiago Dantas ao lado de Goulart e Tancredo, quando sabe-se que em um regime parlamentarista a prerrogativa dos fundamentos da política internacional cabem, além do Conselho de Ministros, à pasta das Relações Exteriores. Fica o questionamento: teria sido um lapso ou algo proposital da parte da chargista?

### 3.5 “Salto Mortal”: *Tribuna*, Brasil, Cuba e VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos

Desde 1959 os países das Américas passam a conviver com o triunfo da Revolução Cubana e as profundas transformações executadas pelos líderes do *Movimento 26 de Julio* que derrubara o ditador Fulgêncio Batista. O relacionamento entre Cuba e os EUA, por sua vez, deteriora-se progressivamente – o que se reflete em todo o continente. Em 3 de janeiro de 1961 os Estados Unidos rompem relações diplomáticas com Cuba e, quatro meses depois, apoiam um movimento – planejado desde 1959 ainda durante o governo Eisenhower – de exilados anticastristas que invadem a ilha através da Baía dos Porcos<sup>285</sup>. Nos meses subsequentes acusações são apresentadas de lado a lado, na qual da parte dos EUA e da maioria da imprensa brasileira sobressaia-se a preocupação de uma suposta presença dos URSS na Ilha de Fidel, de acordo com a qual poderia o Kremlin usá-la como “ponta de lança do comunismo” para os demais países da região.

A VIII Reunião de Chanceleres Americanos, também tratada como Conferência de Punta del Este, foi organizada, neste sentido, para debater com centralidade a questão cubana e as consequências da presença de um Estado socialista dentro da comunidade americana. A conferência finalizaria os seus trabalhos com a expulsão de Cuba tanto da JID quanto da OEA, de maneira que menos de dois meses após o reatamento com a potência soviética, a diplomacia brasileira ver-se-ia defrontada com uma conjuntura adversa, atraindo as atenções dos atores políticos e da imprensa nacional.

Mesmo antes do começo da conferência, a *Tribuna da Imprensa* já dá sinais, em editorial publicado no início do governo Goulart, de qual seria sua posição em relação ao caso cubano, quando comenta acerca da relação estremecida entre Fidel Castro e a Igreja Católica: “Onde estão os apóstolos da “autodeterminação” que negam ao povo cubano o direito à solidariedade quando se vê privado de assistência espiritual e do conforto da religião?”. A expressão “apóstolos da autodeterminação” é uma ironia às figuras de João Goulart e San Tiago Dantas, defensores dessa que constituía-se como uma das mais singulares e fundantes diretrizes da PEI. A ideia de “independência” também é colocada à prova pelo jornal: “A posição neutra, ou aparentemente independente, é uma posição de falso liberalismo, na

---

<sup>285</sup> AYERBE, Luiz Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004. p. 62-63.

realidade é uma atitude de capitulação diante da vitória, que os propagandistas e os covardes apresentam como inevitável, dos regimes totalitários”<sup>286</sup>.

Apesar de iniciar oficialmente somente no dia 22 de janeiro de 1962, os preparativos visando a VIII Reunião dos Chanceleres Americanos e as discussões e possíveis tomadas de posicionamento das diplomacias americanas perante o caso cubano recebem considerável atenção nas páginas da *Tribuna da Imprensa*. Na edição do dia 12 de janeiro, o jornal publica a destacada manchete “Posição brasileira: contra o rompimento e a favor da ‘harmonia’”, informando que o país procuraria “fixar um ‘modus vivendi’ entre os Estados Unidos e o governo de Fidel Castro, propondo compromissos das duas partes”<sup>287</sup>. Entretanto, no editorial da página 4, o jornal critica que

Assim, vai o Brasil defender, em Punta del Este, a tese de flexibilidade diplomática com uma ditadura que nada tem de flexível. Vai defender a autodeterminação de um regime onde essa autodeterminação não existe, onde impera um partido único assentado no mais desbragadamente stalinista culto da personalidade, e responsável pela mais cruel onda de fuzilamentos, perseguições e violências jamais praticada no hemisfério.

Essa flexibilidade também é vista pelo editorial como um meio que facilitaria a “infiltração comunista” via Cuba: “A flexibilidade diplomática pregada pelo governo brasileiro apoiou indiretamente a posição soviética de manter uma ponta-de-lança na América Latina”.

Já no dia seguinte, uma nova manchete – composta por um enunciado mais forte – repercute a reunião do ministro San Tiago Dantas com os embaixadores creditados no país de que será o “Brasil contra sanções à Cuba de Fidel”, de modo que “votará contrariamente a qualquer moção que implique em sanções militares, econômicas ou diplomáticas” e condenará “formular intervencionistas ou punitivas, que não encontram fundamento jurídico”<sup>288</sup>.

Esta posição inicial da diplomacia brasileira foi o bastante para a publicação da primeira *charge* de Hilde Weber sobre a futura Reunião, exatamente abaixo da manchete supracitada<sup>289</sup> e que se relaciona com o editorial do dia anterior. Nela, vê-se a “harmonia

<sup>286</sup> *Tribuna da Imprensa*, 09 de setembro de 1961, editorial, p. 4, “Urubus pousados na sorte do Brasil”. O editorial finaliza com uma dura argumentação: “Tristes defensores da autodeterminação dos ditadores. Trombudos e bicudos paladinos da legitimidade das traições. Urubus pousados na sorte do Brasil, o vosso silêncio vale mais do que confissão”, numa clara contrariedade à postura dos representantes políticos brasileiros.

<sup>287</sup> *Tribuna da Imprensa*, 12 de janeiro de 1962, capa, “Posição brasileira: contra o rompimento e a favor da ‘harmonia’”.

<sup>288</sup> *Tribuna da Imprensa*, 13-4 de janeiro de 1962, capa, “Brasil contra sanções à Cuba de Fidel”.

<sup>289</sup> Vale frisar que a opção por se publicar seja o editorial ou, neste caso, a *charge*, na primeira página do jornal evidencia uma intencionalidade dos proprietários da *Tribuna* em dar maior visibilidade à temática debatida, visto



Brasil-Cuba” representada nas imagens do ministro do Exterior San Tiago Dantas e de Fidel Castro. Porém, a perspicácia da caricatura é o fato do chanceler brasileiro estar completamente maltrapido, com barba por fazer e descalço (além de não estar de termo e gravata, vestimenta comum aos chefes de Estado em representação internacional, sua bermuda e camisa estão rasgadas ou desgastadas), segurando um guarda chuva que, apesar de sua intenção, não estaria “protegendo” o líder cubano, pelo contrário: Fidel, de braços cruzados e olhar distante tragando seu charuto, está com cara de poucos amigos. Daí o título da charge: “Ilhados”, no qual Dantas e Castro estão com as águas quase batendo nos seus pés na pequena porção de areia da ilha de Cuba.

Figura 11 – Charge (Hilde) “Ilhados” (13-14 de janeiro de 1962, capa)

Figura 12 – Charge (Hilde) “‘Twist’ Cubano” (15 de janeiro de 1962, p. 4)



O ministro do Exterior brasileiro e o líder cubano novamente são retratados pela pena de Hilde, no dia posterior, edição de 15 de janeiro. Na charge (Figura 12) observa-se San Tiago Dantas dramaticamente contorcido pelo “twist”<sup>290</sup> de um maroto Fidel Castro tocando seu pandeiro, o que levado para o plano político – e possivelmente seja esse um dos sentidos

que originalmente ambos os materiais são dispostos na página 4. A capa é a primeira parte a ser lida do jornal, estabelecendo um encaminhamento para as páginas subsequentes.

<sup>290</sup> O ritmo do twist, inspirado nas músicas de rock n’roll, foi uma dança surgida nos EUA no início dos anos 1960 que proporcionava as pessoas uma experiência corporal única, com giros frenéticos e passos bem marcados.

implícitos dado pela chargista – representaria a dominação da diplomacia brasileira pela oratória fidelista, ou neste caso, pela musicalidade cubana<sup>291</sup>.

No editorial da edição do dia 16 de janeiro, o jornal afirma que na futura Conferência não se iria “decidir apenas o caso de Cuba, e sim o próprio destino da Organização dos Estados Americanos, como instituição incumbida de assegurar a paz, a integridade e a segurança do Hemisfério”. Também a *Tribuna* defende, citando a “Carta da OEA” e o TIAR, “quer no espírito, quer na letra”, que os postulados da autodeterminação dos povos e da não-intervenção “foram profundamente feridos e violados com a implantação, em Cuba, de um regime sangrento e totalitário e que se apoia precisamente na ajuda material e na infecção ideológica proveniente da União Soviética”.

Este diagnóstico da *Tribuna* conclui que “diante deste problema, não tem sido louvável a posição do Brasil”<sup>292</sup>, posto que o país estaria “rompendo uma tradição diplomática de clareza e fidelidade aos ideais interamericanos”, de modo que “afetado, internamente, pelo vírus totalitário<sup>293</sup>, o Brasil assumiu, nestes dias preparatórios da Conferência de Punta Del Este, uma posição deplorável<sup>294</sup> e insustentável”<sup>295</sup>.

No dia seguinte o cerco de setores conservadores brasileiros se fecha contra a Política Externa Independente. O jornal *Tribuna* publica uma destacada manchete que repercute um manifesto condenatório assinado por três ex-chanceleres sobre o regime fidelista<sup>296</sup> e, na página quatro, o editorial novamente critica a diplomacia brasileira, alega um distanciamento da tradição da Casa de Rio Branco e afirma ser o Brasil um “filho ingrato”:

Desde que o Brasil resolveu, no plano diplomático, afastar-se de seus amigos tradicionais e do bloco ocidental para assumir uma atitude de “independência” e

---

<sup>291</sup> Curioso que na edição do dia anterior a *Tribuna* noticiou que esta dança (uma verdadeira febre mundial) se não fosse realizada com cuidados poderia trazer prejuízos à saúde das pessoas, ocasionando danos ou mesmo sérias fraturas pelo corpo. Com o título “Não entre no ‘twist’ que dá mau resultado” e sendo, ademais, uma das manchetes mais chamativas da capa, percebe-se que o “twist” de Fidel provocara “maus resultados” ao ministro San Tiago Dantas. *Tribuna da Imprensa*, 13-14 de janeiro de 1962, capa, “Não entre no ‘twist’ que dá mau resultado”.

<sup>292</sup> *Tribuna da Imprensa*, 16 de janeiro de 1962, editorial, p. 4, “O Espírito e a Letra”.

<sup>293</sup> Aqui observa-se o uso de expressões (“infecção” e “vírus”) muito recorrentes no discurso anticomunista brasileiro, como mostra o livro “Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)”, de Rodrigo Patto Sá Motta.

<sup>294</sup> “Deplorável”: exatamente a mesma adjetivação negativa usada para tratar da condecoração de Che Guevara, na conjuntura da crise política e renúncia de Jânio Quadros.

<sup>295</sup> *Tribuna da Imprensa*, 16 de janeiro de 1962, editorial, p. 4, “O Espírito e a Letra”.

<sup>296</sup> *Tribuna da Imprensa*, 17 de janeiro de 1962, capa, “Ex-chanceleres do Brasil: manifesto pela condenação de Cuba”. Na edição do dia 18 de janeiro o jornal publica em primeira página nova manchete referente aos preparativos da futura Conferência: “Relatório-bomba de cinco países para condenação de Cuba”, sendo que o documento provaria que a Ilha “está claramente sob domínio comunista, e é mais enérgico do que aquele que, em 1960 determinou a condenação do regime de Trujillo” na República Dominicana. Já na edição de 23 de janeiro é publicado na página 3 um manifesto do governador de Minas Gerais Magalhães Pinto, no qual diz que a “política internacional compromete o Brasil”.

“neutralismo”, a nossa política exterior enveredou por um caminho *sinuoso e contraditório*. No campo internacional, passamos a fazer o jogo de Fidel Castro e da União Soviética, que implantou em Cuba uma ponta-de-lança destinada à sovietação da América Latina. E essa política internacional, sem consulta à opinião pública, ditada na verdade por alguns *totalitários, aventureiros e desmemoriados* enquistados no governo, dia a dia cava mais fundo o abismo entre o Brasil e as potências ocidentais empenhadas na defesa dos postulados democráticos.<sup>297</sup>

Na edição de 22 de janeiro, dia em que estava previsto o início dos trabalhos da VIII Reunião dos Chanceleres Americanos, a *Tribuna da Imprensa* estampa a inquietação do governador da Guanabara (fundador do jornal que, mesmo afastado, ainda possuía grande prestígio dentro da redação do vespertino carioca) através da destacada manchete: “Lacerda adverte: traição ao país e ao continente”, no qual este acusa em termos moralistas e religiosos os responsáveis pela diplomacia frente ao caso cubano: “Os que hoje tergiversam e sofismam, traem o Brasil quando traem a América, não um país, mas um continente, cuja vocação de fraternidade e paz cristã – isto é, paz com honra e liberdade, a tirania comunista em Cuba ofende e ameaça”<sup>298</sup>. Ao lado desta manchete, um editorial em termos semelhantes: “Traição, ambição e corrupção a serviço do comunismo”, que afirma ter sido o “Itamarati posto em leilão” em razão da “logomaquia do sr. San Tiago Dantas”<sup>299</sup>.

Na página seis, Stefan Baciu, um dos mais prestigiados colunistas da *Tribuna*, reforçando o teor do editorial, comenta que “aparentemente, trata-se de estudar a situação criada pelo governo de Havana”, para em seguida refutar não somente esta tese, mas a defesa da autodeterminação dos povos, diretriz cara à diplomacia da PEI:

Na realidade, porém, trata-se de coisa bem mais grave: o que está acontecendo em Cuba representa o assalto organizado por Moscou a fim de conquistar para o comunismo áreas cada vez mais vastas. Para esta guerra, Cuba representa uma ponta-de-lança, e aqueles que falam em “autodeterminação dos povos” não só omitem, voluntariamente ou não, o verdadeiro sentido do direito de autodeterminação do povo cubano, mas fazem o jogo do totalitarismo soviético.<sup>300</sup>

Na edição do dia 24 de janeiro, o jornal repercute que os “Debates começaram: apenas onze países votarão contra Cuba” e em claro tom de desânimo afirma que após discussões iniciais “já se tornou pouco provável qualquer sanção enérgica” contra o regime de Fidel. Destaca ainda que seria posta em ação “a ‘operação tolerância’, promovida pelo Brasil, visa, agora, acrescentar o voto de Honduras aos oito países (inclusive Cuba) contrários a sanções”.

<sup>297</sup> *Tribuna da Imprensa*, 17 de janeiro de 1962, editorial, p. 4, “O Filho Ingrato”. Grifos meus. Curiosamente no dia anterior, edição de 16 de janeiro, o editorial “O Espírito e a Letra” já havia se referido ao ministro do Exterior do Brasil com os mesmos termos condenatórios: “O sr. San Tiago Dantas é, hoje, um desmemoriado profissional”.

<sup>298</sup> *Tribuna da Imprensa*, 22 de janeiro de 1962, capa, “Lacerda adverte: traição ao país e ao continente”.

<sup>299</sup> *Tribuna da Imprensa*, 22 de janeiro de 1962, capa, editorial, “Traição, ambição e corrupção a serviço do comunismo”.

<sup>300</sup> *Tribuna da Imprensa*, 22 de janeiro de 1962, coluna, p. 6, “Punta del Este”.

Curiosa e não fortuitamente, ao lado dessa manchete foi estampada a foto (Figura 13) “Brasil com Cuba à esquerda”<sup>301</sup> que, através de um jogo de palavras que aproveitava a disposição do ministro do Exterior do lado esquerdo (a partir da ótica do leitor do jornal) da delegação cubana, atrelava o país “à esquerda” do espectro político-ideológico”. Se neste exemplo de fotojornalismo procurou-se estabelecer uma indisfarçável solidariedade de San Tiago Dantas para com Cuba, dois dias depois a *Tribuna* publicaria nova foto (Figura 14), “San Tiago e Rusk, depois das desculpas”, na qual dessa vez via-se um ministro visivelmente contrariado com o discurso do secretário de Estado dos EUA, Dean Rusk:

Figura 13 – Fotojornalismo “Brasil com Cuba à esquerda” (24 de janeiro de 1962, capa)

Figura 14 – Fotojornalismo “San Tiago e Rusk, depois das desculpas” (26 de janeiro de 1962, capa)



Ainda na capa do dia 26 de janeiro, o jornal publica o editorial “O Brasil no beco”. Defende os proprietários da *Tribuna* que o país “durante longos anos manteve uma política exterior que tem sido nas horas boas e nas más o seu padrão de conduta justa e firme”, para em seguida criticar o encaminhamento dado pelos representantes do governo à PEI, indagando se tal diplomacia estaria realmente de acordo com os interesses nacionais: “E qual o benefício para o Brasil? Melhora as condições de vida do seu povo? Acresce o crédito do Brasil em qualquer sentido?”. De modo que conclui, outra vez, dependendo graves acusações ao “cinismo” do ministro San Tiago Dantas e à Política Externa Independente:

Foi preciso que dois [...] fascistas da mocidade viessem a ser ministros do Exterior para que o Brasil atirasse fora todo o crédito que acumulava. [...] O sr. San Tiago Dantas que em moço tinha horror a Rui Barbosa continua com esse horror depois de maduro; pois o que o levou a Punta del Este foi no fundo o desejo de contestar, de considerar superado aquele que disse que “não há neutralidade entre o direito e o crime”. O sr. San Thiago [sic] falando em nome do Brasil – graças a leviandade dos que permitem que tais aberrações ocorram – sustentou ao mesmo tempo que o

<sup>301</sup> Acima da foto há um extenso editorial dando conta exatamente sobre os dois espectros político-ideológicos: “Entre ‘direita’ e ‘esquerda’, o entreguismo de João Goulart”.

regime de Cuba é comunista, que o Brasil considera o comunismo uma ameaça, mas nada quer fazer contra a ameaça. E reconhecendo que o regime de Cuba é comunista pretende que deixe de o ser com preleções ao Fidel Castro. Tudo isso tresanda a hipocrisia. Não é sequer inteligente. É apenas cínico.<sup>302</sup>

O editorialista ainda apresenta uma verdadeira profissão de fé ideológica, acusando a PEI de contrariar os interesses dos EUA (!):

Sob o fundamento de que o Brasil deve ter política própria e independente – como se não fosse essa a política exterior do Brasil de sempre – dois diletantes da pseudo-esquerda, um mergulhado no climatério intelectual outro fiel às suas convicções totalitárias lançou-se o Brasil numa política que *não se convém aos Estados Unidos* muito menos ao próprio Brasil.<sup>303</sup>

No dia 30 de janeiro foi colocado em votação, ao final dos trabalhos da VIII Reunião dos Chanceleres Americanos, o destino de Cuba perante o sistema interamericano. Apesar dos diagnósticos iniciais, o país caribenho, por 14 votos favoráveis (6 abstenções<sup>304</sup> e somente 1 contrário, o da própria Ilha), acaba sendo expulso<sup>305</sup> dos dois organismos máximos das Américas: da Junta Interamericana de Defesa (JID) e da Organização de Estados Americanos (OEA). A delegação brasileira chefiada pelo ministro San Tiago Dantas colocara-se a favor da expulsão de Cuba da JID, mas se contrapôs a sua expulsão da OEA. Foi o suficiente para que a *Tribuna* apresentasse novas e ainda mais profundas objeções à diplomacia e aos representantes da PEI.

No editorial do dia 31 de janeiro, o jornal afirma jubilosamente que a expulsão de Cuba “foi uma vitória das Américas”, ao passo que “a delegação brasileira não cumpriu o seu dever”. Também acusa que a posição brasileira durante a Reunião seria um reflexo notório da realidade doméstica do país, “ameaçado” de um lado por um governo “de pândegos” e do outro pelo aumento das “agitações”<sup>306</sup> e da “infiltração comunista”<sup>307</sup>:

<sup>302</sup> *Tribuna da Imprensa*, 26 de janeiro de 1962, capa, editorial, “O Brasil no beco”.

<sup>303</sup> *Tribuna da Imprensa*, 26 de janeiro de 1962, capa, editorial, “O Brasil no beco”. Grifo meu.

<sup>304</sup> Brasil, Argentina, Chile, México, Equador e Bolívia foram os países que se abstiveram de votar, vendo que seus postulados seriam derrotados pelos demais países favoráveis a expulsão de Cuba.

<sup>305</sup> A expulsão de Cuba dos organismos americanos é publicada na edição do dia 31 de janeiro de 1962 com destaque na manchete “Cuba expulsa por 14 votos da comunidade americana”.

<sup>306</sup> Na edição de 10 de janeiro é veiculado um editorial que critica o comício realizado na Cinelândia pela UNE, uma organização que “continua, infatigavelmente, a serviço dos comunistas e do comunismo”, enquanto que acima dele é publicada a charge de Hilde Weber que dá conta uma bomba lançada por um mascarado manifestante que teria a intenção de promover “agitações extremistas”. *Tribuna da Imprensa*, 10 de janeiro de 1962, p. 4, editorial, “O Comício sem máscaras”.

<sup>307</sup> Essa preocupação já se mostrava presente no editorial de 2 de fevereiro aonde se analisa o pronunciamento do primeiro-ministro Tancredo Neves sobre o “balanço político” do ano de 1961: “Foram vagas as suas considerações a respeito de nossa política exterior – tão vagas que não podem impedir a desconfiança de que o Brasil continue apoiando a infiltração comunista na América Latina, através da ditadura cubana”. *Tribuna da Imprensa*, 02 de janeiro de 1962, p. 4, editorial, “Omissões e Evidências”. Acima desse editorial fora publicada uma charge de Hilde Weber intitulada “A ameaça constante”, na qual vê-se um vulnerável menino mexendo com os seus brinquedos, enquanto que ao fundo a sombra do “tanque comunista” paira sobre a cabeça do menino.

Essa omissão e demissão da política diplomática do Brasil [...] constituíram os reflexos alarmantes de uma conjuntura interna onde a liberdade e a democracia vivem ameaçadas pela subversão e a violência. Procedendo como procedeu, em Punta del Este o governo brasileiro revelou, à consciência continental, o seu perigo interno.<sup>308</sup>

Um dia antes da votação que resultou na expulsão de Cuba da OEA, a *Tribuna* diz sem “nenhuma dúvida” que “a política exterior do Brasil está sendo fragorosamente derrotada em Punta del Este” e que o governo foi “derrotado quer em sua atuação diplomática quer no tocante aos postulados que defendia”, referindo-se à tese da autodeterminação dos povos que foi oferecida para tratar do caso cubano. A derrota da PEI, “em contrapartida”, representaria “uma vitória do Brasil e do Hemisfério. É uma vitória da democracia contra o comunismo, que se valia da delegação brasileira para estender o seu processo de agressão ideológica contra a América”<sup>309</sup>.

Essa “omissão” e “derrota” da diplomacia brasileira teria explicação, em parte, por causa das “rabulices do sr. San Tiago Dantas”<sup>310</sup>, na medida em que “nunca o Brasil foi tão humilhado, no exterior, por um brasileiro”. A destruição da tradição brasileira em matéria internacional começara na administração do governo passado e tivera sua conclusão em Punta del Este: “o que o sr. Arinos começou o sr. San Thiago Dantas acabou”<sup>311</sup>.

Essa representação extremamente negativa, a um só momento, da PEI e de seu líder está contida na *charge* de Hilde Weber na edição do dia 29 de janeiro. Nela (Figura 15), vemos um apressado e esbugalhado San Tiago Dantas aconselhando o caminho que uma mulher esbelta e bem vestida<sup>312</sup> deveria seguir (perceba a mão esquerda do ministro e seu dedo indicador). Entretanto, o teor crítico da caricatura é que o caminho indicado pelo ministro do Exterior levava a bela mulher ao precipício. Essa leitura torna-se mais evidente com o título “salto mortal”, sendo que esse salto seria “só para um”. Ou seja, Hilde retrata que apesar de “abusar da ignorância” e dos riscos assumidos pelo “jacu”<sup>313</sup> San Tiago Dantas, a única vítima ao final da Reunião dos Chanceleres Americanos fora a diplomacia brasileira, como é defendido no editorial do dia 5 de fevereiro: “O Brasil externamente está desfeito,

<sup>308</sup> *Tribuna da Imprensa*, 31 de janeiro de 1962, p. 4, editorial, “A Expulsão”.

<sup>309</sup> *Tribuna da Imprensa*, 31 de janeiro de 1962, p. 4, editorial, “A Expulsão”.

<sup>310</sup> *Tribuna da Imprensa*, 31 de janeiro de 1962, p. 4, editorial, “A Expulsão”.

<sup>311</sup> *Tribuna da Imprensa*, 30 de janeiro de 1962, capa, editorial, “A lição de Punta del Este”. A desilusão era tão grande com o encaminhamento da PEI que neste episódio da VIII Reunião nem o ministro do Exterior do governo Quadros fora poupado das críticas do jornal carioca, o que havia acontecido na conjuntura de condecoração de Che Guevara.

<sup>312</sup> Infelizmente, dada a baixa resolução da imagem, não foi possível desvendar o texto escrito na faixa da mulher, mas acreditamos que a chargista tenha se referido diretamente à atuação do Brasil durante a VIII Reunião de Chanceleres Americanos.

<sup>313</sup> *Tribuna da Imprensa*, 07 de fevereiro de 1962, capa, editorial, “O jacu de Punta del Este”.

pela indignidade do sr. San Thiago Dantas [sic], que por vaidade e depravação intelectual anulou cem anos de História”<sup>314</sup>.

Figura 15 – Charge (Hilde) “Salto Mortal – Só Para Um” (29 de janeiro de 1962, p. 4)



A Reunião estabeleceu a expulsão de Cuba da JID e da OEA, mas a ilha continuava preocupando os países do continente. O processo revolucionário cubano, iniciado em 1959 e declarado “socialista” e “marxista-leninista” em 1962 por um triunfante Fidel Castro, se aprofunda. Nos meses subsequentes à Conferência, Cuba, previda pelo temor de sofrer novas invasões e intervenção em seus assuntos internos, daria continuidade ao seu projeto militar de defesa. Até que em outubro um novo episódio abalaria a comunidade internacional: a Crise dos Mísseis balísticos soviéticos em solo cubano.

### 3.6 Crise dos Mísseis: a “bomba cubana” sobre a PEI

A Guerra Fria torna-se quente nas águas do Caribe. No dia 22 de outubro, um inquieto presidente John Kennedy realiza um pronunciamento oficial no qual mostra em rede nacional fotos de pilotos do avião estadunidense U-2 quando os mesmos realizavam manobras

<sup>314</sup> *Tribuna da Imprensa*, 05 de fevereiro de 1962, capa, editorial, “Plano Cohen (Bis) e guerra civil”.

regulares sobre o território cubano. As fotografias foram tiradas no dia 14 de outubro e evidenciam “diversas bases de mísseis nucleares sendo construídos em Cuba”<sup>315</sup>.

John Kennedy tomou conhecimento da situação no dia 16 de outubro, sendo que nos dias posteriores o governo dos EUA estivera reunido para decidir entre duas alternativas: a invasão de Cuba ou o estabelecimento de um bloqueio marítimo que cercasse a ilha, em uma espécie de “quarentena”<sup>316</sup>. Esta última opção foi escolhida por Washington, pouco antes do discurso de Kennedy, e na edição do dia seguinte, 23 de outubro, a *Tribuna da Imprensa* repercutiu em destacada manchete: “Kennedy manda cercar Cuba: Alerta nos EUA”<sup>317</sup>.

Entretanto, diferente dos episódios anteriores analisados por essa pesquisa, o jornal não publicara nenhum editorial e nenhuma *charge* que tivesse como referência a Crise dos Mísseis. Temos uma hipótese: no início do ano de 1962, mais precisamente na edição do dia 24 de fevereiro de 1962, os proprietários do vespertino informam a situação financeira calamitosa da empresa através da nota “A TRIBUNA aos leitores acionistas e anunciantes”. Diz o texto que “durante doze anos a TRIBUNA DA IMPRENSA lutou sozinha”, entretanto “as dificuldades de manter um jornal limpo e independente agravaram-se, nos últimos tempos”. Negando-se “recorrer a meios escusos”, “transformando este jornal num instrumento de interesses inconfessáveis”, a solução encontrada pela família Lacerda foi a associação com Manuel Francisco do Nascimento Brito, à época diretor do *Jornal do Brasil*, tornando-se membro da Sociedade Editora Tribuna da Imprensa. A nota assinada por Carlos Lacerda, pelo seu filho Sergio e pelo M. F. Nascimento Brito finaliza fazendo votos pela pronta recuperação do *Tribuna*, para que “viva e reformada”, pudesse enfrentar “os perigos do presente” e servir “à democracia e ao progresso do Brasil”<sup>318</sup>.

A entrada de M. F. Nascimento Brito promoveria uma reforma técnica e gráfica na empresa *Tribuna da Imprensa*. No que se refere propriamente ao jornal, além da alteração do logotipo, as principais mudanças se dão na supressão dos editoriais<sup>319</sup>, que representavam a “voz oficial” do jornal, e das *charges* de Hilde Weber. Todavia, mesmo sem a possibilidade de se investigar as produções destes dois importantes tipos de materiais jornalísticos,

<sup>315</sup> DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **Questão de Cuba: a Política Externa Independente e a Crise dos Mísseis**. 379 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. p. 19.

<sup>316</sup> Idem. p. 19.

<sup>317</sup> *Tribuna da Imprensa*, 23 de outubro de 1962, capa, “Kennedy manda cercar Cuba: Alerta nos EUA”.

<sup>318</sup> *Tribuna da Imprensa*, 24-25 de fevereiro de 1962, capa, “A TRIBUNA aos leitores acionistas e anunciantes”.

<sup>319</sup> De acordo com as nossas pesquisas, os editoriais somente voltam as páginas da Tribuna da Imprensa a partir de fins do ano de 1963.



compreendemos que os jornais “falam pela boca dos outros”<sup>320</sup>: isto é, em que pese a inexistência dos editoriais, através da veiculação das manchetes, das colunas políticas, das reportagens das sucursais e das matérias das agências de notícias internacionais, além da própria disposição (consciente) desses materiais<sup>321</sup> ao longo das páginas e dos cadernos internos, o periódico invariavelmente pauta o seu posicionamento diante dos fatos que publicita e repercute<sup>322</sup>.

Voltemos à análise da postura brasileira perante a Crise dos Mísseis no jornal. Ainda na edição do dia 23 de outubro, a *Tribuna* anuncia na capa a oposição do presidente João Goulart à quarentena estabelecida pelo governo dos EUA: “Goulart contra o bloqueio”<sup>323</sup>. Já na edição de 24 de outubro, o jornal publica, igualmente na primeira página, que definira o “Brasil pelo bloqueio e contra a força”<sup>324</sup>, isso porque ainda na noite do dia 23 as delegações dos países americanos se reuniram e, por 19 votos e uma abstenção, o Conselho da OEA aprovava uma resolução que autorizaria “os Estados Unidos a empregarem a força armada para impedir que Cuba receba material bélico ofensivo do bloco soviético”<sup>325</sup>.

A posição brasileira havia mudado em menos de 24 horas. Antes contrária ao uso da força e mesmo do estabelecimento do bloqueio marítimo, agora ela passava a aceitar o segundo. Entretanto, mantinha-se intransigente quanto ao emprego de forças militares para resolução da questão cubana: o Brasil, quando chamado a votar essa matéria, se absteve “por lamentar que a resolução que propugna ‘impedir que os foguetes de Cuba jamais se convertam em uma ameaça ativa’ não explica por que meios se deve proceder à sua aplicação”<sup>326</sup>.

No dia 25 de outubro, três dias após a divulgação por Kennedy das fotos das bases de lançamento em Cuba, a *Tribuna da Imprensa* dá destaque na capa à manifestação de um

<sup>320</sup> DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **A Política Externa Independente é notícia**: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do jornal *Correio do Povo* (novembro de 1961). 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. p. 199.

<sup>321</sup> Como destaca Tania de Luca, “é importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que *nada têm de natural*”, devendo-se da mesma forma “atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de *intenções e expectativas*, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus representantes”. LUCA, Tania Regina de. *A História do, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 132, p. 140. Grifos meus.

<sup>322</sup> Um exemplo disso é encontrado na nota sobre a reforma no jornal, que em certa altura, afirma: “Carlos Lacerda, tão logo o permitam os seus trabalhos de governador, continuará a escrever na TRIBUNA os seus artigos, *no jornal cuja marca continua a ser sua*” *Tribuna da Imprensa*, 24-25 de fevereiro de 1962, capa, “A TRIBUNA aos leitores acionistas e anunciantes”. Grifos meus.

<sup>323</sup> *Tribuna da Imprensa*, 23 de outubro de 1962, capa, “Goulart contra o bloqueio”.

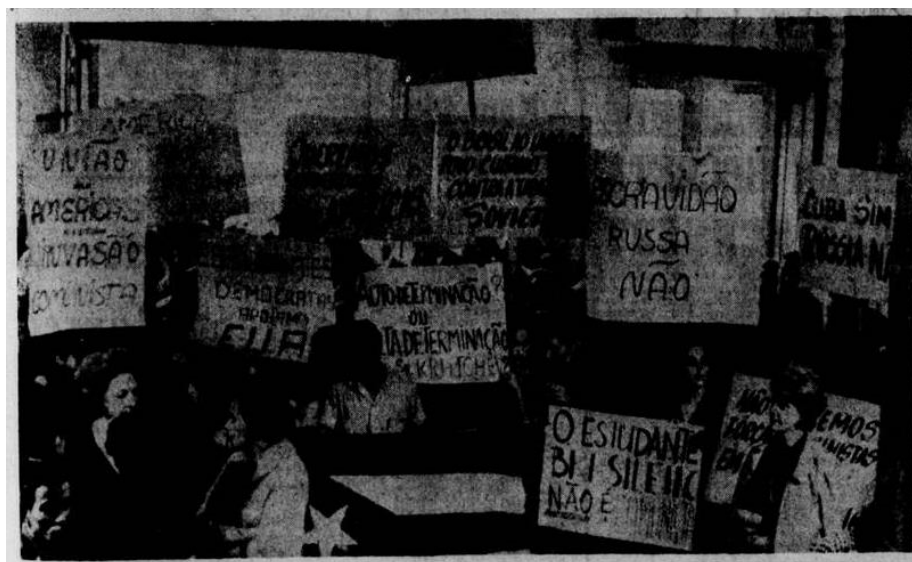
<sup>324</sup> *Tribuna da Imprensa*, 24 de outubro de 1962, capa, “Goulart pelo bloqueio e contra força”.

<sup>325</sup> *Tribuna da Imprensa*, 24 de outubro de 1962, p. 2, “OEA autoriza uso de força”.

<sup>326</sup> Idem.

grupo de mulheres integrantes da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) que se deslocaram para Brasília a fim de protestar contra a PEI. A foto desse protesto foi publicada pelo jornal sob o título de “Bloqueio de Cuba agita o Brasil”, no qual cita que “duzentas senhoras” estavam profundamente contrariadas com a posição brasileira cerca da Crise dos Mísseis. Elas portavam cartazes com frases de efeito em forte tom conservador e anticomunista: “Escravidão russa não”; “O estudante brasileiro não é comunista”; “Cuba sim, Rússia não”; “União das Américas contra a invasão comunista”; “Democratas apoiam os EUA”; e “Autodeterminação ou [...]tadeterminação?”<sup>327</sup>.

Figura 16 – Fotojornalismo “Bloqueio de Cuba agita o Brasil” (25 de outubro de 1962, capa)



Na página três do caderno interno a *Tribuna* daria espaço para a opinião do deputado Herbert Levy, à época presidente nacional da UDN e um dos principais nomes da oposição ao governo João Goulart e a Política Externa Independente. Alega Levy que a nota do governo é “totalmente inepta, senão ridícula”, complementando o udenista que “ou nós estamos vinculados ao mecanismo de segurança coletiva definido nos Pactos do Rio de Janeiro e de

<sup>327</sup> *Tribuna da Imprensa*, 25 de outubro de 1962, capa, fotojornalismo, “Bloqueio de Cuba agita o Brasil”. Na última frase, que não pode ser lida em razão de uma participante estar na frente do cartaz, questiona-se um dos principais fundamentos da PEI aplicada ao caso cubano, qual seja: o princípio da autodeterminação dos povos. Na página três o jornal ainda publicaria que as senhoras “defendiam a libertação de Cuba do domínio soviético”, tendo as mesmas gritado “Basta!” quando escutaram do chanceler Hermes Lima que o Brasil não apoiaria uma ação militar contra o regime de Fidel Castro. *Tribuna da Imprensa*, 25 de outubro de 1962, p. 3, “Cuba no Itamarati. Bloqueio de senhoras: Hermes Lima passa mal”.

Bogotá, que prevêm [sic] não só o bloqueio como até mesmo a invasão armada, ou nada temos com esses compromissos”<sup>328</sup>.

A edição do dia 26 de outubro continua dando atenção ao impacto da Crise no Brasil. Os títulos das matérias não são nada positivos: “Atravessa sua hora de decisão a política externa do Brasil”; “Hermes Lima só fala quando Ilmar [Penna Marinho, chefe da delegação do Brasil na OEA], chegar”; “Brizola pode romper com Jango por causa de Cuba”; “UDN e PSD: ação comum na Câmara sobre Cuba”<sup>329</sup>.

É também dessa edição que apresentar-se-á outro importante comentário crítico à posição brasileira. Com letras garrafais a *Tribuna* publica: “Presidente do Instituto dos Advogados: VOTO DO BRASIL FOI INCOERENTE”. Negando qualquer tipo de ilegalidade a Carta da OEA, o representante do IAB, Celestino de Sá Freire Basílio, enfatiza que “o bloqueamento de Cuba está sendo feito em rigorosa observância ao Pacto do Rio de Janeiro e não oferece perigo”, de maneira que a posição do Itamarati “a favor do bloqueio e ao mesmo tempo defendendo a autodeterminação dos povos”<sup>330</sup>, na opinião de Freire Basílio, “não condiz com a linha política que o Brasil vinha tomando”<sup>331</sup>. Ou seja, se antes o jornal dera espaço privilegiado para uma liderança parlamentar conservadora criticar a solução brasileira em termos eminentemente político-ideológico, agora a *Tribuna da Imprensa* divulgava uma vigorosa contestação àquela diplomacia em termos técnico-jurídicos. A fala do presidente do Instituto dos Advogados revestia-se com um discurso de autoridade, posto que umas das organizações máximas do Direito brasileiro desferia um duro golpe contra a PEI.

Por fim, no dia 27 de outubro a *Tribuna* dá destaque há uma suposta interferência direta do presidente João Goulart no voto que definira a posição do Brasil perante a Crise dos Mísseis, novamente utilizando-se de letras garrafais e em negrito: “VOTO DO BRASIL NA OEA FOI DITADO POR JANGO”. Apesar de no corpo do texto a matéria, não assinada, informar que as resoluções foram votadas “em obediência irrestrita às instruções que recebeu do premier Hermes Lima e o presidente João Goulart”<sup>332</sup>, a chamada do impactante título produz a percepção de que fora somente Goulart – e não também Lima –, o responsável único

<sup>328</sup> *Tribuna da Imprensa*, 25 de outubro de 1962, p. 3, “Levy: nota do governo é ridícula”. O vespertino carioca, sem se comprometer oficialmente através de editorial, isto é, “falando pela boca dos outros”, dá publicidade ao ponto de vista de um importante parlamentar conservador e ideologicamente favorável ao uso de força militar contra Cuba em razão da Crise dos Mísseis.

<sup>329</sup> *Tribuna da Imprensa*, 26 de outubro de 1962, p. 3. As reportagens estão dispostas na página três, praticamente toda ela reservada ao debate sobre o impacto da Crise dos Mísseis no Brasil.

<sup>330</sup> Novamente vê-se aqui a crítica direta à essa importante diretriz da PEI, neste caso realizada por uma autoridade do Direito brasileiro, dando ainda maior expressividade a condenação da tese da autodeterminação.

<sup>331</sup> *Tribuna da Imprensa*, 26 de outubro de 1962, p. 3, “Presidente do Instituto dos Advogados: Voto do Brasil foi incoerente”.

<sup>332</sup> *Tribuna da Imprensa*, 27-28 de outubro de 1962, p. 3, “Voto do Brasil na OEA foi ditado por Jango”.

e direto do posicionamento brasileiro durante a votação no plenário da OEA. O ponto fundamental é que no regime parlamentarista a prerrogativa da política externa de um país pertence ao ministro do Exterior e ao Conselho de Ministros (à época ambos os cargos exercidos por Hermes Lima), de maneira que impingir somente ao presidente o ônus da medida é algo que demonstra uma clara intencionalidade do periódico de aproximar João Goulart e a Política Externa Independente ao espectro das esquerdas e do comunismo internacional – no presente caso, representado nas Américas pela experiência revolucionária de Cuba.

#### 4 DA SUSPEIÇÃO À OPOSIÇÃO CONSERVADORA: A PEI N' O ESTADO

Eu continuo a ver a política exterior do Brasil pelo mesmo prisma de sempre, isto é [...]: apoiar cem por cento os Estados Unidos seja em que terreno for.

*Júlio de Mesquita Filho*<sup>333</sup>

O jornal *O Estado de S. Paulo* recebe com esperança a eleição de Jânio Quadros no último pleito de outubro de 1960. A razão era clara: Quadros havia derrotado nas urnas um projeto político – representado pela chapa PSD-PTB – que o jornal da família Mesquita criticara desde o início da Revolução de 1930, como fica evidente no primeiro editorial que *O Estado* tratou sobre a eleição de Quadros, considerando o seu discurso de posse como “oração primorosa”:

As palavras do novo presidente não poderão deixar de calar fundo na consciência nacional. O País readquiriu finalmente a consciência de ter na Presidência da República quem saiba interpretar, com fidelidade e justeza, o sentir daquela parcela do Brasil que jamais pactuou com as irregularidades e desmandos que caracterizaram a nossa vida pública nestes últimos trinta anos.<sup>334</sup>

No editorial do dia seguinte, “prossequindo na análise do primeiro discurso oficial do novo presidente da República”, *O Estado* celebra o “inteligente estudo” que Jânio Quadros fizera das “deturpações a que tem sido submetidas as ideias que em tempos inspiravam as esquerdas revolucionárias”, suposta “fonte inspiradora do falso nacionalismo, ao qual atribuem virtudes de panaceia capaz de transformar este vale de lágrimas em novo paraíso”. De maneira a evidenciar a cultura política udenista do jornal da família Mesquita, o editorial complementa que a vitória de Quadros revigoraria as teses do liberalismo, do tradicionalismo e da moralidade nos rumos da nação:

A vitória de 3 de outubro colocou a democracia liberal na ofensiva. O Brasil permanecerá rigorosamente fiel as suas tradições e intransigentemente defensor dos postulados morais que herdou dos seus maiores. É o que explicitamente afirma, sem reboços, no seu primeiro contacto oficial com a opinião pública brasileira, o chefe do Executivo nacional.<sup>335</sup>

<sup>333</sup> Carta datada de 24 de julho de 1940. In: MESQUITA FILHO, Ruy. **Cartas do exílio**: a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006. p. 200.

<sup>334</sup> *O Estado de S. Paulo*, 2 de fevereiro de 1961, p. 3, editorial, “A filosofia de 3 de outubro”.

<sup>335</sup> *O Estado de S. Paulo*, 4 de fevereiro de 1961, p. 3, editorial, “O sr. Janio Quadros e o caso ‘Santa Maria’”.

#### 4.1 A PEI de Quadros à “moda hindu”

Entretanto, no editorial do dia 4 de fevereiro o jornal já apresentaria suas primeiras hesitações quanto ao projeto político de Quadros. Na percepção d’*O Estado*, o presidente não estaria dando a atenção necessária para os problemas do mundo, resultando nas “tíbiezas” e “vacilações” de Quadros frente à solução do episódio do navio Santa Maria, tendo feito “o mínimo que poderia fazer, concedendo asilo político aos corajosos revolucionários ibéricos e determinando providências para a devolução do navio aos armadores seus proprietários”. O pronunciamento sobre Cuba também oportunizou a crítica do jornal: “Em seu discurso, aludiu s. exa. aos acontecimentos de Cuba em termos que indubitavelmente não agradaram a muitos que o ajudaram na escalada à suprema curul do Estado”<sup>336</sup>. Ainda no editorial de 3 de fevereiro, *O Estado* critica o não tratamento sobre os EUA:

Não obstante, a despeito de a maioria de tais credores ser dos Estados Unidos, nem uma palavra s. exa. dedicou à nossa aliança com aquele país. Tampouco se referiu à revolução que ali se opera sob a nova administração do sr. Kennedy. [...] Essa omissão no discurso de s. exa. é um contra senso. [...] Para nós, entretanto, ela representa uma lamentável quebra da harmonia de um dos mais belos discursos que discursos que sua exa. pronunciou em toda a sua rápida e fulgurante carreira política.<sup>337</sup>

Essa “omissão” e “vacilação” no discurso de posse do presidente teriam configurado para os produtores do jornal um preocupante quadro geral acerca do governo Quadros e de sua política externa:

A política internacional não parece ser o forte do atual governo. Já no excelente discurso que dirigiu à Nação, logo após a sua posse, o presidente Jânio Quadros foi extremamente parcimonioso nas referências à posição que a sua administração pensa tomar em face dos acontecimentos que neste momento agitam a humanidade. Depois de tão brilhante profissão de fé democrático-liberal em relação à política interna do Brasil, entendeu s. exa. reduzir as suas declarações sobre política exterior a algumas frases inócuas e inexpressivas.<sup>338</sup>

Além de Cuba e dos EUA, as questões envolvendo o contato do Brasil com a URSS e os demais países socialistas logo ganharam a atenção do jornal. Isso porque no dia 3 de fevereiro o presidente Jânio solicitou ao ministro do Exterior Afonso Arinos, via memorando<sup>339</sup>, o restabelecimento de relações diplomáticas e comerciais, no grau de legação, com três países comunistas do Leste Europeu: Bulgária, Hungria e Romênia. Essa solicitação

<sup>336</sup> *O Estado de S. Paulo*, 4 de fevereiro de 1961, p. 3, editorial, “O sr. Janio Quadros e o caso 'Santa Maria’”.

<sup>337</sup> *O Estado de S. Paulo*, 3 de fevereiro de 1961, p. 3, editorial, “Ainda o discurso do sr. Janio Quadros”.

<sup>338</sup> *O Estado de S. Paulo*, 4 de fevereiro de 1961, p. 3, editorial, “O sr. Janio Quadros e o caso 'Santa Maria’”.

<sup>339</sup> FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Cadernos do CHDD*. Brasília: FUNAG/CHDD, ano V, n. 8, 2006. p. 319.

presidencial já havia sido divulgada numa pequena nota<sup>340</sup> pela sucursal de Brasília de *O Estado* e o editorial do dia 5 de fevereiro se aprofundará no assunto.

Com o título “O Brasil e as nações comunistas”, o texto se ateve a duas grandes argumentações: o sentido comercial e o sentido político-diplomático. Com relação ao primeiro sentido, enfatiza *O Estado* que o reatamento não surtiria efeitos positivos para a economia brasileira, apoiando-se nos contatos comerciais de outrora:

Parece-nos já ter ficado suficientemente demonstrado pelos nossos economistas que as perspectivas de comércio abertas ao Brasil nos países do bloco comunista são praticamente insignificantes. Se a própria Rússia [...] não logrou ir além de 25 milhões de dólares em um ano no acordo comercial que estabeleceu conosco, que mais se pode esperar de países como a Hungria, a Romenia e a Bulgária, com menos possibilidades de compra e venda?<sup>341</sup>

Com relação ao sentido diplomático do ato, inicialmente o jornal denuncia que a URSS “faz dos seus tratados comerciais uma espécie de trampolim para arremetidas políticas” para destacar a diferenciação da economia nos regimes capitalista e comunista que, em tom de alerta, deveria ser levado em consideração pelas autoridades brasileiras:

O mercado dos países comunistas dismilingue ou aumenta consoante as conveniências políticas, e não as leis normais da oferta e da procura. Enquanto no mundo ocidental a escala do consumo se rege pelo poder aquisitivo das populações, no mundo comunista, onde os interesses do Estado se sobrepõem aos interesses dos cidadãos, o consumo é orientado exatamente para os setores onde ao Estado convenha que a oferta se intensifique. Ora, não é de crer que pelo simples prazer de nos agradarem, as autoridades daqueles países se empenhem em estimular o consumo dos produtos que temos para lhes vender.<sup>342</sup>

Feito este diagnóstico, o jornal apresenta sua posição oficial, na qual diz que “não vemos, por consequência, onde resida o interesse” pelo reatamento com os países comunistas – “países tacitamente em guerra com o mundo democrático”. Mais do que não enxergar vantagens comerciais, *O Estado* traça um quadro de inquietação de ordem ideológica, reafirmando seus princípios conservadores e anticomunistas:

O propósito, na sua aparência desempoeirado e tolerante do governo do sr. Jânio Quadros, inquieta-nos. E inquieta-nos, sobretudo, porque temos razões para temer que ele obedeça menos às conveniências econômicas do Brasil do que aos efeitos demagógicos da medida em determinados setores politiqueros. O reatamento de relações comerciais e diplomáticas com os países do bloco soviético tem servido, a numerosos governos, de método para alcançarem momentânea pacificação nas alas extremistas. Mas o que daí tem resultado também, em muitos casos, são focos de agitação mais difíceis de controlar. No caso particular que nos ocupa, atemoriza-nos sinceramente que, em vez de relações comerciais, venhamos a cair no reatamento de

<sup>340</sup> *O Estado de S. Paulo*, 4 de fevereiro de 1961, p. 6, sucursal, “Relações com a Hungria, Romênia e Bulgária”.

<sup>341</sup> *O Estado de S. Paulo*, 7 de fevereiro de 1961, p. 3, editorial, “O Brasil e as nações comunistas”.

<sup>342</sup> *O Estado de S. Paulo*, 7 de fevereiro de 1961, p. 3, editorial, “O Brasil e as nações comunistas”.

relações diplomáticas com nações de quem temos mais prejuízos do que benefícios a esperar.<sup>343</sup>

O jornal da família Mesquita mantém-se preocupada e hesitante perante a nova política externa de Jânio. Suspeição que se intensifica a partir do final do mês de fevereiro. A principal razão para essa desconfiança fora uma entrevista do ministro do Exterior Afonso Arinos para a imprensa no dia 24 desse mês, quando defendera que “a ampliação e a reformulação da política exterior do Brasil corresponde à gradativa importância que o país vem obtendo no mundo e ao seu desejo de contribuir para a obra comum de consolidação da paz mundial, sem que isso implique uma modificação dos compromissos assumidos, sobretudo, no âmbito continental”<sup>344</sup>. A busca da paz e da coexistência pacífica configurar-se-iam como uma das principais diretrizes da diplomacia que ficaria conhecida como PEI, entretanto, *O Estado* critica este posicionamento de Arinos, discordando veementemente que a coexistência possa ser alcançada entre os dois blocos ideológicos:

Sabido como é que o mundo se encontra atualmente dividido em dois blocos antagônicos, ambos de concepções e objetivos diametralmente opostos, vem talvez a pelo perguntar para que espécie de paz e em que parcela do mundo se propõe contribuir a política externa brasileira. Para as conciliar a ambas, certamente que não; porque os obstáculos a tal conciliação não se levantam no mundo democrático; levantam-se exatamente naqueles países onde o arbítrio e a prepotência se opõem à livre manifestação das ideias e tendências dos respectivos cidadãos.<sup>345</sup>

A recusa dos proprietários do jornal à coexistência entre o “mundo livre” ocidental e o “arbítrio” comunista também é defendida sob bases moralistas, através da qual *O Estado* diz estar “inteiramente com o arcebispo do Rio de Janeiro e não com o ministro das Relações Exteriores do Brasil”:

Mas abstraindo dos perigos que daí nos possam resultar, há ainda o aspecto moral do problema. Como judiciosamente lembrou S. E. o cardeal D. Jaime Câmara, que juízo irão fazer de nós os milhões de católicos e democratas da Hungria, da Polônia, da China e da própria Rússia, sabendo-nos dispostos a estabelecer relações com os seus verdugos? Mais ainda: que autoridade moral podemos ter para incutir no povo brasileiro constância e fidelidade aos princípios democráticos se os seus próprios

---

<sup>343</sup> *O Estado de S. Paulo*, 07 de fevereiro de 1961, p. 3, editorial, O Brasil e as nações comunistas. Por essa razão e imerso no conflito entre os dois blocos antagônicos, o jornal ao final desse editorial retira a autoridade da presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores em matéria de política internacional, solicitando que o governo procurasse escutar a posição de órgãos civis e militares voltados a questão da Segurança Nacional: “O que a prudência nos parece aconselhar é que, além dos economistas, cujas conclusões não são as que mais militam a favor de tal reatamento, se ouçam também os responsáveis pela segurança do País. Tanto o Estado-Maior das Forças Armadas, como o Conselho de Segurança Nacional, são entidades cuja opinião é imprescindível ouvir sobre o assunto”.

<sup>344</sup> FRANCO, Álvaro da Costa (org.). **Documentos da Política Externa Independente**. Volume I. Brasília: FUNAG-CHDD, 2007. pp. 40-41.

<sup>345</sup> *O Estado de S. Paulo*, 26 de fevereiro de 1961, p. 3, editorial, “O novo rumo da política exterior”.



administradores e representantes lhe dão na prática exemplos absolutamente contrários?<sup>346</sup>

Por fim, o editorialista faz um diagnóstico extremamente negativo da nascente Política Externa Independente, isto é, da diplomacia que defendia a luta pela paz e uma maior aproximação com os países do mundo, inclusive socialistas, para incremento do comércio brasileiro: “Estamos indo longe demais nessa política suicida. E a dispor o governo também a incorrer nela, não vemos que outras forças morais ou materiais nos impeçam de cair em tragédias semelhantes às de Cuba e às da Hungria”<sup>347</sup>.

O posicionamento das forças armadas brasileiras perante a temática de aproximação diplomática com os países comunistas também é analisada pelo *O Estado de S. Paulo*. Publicado na edição do dia 10 de março de 1961, o editorial deter-se-á na palestra do general Cordeiro de Farias, referente à aula inaugural da Escola Superior de Guerra. O editorialista recebe com entusiasmo a “afirmação clara e categórica” do militar, enfatizando que “o Brasil, no entender do chefe do EMFA, permanecerá absolutamente fiel à palavra empenhada e, em particular, à sua aliança com os Estados Unidos”. O jornal da mesma forma comemora que as Forças Armadas, complementando “a ação presidencial e o trabalho do Itamarati”, passariam a exercer “uma vigilância necessária contra a expansão comunista ou o avanço das ideias revolucionárias recebidas de Cuba”. Segundo *O Estado*, arvorando-se como intérprete daquilo que chamada de opinião pública brasileira, “era exatamente o que a Nação desejava ouvir”, posto que “o Brasil não podia admitir que a insidia bolchevista continuasse a ganhar terreno, minando os nossos dispositivos de defesa e levando-nos, inclusive, a faltar aos compromissos internacionais que assumimos”, concluindo o editorial filiando o Brasil ao conjunto de países do Ocidente e desferindo duras críticas aos formuladores da Política Externa Independente, isto é, o presidente Jânio e o ministro Arinos:

O desenvolvimento econômico e social do Brasil nos últimos vinte anos processou-se inteiramente à margem de quaisquer contatos ou relações com nações estranhas à esfera democráticas. Tudo o que somos e valemos hoje devemos-lo, tão somente, ao nosso esforço e à cooperação dos países ao lado dos quais nos temos visto sempre ao longo da nossa história. Sendo assim, só por tacanhez de entendimento ou errada interpretação do papel que nos cabe desempenhar no mundo, poderíamos cair na asneira de comprometer o presente e o futuro com o reatamento de laços que só nos podem enforcar.<sup>348</sup>

<sup>346</sup> *O Estado de S. Paulo*, 26 de fevereiro de 1961, p. 3, editorial, “O novo rumo da política exterior”. Já na reportagem da edição de 19 de fevereiro *O Estado* anunciara que D. Jaime Câmara divulgaria uma nota “delicadamente contra” o reatamento diplomático do Brasil com os países socialistas. *O Estado de S. Paulo*, 19 de fevereiro de 1961, p. 4, “Posição da Igreja ante o reatamento”.

<sup>347</sup> *O Estado de S. Paulo*, 26 de fevereiro de 1961, p. 3, editorial, “O novo rumo da política exterior”.

<sup>348</sup> *O Estado de S. Paulo*, 10 de março de 1961, p. 3, editorial, “As forças armadas e a nossa política exterior”. Curiosamente nessa mesma página 3, o jornal publica, afastando-se do teor crítico do editorial, que a UDN, partido de Afonso Arinos, se solidariza com o ministro do Exterior. O deputado Aduino Lucio Cardoso, em

O sentimento de suspeição que já estava presente em fevereiro nas páginas opinativas de *O Estado de S. Paulo* ficará ainda mais forte a partir do mês de abril. No editorial do dia 4 de abril, sob o título de “A vitória está nas mãos do presidente”, o jornal alerta que Jânio Quadros precisa “distinguir exatamente entre as seduções falazes do que o empurram para aventuras que o Brasil de hoje condena e repudia e a lealdade dos que desinteressadamente se colocam a seu lado na defesa de uma política radicada nas nossas mais caras tradições”, deixando claro, entretanto, sua inconformidade com uma suposta mudança de postura do Jânio candidato para o agora Jânio presidente e inclusive aponta uma receptividade negativa da PEI por parte de alguns países. Diz o texto:

Que s. exa. andou mal em pretender desvencilhar-se de uma companhia que se lhe afigurou comprometedora e molesta, provam-no os revesses que a sua nova orientação lhe acarretou. Primeiro foram as reservas e suspeitas que, nos Estados Unidos e na Europa, cercaram a missão dos seus embaixadores especiais ao Velho Continente e à grande Republica do Norte.

O editorial segue a análise afirmando que o país, erroneamente, estaria se aproximado de países do Movimento Neutralista:

A atmosfera de compreensão que os seus representantes [i.e: os embaixadores especiais] encontrariam, sem dúvida, nas capitais do Ocidente europeu e em Washington, caso s. exa. a partir do primeiro dia do seu governo tivesse levado em consideração a delicada situação do Brasil em face dos seus credores, toldou-a s. exa. com os seus acenos a Cuba, à Iugoslávia e ao Egito do sr. Nasser, infundindo desconfiança e receio precisamente naqueles países sem cuja colaboração jamais poderemos pensar em restabelecer o equilíbrio nas nossas finanças e na nossa economia.<sup>349</sup>

Esses “acessos” de Jânio aos três países citados no excerto acima inclusive já haviam sido trabalhados anteriormente pela chargista Hilde Weber. No dia 10 de março é publicada a primeira *charge* (Figura 17) na qual o presidente e sua política externa são retratados nas páginas do *Estado de S. Paulo*, onde vê-se os líderes indiano Jawaharlal Nehru, o egípcio Gamal Abdel Nasser, o indonésio Sukarno, o iugoslávio Josip Broz Tito, o cubano Fidel Castro e o brasileiro Jânio Quadros. A crítica de Hilde Weber coloca Nehru como um domador de cobras, na qual os “reptéis” do Egito, da Iugoslávia, da Indonésia e de Cuba estão dominados pela “música neutralista” que sai da flauta do líder indiano, daí o título da *charge* “Moda Hindu”. Se é bem verdade que, diferente dos demais, Quadros ainda apresenta uma

---

nome dos udenistas, ainda afirma que: “Colaboramos nessa política [externa] de justiça aos povos subdesenvolvidos, entre eles o povo cubano, que o atual chanceler foi ver e visitar. Enquanto tivermos o sr. Afonso Arinos como representante de nosso partido na Secretaria de Estado [sic], ninguém tem o direito de duvidar de nossa integral adesão àquilo que antes de ser posto na pregação política do sr. Jânio Quadros já constituía um postulado de nosso programa”. *O Estado de S. Paulo*, 10 de março de 1961, p. 3, Solidariza a UDN com o ministro do Exterior.

<sup>349</sup> *O Estado de S. Paulo*, 4 de abril de 1961, p. 3, editorial, “A vitória está nas mãos do presidente”.

posição acanhada dentro do pote, como se estivesse indeciso quanto a aderir ou não Neutralismo, somente o fato do presidente ter sido retratado ao lado dessas lideranças que não se alinhavam automaticamente à política externa dos EUA já demonstra a suspeição para com a PEI do governo Jânio que afligia tanto a chargista quanto a família Mesquita, proprietária do jornal.<sup>350</sup>

Figura 17 – Charge (Hilde) – “Moda Hindu” (10 de março de 1961, p. 4)<sup>351</sup>



Na edição do dia 11 de maio de 1961, o jornal dá atenção à responsabilidade do Senado Federal perante a política externa do Brasil. Isto é, após analisar a posição dos economistas liberais, dos militares e da Igreja Católica, era dada a palavra àquela importante Casa do parlamento brasileiro. Citando a “Carta Magna norte-americana” da “grande república irmã” de modo a destacar que ao Senado dos EUA era assegurada uma atuação

<sup>350</sup> Disposta exatamente abaixo da charge, *O Estado* publica a matéria que dá conta de uma ampla análise sobre a política brasileira realizada pelo deputado federal San Tiago Dantas (PTB-MG), que tornar-se-ia, a partir de setembro de 1961 ministro do Exterior do governo de João Goulart. Na matéria o jornal afirma que San Tiago entende “que as dificuldades do momento são agravadas por um *comportamento inadequado* do presidente da República, cujas principais decisões tanto em política internacional quanto interna *oferecem*, em muitos casos, *riscos para o Brasil*. Isso, sobretudo, se vier a confirmar-se a impressão de que o sr. Janio Quadros tão apenas deseja, com a política externa, *intimidar os Estados Unidos*’. Essa matéria, pareada à charge, ajudaria a reforçar a ideia de suspeição para com a política externa do governo Jânio Quadros, posto que o presidente brasileiro é retratado ao lado de líderes neutralistas e, especialmente, de Fidel Castro, revolucionário cubano que causava arrepios aos proprietários do jornal paulistano. *O Estado de S. Paulo*, 10 de março de 1961, p. 4, “San Tiago Dantas analisa a situação política brasileira”. Grifos meus.

<sup>351</sup> Essa charge, percebe-se, fora publicada na mesma edição do editorial que tratou da visão das forças armadas acerca da política exterior do Brasil, quando os proprietários d’*O Estado* já alertavam, entre outros assuntos, “o avanço das ideias revolucionárias recebidas de Cuba”.

decisiva na formulação da política externa do país, o editorial acusa Jânio Quadros estar impondo uma linha excessivamente personalista para a política externa: “Infelizmente, o sr. Presidente da República, mais atento à letra da Constituição do que ao espírito do regime, vem usando de maneira muito pessoal os imensos poderes que detém para conduzir a política exterior da Nação como melhor lhe apraz e sem dar as devidas satisfações à opinião pública”<sup>352</sup>.

Esse personalismo exagerado da parte de Quadros não estaria, segundo o jornal, contribuindo para a manutenção de uma tradição e de um prestígio brasileiros na atuação dos conflitos internacionais:

É evidente que semelhante atitude não pode merecer a aprovação do País e que os seus resultados de maneira nenhuma contribuem para o prestígio do nome brasileiro além fronteiras. [...] A Nação, que sempre se orgulhou das brilhantes tradições da diplomacia brasileira, mostra-se desorientada com a criação algo atabalhoada de novas sedes de missão sem que tais iniciativas obedeçam a um plano maduramente estudado. O Itamarati tem um passado: é preciso respeitá-lo<sup>353</sup>.

O editorial da edição do dia 8 de junho voltaria a tratar do papel do Senado Federal. Neste caso, a análise é igualmente negativa acerca da diplomacia da PEI, apoiando-se no significado do veto do nome do industrial Ermírio de Moraes, indicado pelo presidente para a embaixada de Bonn, na República Federal da Alemanha. Entende *O Estado* que o veto foi uma sinalização clara dos senadores desgostosos para com a diplomacia nacional, acusando ou insinuando Jânio Quadros de impor à PEI uma linha “iniludivelmente esquerdista”<sup>354</sup>, “aproximando-se” dos países do Leste Europeu e afastando-se, conseqüentemente, das “nações do Ocidente”:

O veto à indicação do nome do sr. Ermírio de Moraes para a nossa embaixada de Bonn não pode de maneira nenhuma significar uma restrição à pessoa do ilustre industrial. O que o Senado quis expressar ao negar o seu referendo à escolha do chefe do Executivo Nacional foi a sua *repulsa* ao *caráter iniludivelmente esquerdista* que s. exa. vem imprimindo à ação da chancelaria brasileira. [...] o que a mais alta corte política do País tinha em vista era afirmar, através de uma firme tomada de posição, a sua *decidida discordância* em relação a uma *aproximação* do Brasil com qualquer dos grupos em que se subdivide hoje em dia a Humanidade, *exceptuando* evidentemente o formado pelas chamadas *nação do Ocidente*.<sup>355</sup>

<sup>352</sup> *O Estado de S. Paulo*, 11 de maio de 1961, p. 3, editorial, “O Senado e a nossa política exterior”.

<sup>353</sup> *O Estado de S. Paulo*, 11 de maio de 1961, p. 3, editorial, “O Senado e a nossa política exterior”.

<sup>354</sup> Já na edição do dia 14 de abril o jornal publicara a opinião do “líder da oposição na Câmara” de que Jânio Quadros “olha para o Oriente e rema para o Ocidente”, insinuando que o presidente, apesar de governar com o intercâmbio do “mundo livre” capitalista, estaria apresentando inquestionável simpatia para os países comunistas e neutralistas. *O Estado de S. Paulo*, 14 de abril de 1961, p. 4, ““Quadros olha para o Oriente e rema para o Ocidente”, diz o líder da oposição na Câmara”.

<sup>355</sup> *O Estado de S. Paulo*, 08 de junho de 1961, p. 3, editorial, “O Senado e o momento internacional”.

Para os proprietários do matutino paulistano, o veto do nome de Ermírio não constituir-se-ia somente como uma recusa dos parlamentares, mas também da – constantemente lembrada e instrumentalizada – opinião pública brasileira: “E é incontestável que ao lado do Senado estão todos os brasileiros que não perderam o senso de responsabilidade”<sup>356</sup>.

Por fim, *O Estado* argumenta que o veto “deve ser sobretudo interpretado como uma advertência” à Política Externa Independente de Jânio Quadros, posto que a diplomacia nacional “não pode ficar na dependência dos caprichos de uma só pessoa”<sup>357</sup>. E esta pessoa “caprichosa” e “personalista” era o presidente da República, aquele que não teria o “direito de desiludir os que nas urnas sufragaram o seu nome por verem nele o símbolo de um irreprimível movimento de renovação moral e administrativa”<sup>358</sup>.

#### 4.2 “Condecoromania”: a condecoração do “aventureiro” Che Guevara

Após o término dos trabalhos na reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social, também conhecida como Conferência Econômica de Punta del Este, que resulta no lançamento oficial da Aliança para o Progresso, Ernesto Guevara regressa a Cuba. Mas antes ele faz uma escala no Brasil, pois fora convidado pelo presidente para visitar o país. Durante a rápida visita, Jânio Quadros condecora o então ministro da Economia de Cuba com a medalha da Grã-Ordem do Cruzeiro do Sul.

A repercussão do ato encontra-se a partir da edição do dia 20 de agosto. O editorial da página três inicia sinalizando uma curiosa e suposta incompatibilidade “dos exageros das condecorações” no plano internacional com as medidas saneadoras de austeridade financeira implementadas pelo presidente Jânio Quadros na economia do país:

Contrariando a preocupação desinflacionista apregoada em sua campanha eleitoral, vem o sr. Presidente desenvolvendo, ao lado da monetária, cujo ritmo prossegue mais ou menos inalterado, outras formas inesperadas de inflação, como a representada pela distribuição indiscriminada de condecorações.

Vista como exagerada, o editorial continua questionando a política de condecoração realizada pelo presidente Jânio, argumentado que foi expedida a honraria a um “inimigo declarado da democracia” e “aventureiro internacional”<sup>359</sup>:

<sup>356</sup> *O Estado de S. Paulo*, 08 de junho de 1961, p. 3, editorial, “O Senado e o momento internacional”.

<sup>357</sup> *O Estado de S. Paulo*, 08 de junho de 1961, p. 3, editorial, “O Senado e o momento internacional”.

<sup>358</sup> *O Estado de S. Paulo*, 11 de maio de 1961, p. 3, editorial, “O Senado e a nossa política exterior”.

<sup>359</sup> *O Estado de S. Paulo*, 23 de agosto de 1961, p. 3, editorial, “A crise se acentua”.

Não é apenas por ascender, no seu país, ao governo, que um político se torna merecedor de homenagem do povo brasileiro. Se somente por essa causa lhe conferirmos um título revelador da nossa homenagem, estaremos frequentemente *abdicando dos nossos ideais* em favor dos do *adversário de nossas mais altas e puras convicções*. E é isso, em última análise, o que vem fazendo, conscientemente ou não, o governo Federal na distribuição de *condecorações a granel* em particular a figuras de segundo porte de países pertencentes a blocos de nações contrárias aquele que integramos, como parte que somos do mundo livre, ou a *inimigos declarados da democracia*, como no caso específico do ministro “che” Guevara.<sup>360</sup>

Além de discutida no editorial, a condecoração foi representada em *charge* assinada por Edmondo Biganti na edição de 22 de agosto. Nela, observa-se de costas o presidente brasileiro condecorando com a reluzente Grã-Cruz o atônito e boquiaberto ministro cubano Che Guevara, trajando as suas clássicas boina<sup>361</sup> e vestimenta verde-oliva. A ironia da “gratidão” está justamente aí: enquanto esconde por atrás do seu corpo a “Ata” da Conferência que oportunizaria o “auxílio norte-americano” aos países da América Latina, Jânio Quadros oferece a honraria da medalha do Cruzeiro do Sul a alguém que pouco – ou nada – fizera para que as nações latino-americanas recebessem dos EUA “auxílio” da Aliança para o Progresso<sup>362</sup>.

---

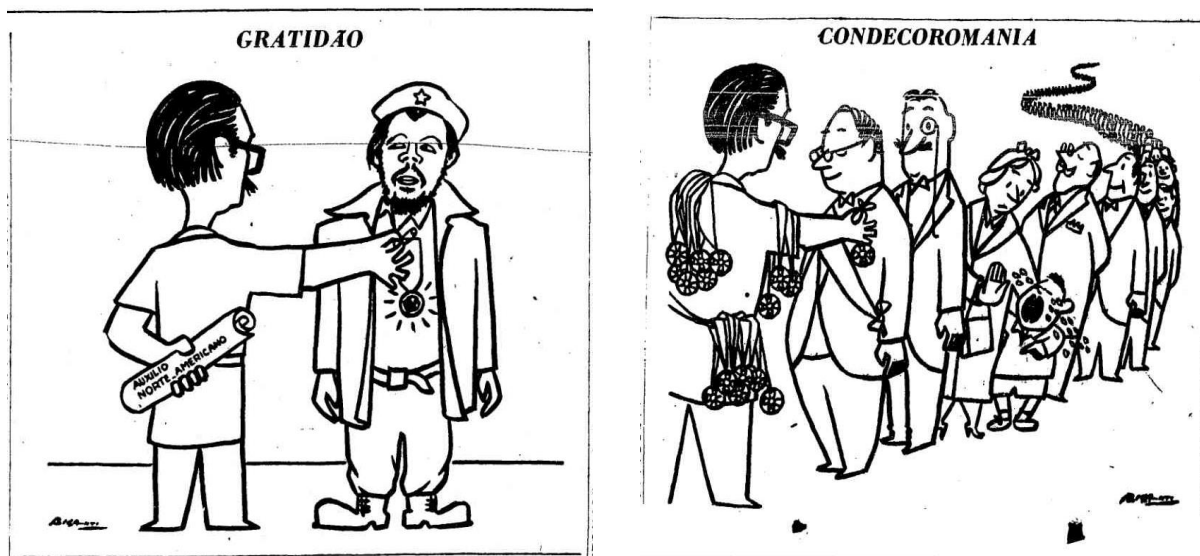
<sup>360</sup> *O Estado de S. Paulo*, 20 de agosto de 1961, p. 3, editorial, “O exagero das condecorações”. Perceba que aqui novamente o jornal arvora-se como intérprete da opinião pública brasileira, no momento em que o editorial afirma que não deve-se abdicar “dos *nossos* ideais em favor dos do adversário de *nossas* mais altas e puras convicções”. O uso dos pronomes possessivos “nossos” e “nossas” indica, por suposto, os ideais dos brasileiros – e em último caso, indica o pertencimento dos proprietários d’*O Estado* a esse quadro geral.

<sup>361</sup> Na solenidade oficial, que foi acompanhada por jornalistas e outros profissionais da imprensa, Che Guevara não portava a boina, mas a sua representação pelo chargista talvez seja dar ainda maior visibilidade à condecoração de um “guerrilheiro” e “aventureiro internacional”.

<sup>362</sup> Ainda antes de iniciados os trabalhos da Conferência de Punta del Este, *O Estado* discorre sobre as prováveis “manobras” de Che Guevara como chefe da delegação de Cuba e alerta as autoridades brasileiras para que não caíssem na “demagogia cubana”: “O sr. Ernesto Guevara pensa confundir algumas delegações, obtendo pelo menos a sua neutralidade, quando iniciar as suas manobras para desviar o conclave do seu fim precípua. Esperamos que os representantes do Brasil não se enfileirem entre esses “inocentes uteis” e saibam situar-se à altura das nossas responsabilidades e tradições, impedindo, com a necessária firmeza, que a demagogia cubana desvirtue uma Conferência na qual as Américas tantas e tão justificadas esperanças depositam”. *O Estado de S. Paulo*, 05 de agosto de 1961, p. 3, editorial, “A Conferência de Punta del Este”.

Figura 18 – Charge (Biganti) – “Gratidão” (22 de agosto de 1961, p. 4)

Figura 19 – Charge (Biganti) – “Condecoromania” (25 de agosto de 1961, p. 4)



O argumento de que o governo federal estaria oferecendo condecorações “a granel”, isto é, de maneira exagerada, seria retratada em outra charge também de autoria de Biganti na edição do dia 25 de agosto. Explicitamente de teor crítico, mas igualmente hilariante, observa-se Jânio Quadros, abarrotado de medalhas que se perdem pelo seu corpo, oferecendo condecorações para uma série de personalidades (perceba que os homens e mulheres estão vestidos de terno e gravata borboleta, indicando considerável ascendência sócio-econômica), que formam uma fila que se perde de vista no horizonte. Na caricatura inclusive há uma criança chorando em prantos e apontando para o seu peito, como se mostrasse o desejo pela medalha, e a considerar a mão da mãe da criança e as dezenas de medalhas desenhadas por Biganti, não é difícil supor que o chargista dá a entender que o presidente também condecoraria aquele tristonho menino. A crítica, que dialoga com a imagem, está contida no título “condecoromania”: o presidente teria uma verdadeira mania indiscriminada por condecorações.

Durante este episódio da condecoração de Che Guevara, *O Estado* não somente aborda a responsabilidade do presidente sobre o “exagero das condecorações”. Também o “marxista” ministro do Exterior é criticado por sua autoridade enquanto líder do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. A posição oficial do jornal se distancia, assim, da de “um setor que se esforça por estabelecer sutis distinções entre as diretrizes traçadas pelo chefe do Executivo e a execução das mesmas pelo Itamarati”:

Embora não pretendamos que o sr. Afonso Arinos esteja em situação de se opor à mal chamada política “progressista” do sr. Jânio Quadros. Entendemos que, pelo seu

passado e pela sua filiação partidária, poderia pelo menos não contribuir para agravar os erros presidenciais com erros ainda maiores e mais imperdoáveis. Ora, desgraçadamente, é isso que se vem verificando com regularidade. Quer se pronuncie sobre a política cubana do sr. Presidente da República, quer discorra sobre problemas tão delicados como o reatamento de relações com a União Soviética, o sr. Afonso Arinos fá-lo em termos tais que dir-se-ia navegar precisamente nas mesmas águas do sr. Jânio Quadros e ter uma formação política decalcada na de s. exa. [...] Qualquer observador alheio à vida partidária brasileira estaria no direito, em face das afirmações do sr. Afonso Arinos, de concluir que a formação de s. exa. é marxista, pois nas suas palavras nada revela o membro de uma agremiação demo-liberal como o é a UDN.<sup>363</sup>

O jornal *O Estado de S. Paulo* também repercutiu a crise que foi deflagrada entre o presidente Jânio e o governador Carlos Lacerda em decorrência da condecoração de Guevara. Já na edição de 20 de agosto, na página três ao lado dos editoriais, foi publicada a manchete que alertava: “Lacerda Ameaça Romper Com Quadros e Renunciar”<sup>364</sup>. Na página seis dessa mesma edição, a divulgação de dois atos: a condecoração de Guevara pelo presidente e a entrega da Chave Simbólica do Rio de Janeiro à Manoel de Varona pelo governador da Guanabara. As duas fotos foram dispostas lado a lado de forma a evidenciar o distanciamento entre os dois políticos brasileiros: enquanto Quadros condecora um representante do governo cubano, Lacerda simbolicamente premia o coordenador-geral da antifidelista Frente Revolucionária Democrática que objetiva derrubar justamente o regime de Fidel Castro.

Figura 20 – Fotojornalismo “Quadros condecora Che Guevara; Regresso a Cuba” e “Lacerda entrega a chave simbólica do Rio a Varona” (20 de agosto de 1961, p. 6)



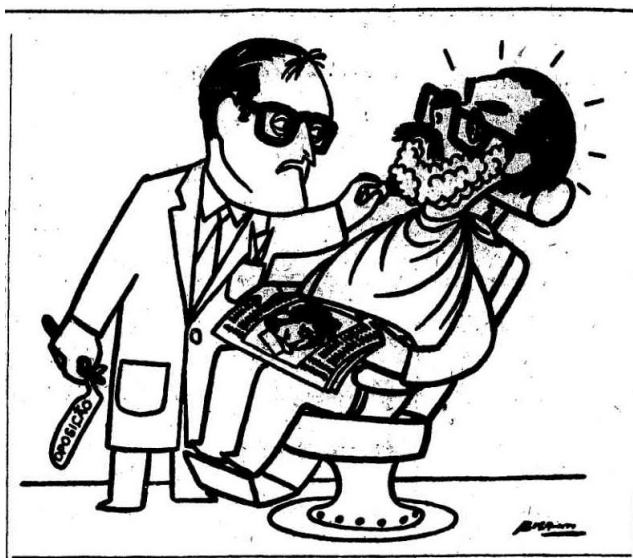
<sup>363</sup> *O Estado de S. Paulo*, 20 de agosto de 1961, p. 3, editorial, “Diplomacia?”. Grifos meus.

<sup>364</sup> Na edição de 22 de agosto novamente o jornal repercutiu a crise entre Jânio e Lacerda no Parlamento. *O Estado de S. Paulo*, 22 de agosto de 1961, p. 4, “Câmara; amplamente debatida a crise Quadros-Lacerda e a política externa do governo”.



Essa violenta crise entre os dois políticos outrora amigos é retratada na charge de Biganti na edição de 24 de agosto. Carlos Lacerda segura uma afiada navalha e está prestes a cortar as “barbas” de Jânio. Mas aqui o ato de cortar a barba ganha a conotação, na verdade, de cortar as iniciativas do presidente em matéria de política externa (perceba que na lâmina da navalha está escrito “oposição”)<sup>365</sup>, o que fica evidente no jornal que o presidente segura com a foto de Fidel Castro, com quem o governador da Guanabara já havia rompido desde 1960 após o início da reforma agrária em Cuba – e também na posterior ida de Lacerda para a oposição em razão da PEI de Quadros.

Figura 21 – Charge (Biganti) – Sem título (24 de agosto de 1961, p. 4)



#### 4.3 Reatamento com a “Rússia bolchevista”: novo governo, discurso reforçado

Consumado oficialmente no dia 23 de novembro, a notícia do reatamento nas páginas d’*O Estado de S. Paulo* ocupa a manchete da segunda capa (ou clichê<sup>366</sup>) da edição de 24 de novembro com o título: “Reatadas as Relações com a URSS”. Nessa mesma página, o jornal veicula uma foto de perfil de San Tiago Dantas, com a legenda que repercutia uma das principais argumentações do ministro do Exterior brasileiro: “Nem apoio nem adesão”.

<sup>365</sup> Outra evidência que conclui para esta perspectiva é que exatamente abaixo da charge foi publicada uma matéria que sinalizava uma mudança de postura da UDN (partido de Lacerda) e do PL referente a PEI do governo Quadros. *O Estado de S. Paulo*, 24 de agosto de 1961, p. 4, “Adaucto define a posição da UDN e do PL em face da política externa do País”.

<sup>366</sup> *O Estado de S. Paulo* tinha a elitista posição editorial de publicar na primeira página somente fatos relativos à política internacional. O segundo clichê (ou segunda capa) servia, assim, para que o jornal publicasse o noticiário sobre a política brasileira, sendo que os eventos da PEI eventualmente eram publicados justamente nesse clichê.

Desse interesse pelo reatamento, o jornal apresenta ao longo dos próximos seis dias um noticiário que evidencia mais uma percepção negativa do que positiva daquele ato diplomático entre o Brasil e a União Soviética. *O Estado* oportunizava aos diferentes setores conservadores da sociedade brasileira a possibilidade de exporem suas posições acerca da aproximação brasileira com a URSS. Fica claro, igualmente, nas páginas do matutino o recurso à argumentos de cunho político-ideológico, mas também moralista, religioso e econômico.

Já na capa do clichê, o subtítulo da manchete: “Durou menos de três minutos a cerimônia”, complementando que o evento “realizou-se sem qualquer anúncio prévio”<sup>367</sup>. Nessa mesma linha, na página três a recepção surpresa por parte dos parlamentares: “Surpreende os círculos políticos o reatamento com a URSS”<sup>368</sup>, tendo o deputado Padre Arruda Câmara acusado o ato como provocação. Duas páginas seguintes, o informe do protesto da conservadora Ação Democrática Parlamentar<sup>369</sup>: “Reatamento: a ADP decide censurar o ministro do Exterior”, na qual apontava numa nota oficial a “inoportunidade e inconveniência do reatamento de relações diplomáticas com a Rússia Soviética”<sup>370</sup>. Na página sete, a subliminar notícia: “De [19]17 até hoje, Brasil e URSS só tiveram relações durante dois anos e meio”<sup>371</sup>.

Na manchete do clichê da edição de 25 de novembro, a informação do secretário do Itamarati de que poderiam vir para futura embaixada soviética no Brasil “até 35 funcionários”. Ao lado desta, um forte comentário de Carlos Lacerda, acusando a homenagem aos mortos da Intentona Comunista como um “ato de cinismo” da parte do governo federal. À esquerda, a matéria que voltava a referir-se ao desagravo que a ADP procuraria apresentar contra o ministro do Exterior em razão do reatamento: “A Ação Democrática Colhe Assinaturas para Censurar Dantas”<sup>372</sup>. Na página três, a repercussão de um já suposto ônus político em decorrência da aproximação com os soviéticos: “Reatamento com a URSS provoca o desgaste do governo”.

<sup>367</sup> *O Estado de S. Paulo*, 24 de novembro de 1961, segunda capa (clichê), “Reatadas as Relações com a URSS”.

<sup>368</sup> *O Estado de S. Paulo*, 24 de novembro de 1961, p. 3, “Surpreende os círculos políticos o reatamento com a URSS”.

<sup>369</sup> No editorial da edição do dia 26 de novembro, a ADP é definida positivamente pelos proprietários do jornal como “um movimento consciente”, tendo “por fim essencial a defesa da democracia contra todos os perigos que a ameacem”. *O Estado de S. Paulo*, 26 de novembro de 1961, p. 3, editorial, “Um movimento consciente”.

<sup>370</sup> *O Estado de S. Paulo*, 24 de novembro de 1961, p. 5, “Reatamento: a ADP decide censurar o ministro do Exterior”.

<sup>371</sup> *O Estado de S. Paulo*, 24 de novembro de 1961, p. 7, “De 17 até hoje, Brasil e URSS só tiveram relações durante dois anos e meio”.

<sup>372</sup> *O Estado de S. Paulo*, 25 de novembro de 1961, segunda capa (clichê).

Dessa repercussão já demasiadamente pessimista, a principal crítica ao reatamento diplomático entre o Brasil e a URSS seria desferida pelos próprios donos do jornal, na tradicional sessão das *Notas e Informações*, área na qual é (até hoje) apresentada a posição oficial da família Mesquita perante os diversos acontecimentos nacionais e internacionais. Publicado na edição de 25 de novembro, o editorial foi intitulado “O Brasil e a Rússia bolchevista”<sup>373</sup>. A argumentação concentra-se em dois grandes eixos: o econômico e o político. Com relação ao primeiro, aproximando-se do que já havia apresentado em fevereiro acerca do reatamento com a Bulgária, Hungria e Romênia, *O Estado* afirma que “muito pouca coisa se pode esperar no terreno econômico do ato que acaba de ser oficialmente referendado pelo Governo brasileiro”. Nesse sentido, compreendem os produtores do matutino, apoiados nos estudos do “corpo de economistas desta casa”, que o Brasil obterá um intercâmbio mais favorável com os países capitalistas do “mundo livre”:

Os nossos principais produtos de exportação, como o café, o cacau, o açúcar e o algodão, não tem a menor probabilidade de virem a interessar ao governo do sr. Kruchev, do mesmo modo que tudo quanto a URSS nos possa fornecer não terá para nós interesse, já que nos será fácil obter os mesmos produtos, em muito melhores condições de qualidade e preço, nos países do bloco cristão.<sup>374</sup>

Entretanto, a maior parte do texto do editorial concentra-se, sem dúvidas, nas consequências político-ideológicas daquele ato diplomático. O reatamento, no entendimento de *O Estado*, estabeleceria dramática e perigosamente um Estado dentro do Estado brasileiro: “Dadas as precárias condições da nossa sociedade para se defender contra as insidias de uma minoria subversiva, mandava a prudência que evitássemos o estabelecimento no País de um estado-maior revolucionário protegido pelas prerrogativas diplomáticas”<sup>375</sup>. O editorialista retira dos diplomatas soviéticos suas condições legítimas de funcionários de um Estado, uma vez que o jornal diz que deveria ser advertida

a Nação dos riscos a que doravante ela fica sujeita e da *periculosidade dos elementos* que passarão a agir no seio da sociedade brasileira. Que os senhores de Moscou não pretendem de modo algum limitar-se à prática correta da diplomacia entre gentes do mesmo nível moral e de idêntica formação espiritual, di-lo a própria facilidade com que aceitaram essas humilhantes condições<sup>376</sup>.

<sup>373</sup> Perceba-se que o jornal, curiosa e subliminarmente, opta por referir-se à URSS com uma expressão relativa ao grupo partidário vencedor da longínqua Revolução de Outubro de 1917: os Bolcheviques.

<sup>374</sup> *O Estado de S. Paulo*, 25 de novembro de 1961, p. 3, editorial, “O Brasil e a Rússia bolchevista”.

<sup>375</sup> O jornal entende com isso que existe uma “vulnerabilidade do País a qualquer intentona extremista”, aludindo aqui ao levante comunista de 1935. *O Estado de S. Paulo*, 25 de novembro de 1961, p. 3, editorial, “O Brasil e a Rússia bolchevista”.

<sup>376</sup> *O Estado de S. Paulo*, 25 de novembro de 1961, p. 3, editorial, “O Brasil e a Rússia bolchevista”. Grifo meu. Essas “humilhantes condições” na verdade foram apresentadas pelo governo brasileiro e estabelecidas em condição de reciprocidade internacional, isto é: as regras implicariam tanto ao Brasil quanto à URSS.

O editorial também dá extrema atenção à recepção do ato no Parlamento, o que demonstraria a inquestionável inconveniência do reatamento:

É preciso convir, entretanto, em que o ato do Governo teve um alcance imenso. Referimo-nos à repercussão negativa que obteve no Congresso, com a inestimável vantagem de ter ficado demonstrado, de uma vez por todas, que o reatamento com a URSS *não correspondia a um desejo do País*. [...] E a prova disso temo-la nos debates verificados na Câmara Federal na sessão de anteontem e que criaram no plenário uma *atmosfera de profundo mal-estar*. [...] repeliram-na com veemência deputados pertencentes ao clero católico e os que se filiam na “Ação Democrática Parlamentar”. A grande maioria dos parlamentares, essa não escondia, através de um *silêncio significativo*, a verdadeira natureza dos seus sentimentos a respeito da questão. Refletia essa maioria silenciosa o sentir geral da Nação.<sup>377</sup>

Do parlamento para o povo, os editorialistas destacam “as reservas com que a opinião pública recebeu a decisão do Governo”, posto que “o Brasil é fundamentalmente cristão e democrático”. Sobre os responsáveis diretos pela consumação do reatamento diplomático, sem citar nomes, o editorial despende fortes críticas quando festeja a suposta má receptividade por parte da maioria dos brasileiros: “O Brasil, ficou provado, não é o que pretende dele fazer a coorte dos comunistas e dos *desajustados mentais*”<sup>378</sup>.

Em razão de tudo defendido anteriormente, não pairavam dúvidas entre os proprietários de *O Estado de S. Paulo* de que o governo de João Goulart, através da manutenção da Política Externa Independente, estaria se afastando de um apregoado – porém pouco explicado – tradicionalismo nas suas relações internacionais: “Nos insurgimos contra as falsas verdades daqueles que à viva força querem *mudar a linha de evolução* da História nacional”<sup>379</sup>.

O reatamento de relações diplomáticas com a URSS também foi analisado – ou melhor, retratado – pelos dois chargistas do jornal, Hilde Weber e Edmondo Biganti. Aliás, de 24 a 30 de novembro enquanto somente um editorial fizera menção direta ao reatamento, cinco charges foram publicadas referentes àquele ato diplomático. A primeira dessas charges é de autoria de Hilde e foi publicada na edição do dia 24 de novembro.

<sup>377</sup> *O Estado de S. Paulo*, 25 de novembro de 1961, p. 3, editorial, “O Brasil e a Rússia bolchevista”. Grifo meu.

<sup>378</sup> *O Estado de S. Paulo*, 25 de novembro de 1961, p. 3, editorial, “O Brasil e a Rússia bolchevista”. Grifo meu.

<sup>379</sup> *O Estado de S. Paulo*, 25 de novembro de 1961, p. 3, editorial, “O Brasil e a Rússia bolchevista”. Grifo meu. O editorial também lembra que “temos uma posição bem marcada no seio da imprensa brasileira”, para denunciar: “Recusamo-nos sempre a participar da algazarra”.

Figura 22 – Charge (Hilde) – Sem título (24 de novembro de 1961, p. 4)



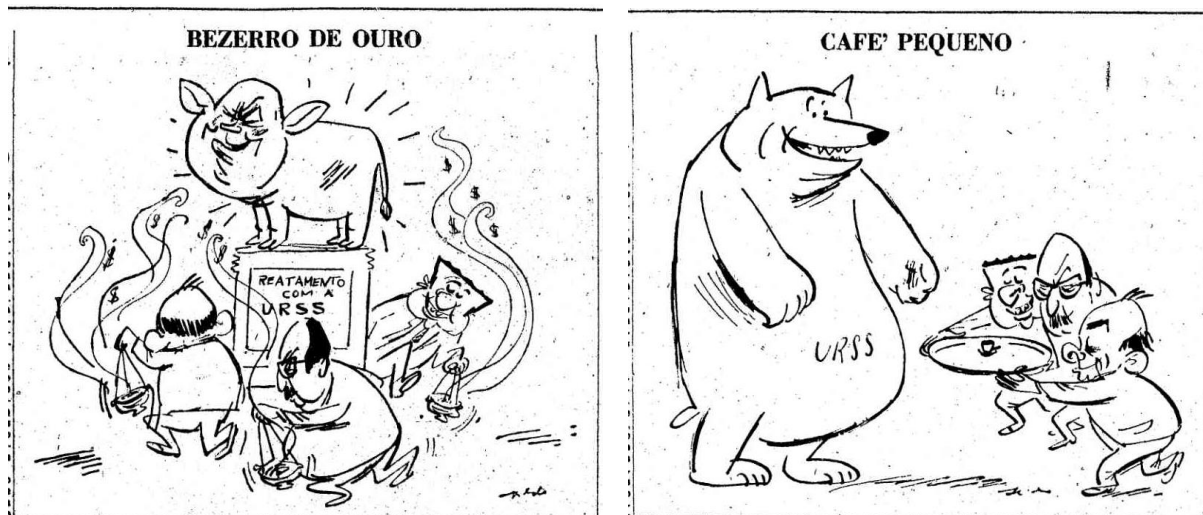
Nela, observa-se Jango tentando se equilibrar na “corda bamba” da diplomacia brasileira, utilizando-se para isso dois “guarda-chuvas”: um mais claro onde pode ser lido “reatamento com a Rússia” e outro mais escuro onde pode ser lido “crítica aos comunistas”, indicando a chargista que tornava-se difícil o governo explicar ao país o reatamento e ao mesmo tempo negar qualquer inclinação ideológica no ato. Outro detalhe é que esta charge foi publicada no momento em que o Brasil reatava suas relações diplomáticas com a União Soviética e, apesar de o regime brasileiro à época ser parlamentarista, o presidente Goulart é retratado como exercendo uma atuação de liderança para a consumação daquele reatamento com a potência comunista.

A estratégia da diplomacia da PEI, do ministro do Exterior San Tiago Dantas e do governo João Goulart foi a de explicar a conveniência do reatamento diplomático com a URSS a partir das vantagens comerciais que ao Brasil poder-se-iam ser conquistadas aproximando-se daquela potência comunista. Isto é, o Estado brasileiro justificava o reatamento em termos, eminentemente, econômicos. Essa argumentação, por sua vez, é retratada em duas charges, ambas de autoria de Hilde Weber. Na edição de 29 de novembro (Figura 23), observa-se os três mais importantes políticos do governo manuseando castiçais de incenso (típico em cerimônias religiosas), entretanto, ao invés de exalar cheirosos aromas, da fumaça na verdade saem somente cifrões de dinheiro, que deveriam atrair Kruchev, o perspicaz “bezerro de ouro”. Deve-se frisar também que se o líder soviético está com expressões faciais (sobrancelhas convexas, boca entreaberta e bochechas marcadas) de quem ambiciona interesses para além dos econômicos, o presidente João Goulart é o único risonho

se comparado ao determinado chanceler San Tiago Dantas e o primeiro-ministro de costas Tancredo Neves.

Figura 23 – Charge (Hilde) – “Bezerro de Ouro” (29 de novembro de 1961, p. 4)

Figura 24 – Charge (Hilde) – “Cafê Pequeno” (30 de novembro de 1961, p. 4)



Na figura seguinte, a chargista opta por trabalhar novamente os três políticos brasileiros: João Goulart, Tancredo Neves e San Tiago Dantas. A URSS, tão qual na charge anterior, é representada a partir da imagem de um animal, dessa vez um grande e barrigudo urso. Goulart, Neves e Dantas são garçons que servem dentro de uma bandeja uma xícara de café ao urso soviético. A ironia presente é a de que enquanto submissamente os brasileiros oferecem o “café pequeno”, a bebida ao urso não seria suficiente para satisfazer à sua protuberante barriga. Essa charge dialoga fortemente com o editorial de 24 de novembro quando foi defendido que “muita pouca coisa se pode esperar”<sup>380</sup> com o reatamento diplomático. Diferentemente da charge anterior, não somente Goulart, mas também Tancredo está risonho e predisposto com a “oferta inexpressiva” oferecida à potência comunista.

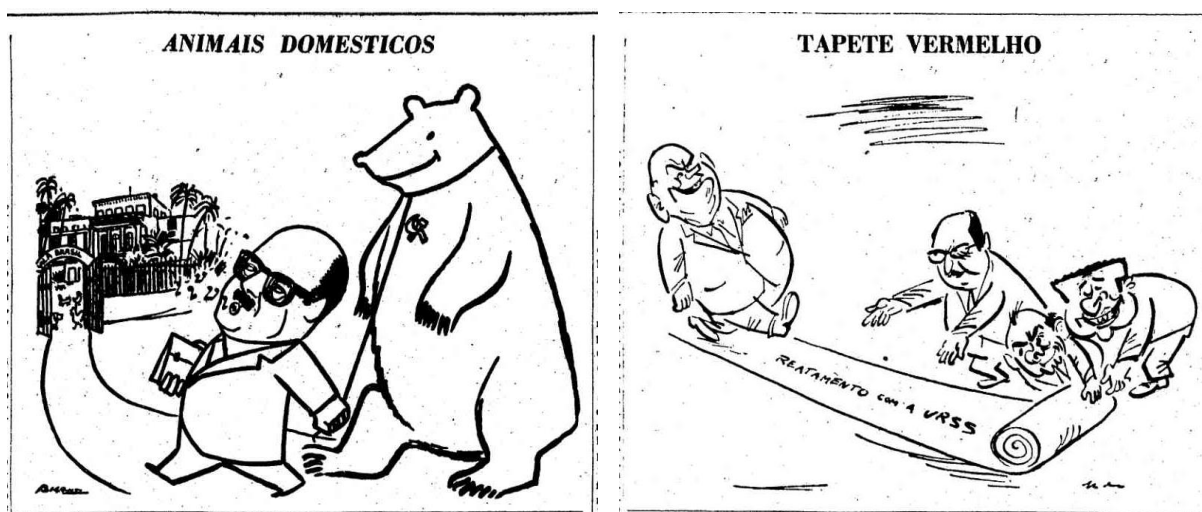
Já as duas próximas charges concentram-se no sentido político-ideológico do reatamento diplomático entre Brasil e URSS. Na primeira, publicada na mesma edição da charge “Bezerro de Ouro”, o chargista Biganti desenha um cantarolante ministro San Tiago Dantas conduzindo o “urso soviético” (perceba o símbolo clássico do comunismo no peito do animal) para dentro do lar “Brasil”, que se observado com atenção é o Palácio Itaramaty, localizado na cidade do Rio de Janeiro, sede oficial do Ministério das Relações Exteriores. Há também outra fina crítica nestes traços de Biganti e daí o título: sabe-se que ursos não são

<sup>380</sup> *O Estado de S. Paulo*, 25 de novembro de 1961, p. 3, editorial, “O Brasil e a Rússia bolchevista”.

animais dóceis, porém na charge o urso soviético<sup>381</sup> esta feliz em razão da oportunidade de se “domesticar” em terras brasileiras. Em uma conjuntura cada vez mais conflituosa e de crescente mobilização dos setores populares na vida política do país, dá a entender que o chargista alerta ao “descuidado” chanceler para com o “perigo vermelho”, angústia já presente no editorial que criticara a instauração no País de um “estado-maior revolucionário protegido pelas prerrogativas diplomáticas”<sup>382</sup>.

Figura 25 – Charge (Biganti) – “Animais Domésticos” (29 de novembro de 1961, p. 21)

Figura 26 – Charge (Hilde) – “Tapete Vermelho” (28 de novembro de 1961, p. 4)



Na segunda imagem, visualiza-se o “tapete vermelho” estendido e com a inscrição “reatamento com a URSS”. Aqui o vermelho tem um claro duplo sentido: é a cor dos tapetes utilizados para grandiosos eventos e, igualmente, a cor historicamente atrelada aos comunistas. Na representação San Tiago Dantas, Tancredo Neves e João Goulart estão, com indisfarçável alegria e disposição, ciceroniando o líder soviético Nikita Krushev que “desfila pelo tapete estendido para dentro do Brasil. Curioso pontuar que exatamente acima desta charge, *O Estado* publicou um duro comentário intitulado de uma liderança conservadora: “João Mendes, na Câmara; ‘O comunismo é o crime’”, no qual o deputado udenista afirma que “O Brasil não pode aceitar a substituição da ordem democrática pelo crime organizado. [...] E o Brasil, a olhos vistos, vai caminhando para a cortina de ferro”<sup>383</sup>, o que para um leitor atento

<sup>381</sup> Na edição de 25 de agosto, durante a crise política deflagrada entre Jânio Quadros e Carlos Lacerda em razão da PEI, *O Estado* já havia publicado uma charge de autoria de Hilde Weber, na qual é observado o mesmo “urso soviético” camuflado na pele de um camelo, com interesses diversos ao que apresentava, daí o título: “Camelo de Tróia”. *O Estado de S. Paulo*, 25 de agosto de 1961, p. 4, charge, “O camelo de Tróia”.

<sup>382</sup> *O Estado de S. Paulo*, 25 de novembro de 1961, p. 3, editorial, “O Brasil e a Rússia bolchevista”.

<sup>383</sup> *O Estado de S. Paulo*, 25 de novembro de 1961, p. 4, “João Mendes, na Câmara; ‘O comunismo é o crime’”.

automaticamente produziria um sentimento no mínimo de muitas reservas para com aquele reatamento que o Brasil acabara de consumir com a potência comunista.

#### 4.4 “Uma Vela à Deus...”: *O Estado, Brasil, Cuba e a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos*

Dois meses depois de reatadas as relações diplomáticas com a URSS, a diplomacia brasileira novamente atuará de maneira protagônica. Os países americanos foram chamados pela Colômbia a debater os rumos do Continente em razão do aprofundamento da Revolução Cubana. Colômbia, EUA e nações centro-americanas apresentaram temores de que a experiência revolucionária fosse “exportada” pelo regime fidelista para os países da região. A grande dúvida que tirava o sono de algumas autoridades americanas era como responder, à luz da Carta da OEA e dos tratados interamericanos, a “audácia” cubana. Para isso foi realizada a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos.

Desde princípios de janeiro de 1962 o assunto acerca da Conferência aparece nas páginas de *O Estado de S. Paulo*. Em editorial de 11 de janeiro, o jornal compreende que a Reunião “poderá marcar uma etapa decisiva da história contemporânea das Américas”, posto que não seria somente decidido a que “espécie de relações se devem manter com mais um dos regimes ditatoriais que tantas vezes mancharam as terras americanas, mas sim da responsabilidade histórica de defender a democracia e o sistema interamericano nesta ‘guerra fria’ que, graças a Cuba, foi implantada no nosso Continente”<sup>384</sup>.

Como visto, um mês antes da reunião *O Estado* já deixava evidenciadas as suas profundas reservas para com o governo de Cuba. Na edição seguinte, o jornal anunciava com destaque na segunda capa que “o Brasil Proporá a ‘Institucionalização’ da Situação de Cuba”, definida pelo chanceler San Tiago Dantas como uma tese destinada a aliviar “as tensões existentes e os riscos de conflito”.

No dia 13 de janeiro, um forte editorial é publicado acerca da temática. A tese da institucionalização é rechaçada e vista como um “curioso eufemismo” da parte do ministro do Exterior. O debate em torno da questão deveria ser realizado “sem hesitações medrosas” e o texto afirma ter dúvidas se Cuba deseja ter a sua condição “institucionalizada”, acusando o regime de Fidel de tramar justamente o inverso “Deveríamos, em primeiro lugar, saber se Cuba deseja, de fato, ser ‘reintegrada’ no sistema interamericano, pois, dentro da estratégia

---

<sup>384</sup> *O Estado de S. Paulo*, 1 de janeiro de 1962, p. 3, editorial, “Defesa contra o imperialismo”.



geral do comunismo internacional, seu papel parece ser exatamente o de ‘desintegrar’ o sistema continental”.

O editorial também questiona que tipo de unidade continental estaria sendo preservada caso a tese brasileira fosse aceita pela maioria dos países americanos, através do qual os proprietários do jornal reafirmam a defesa dos princípios conservadores, destacando as diferenciações dos regimes capitalistas e comunistas, ao final pedindo a expulsão de Cuba dos organismos americanos:

Mas que unidade? Aquela, “monolítica”, instaurada sangrentamente no império comunista e sustentada por crimes como os cometidos contra a Hungria? Ou a unidade baseada na coincidência de vontades livremente formadas e livremente expressas? Se for aquela, então toda a luta anti-imperialista que as democracias americanas vem travando e que se pode considerar vitoriosa terá sido, na opinião do chanceler brasileiro, inútil. Mas se for a segunda, então a “institucionalização” do problema cubano só poderá consistir na sacramentação jurídica da realidade criada por Cuba, isto é, no afastamento oficial deste país do sistema interamericano que ela própria renegou e jurou desintegrar.<sup>385</sup>

O editorial concluiu contestando que pudesse ser oferecido a Cuba o mesmo status da Finlândia, ironiza o sentido dos princípios da autodeterminação dos povos e da não-intervenção e conclui afirmando que “os responsáveis pela política externa brasileira desmerecem” as “tradições do Itamarati”<sup>386</sup>.

A “institucionalização” volta a ser tema na charge de Hilde Weber na edição do dia 16 de janeiro. Na imagem, observa-se – tal como durante o episódio do reatamento com a URSS – um descuidado e negligente ministro San Tiago Dantas literalmente empurrando Fidel Castro para dentro das cercanias da “OEA”. A crítica está contida no fato de que Fidel, apesar de tragar charuto e portar uma volumosa barba, é retratado como uma malcriada criança prestes a adentrar não exatamente na OEA, mas no “estabelecimento educacional” “Jardim O Pequeno Príncipe ~ OEA”, sendo observado por duas outras crianças desconfiadas atrás do portão entreaberto (no plano diplomático, as crianças representam “vulneráveis” lideranças/autoridades americanas). No bolso esquerdo do líder cubano, a presença de um estilingue que, dialogando com o editorial anterior, evidenciaria a pouca vontade de Fidel Castro ver a questão cubana “institucionalizada” – na verdade ele tramaria a “desintegração” do sistema interamericano<sup>387</sup>.

<sup>385</sup> *O Estado de S. Paulo*, 13 de janeiro de 1962, p. 3, editorial, “Institucionalização do problema cubano”.

<sup>386</sup> *O Estado de S. Paulo*, 13 de janeiro de 1962, p. 3, editorial, “Institucionalização do problema cubano”.

<sup>387</sup> Outra perspicaz charge que trata dessa temática da “institucionalização” foi publicada na edição de 19 de janeiro, na qual Cuba é retratada, pela chargista Hilde Weber, como um “lobo em pele de cordeiro” dentro do organismo da OEA, sendo que as demais nações americanas estão acuadas, como se estivessem com medo das intenções do “lobo cubano”. *O Estado de S. Paulo*, 19 de janeiro de 1962, p. 4, charge (Hilde Weber), “OEA”.

Figura 27 – Charge (Hilde) – “Institucionalização” (16 de janeiro de 1962, p. 4)



Na edição do dia 19 de janeiro *O Estado de S. Paulo* repercute as teses brasileiras que seriam defendidas na Reunião através do editorial “O manifesto dos ex-chanceleres”. A razão desse título explica-se em razão de dois dias atrás José Carlos Macedo Moraes, João Neves da Fontoura, Vicente Rao e Horácio Lafer terem divulgado à imprensa um manifesto<sup>388</sup> contra a PEI. Esses quatro ex-chanceleres conservadores, citando a Declaração de Costa Rica de 1960, afirmam que Fidel se distanciou dos “compromissos assumidos por seu país”, instaurou na ilha “um regime de discricionarismo” e, condenando o comunismo, defendem que “até por instinto de conservação”, durante a futura Reunião os países deveriam isolar “Cuba do nosso convívio político, através do rompimento coletivo das relações diplomáticas, que a elimine da OEA”<sup>389</sup>. *O Estado* inicia o editorial com a lembrança do “pronunciamento da maioria da imprensa”<sup>390</sup> contra a posição assumida pela Chancelaria brasileira em relação ao problema a ser discutido na próxima conferência de Punta del Este”, ao passo que ao longo do texto

<sup>388</sup> O jornal informa na segunda capa o manifesto através da manchete “Quatro Ex-Chanceleres Pedem a Condenação de Cuba em Punta del Este”. *O Estado de S. Paulo*, 18 de janeiro de 1962, segundo clichê.

<sup>389</sup> Declaração sobre a nota dos ex-ministros das Relações Exteriores, publicada em 17 de janeiro de 1962. In: DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Brasília: FUNAG, 2011 [1962]. p. 109.

<sup>390</sup> Durante o seu XVI Congresso Anual, a Associação Interamericana de Imprensa, de acordo com a resolução aprovada, condenou “o fato de o sistema surgido para devolver a liberdade a Cuba se ter convertido num instrumento de opressão do pensamento livre”, no qual recomenda “aos jornais-membros da AII que apoiem a necessidade – em defesa do Hemisfério – da adoção de medidas de salvaguarda do acervo espiritual do Continente, por parte dos Estados americanos, condenando a política do dr. Castro, porquanto constitui seu regime uma “cabeça de ponte” para a penetração do comunismo na América Latina e o converte num perigo para a segurança e estabilidade continental”. *O Estado de S. Paulo*, 17 de janeiro de 1962, p. 2, AII pede sanções contra Cuba. In. Definem-se as posições que serão defendidas durante a conferência dos chanceleres.

celebra o manifesto de Moraes, Fontoura, Rao e Lafer a ainda oferece uma interpretação própria, na qual deixa evidente seus princípios moralistas:

Em resumo: o que os autores do memorial pretendem é impedir que se pratique contra as nações que em nós sempre confiaram, um ato de deslealdade que de modo nenhum se coaduna com a nossa índole e as nossas tradições e que só teria como resultado “aniquilar” a mais completa organização de convivência internacional existente no mundo.<sup>391</sup>

Da parte do governo, o ministro San Tiago<sup>392</sup> procura retirar o conteúdo crítico do manifesto, homenageia os “ilustres” signatários, diz que “não recebe senão como colaboração” a carta, porém rechaça os pedidos de expulsão do Estado cubano da OEA apesar de condenar “o comunismo internacional”, afirmando que o “isolamento conduziria a resultados opostos aos que desejam” os ex-chanceleres e indaga “que alcance prático teria, para reconduzir à democracia um Estado socialista, [...] a retirada de missões diplomáticas americanas?”<sup>393</sup>. Essa colocação apresentou-se inútil para os produtores de *O Estado de S. Paulo*. No editorial de 20 de janeiro, o jornal afirma que a resposta do ministro do Exterior “não veio a melhorar de modo nenhum a posição de s. exa.”. *O Estado* inclusive sinaliza uma contradição entre “as palavras endereçadas pelo sr. San Tiago Dantas ao chanceler mexicano e as declarações que vem fazendo sobre a posição do Brasil oficial em Punta del Este”<sup>394</sup>.

A alegada contradição nas posições defendidas por San Tiago Dantas é trabalhada por duas charges. Na primeira, de autoria de Biganti, na edição de 12 de janeiro, o ministro do Exterior organiza pacientemente sua mala com a etiqueta “Punta del Este”. A perspicaz crítica do chargista está no fato de que na pasta do ministro, encostada na mesa ao lado e que lhe acompanharia durante toda a Reunião, está escrito o enunciado “Autodeterminação = Paredón”. Essa importante diretriz da PEI já havia sido sumariamente criticada pelos editorialistas: “Que fazer com os refugiados? Como impedir que preparem a luta libertadora? Como institucionalizar a questão?”<sup>395</sup>

<sup>391</sup> *O Estado de S. Paulo*, 19 de janeiro de 1962, p. 3, editorial, “O manifesto dos ex-chanceleres”.

<sup>392</sup> Como no caso do manifesto, o jornal informa sobre a resposta do ministro do Exterior aos ex-chanceleres, igualmente na segunda capa, na edição do dia seguinte: “San Tiago Responde ao Memorial”. *O Estado de S. Paulo*, 19 de janeiro de 1962, segundo clichê.

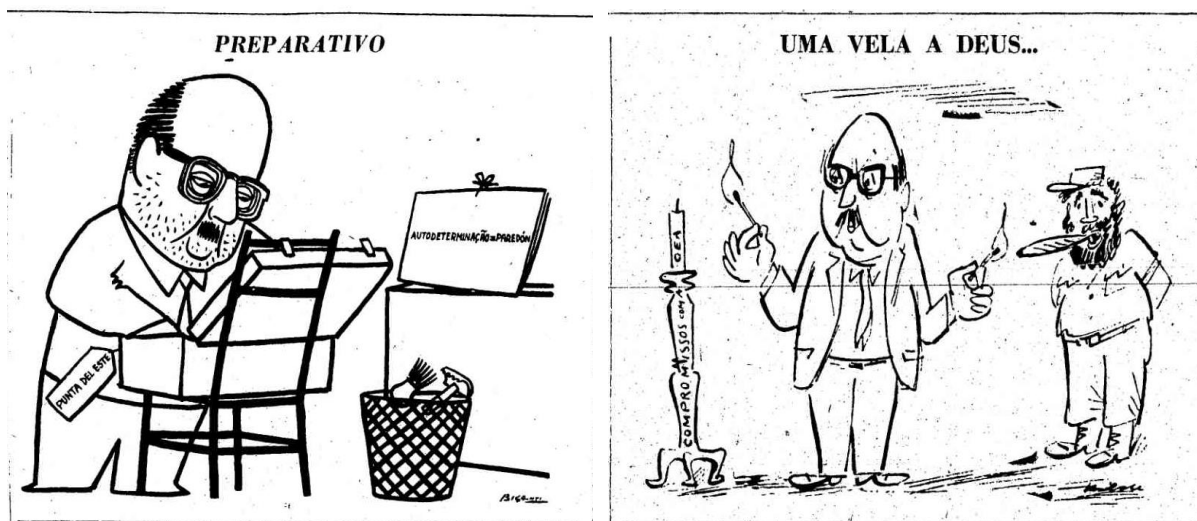
<sup>393</sup> Declaração sobre a nota dos ex-ministros das Relações Exteriores, publicada em 17 de janeiro de 1962. In: DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Brasília: FUNAG, 2011 [1962]. pp. 107-111.

<sup>394</sup> *O Estado de S. Paulo*, 19 de janeiro de 1962, p. 3, editorial, “Cadeia de contradições”. O editorial refere-se ao encontro entre o ministro brasileiro e seu homólogo mexicano Manoel Tello que oportunizou a firmação de uma Declaração Conjunta na qual os dois chanceleres se comprometiam a defender os princípios da OEA – que de acordo com o jornal não estavam sendo realmente defendidos.

<sup>395</sup> *O Estado de S. Paulo*, 13 de janeiro de 1962, p. 3, editorial, “Institucionalização do problema cubano”.

Figura 28 – Charge (Biganti) – “Preparativo” (12 de janeiro de 1962, p. 4)<sup>396</sup>

Figura 29 – Charge (Hilde) – “Uma Vela à Deus...” (21 de janeiro de 1962, p. 4)



Já na charge seguinte (acima), do dia 21 de janeiro, San Tiago Dantas acende dois fósforos: uma para os “compromissos com a OEA” e, outro, para o inseparável charuto de Fidel Castro. O traço negativo pode ser totalmente compreendido atentando-se para o título da charge que faz referência a um ditado popular: “Uma vela à Deus...”, com reticências que mais dizem do que silenciam. Ora, Fidel não está portando nenhuma vela, de maneira que se foi oferecida uma vela à “divindade” OEA, ao líder cubano somente restaria a designação de... diabo (o que representaria a contradição alegada no editorial, posto que não daria para sustentar duas teses tão antagônicas<sup>397</sup>).

Após os estudos preliminares, inicia-se oficialmente a VIII Reunião no dia 24 de janeiro. Na edição de 26 de janeiro, *O Estado* publica o editorial “O Itamarati em Punta del Este”. Nele, oferece um duro comentário acerca do discurso pronunciado pelo ministro San Tiago Dantas durante a Comissão Geral da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos. Diz que “piora de momento a momento a posição em que se colocou nos debates a representação chefiada” pelo ministro do Exterior e que em razão da posição de Dantas, “à custa do prestígio da Chancelaria brasileira”, o país isolava-se de outras nações que se “colocaram resolutamente contra Cuba comunista e a favor da tese defendida pela Colômbia,

<sup>396</sup> Curiosamente San Tiago Dantas, mesmo com a barba já crescida, jogou no lixo seus utensílios de barbear. Estaria Biganti sinalizando implicitamente um desejo por parte do ministro do Exterior de ficar parecido com o “barbudo” Fidel Castro?

<sup>397</sup> *O Estado de S. Paulo*, 20 de janeiro de 1962, p. 3, editorial, “Cuba em face do Direito Internacional”. Neste editorial, publicado da edição do dia seguinte à da charge, o jornal afirma, nitidamente referindo-se a San Tiago Dantas, que “os responsáveis pela política externa do Brasil” preconizam uma “atitude de contemporização” para o trato do problema cubano, no qual novamente questionam a validade do uso dos princípios de autodeterminação e soberania para a defesa do regime de Fidel Castro.

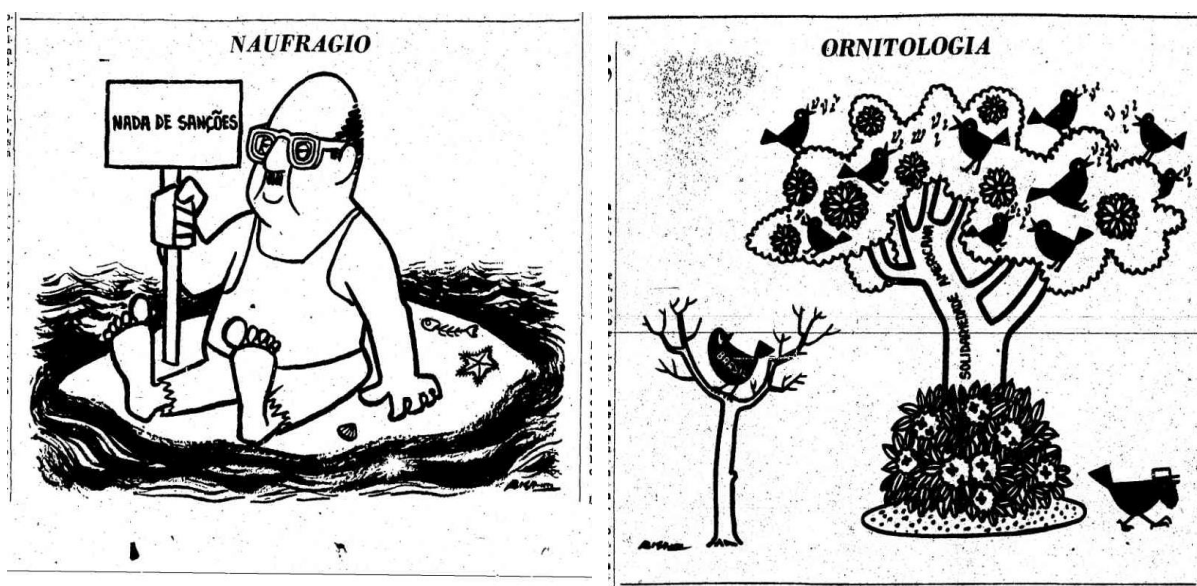
Venezuela e Estados Unidos”<sup>398</sup>, qual seja: a de não aplicar sanções militares ou econômicas, porém expulsar Cuba da Organização dos Estados Americanos.

Na edição do dia seguinte, o jornal publicaria um texto de Ruy Mesquita, colunista de O Estado e que fora para Punta del Este como enviado especial da Conferência. Com o impactante título “Ausência de posição”, Ruy Mesquita afirma, ratificando aquilo que já havia sido apresentado em editorial, que os “subterfúgios”, “as hesitações, tergiversações, e o medo de afirmar” da delegação liderada por San Tiago “tem comprometido profundamente o prestígio do Brasil em Punta del Este”, complementando que “Não é oposição do Brasil que criticamos. É a ausência de posição”<sup>399</sup>.

Essa posição crítica dos proprietários do jornal encontra eco em duas charges, ambas de autoria de Biganti:

Figura 30 – Charge (Biganti) – “Naufrágio” (27 de janeiro de 1962, p. 4)

Figura 31 – Charge (Biganti) – “Ornitologia” (30 de janeiro de 1962, p. 4)



Na primeira charge, à esquerda, o ministro San Tiago Dantas, na condição de “náufrago” da VIII Reunião, está vestido somente com uma camiseta e calça maltrapida. O

<sup>398</sup> *O Estado de S. Paulo*, 26 de janeiro de 1962, p. 3, editorial, “O Itamarati em Punta del Este”. Na edição de 25 de janeiro, o jornal já havia destacado em manchete o “grande discurso do chanceler colombiano”, com texto assinado por Ruy Mesquita, filho do diretor de *O Estado* que deslocara para o Uruguai como enviado especial.

<sup>399</sup> *O Estado de S. Paulo*, 27 de janeiro de 1962, capa, coluna Ruy Mesquita, “Ausência de posição”. Na edição seguinte, o mesmo Ruy Mesquita celebra com grande entusiasmo o discurso de Dean Rusk, delegado dos EUA, favorável à expulsão de Cuba da OEA, na qual teria dado uma verdadeira “aula sobre determinação”. *O Estado de S. Paulo*, 28 de janeiro de 1962, capa, coluna Ruy Mesquita, “Uma aula de Rusk sobre autodeterminação”. *O Estado de S. Paulo*, 26 de janeiro de 1962, capa, “Ausência de posição”. Algo parecido foi defendido pelo cardeal da Igreja Católica Dom Jaime Câmara, que afirma ser “confusa” a PEI. *O Estado de S. Paulo*, 25 de janeiro de 1962, p. 4, “D. Jaime: confusa a política exterior do Brasil”.

motivo do naufrágio é a sua persistência em defender durante os debates da Reunião a tese de não ser aplicada à Cuba nenhuma punição de ordem política, militar ou econômica”, o que pode-se depreender da placa que o político segura: “Nada de sanções”. Já na segunda, à direita, o Brasil é representado como um pássaro e enquanto várias outras aves cantarolam e harmonizam-se na florida árvore da “Solidariedade Americana” da OEA, a delegação brasileira encontra-se distante e sozinha na diminuta árvore seca, sem nenhuma folha, o que representaria, no traço de Biganti, o “isolamento” e a “ausência” já afirmados nos editoriais e coluna de Ruy Mesquita.

No encerramento dos debates da VIII Reunião é colocado em votação as apreciações das delegações americanas, tendo como resultado a expulsão de Cuba dos organismos continentais. O Brasil e outros seis países mantiveram-se contrários a qualquer sanção, mesmo de cunho político, somente apoiando o afastamento do Estado cubano da JID. Em editorial de 30 de janeiro o jornal analisa esse posicionamento de San Tiago Dantas, considerando novamente contraditórios seus argumentos jurídicos, no qual insinua que o ministro possuiria interesses eleitoreiros inconfessáveis e acusa ter o chanceler “minado o prestígio brasileiro diante da opinião pública continental”, afastando-se do tradicionalismo do Itamarati:

Analisando com frieza objetiva as posições que o chanceler brasileiro adotou, não conseguimos escapar à impressão de que no plano propriamente político, seguem objetivos alheios ao problema internacional criado pelo comunismo cubano. Com efeito, não deixa de constituir uma contradição a disposição de San Tiago Dantas de expulsar Cuba imediatamente da Comissão Interamericana de Defesa [sic], e, ao mesmo tempo, sua recusa em admitir sua expulsão da própria OEA. [...] O chanceler Dantas, além disso, longe de considerar encerrada sua carreira política, julga que com sua atuação em Punta del este, procurando satisfazer gregos e troianos, concordando com a expulsão de Castro da OEA em teoria e impedindo sua execução na prática, consegue fortalecer sua projeção no plano nacional. Não se sabe ainda se suas ambições políticas foram bem servidas em Punta del Este. O que se sabe, porém, é que o chanceler conseguiu minar o prestígio brasileiro diante da opinião pública continental.<sup>400</sup>

*O Estado* constrói uma argumentação que regressa ao primeiro semestre de 1961, enxergando inclusive uma prejudicial continuidade da diplomacia janista: “A provável explicação desta aparente contradição encontra-se na ambição do chanceler brasileiro de fazer valer o legado político do ex-presidente Jânio Quadros, que considerava a *defesa do regime cubano* a suprema prova da independência política do Brasil”<sup>401</sup>.

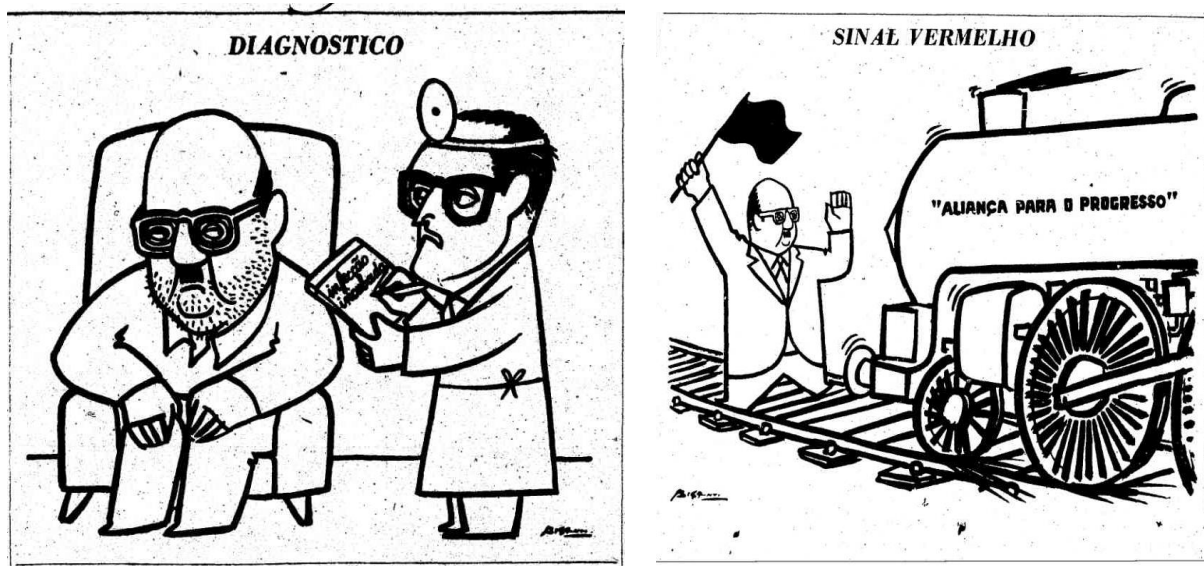
Este controverso posicionamento da delegação brasileira é retratada em duas charges:

<sup>400</sup> *O Estado de S. Paulo*, 30 de janeiro de 1962, p. 3, editorial, “Aproxima-se do fim a Conferência”. Grifo meu.

<sup>401</sup> Idem.

Figura 32 – Charge (Biganti) – “Diagnóstico” (04 de fevereiro de 1962, p. 4)<sup>402</sup>

Figura 33 – Charge (Biganti) – “Sinal Vermelho” (26 de janeiro de 1962, p. 4)



Na primeira, à esquerda, o doente San Tiago Dantas está levemente inclinado para frente da poltrona e com as mãos apoiadas nos joelhos. Ele é atendido pelo médico Carlos Lacerda, crítico contundente da Política Externa Independente, de tal forma que o “diagnóstico” do governador da Guanabara é o de que o ministro do Exterior estaria sofrendo de “infecção incubada”. Perceba o duplo sentido e o trocadilho presente na expressão: o chanceler, que acabara de julgar o destino de Cuba dentro do sistema interamericano, estaria sofrendo de uma infecção em estágio de incubação – uma referência implícita de defesa do regime cubano por parte de San Tiago. Já na charge à direita, Biganti concentra-se nas consequências econômicas: o ministro brasileiro levanta uma bandeira “bloqueando” a “locomotiva” da “Aliança para o Progresso”. A opção do chargista pela imagem de uma locomotiva, símbolo de desenvolvimento e modernização, não é fortuita: induz a leitura que San Tiago Dantas, através de sua postura intransigente ou mesmo “obstrucionista” (perceba-se o ministro sobre os trilhos da ferrovia) durante os debates da VIII Reunião de Consulta, estaria conscientemente prejudicando os interesses daquele plano econômico apresentado pelos EUA aos países da América Latina<sup>403</sup>.

<sup>402</sup> Exatamente abaixo da charge foi publicada uma entrevista concedida para a *Tribuna da Imprensa* com o líder dos exilados cubanos, Miró Cardona, que exortava toda a humanidade escolher entre os dois regimes políticos. *O Estado de S. Paulo*, 04 de fevereiro de 1962, p. 4, “Cardona: é necessário optar pelo comunismo ou pela democracia”.

<sup>403</sup> Curiosamente alguns dias depois o jornal publica em manchete o alerta de que o país poderia vir perder parte dos financiamentos da ALPRO. *O Estado de S. Paulo*, 07 de fevereiro de 1962, capa, “Ameaçado o Brasil de perder parte dos benefícios da ‘Aliança para o Progresso’”. Em outra charge, Almino Afonso, uma das lideranças do PTB (correligionário de San Tiago Dantas) na Câmara dos Deputados, aparece destruindo as bases da

O jornal ainda publicaria dois editoriais dando conta da Reunião. No primeiro, os produtores de *O Estado* mantêm forte crítica ao ministro do Exterior, ao qual afirma “nunca ter sido um “homem de convicções políticas”. San Tiago, continua o texto, atuara de maneira a prejudicar, através de um “sofisma revelador de má-fé”, a tradição secular do Itamarati: “Agiu, entretanto, de maneira habilidosa, deixando ao Brasil a responsabilidade por uma atitude de que não poderá resultar senão um grande desprestígio moral do nosso País e o debilitamento da defesa continental”. Desprestígio que também afetaria os EUA na OEA:

A sua insensibilidade não iria até o ponto de jogar o destino da Nação numa partida da qual saísse vencedora a República cubana. Mas desde que os seus calculozinhos pessoais saíssem beneficiados, não hesitaria s. exa. em diminuir o nome brasileiro, fazendo aparecer em face do mundo como o fautor da diminuição do prestígio norte-americano no seio das nações do Ocidente.<sup>404</sup>

O último editorial sobre a Conferência de Punta del Este destaca um suposto afastamento do governo federal com o sentimento geral da população brasileira. Intitulado “Governo *versus* opinião pública”, *O Estado* disserta que tal incompatibilidade “surge, aliás, como consequência do desequilíbrio político em que vive a grande maioria dessas nações”, citando posteriormente os casos do Equador, no qual o ministro do Exterior desse país fora expulso do seu partido por ter abstencionado-se na votação contra a expulsão de Cuba da OEA. Também seria o caso do Brasil, que “se obstina em contrariar a opinião nacional inequivocamente manifestada pela série de eleições em que se processou nos Estados a queda do regime imposto pelas organizações partidárias getulistas”, referindo-se ao pleito de 3 de outubro de 1960. Partindo de princípios moralistas, o jornal conclui que esse distanciamento seria visível entre os militares, os religiosos e a maior parte dos parlamentares para com a posição da diplomacia da PEI:

Essa mesma reação contra um *ato amoral* do governo brasileiro – a nossa abstenção em Punta del Este – esboçou-se no seio das nossas Forças Armadas. Foi, aliás, preciso que o sr. Ministro das Relações Exteriores desse minuciosas explicações aos representantes das três Armas para que estas não fossem mais longe no seu protesto. A Nação brasileira não aceita de modo algum o ponto de vista sustentado em Punta del Este pela nossa delegação. E, através, da sua imprensa, pela voz dos chefes da Igreja e pelas manifestações de grande número de congressistas, ela fez já sentir que *reprova inapelavelmente* a posição assumida pelo Brasil no Uruguai.<sup>405</sup>

---

ALPRO, nesse caso representada por uma pilastra. *O Estado de S. Paulo*, 20 de janeiro de 1962, p. 4, charge (Biganti), “Alminismo”.

<sup>404</sup> *O Estado de S. Paulo*, 01 de fevereiro de 1962, p. 3, editorial, “A defesa do Continente e o Itamarati”.

<sup>405</sup> *O Estado de S. Paulo*, 03 de fevereiro de 1962, p. 3, editorial, “Governos *versus* opinião pública”. Grifo meu.



#### 4.5 “Sensação de desmoronamento”: *O Estado* e o Brasil durante a Crise dos Mísseis

Divulgada pelo presidente John Kennedy no dia 22 de outubro, *O Estado de S. Paulo* inicia uma ampla cobertura à deflagração da crise dos mísseis entre Cuba, EUA e URSS. Tal como durante a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos que concluíra com a expulsão de Cuba da OEA, este episódio colocaria novamente à prova os postulados da “não-intervenção” e da “defesa da paz e da coexistência pacífica”, duas das diretrizes mais importantes da Política Externa Independente. Não somente a comunidade internacional, mas uma considerável parcela da sociedade brasileira se mobiliza perante o conflito militar na pequena ilha do caribe entre as duas superpotências da Guerra Fria: EUA *versus* URSS.

Na edição de 24 de outubro o jornal informa que “Kennedy proclamou ontem o bloqueio naval de Cuba” e em destacada manchete: “O mundo livre solidário com os EUA”<sup>406</sup>. Na segunda capa dessa mesma edição, reservada ao noticiário nacional, *O Estado* publica um posicionamento brasileiro que vai ao encontro da alegada solidariedade do “mundo livre”: “Goulart Afirma Que o Brasil Ficará ao Lado dos EUA”<sup>407</sup>.

À família Mesquita, proprietária do jornal e que tinha os EUA como grande modelo de democracia liberal, afigurava-se como determinante a sua solidariedade à medida executada pelo presidente Kennedy no dia 22, através do bloqueio naval e da “quarentena”:

O presidente John Kennedy, cômico das suas responsabilidades perante seu país, perante a opinião deste mundo fatalmente em seu próprio nome e em nome de todo o povo dos Estados Unidos e invocando os interesses superiores da segurança do seu país, do Hemisfério e de todos os países que ligaram seu destino à sobrevivência dos ideais e dos valores da civilização ocidental, assumiu o solene e definitivo compromisso de enfrentar, *com todos os meios que estão à sua disposição*, todos e quaisquer desafios que decorram da intervenção soviética ora em curso na região do Caribe e em estado de preparação em numerosas outras áreas do planeta. Suas palavras, com clareza e simplicidade, traduzem a dramaticidade das resoluções tomadas por todos os órgãos competentes de uma grande e verdadeira democracia.<sup>408</sup>

Nesse dia 24 de outubro, pela manhã, foi realizado uma reunião do Conselho da OEA, informado à imprensa no dia anterior pelo subsecretário de Estado dos EUA para as Questões Interamericanas, Erwin Martin. Nela, foram aprovadas duas resoluções propostas pelos EUA. O Brasil, através do delegado Ilmar Penna Marinho, apoiou a solicitação estadunidense de um órgão provisório de consulta, entretanto, não apoiou especificamente a proposta da quarentena, pois o governo mantinha reservas quanto à necessidade do emprego da força, no

<sup>406</sup> *O Estado de S. Paulo*, 24 de outubro de 1962, capa.

<sup>407</sup> *O Estado de S. Paulo*, 24 de outubro de 1962, segundo clichê, “Goulart Afirma Que o Brasil Ficará ao Lado dos EUA”.

<sup>408</sup> *O Estado de S. Paulo*, 24 de outubro de 1962, p. 3, editorial, “A hora da decisão”. Grifo meu.

qual o Brasil requisitara uma votação preliminar, parágrafo por parágrafo, da resolução, de modo que a diplomacia brasileira não chancelasse uma posição que fosse de encontro a sua doutrina, isto é, da Política Externa Independente.

Sobre este ponto, *O Estado* noticia que Penna Marinho “ressaltou que o bloqueio e até o emprego da força armada estão previstos pelo Tratado do Rio, mas que seu país não pode aprovar o tipo de bloqueio que se procura aplicar a barcos procedentes de países que não fazem parte do Hemisfério americano”<sup>409</sup>. Já o primeiro-ministro e chanceler Hermes Lima, pronunciando-se para um grupo de líderes sindicais e uma delegação da UNE e reforçando a diretriz da PEI acerca da autodeterminação dos povos, diz que Cuba “por estar fazendo uma experiência socialista, não perde com isso a condição de país americano. E nenhum país da América deve receber receitas de fora para tais revisões”<sup>410</sup>.

Essa posição oficial do Brasil não é recebida positivamente pelo jornal. Pelo contrário. Ainda no editorial “A hora da decisão” da edição de 24 de outubro, *O Estado* chama com duros termos à (ir)responsabilidade das autoridades brasileiras:

Só uma propaganda primária, apelando para a ignorância e a má-fé, pode tentar fazer crer que as resoluções que o governo Kennedy acaba de tomar, visam Cuba e a derrubada do regime castrista. Não é Cuba que ameaça os Estados Unidos e o Hemisfério ocidental; é o poderio soviético instalado na Ilha, e que a partir de lá, embora com a cumplicidade de um megalomaniaco incendiário, desafia a segurança e a sobrevivência das Américas. [...] Foi justamente este fato – o fato de Cuba não passar de uma peça, no máximo de um instrumento da estratégia global da União Soviética – que não foi compreendido pelos governantes do Brasil, *homens inferiores*, do gabarito dos Jânio Quadros, dos Jango Goulart, dos Afonso Arinos, dos San Tiago Dantas, e dos Hermes Lima. Todos eles, levados pela própria inferioridade [...] *diplomatas improvisados sem perspectiva, sem cultura especializada, sem o sentido da própria responsabilidade, sem fé política, sem coragem moral.*<sup>411</sup>

Essa alegada “improvisação” de “homens inferiores” e “sem perspectiva” é retratada três dias depois em duas charges publicadas na mesma edição e mesma página de *O Estado*:

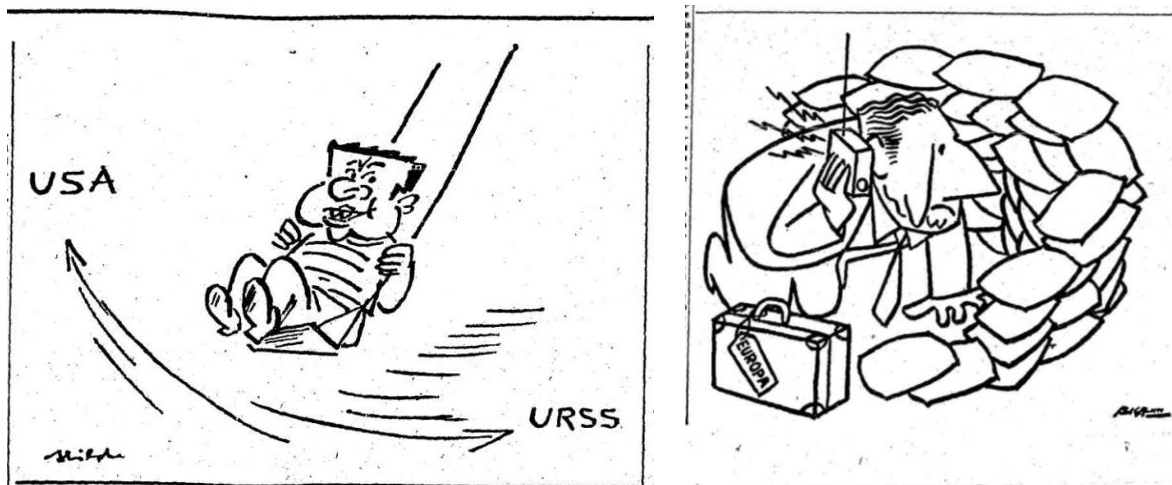
<sup>409</sup> *O Estado de S. Paulo*, 24 de outubro de 1962, capa, “OEA: aplicado o Pacto do Rio para desfazer a ameaça nuclear contra o Hemisfério Ocidental”.

<sup>410</sup> *O Estado de S. Paulo*, 24 de outubro de 1962, segundo clichê, “Goulart Afirma Que o Brasil Ficarà ao Lado dos EUA”.

<sup>411</sup> *O Estado de S. Paulo*, 24 de outubro de 1962, p. 3, editorial, “A hora da decisão”. De acordo com o jornal, “saltava aos olhos de qualquer um que a autodeterminação de Cuba passara já a ser mera ficção desde o dia em que seus chefes efetivamente se atrelaram ao carro de Moscou”. *O Estado de S. Paulo*, 06 de novembro de 1962, p. 3, editorial, “Triste papel”.

Figura 34 – Charge (Hilde) – Sem título (27 de outubro de 1962, p. 4)

Figura 35 – Charge (Biganti) – Sem título (27 de outubro de 1962, p. 4)



Na primeira, à esquerda (Figura 34), João Goulart é retratado como uma risonha criança brincando despreocupadamente em uma gangorra. Inusitadamente, entretanto, ao invés de projetar-se para frente ou para trás no brinquedo, o “infantil” presidente move-se ora para os EUA, ora para a URSS – porém, repare que há mais traços/riscos marcados (uma indicativo de predisposição) próximos à palavra “URSS” do que à “EUA. Hilde demonstra, assim, que o político brasileiro, apesar de executar movimentos erráticos, indefinidos e titubeantes, algo temerário para uma autoridade que deveria apresentar posicionamento claro, na essência se solidarizaria com a potência comunista.

Na charge ao lado, à direita, novamente Goulart é o personagem principal, mas diferente da charge anterior, o presidente está acuado, de joelhos e com graves marcas de expressão: suas bochechas e sua boca indicam nítida apreensão. Goulart também está “escondido” atrás de uma barreira artificial feita com sacos de terra, demonstrando explícito pavor em decorrência da conjuntura internacional. Por fim, o presidente atentamente escuta o noticiário através de um barulhento rádio, e ao menor indício de conflagração como consequência da Crise dos Mísseis, Goulart viajaria/exilar-se-ia rumo a algum país europeu (veja a mala com a etiqueta “Europa”). O resultado das duas charges, apesar do foco diferenciado, converge para uma mesma perspectiva: João Goulart não estaria preparado o suficiente para se portar diante de um difícil momento internacional, apresentando-se como um político “improvisado” e “sem o sentido da própria responsabilidade”, na qual as percepções contidas nas charges e no editorial se reforçam mutuamente.

Também o primeiro-ministro e chanceler Hermes Lima é sumariamente criticado pelo matutino paulistano. Seu prestígio, profissão e atuação política são colocados em xeque e sua fala sobre a “experiência socialista” cubana é vista como “rasteiros argumentos comunistas”.

Nós bem sabemos que o sr. Hermes Lima nada representa no Brasil e que nem o seu passado, nem as suas virtudes, nem os seus pendores o revestem de qualquer autoridade para interpretar o pensamento da Nação. [...] Fora das nossas fronteiras, soa a sua voz como a própria voz da Nação e é humilhados que nos apresentamos, assim, aos olhos do mundo a papagaiar, e a papagaiar com má fé, os mais rasteiros argumentos comunistas para a justificação da bota soviética a esmagar a independência cubana para converter a ilha num punhal do imperialismo moscovita assestado contra as nossas próprias costas.<sup>412</sup>

Em outro editorial, o jornal faz um comentário que evidencia o moralismo da família Mesquita: “É difícil compreender esta noção do justo e do injusto, do legítimo e do ilegítimo, num cidadão que se diz professor de Direito, cujo posto lhe atribui, naturalmente, a *missão de formador do espírito e do caráter da juventude*”<sup>413</sup>.

Demasiadamente desiludido com a posição da diplomacia da PEI e insinuando que as autoridades brasileiras desprezavam “as grandes tradições diplomáticas do Itamarati”, *O Estado* responsabiliza diretamente o governo do Brasil pelos acontecimentos que ganharam curso em Cuba, chegando ao limite de acusar o país de permitir a “nuclearização” da América Latina – aqui fica implícita a crítica que o jornal já fizera à política externa de não-intervenção de Jânio Quadros e ao voto do Brasil contrário à expulsão de Cuba da OEA durante a VIII Reunião de Consulta em janeiro de 1962:

Se houve um país que poderia ter impedido que a crise cubana assumisse as proporções atuais, esse país é o Brasil. Todavia, a política que os dirigentes brasileiros, *repudiando as grandes tradições diplomáticas do Itamarati*, adotaram sob o falso pretexto de evitar que a “guerra fria” e a “guerra quente” irrompessem na América Latina é uma das maiores responsáveis pelo fato de a América Latina ter sido transformada numa “área nuclearizada”. Foram os líderes da maior potência da América Latina que tomaram a *defesa do chefe do regime-satélite cubano* que se dispôs a entregar seu território soberano a uma potência estrangeira a fim de que esta nele construísse rampas para o lançamento de foguetes atômicos.<sup>414</sup>

Além da alegada não contribuição brasileira para dirimir o problema cubano pré-Crise dos Mísseis, o jornal não recebe bem a posição do Itamarati na votação do Conselho da OEA. Apoiando o bloqueio naval, mas recusando-se a endossar o uso da força contra Cuba, *O Estado* argumenta em editorial que foi “extremamente desagradável a posição” do Brasil, na

<sup>412</sup> *O Estado de S. Paulo*, 26 de outubro de 1962, p. 3, editorial, “Leviandade e irresponsabilidade”.

<sup>413</sup> *O Estado de S. Paulo*, 27 de outubro de 1962, p. 3, editorial, “Sensação de desmoronamento”. Grifo meu.

<sup>414</sup> *O Estado de S. Paulo*, 24 de outubro de 1962, p. 3, editorial, “A hora da decisão”.

qual o “governo brasileiro tentou torpedear a atitude máscula dos dirigentes norte-americanos”<sup>415</sup>:

Diante desse insólito desafio [i.e: a presença dos mísseis balísticos em Cuba], todos os países membros da OEA se dispuseram a colocar-se, firme e decididamente, ao lado da grande República do Norte; [...] O próprio México não hesitou em fazer saber ao presidente Kennedy que, ante os perigos que ameaçavam não só a América mas o mundo inteiro, não seria a nação mexicana a quebrar a unidade continental. O *único país a romper essa magnífica demonstração de solidariedade coletiva* foi o Brasil. [...] Agindo com *inacreditável levandade*, o governo brasileiro apresentou, assim mesmo, as suas emendas, desdobrando o último parágrafo da proposição apresentada pelo sr. Dean Rusk [secretário de Estados dos EUA] de maneira que ficasse bem claro que o apoio do Brasil era ao bloqueio, mas com ressalvas ao emprego de violência contra Cuba.<sup>416</sup>

O isolamento da diplomacia brasileira alegado em editorial é reforçado pela charge de autoria de Biganti na edição de 1º de novembro. Nela, enquanto que as várias delegações das Américas se encaminham harmonicamente para dentro do Conselho da “OEA”, demonstrando solidariedade para com os EUA, o representante brasileiro, neste caso representado pelo presidente João Goulart (ao invés do embaixador Penna Marinho) está distante e “solitário” – daí o título –, com as mãos no queixo, como quem não compreendesse a situação – situação, essa é a alegação final do chargista, criada pelo próprio presidente.

Figura 36 – Charge (Biganti) – “O Solitário” (01 de novembro de 1962, p. 4)



<sup>415</sup> *O Estado de S. Paulo*, 30 de outubro de 1962, p. 3, editorial, “O Brasil ante a capitulação da URSS”.

<sup>416</sup> *O Estado de S. Paulo*, 30 de outubro de 1962, p. 3, editorial, “O Brasil ante a capitulação da URSS”. Grifo meu.

O motivo de tamanha rejeição da posição brasileira pelo *O Estado de S. Paulo* reside, especialmente, no postulado da autodeterminação dos povos defendido pela diplomacia da PEI. O jornal afirma que tal diretriz seria uma tese “fictícia”<sup>417</sup> e oriunda de “comunistas esfarrapados”. Utilizando-se de expedientes irônicos, diz:

É incrível que o intérprete institucional de um povo das tradições do brasileiro no culto das suas amizades e no cumprimento dos seus compromissos, venha a público, no instante em que o país líder do mundo democrático empenha a sua própria sobrevivência no afã de preservar a unidade continental, para alegar, como justificação das desonrosas reticências do governo federal no cumprimento de um dever inalienável, o princípio, pelos comunistas esfarrapados, da livre determinação dos povos, sobre ele erigindo o *direito soviético de intervir na vida americana!* Será inútil perguntar ao sr. Hermes Lima, como será inútil perguntar a qualquer simpatizante do comunismo onde está a livre determinação com que a Hungria se pôs sob a bota soviética, com que a Alemanha Oriental construiu o “muro da vergonha”, com que a Polônia aceita a dominação russa, com que a Estônia, a Letônia, a Romênia gozam a servidão vermelha. [...] Não é outra a livre determinação de que goza o sr. Fidel Castro para submeter o povo cubano às provações que o sr. Hermes Lima tem por “experiência socialista”.<sup>418</sup>

Durante o desenrolar das tratativas entre Washington e Moscou, quando ainda se nutria certa apreensão com os rumos da Crise dos Mísseis, o presidente João Goulart decide enviar à Havana o general Albino Silva como emissário do governo brasileiro para tratar diretamente com o primeiro-ministro cubano Fidel Castro. Goulart, com sua Política Externa Independente, objetiva com este ato colaborar diretamente com os esforços em busca da paz e da resolução do conflito. É a Missão Albino Silva<sup>419</sup>.

Sobre este episódio, *O Estado* vê com grandes reservas o envio do militar brasileiro e indaga: “O que teria dito e feito em Havana o representante especial dos srs. João Goulart e Hermes Lima – não sabemos”<sup>420</sup>. Não sabe, mas opina: “A intempestiva intervenção do Palácio da Alvorada na evolução dos acontecimentos que neste momento se verificam em Havana assume as proporções de um *disparate*”<sup>421</sup>. Para os proprietários do jornal, possuidores de uma cultura política conservadora e pró-Occidente (ou “mundo livre”, como o conceituavam) e entusiastas da liderança que os EUA exerciam no globo e especialmente no continente americano, o envio do general Albino configurava-se como uma “*estranha decisão de mandar a Cuba um representante do governo*” e complementam com um diagnóstico que

<sup>417</sup> *O Estado de S. Paulo*, 24 de outubro de 1962, p. 3, editorial, “A hora da decisão”.

<sup>418</sup> *O Estado de S. Paulo*, 26 de outubro de 1962, p. 3, editorial, “Leviandade e irresponsabilidade”. Grifo meu.

<sup>419</sup> DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **Questão de Cuba: a Política Externa Independente e a Crise dos Mísseis**. 379 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. p. 229-230.

<sup>420</sup> *O Estado de S. Paulo*, 06 de novembro de 1962, p. 3, editorial, “Triste papel”.

<sup>421</sup> *O Estado de S. Paulo*, 01 de novembro de 1962, p. 3, editorial, “A persistência no erro”. Grifo meu.

evidencia a oposição que a família Mesquita exercia contra a nova orientação dada à diplomacia brasileira através da PEI:

Os entendimentos entre as partes contendoras não podem sofrer a *intromissão* de quem não tenha *credenciais* para nelas tomar parte. [...] De momento, calaram-se norte-americanos e russos, bem como as nações do Hemisfério que se solidarizaram com a decisão norte-americana. A que título, pois, vem os srs. João Goulart e Hermes Lima *intrometer-se* nas negociações?<sup>422</sup>

Defensores de uma interdependência entre EUA e Brasil, ou em outro sentido, de um alinhamento automático do país com a política externa de Washington, ao *O Estado* tornava-se inaceitável que o Itamarati orientasse uma conduta “própria” e “independente” para a questão cubana. De acordo com o jornal o Brasil não teria prestígio suficiente para influenciar “dois formidáveis gigantes em disputa”. A Missão Albino é vista, assim, como um afronta, na qual teria “deslustrado”<sup>423</sup> o nome do Brasil no “mundo inteiro”:

Já é muito, mas ao mesmo tempo ainda muito pouco para explicar a imensidão da “*gaffe*” cometida pelo governo brasileiro, tomando a iniciativa, sem a solicitação de ninguém e sem nenhuma consulta previa a ninguém, de promover “mediações” com Fidel Castro – na reafirmação da curiosa doutrina da autodeterminação dos ditadores para a sangrenta escravização dos povos – a fim de resolver um conflito entre os Estados Unidos e a Rússia! Sorriu o mundo inteiro com tão *suburbana presunção*. Entretanto, em declaração oficial que representa uma pitada humorística na conturbação do momento internacional, declara-se o sr. presidente da República eufórico e orgulhoso do êxito, em Havana, do general Albino, seu enviado especial, na eficiente aplainação do terreno para a salvação da paz universal, pondo em brios dois formidáveis gigantes em disputa!<sup>424</sup>

Diante de todo esse quadro apresentado, a diplomacia brasileira recebe duras críticas dos proprietários de *O Estado de S. Paulo*. O jornal compreende que a PEI durante a Crise dos Mísseis, executada pelo “caudilho”<sup>425</sup> João Goulart e pelo “improvisado primeiro-ministro” e chanceler Hermes Lima, estaria abrindo “uma brecha na unanimidade do repúdio latino-americano à agressão comunista”.<sup>426</sup> As atuações de Hermes Lima e João Goulart inclusive são percebidas dentro de uma ampla engrenagem comunista atuante na política interna brasileira:

O que há de melindroso em tudo isto é que esses homens não agem por ignorância ou estupidez. Por muito primários que os srs. Goulart e Hermes Lima sejam em política internacional, a qualquer deles não pode escapar inteiramente o tristíssimo papel que estamos representando. A gravidade do caso está no fato de todas essas atitudes, incongruentes e contraditórias, serem ditadas pelos *assessores comunistas* ou simpatizantes introduzidos nas altas esferas do governo. São eles, como homens do partido, que *orientam* atualmente a política externa do País. São eles, no fim de

<sup>422</sup> *O Estado de S. Paulo*, 01 de novembro de 1962, p. 3, editorial, “A persistência no erro”. Grifo meu.

<sup>423</sup> *O Estado de S. Paulo*, 01 de novembro de 1962, p. 3, editorial, “A persistência no erro”.

<sup>424</sup> *O Estado de S. Paulo*, 02 de novembro de 1962, p. 3, editorial, “Tudo se coordena”. Grifo meu.

<sup>425</sup> *O Estado de S. Paulo*, 02 de novembro de 1962, p. 3, editorial, “Tudo se coordena”.

<sup>426</sup> *O Estado de S. Paulo*, 26 de outubro de 1962, p. 3, editorial, “Leviandade e irresponsabilidade”.

contas, os autores e inspiradores dos *desatinos* que o Brasil tem cometido em relação aos seus amigos e a si próprio.<sup>427</sup>

A “indigna”<sup>428</sup> política exterior “chamada por eles de ‘independente’”<sup>429</sup>, além da “infidelidade da Presidência do Conselho aos sentimentos nacionais”, da “desorientação do Ministério [do Exterior]” e da “baixa demagogia com que o esquerdismo nos arrasta à confusão”<sup>430</sup>, produzem um profundo desencantamento à família Mesquita: “Com ele se tem, como nunca antes de teve, a impressão de desmoronamento de um governo, de uma situação, de uma aventura”<sup>431</sup>.

---

<sup>427</sup> *O Estado de S. Paulo*, 06 de novembro de 1962, p. 3, editorial, “Triste papel”.

<sup>428</sup> *O Estado de S. Paulo*, 30 de outubro de 1962, p. 3, editorial, “O Brasil ante a capitulação da URSS”.

<sup>429</sup> *O Estado de S. Paulo*, 24 de outubro de 1962, p. 3, editorial, “A hora da decisão”.

<sup>430</sup> *O Estado de S. Paulo*, 27 de outubro de 1962, p. 3, editorial, “Sensação de desmoronamento”.

<sup>431</sup> *O Estado de S. Paulo*, 27 de outubro de 1962, p. 3, editorial, “Sensação de desmoronamento”. O jornal, apoiando-se em argumentação moralista comum aos Mesquitas, afirma em outro editorial que “Temos um ideal e uma concepção das coisas que se não coaduna com o amoralismo dos meios oficiais. O Brasil não esquece o seu passado nem renega as suas tradições e repele com indignação o aviltamento a que o pretendem sujeitar”. *O Estado de S. Paulo*, 30 de outubro de 1962, p. 3, editorial, “O Brasil ante a capitulação da URSS”.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação procuramos demonstrar que o encaminhamento e o sentido da Política Externa Independente, concomitante à sua execução pelo governo federal, foi disputada nas páginas de dois grandes jornais brasileiros: *Tribuna da Imprensa* e *O Estado de S. Paulo*. Tanto o vespertino carioca quanto o matutino paulistano não somente divulgaram, mas também apresentaram seus posicionamentos oficiais acerca daquela diplomacia brasileira, através das áreas opinativas dos editoriais. Os setores das charges e das manchetes igualmente foram constantemente utilizados para se debater as diretrizes da PEI.

Dada a nossa opção por trabalhar com a *Tribuna da Imprensa* e *O Estado de S. Paulo*, torna-se essencial, inicialmente, a indicação de possíveis aproximações e afastamentos observados acerca das representações da PEI nesses dois jornais brasileiros.

No que se refere à experiência diplomática do governo Jânio Quadros, percebe-se que o vespertino carioca apresenta clara simpatia às primeiras medidas voltadas para a política internacional: a *Tribuna* estampa em manchete de 7 de fevereiro a “nova linha do Itamarati”, afirmando que na “raiz da providência” de aproximação diplomática e comercial do Brasil com os países comunistas estaria o “firme propósito do novo governo de, fiel às nossas tradições, manter relações com todos os povos do mundo”, aderindo, assim, a duas das diretrizes da PEI, quais sejam: a busca da paz mundial e a ampliação das relações comerciais brasileiras. Presença constante nas páginas da *Tribuna*, a chargista Hilde Weber celebra o Itamarati em sua moderna versão “Bossa Nova”. O jornal também nega qualquer tipo de tentativa de vinculação a “fórmulas totalitárias” e rechaça que tais medidas se configurassem como um “sentimento de hostilidade aos Estados Unidos”.

*O Estado*, entretanto, apesar de celebrar a derrota do candidato governista nas eleições de 1960, desde os primeiros dias de governo Jânio Quadros vê com grandes reservas a diplomacia da PEI. Além de destacar que o discurso do presidente sobre os acontecimentos de Cuba “não agradaram a muitos” brasileiros, o matutino critica que “nem uma palavra” Jânio “dedicou à nossa aliança” com os EUA – grande modelo de democracia liberal para a família Mesquita –, de modo que o presidente reduzira “suas declarações sobre política exterior à algumas frases inócuas e inexpressivas”. Acerca da aproximação brasileira com o Leste Europeu, igualmente desaprova *O Estado*: de acordo com os “nossos economistas” as “perspectivas de comércio” seriam “praticamente insignificantes”. Em editorial de 8 de junho

o jornal denuncia que Jânio estaria impondo um “caráter iniludivelmente esquerdista” à Política Externa Independente.

A condecoração de Che Guevara com a medalha da Grã-Ordem do Cruzeiro do Sul proporciona pela primeira vez uma aproximação entre *O Estado de S. Paulo* e a *Tribuna da Imprensa*. Ambos os jornais recebem a notícia com profunda desaprovação. A *Tribuna* inclusive contraria aquilo que havia defendido em fevereiro de 1961 para, a partir desse momento, argumentar que o “personalista” Quadros “com sua política exterior” estaria “conduzindo o Brasil para a área do comunismo, permitindo um processo de infiltração” que progressivamente enfraqueceria as “nossas instituições democráticas”. Ainda de acordo com o vespertino carioca, a PEI passa a ser vista como “deplorável”, “leviana” e “desastrosa”. *O Estado* mantém o mesmo descontentamento: pautando-se por um “exagero das condecorações” – ideia que é reforçada pela charge de Edmondo Biganti intitulada “Condecoromania” –, Jânio Quadros estaria, em nome do Brasil, “abdicando dos nossos ideais em favor dos do adversário de nossas mais altas e puras convicções” – ideia que relaciona-se com a charge “Gratidão”.

Há, entretanto, uma fundamental diferença acerca da condecoração nos dois jornais: enquanto a *Tribuna* critica fortemente o ato de Jânio, apesar de eximir de qualquer responsabilidade o ministro do Exterior Afonso Arinos – perspectiva reforçada pela charge “Pilatos” de Hilde na qual Arinos “lava as mãos” –, na visão de *O Estado* não somente Quadros, mas também Arinos deveria ter a sua atuação no Itamaraty desaprovada e criticada, posto que o chanceler estaria contribuindo para “agravar os erros presidenciais com erros ainda maiores e mais imperdoáveis”, o que aos olhos de um analista internacional, “alheio” às “filiações partidárias” e ao “passado” do chanceler, prossegue o jornal, Arinos poderia inclusive ser confundido como um “marxista” dado os seus pronunciamentos sobre a “política cubana” e as tratativas que visavam ao reatamento com a URSS.

Nos três episódios seguintes os dois jornais apresentam uma interpretação cada vez mais próxima no que se refere à Política Externa Independente. E se a *Tribuna da Imprensa* e *O Estado de S. Paulo* já insinuavam certo entusiasmo do presidente Quadros para com o comunismo (o que fazia com que enxergassem o mandatário com desconfiança), a partir do governo João Goulart essa acusação torna-se onipresente nas produções (editoriais, charges, colunas e manchetes) desses dois periódicos. A oficialização, em 23 de novembro de 1961, do reatamento de relações diplomáticas do Brasil com a URSS veio a extravasar essa perspectiva

já por deveras crítica. De acordo com a *Tribuna*, o reatamento seria uma “traição” aos “reais interesses nacionais”. O discurso sobre a “infiltração comunista” e do “perigo vermelho” evidencia-se nos editoriais e as *charges* – “Está Entregue”, “O Brinquedo Novo” e “O ‘Professor de Anticomunismo’” – reforçam essa perspectiva negativa. *O Estado de S. Paulo* se pauta com argumentação semelhante, aliás, no qual reforça o que havia dito ainda durante o governo anterior quando Jânio Quadros acenou já naquela época com a possibilidade de o Brasil reatar com a superpotência comunista: isto é, “muito pouca coisa se pode esperar no terreno econômico do ato” – perspectiva que fica patente nas *charges* “Bezerro de Ouro” e “Café Pequeno”. Assim como o jornal carioca, *O Estado* enxerga no reatamento a oportunidade oferecida aos soviéticos, pelos “desajustados mentais” do governo, de se “infiltrarem” nas instituições brasileiras – ponto de vista alinhado com as *charges* “Animais Domésticos” e “Tapete Vermelho”.

Nos episódios da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos (janeiro de 1962) e da Crise dos Mísseis (outubro de 1962) a diplomacia brasileira defronta-se com o problema cubano. Novamente a PEI é criticada pelos proprietários da *Tribuna da Imprensa* e de *O Estado de S. Paulo*. O “desvirtuamento” da Revolução Cubana pelo “títere barbudo” Fidel Castro era o motivo pelo qual os jornais se posicionam criticamente em relação à PEI.

Com relação ao primeiro evento, que tem como desfecho a expulsão de Cuba da OEA (no qual o Brasil se abstém), as diretrizes da autodeterminação dos povos e da não-intervenção – defendidas pelo chefe da delegação brasileira San Tiago Dantas – são amplamente rechaçadas pela *Tribuna* e pelo *Estado* para a resolução do caso cubano. O vespertino carioca afirma que o Brasil “vai defender a autodeterminação de um regime onde essa autodeterminação não existe”. Já o matutino paulistano ironiza a defesa da “institucionalização” do problema cubano e questiona se Fidel Castro, mais focado em “desintegrar” o continente, desejaria realmente ser “reintegrado” ao sistema interamericano. A posição de San Tiago Dantas, contrária à expulsão de Cuba dos organismos americanos, também é questionada pelos jornais: a *Tribuna* decreta que “não tem sido louvável a posição do Brasil” e *O Estado* considera como “ato amoral” a “nossa abstenção em Punta del Este” – perspectiva reforçada pela série de *charges* que são publicadas nos dois jornais: “Ilhados”, “Salto Mortal – Só Para Um”, “Naufrágio” e “Uma Vela à Deus...”.

Poucos meses depois, em outubro de 1962 a diplomacia brasileira seria outra vez questionada pelos proprietários da *Tribuna* e do *Estado* durante o episódio da Crise dos

Mísseis. No caso do vespertino carioca, a análise tornou-se um tanto complexa, posto que neste período o jornal deixara de publicar os editoriais. Mas observando-se as matérias e reportagens publicadas, depreende-se que aos olhos do jornal da família Lacerda a posição da diplomacia brasileira não fora a mais correta. Exemplar é o espaço oferecido ao presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, uma verdadeira autoridade jurídica, na qual Celestino de Sá Freire Basílio afirma que o voto do Brasil na OEA foi “incoerente”. Igualmente paradigmática é a publicação do presidente nacional da UDN, Herbert Levy, de acordo com o qual a nota oficial divulgada pelo governo brasileiro fora “totalmente inepta, senão ridícula”, criticando fortemente a atuação do país durante aqueles tensos dias de outubro de 1962.

*O Estado de S. Paulo*, na mesma perspectiva, condena com graves acusações os formuladores da Política Externa Independente: João Goulart e Hermes Lima, assim como os antecessores presidentes e chanceleres, seriam “homens inferiores” e “diplomatas improvisados”. No episódio em que o Brasil solicita aos trabalhos da OEA para que fosse individualizada a votação dos termos referentes ao bloqueio de Cuba, posto que o Brasil se opunha ao uso da força contra a Ilha, o matutino compreende que o Brasil fora “o único país a romper essa magnífica demonstração de solidariedade coletiva” aos EUA.

Apesar da perspectiva final marcadamente negativa acerca da Política Externa Independente e dos seus formuladores (presidentes da República e ministros do Exterior), os jornais apresentam não raras divergências no tratamento daquela diplomacia brasileira. Um indicativo de autonomia editorial por parte da *Tribuna da Imprensa* e de *O Estado de S. Paulo*.

Essa diversidade opinativa fica evidenciada especialmente no primeiro momento da PEI durante o efêmero governo Jânio Quadros. Mas em que bases isso foi possível?

O *Tribuna* interpreta a gênese da política externa janista em termos eminentemente econômicos, voltada para uma ideia – conservadora – de desenvolvimento nacional. Em razão disso, mesmo o reatamento diplomático com os três países do Leste Europeu em março de 1961 foi aceito pelo jornal carioca, posto que o vespertino alega que através dele o Brasil poderia ampliar as suas relações comerciais. Já *O Estado*, desde o princípio mostra-se suspeito para com a diplomacia de Quadros, uma vez que o jornal da família Mesquita não desconsiderava as consequências políticas da nova inserção internacional do país.

Entretanto, ainda durante o governo Quadros o jornal *Tribuna da Imprensa* apresentaria suas primeiras impressões negativas acerca da PEI. Por sua vez, *O Estado* deixa definitivamente aquela posição inicial de suspeição e passa a criticar com mais recorrência a PEI.

Quais foram, então, os fatores que contribuíram para a guinada na perspectiva da *Tribuna* e d’*O Estado*? Segundo procurei demonstrar ao longo dos Capítulos 3 e 4, foram: (i) a posição da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores frente à questão cubana; e (ii) a progressiva aproximação do Brasil com a URSS, iniciada através de uma série de missões comerciais e efetivada através do reatamento de relações diplomáticas no dia 23 de novembro de 1961.

Acerca do primeiro ponto, essa autonomia ou “independência” era interpretada pelos dois jornais como uma agressão gratuita do Brasil aos interesses estratégicos dos EUA no Continente Americano. Neste sentido são paradigmáticos os episódios da condecoração de Ernesto Che Guevara pelo presidente Jânio Quadros e, já durante o governo João Goulart, a atuação da diplomacia brasileira durante a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos e a Crise dos Mísseis, nos quais Cuba estivera no centro dos debates da OEA.

No que se refere ao segundo ponto, os jornais interpretam que apesar da alegada motivação econômica anunciada pelo governo, o reatamento com a URSS pouco ou nada ampliaria as relações comerciais do Brasil, pois, alegavam os jornais, o país possuiria produtos que não interessavam aos soviéticos. Entretanto, o que atemorizava os proprietários da *Tribuna* e d’*O Estado* era a menção de que com o reatamento o Brasil sofresse ainda mais constantemente com as “agitações”, de maneira que o ato diplomático seria um “trampolim” para a conquista do país pela URSS.

Para o processo de demonização da Política Externa Independente, a cultura política udenista fora de fundamental importância para a construção das representações nos jornais. É ele, o *udenismo*, quem estabeleceu os limites das percepções das famílias Mesquita e Lacerda. Ou seja, a PEI fora interpretada pelos periódicos a partir de um conjunto doutrinário de valores e signos marcadamente liberais, elitistas, anticomunistas e moralistas.

Os grandes “objetos discursivos” udenistas marcaram a linha editorial – e o teor das *charges* – dos jornais. Através da Política Externa Independente, o país estaria se descompatibilizando com o “Ocidente cristão” e o “mundo livre”, isto é: “contra os nossos aliados, contra o nosso Continente, e, portanto, contra nós mesmos!”<sup>432</sup>. Também o Brasil, “à luz das gambiarras”<sup>433</sup> da PEI e da “acefalia”<sup>434</sup> dos formuladores de política externa, estaria a

<sup>432</sup> *O Estado de S. Paulo*, 27 de outubro de 1962, p. 3, editorial, “Sensação de desmoroamento”.

<sup>433</sup> *O Estado de S. Paulo*, 06 de novembro de 1962, p. 3, editorial, “Triste papel”.

<sup>434</sup> *O Estado de S. Paulo*, 27 de outubro de 1962, p. 3, editorial, “Sensação de desmoroamento”.

facilitar, no âmbito interno, a “infiltração” e as “agitações” à serviço do comunismo internacional e das “garras do urso bolchevista”<sup>435</sup>.

Como decorrência, a partir de meados de 1961 os jornais *Tribuna da Imprensa* e *O Estado de S. Paulo* passam a defender intransigentemente o retorno do Brasil a um suposto tradicionalismo do Itamaraty, isto é, alinhar-se automaticamente à política externa dos EUA. Essa perspectiva será consubstanciada menos de dois anos após a Crise dos Mísseis, consequência da deposição do governo democraticamente eleito de João Goulart e da redefinição das relações internacionais do Brasil representada pela “Política Externa *Interdependente*” do governo militar de Castello Branco (1964-1967).

---

<sup>435</sup> *O Estado de S. Paulo*, 26 de outubro de 1962, p. 3, editorial, “Leviandade e irresponsabilidade”.

## REFERÊNCIAS

### FONTES PRIMÁRIAS:

**Cronologia histórica do Grupo Estado.** Acesso em 15 de junho de 2016. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/historico/print/cronologia.htm>>.

DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011 [1962].

MESQUITA FILHO, Julio. **A Democracia e o Fenômeno Brasileiro** (conferência promovida no ano de 1963). In: *O Estado de S. Paulo*, edição de 15 de julho de 1969, p. 3.

MESQUITA FILHO, Julio. **JMF: um esboço de autobiografia.** In: *O Estado de S. Paulo*, edição de 13 de julho de 1969. p. 9-10.

MESQUITA, Julio César de Ferreira. **Acompanhou a revolução no jornalismo.** In: *O Estado de S. Paulo*, edição de 6 de junho de 1996, capa.

MESQUITA, Julio César de Ferreira. **Julio Mesquita.** Acervo online do *Estado de S. Paulo*. Acesso em 26 de julho de 2016. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,julio-mesquita,753,0.htm>>.

MESQUITA FILHO, Ruy. **Cartas do exílio:** a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006.

*O Estado de S. Paulo* (edições de janeiro de 1961 a outubro de 1962). Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>.

*O Estado de S. Paulo*, 6 de junho de 1996, capa. Morre Julio de Mesquita Neto.

QUADROS, Jânio da Silva. A Nova Política Externa do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional.** Rio de Janeiro, ano IV, n. 16, dezembro de 1961, p. 150-156.

*Tribuna da Imprensa* (edições de janeiro de 1961 a outubro de 1962). Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>.

### AUDIOVISUAL:

**Roda Viva – Ruy Mesquita, 05/04/2004.** Acesso em 27 de julho de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EoavCpKcKGc>>.

**Entrevista com Affonso Arinos Filho.** Rio TV Câmara, 08/11/2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LC133K1pXfo>>. Acesso em 2 de janeiro de 2016.

**Visita do presidente Jânio Quadros e de sua comitiva a Cuba em abril de 1960** (filmografia do Arquivo Nacional). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hHoXOstJIMQ>>. Acesso 2 de janeiro de 2016.

**DICIONÁRIOS:**

ABREU, Alzira Alves de (*et al.*). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** (versão online), Centro de Pesquisa e Documentação em História do Brasil, CPDOC, FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/>>

BOBBIO, Norberto (et. al., org.). **Dicionário de política**. Vol. 1. 11 ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

**FONTES DOCUMENTAIS:**

BRASIL. Presidência da República. **Decreto No. 50.465** (de 14 de abril de 1961, que cria o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos). Acesso em 15 de maio de 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D50465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D50465.htm)>

FRANCO, Álvaro da Costa (org.). **Documentos da política externa independente**. Vol. I. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: FUNAG, 2007.

\_\_\_\_\_. (org.). **Documentos da política externa independente**. Vol. II. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: FUNAG, 2007.

**TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS:**

BRUM, Thiago Pereira Caldas. **Ruptura e Continuidade: as correntes historiográficas da Política Externa Independente**. 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **A Política Externa Independente é notícia: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do jornal *Correio do Povo* (novembro de 1961)**. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

\_\_\_\_\_. **Questão de Cuba: a Política Externa Independente e a Crise dos Mísseis**. 379 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

FERRAZ, Raphael Moreira. **O Fausto das Antilhas: a Revolução Cubana no Jornal *O Estado de São Paulo* (1958-1961)**. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

FREITAS, Jacqueline Ventapane. **As controvérsias das elites na imprensa e as questões de política externa no processo da transição brasileira (1974-1985): o reconhecimento da independência de Angola e a questão palestina nas páginas de *VEJA***. 262 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2015.



KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. 428 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001. Acesso em 29 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000231037&fd=y>>.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. **Visões das direitas no Brasil (1961-1965)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 368 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

ROSA, Rafael Sales. **Das Notas aos editoriais: perspectivas do reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e URSS no *Jornal do Brasil* (1961)**. 71 f. 2015. Monografia (Especialização em História das Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

#### ARTIGOS:

ÁLVARES, Vera Cíntia. Reflexões sobre o surgimento da Política Externa Independente na gestão de Jânio Quadros. **Cadernos do IPRI**, n. 2. Brasília: 1989. p. 58-64.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada: um novo modo de ver e fazer a História. **Revista de História Comparada**. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, jun. 2007.

BRAVO, Guilherme Pigozzi. O Brasil paulista: a identidade nacional no pensamento político e social de Júlio de Mesquita Filho. **Revista Aurora**. Marília, v. 7, n. 1, p. 59-82, jul./dez. 2013. Acesso em: 17 jul. 2016. Disponível em <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/viewFile/3397/2719>>

BUSTAMANTE, Regina Maria & THEML, Neyde. História Comparada: Olhares plurais. **Revista de História Comparada**, vol.1, n. 1. Rio de Janeiro: 2007. p. 1-23.

CRUZ, José Humberto de Brito. Aspectos da evolução da diplomacia brasileira no período da Política Externa Independente (1961-1964). **Cadernos do IPRI**, n. 2. Brasília: 1989. p. 47-57.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**. Porto Alegre, vol. 13, dez 1995.

FIDELIS, Thiago. “A crise impressa: política e sociedade nos jornais *O Estado de São Paulo* e *A Última Hora* (1961-1963)”. In: XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA UNESPAR, 2014. **Anais Eletrônicos do XIV Encontro Regional de História**. Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná. p. 1207-1219.

KUSHNIR, Beatriz. A grande imprensa apoiou o golpe e a ditadura. **Carta Capital** (versão online), 31.03.2014. Especial 50 anos do golpe. Acesso em 29 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/Noticias/visualizar/3423>>.

MARINUCCI, Raquel Boing. Relações internacionais e mídia. **Univ. Rel. Int.**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 43-52, jan./jun. 2008

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Direita e o anticomunismo no Brasil (1961-1965). **Locus** (UFJF), v. 10. Juiz de Fora: 2005. p. 79-97.

\_\_\_\_\_. Direitas, 1964 e a Doutrina de Segurança Nacional. **Revista Maracanã**, n. 11. Rio de Janeiro: Dezembro 2014. p. 115-125.

\_\_\_\_\_. Marchando com a Família, com Deus e pela Liberdade: o 13 de Março das Direitas. **Varia História** [online]. 2005, vol. 21, n. 33, pp. 234-249. <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v21n33/a12v21n33.pdf>>.

SILVA, Gilda Olinto do Valle. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **Informare: Cad. Prog. Pós-Grado Cio Inf.**, v. 1, n. 2, p. 24-36, jul./dez., 1995.

SCHÜLER, Fernando. Carlos Lacerda, o político do tudo ou nada. **Revista Época**. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/02/bcarlos-lacerdab-o-politico-do-tudo-ou-nada.html>>. Acesso em 25 de Julho de 2017.

VAN DIJK, Teun A. Opinions and Ideologies in Editorials. Paper for the 4th International Symposium of Critical Discourse Analysis, Language, Social Life and Critical Thought, Athens, 14-16 December, 1995. **Second Draft**, March 1996. Disponível em: <<http://www.discursos.org/unpublished%20articles/Opinions%20and%20ideologies%20in%20editorials.htm>>. Acesso em: 21 fevereiro 2017.

## LIVROS:

ABRAMO, Claudio. **A Regra do Jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ABREU, Alzira (et al.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (orgs.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. Volume I. Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2006.

AYERBE, Luiz Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (et alii). **Enciclopédia Einaudi: Anthropos - Homem**. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **A expansão da História**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean-François Sirinelli. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

\_\_\_\_\_. (org., *et al*). **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UNB, 1998. vol. 1.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino**. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. Do realinhamento à política externa independente (1945-1964). In: **A Política Externa Brasileira (1822-1985)**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural** – entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. In: **À beira da falésia**. A História entre certezas e inquietações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 61-79.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1986.

FAUSTO, Boris. A vida política. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Olhando para dentro, 1930-1964**. Vol. 4. São Paulo: Objetiva e Fundación Mapfre, 2015.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo**: a Revolução Cubana. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERREIRA, Jorge. (org.). **Populismo e sua história**. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. (org.). **O Rio de Janeiro nos jornais**: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. *Novos Rumos: o jornal do Partido Comunista Brasileiro*. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v.19, n.02, p. 205-224, 2013.

\_\_\_\_\_ & GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_ & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo das experiências democráticas (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Júlio de Mesquita Filho (verbetes). In: ABREU, Alzira (el al.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. CPDOC, FGV. (versão online).

\_\_\_\_\_. Hélio Fernandes (verbetes). In: ABREU, Alzira (el al.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. CPDOC, FGV. (versão online).

FRANCO, Álvaro da Costa (org.). **Documentos da Política Externa Independente**. Volume I. Brasília: FUNAG-CHDD, 2007.

\_\_\_\_\_. Bilhetes do presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores. In: **Cadernos do CHDD**. Ano V, n. 8. Brasília: FUNAG-CHDD, 2006.

FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago (orgs.) et al. **San Tiago Dantas e a Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Luzes – Comunicação, Arte & Cultura, 2016.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas a crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro (org.). **Olhando para dentro, 1930-1964**. Vol. 4. São Paulo: Objetiva e Fundación Mapfre, 2015. (Coleção História do Brasil Nação).

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Afonso Arinos de Melo Franco: atualidade e paradoxo. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org). **Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964)**. Vol. III. Brasília: FUNAG, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. O Jornalismo. Volume 2. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. **A Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de & Gonçalves, Marcos A. **Cultura e participação nos anos 60**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

JAGUARIBE, Helio. Introdução Geral. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (orgs.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. Volume I. Crescimento, Modernização e Política Externa. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2006.

JUNQUEIRA, Eduardo. Evandro Lins e Silva. (verbete). In: ABREU, Alzira (el al.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. CPDOC, FGV. (versão online).

KELLER, Vilma. Carlos Lacerda (verbete). In: ABREU, Alzira (el al.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. CPDOC, FGV. (versão online).

\_\_\_\_\_. San Tiago Dantas (verbete). In: ABREU, Alzira (el al.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. CPDOC, FGV. (versão online).

LACERDA, Carlos. **Depoimento**. 3 ed. revista e atualizada. Prefácio de Ruy Mesquita e organização de Claudio Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

LUCA, Tania Regina de & MARTINS, Ana Luiza. **História da imprensa no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. A História do, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

MALIN, Mauro. Virgílio de Melo Franco (verbete). In: ABREU, Alzira (el al.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. CPDOC, FGV. (versão online).

MATTEUCCI, Nicola. Liberalismo. In: BOBBIO, Norberto (et. al., org.). **Dicionário de política**. Vol. 1. 11 ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso: história e práticas**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MCMAHON, Robert. **Guerra Fria**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Militares e o debate sobre os rumos da política externa brasileira (1961-1965). In: FERREIRA, Jorge (org.). **As Repúblicas no Brasil: política, sociedade e cultura**. Niterói: Editora da UFF, 2010. p. 175-194.

\_\_\_\_\_. Por dentro da notícia: Fidel Castro nas páginas da imprensa carioca. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964)**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2011.

MESQUITA FILHO, Ruy (org.). **Cartas do exílio: a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, Réne (org.). **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. & MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso**: Princípios & Procedimentos. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009.

PINHEIRO, Letícia. O Brasil no mundo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Olhando para dentro, 1930-1964**. Vol. 4. São Paulo: Objetiva e Fundación Mapfre, 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PONTES, José Alfredo Vidigal. **Julio de Mesquita Filho**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2010. Coleção Educadores.

PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 295-330.

QUINTANEIRO, Tania. **Cuba e Brasil** – da revolução ao golpe (1959-1964): uma interpretação sobre a política externa independente. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1988.

RÉMOND, René. **Por Uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In NEVES, Lúcia Maria Bastos P. & MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

RODRIGUES, José Honório. **Interesse nacional e política externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução Rosaura Eichenberg. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEM AUTOR. Araújo Castro (2) (verbete). In: ABREU, Alzira (el al.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. CPDOC, FGV. (versão online).

SILVA, Francisco Carlos Teixeira (orgs., et al). **Velhas e novas direitas**: a atualidade de uma polêmica. Recife: EDUPE, Editora Universidade de Pernambuco, 2014.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por Uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: Jean-Pierre Rioux & Jean-François Sirinelli. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. Tradução: Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 1999.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil II (1930-1964): o nacionalismo, da Era Vargas à Política Externa Independente**. 2 ed. revisada e ampliada. Petrópolis: Vozes, 2009.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. 3 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

\_\_\_\_\_. A Política Externa Independente (1961-1964): história e diplomacia. In: FRANCO, Álvaro da Costa (org.). **Documentos da política externa independente**. Vol. II. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: FUNAG, 2007.

WASSERMAN, Claudia. **Palavra de Presidente**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ZANCHETTA JÚNIOR, Juvenal. **Imprensa escrita e telejornal**. São Paulo: UNESP, 2004.